

Relatório de Execução 2012

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

SUMÁRIO EXECUTIVO	22
0. INTRODUÇÃO	28
1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS	30
1.1 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO	30
1.2 ALTERAÇÕES AO PROGRAMA	36
1.3 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
2. PROGRESSOS DO PROGRAMA	39
2.1 BALANÇO GLOBAL DO PROGRAMA	39
2.1.1 LEGISLAÇÃO PUBLICADA	40
2.1.2 CONCURSOS ABERTOS	41
2.1.3 CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO	43
2.1.4 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	44
2.1.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA	46
2.1.6 INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO	52
2.2 BALANÇO DETALHADO POR AÇÃO PRODeR	56
2.2.1 SUBPROGRAMA 1 – PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	56
2.2.1.1 AÇÃO 1.1.1 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS	56
2.2.1.2 AÇÃO 1.1.2 – INVESTIMENTOS DE PEQUENA DIMENSÃO	83
2.2.1.3 AÇÃO 1.1.3 – INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES	91
2.2.1.4 MEDIDA 1.2 – REDIMENSIONAMENTO E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL	104
2.2.1.5 AÇÃO 1.3.1 – MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS	109
2.2.1.6 AÇÃO 1.3.2 – GESTÃO MULTIFUNCIONAL	117
2.2.1.7 AÇÃO 1.3.3 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS FLORESTAIS	124
2.2.1.8 AÇÃO 1.4.1 – APOIO AOS REGIMES DE QUALIDADE	133
2.2.1.9 AÇÃO 1.4.2 – INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE	136
2.2.1.10 MEDIDA 1.5 – RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO	141
2.2.1.11 AÇÃO 1.6.1 – DESENVOLVIMENTO DO REGADIO	147
2.2.1.12 AÇÃO 1.6.2 – REGADIO DE ALQUEVA	152
2.2.1.13 AÇÃO 1.6.3 – SUSTENTABILIDADE DOS REGADIOS PÚBLICOS	158
2.2.1.14 AÇÃO 1.6.4 – MODERNIZAÇÃO DOS REGADIOS COLETIVOS TRADICIONAIS	163
2.2.1.15 AÇÃO 1.6.5 – PROJETOS ESTRUTURANTES	167
2.2.1.16 MEDIDA 1.7 – CUMPRIMENTO DE NOVAS NORMAS OBRIGATÓRIAS	173
2.2.2 SUBPROGRAMA 4 – PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	178
2.2.2.1 MEDIDA 4.1 – COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO	178
2.2.2.2 AÇÃO 4.2.1 – FORMAÇÃO ESPECIALIZADA	184
2.2.2.3 AÇÃO 4.2.2 – REDES TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	190
2.2.2.4 AÇÃO 4.3.1 – SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA/ SUBAÇÕES 4.3.1.1 E 4.3.1.2	194
2.2.2.5 AÇÃO 4.3.2 – SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS	201
2.2.3 SUBPROGRAMA 2 – GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	205
2.2.3.1 MEDIDA 2.1 – MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS	205
2.2.3.2 MEDIDA 2.2 – VALORIZAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO	211
2.2.3.2.1 AÇÃO 2.2.1 – ALTERAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	212
2.2.3.2.2 AÇÃO 2.2.2 – PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE DOMÉSTICA	220

2.2.3.2.3	AÇÃO 2.2.3 CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DE RECURSOS GENÉTICOS / SUBAÇÕES 2.2.3.1 E 2.2.3.2.	226
2.2.3.2.4	AÇÃO 2.2.4 – CONSERVAÇÃO DO SOLO.....	233
2.2.3.3	AÇÃO 2.3.1 – MINIMIZAÇÃO DE RISCOS / SUBAÇÕES 2.3.1.1 E 2.3.1.2	237
2.2.3.4	AÇÃO 2.3.2 – ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS	245
2.2.3.5	AÇÃO 2.3.3 – VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS FLORESTAIS	257
2.2.3.6	AÇÃO 2.4.1 – APOIO À GESTÃO DAS ITI.....	267
2.2.3.7	AÇÃO 2.4.2 – INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO E GESTÃO PARA ITI.....	271
2.2.3.8	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - PAGAMENTOS AGRO E SILVO AMBIENTAIS.....	274
2.2.3.9	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS.....	289
2.2.4	SUBPROGRAMA 3 – ABORDAGEM LEADER	298
2.2.4.1	AÇÃO 3.1.1 – DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.....	299
2.2.4.2	AÇÃO 3.1.2 – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS	305
2.2.4.3	AÇÃO 3.1.3 – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER.....	310
2.2.4.4	AÇÃO 3.2.1 – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL.....	315
2.2.4.5	AÇÃO 3.2.2 – SERVIÇOS BÁSICOS PARA A POPULAÇÃO RURAL	320
2.2.4.6	MEDIDA 3.4 – COOPERAÇÃO LEADER PARA O DESENVOLVIMENTO.....	325
2.2.4.7	AÇÃO 3.4.1 – COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL	328
2.2.4.8	AÇÃO 3.4.2 – COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL	332
2.2.4.9	MEDIDA 3.3 – IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	336
2.2.4.10	MEDIDA 3.5 – FUNCIONAMENTO DOS GAL, AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO.....	344
2.2.4.11	MEDIDA 3.6 – IMPLANTAÇÃO DE REDES DE BANDA LARGA DE NOVA GERAÇÃO, EM ZONAS RURAIS.....	349
2.2.4.12	MEDIDA 3.7 – CENTROS EDUCATIVOS RURAIS DO ALGARVE	350
2.2.5	MEDIDAS TRANSITADAS DO QUADRO DE PROGRAMAÇÃO ANTERIOR	353
2.2.6	OPERAÇÕES LIGADAS ÀS PRIORIDADES “HEALTH CHECK” E PACOTE DE RECUPERAÇÃO (Nº1 DO ART. 16º-A) .360	
2.2.6.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO DA REESTRUTURAÇÃO DO SETOR LEITEIRO/APOIO AO INVESTIMENTO RELACIONADO COM A PRODUÇÃO LEITEIRA E MELHORIAS NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LEITEIRAS.....	361
2.2.6.2	ALTERAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO.....	367
2.2.6.3	INFRAESTRUTURAS DE BANDA LARGA NAS ZONAS RURAIS	369
3.	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA.....	372
3.1	EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA E POR REGIÃO ELEGÍVEL AO ABRIGO DO OBJETIVO DE CONVERGÊNCIA....	372
3.2	FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA	381
4.	RESUMO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	382
4.1	INTRODUÇÃO	382
4.2	ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS.....	382
4.3	ABORDAGEM METODOLOGICA	383
5.	MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	386
5.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	386
5.1.1	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	386
5.1.2	RELACIONAMENTO COM OS GAL	392
5.1.2.1	PROTOCOLO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	392
5.1.2.2	SISTEMA DE SUPERVISÃO LEADER.....	393
5.1.3	SISTEMAS DE CONTROLO.....	396

5.1.3.1	CONTROLOS EFETUADOS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO.....	396
5.1.3.2	CONTROLOS EFETUADOS PELO IFAP, PELA IGAMAOT E PELA IGF.....	399
5.1.3.3	AUDITORIAS	399
5.1.4	ALTERAÇÕES A PORTARIAS.....	400
5.2	PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA	403
5.2.1	MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS - “OPERAÇÃO LIMPEZA”	403
5.2.1.1	PROJETOS APROVADOS SEM EXECUÇÃO	403
5.2.1.2	PROJETOS APROVADOS SEM APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE PAGAMENTO HÁ MAIS DE 6 MESES	409
5.2.1.3	CONCLUSÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES (ANTIGO REGIME).....	411
5.2.1.4	CUMPRIMENTO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DOS PROJETOS	412
5.2.2	MONITORIZAÇÃO DO <i>OVERBOOKING</i>	414
5.2.3	RESUMO DOS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DE CADA SUBPROGRAMA	417
5.3	EXAME ANUAL DO PRODER.....	424
5.4	REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO – RESULTADOS.....	426
5.5	UTILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	430
5.6	MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE	433
5.6.1	AUTORIDADE DE GESTÃO.....	433
5.6.2	GRUPOS DE AÇÃO LOCAL.....	450
6.	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	452
6.1	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA	452
6.2	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	452
6.3	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE	453
6.4	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO	453
7.	REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005.....	455
	ANEXO I	456

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....	30
QUADRO 2:	PIB E COMPONENTES.....	31
QUADRO 3:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO PIB, NO EMPREGO, NAS EXPORTAÇÕES E NAS IMPORTAÇÕES DA ECONOMIA EM EM 2012 ^E (%)	32
QUADRO 4:	EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL E DA ECONOMIA (MILHÕES EUROS).....	33
QUADRO 5:	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS, DO VAB AGRÍCOLA E DO PIB (%)	33
QUADRO 6:	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA (%)	34
QUADRO 7:	ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RESPECTIVA VARIAÇÃO	35
QUADRO 8:	CONCURSOS EM VIGOR NO ANO DE 2012 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU).....	42
QUADRO 9:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2012 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU)	43
QUADRO 10:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2012 (ENQUADRADAS NO PU).....	43
QUADRO 11:	COMPROMISSOS ASSUMIDOS E CONTRATOS ENVIADOS (EXCLUI MEDIDAS/AÇÕES ENQUADRADAS NO PU E TRANSITADOS).....	45
QUADRO 12:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2012 (POR SUBPROGRAMA)	48
QUADRO 13:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2012 (POR SUBPROGRAMA)	49
QUADRO 14:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2012 (POR EIXO).....	50
QUADRO 15:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2012 (POR EIXO)	51
QUADRO 16:	INDICADORES DE REALIZAÇÃO (MEDIDAS DA COMISSÃO).....	52
QUADRO 17:	INDICADORES DE RESULTADO (MEDIDAS DA COMISSÃO).....	53
QUADRO 18:	AÇÃO 1.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	57
QUADRO 19:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (NO ANO)	58
QUADRO 20:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO)	58
QUADRO 21:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA – PIR ENTRADOS POR COMPONENTE E SETOR (ACUMULADO)	59
QUADRO 22:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO)	59
QUADRO 23:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO)	60
QUADRO 24:	AÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	61
QUADRO 25:	AÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	61
QUADRO 26:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO).....	62
QUADRO 27:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO).....	62
QUADRO 28:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO)	63
QUADRO 29:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	64
QUADRO 30:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS POR COMPONENTE (ACUMULADO).....	64
QUADRO 31:	AÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR TIPO DE PROMOTOR (ACUMULADO)	65
QUADRO 32:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ATIVIDADE (ACUMULADO)	66
QUADRO 33:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ATIVIDADE (ACUMULADO) ..	66
QUADRO 34:	AÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO EM FORMAÇÃO POR COMPONENTE (NO ANO E ACUMULADO) ..	67
QUADRO 35:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO).....	67

QUADRO 36:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR GÉNERO E IDADE (ACUMULADO).....	67
QUADRO 37:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 1 (ACUMULADO).....	68
QUADRO 38:	AÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ATIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	69
QUADRO 39:	AÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ATIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	70
QUADRO 40:	AÇÃO 1.1.1 - COMPONENTE 1 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS (MODO DE PRODUÇÃO CONVENCIONAL)	71
QUADRO 41:	AÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO (POR ATIVIDADE AGRÍCOLA E RUBRICA DE INVESTIMENTO) ...	72
QUADRO 42:	AÇÃO 1.1.1 – AGRICULTORES SINGULARES - % DO RENDIMENTO OBTIDO DA EXPLORAÇÃO E TEMPO DEDICADO À AGRICULTURA.....	72
QUADRO 43:	AÇÃO 1.1.1 – COMPOSIÇÃO DA SAU DAS EXPLORAÇÕES CONTRATADAS (COMPONENTE 1)	73
QUADRO 44:	AÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO)	74
QUADRO 45:	AÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	74
QUADRO 46:	AÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	75
QUADRO 47:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADOS ACUMULADO).....	75
QUADRO 48:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO).....	76
QUADRO 49:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADO ACUMULADO)	76
QUADRO 50:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO)	77
QUADRO 51:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO).....	77
QUADRO 52:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	78
QUADRO 53:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA PAGOS DA COMPONENTE 2 POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO).....	78
QUADRO 54:	AÇÃO 1.1.1 – REPARTIÇÃO REGIONAL E SECTORIAL DO INVESTIMENTO CONTRATADO DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO)	79
QUADRO 55:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS E PAGAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA).....	80
QUADRO 56:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA E SETOR)	80
QUADRO 57:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADO ACUMULADO)	81
QUADRO 58:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (PAGO ACUMULADO)	81
QUADRO 59:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADOS ACUMULADO).....	82
QUADRO 60:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (PAGOS ACUMULADO)	82
QUADRO 61:	AÇÃO 1.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	84
QUADRO 62:	AÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS	84
QUADRO 63:	AÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	84
QUADRO 64:	AÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	85
QUADRO 65:	AÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	85
QUADRO 66:	AÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	86
QUADRO 67:	AÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO)	86
QUADRO 68:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	87
QUADRO 69:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÕES DE INVESTIMENTO (ACUMULADO) ...	87
QUADRO 70:	AÇÃO 1.1.2 - COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE INVESTIMENTOS DAS AÇÕES 1.1.2 E 1.1.1, COMPONENTE 1.....	88
QUADRO 71:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO) .	88

QUADRO 72:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	89
QUADRO 73:	AÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	90
QUADRO 74:	AÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	90
QUADRO 75:	AÇÃO 1.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	90
QUADRO 76:	AÇÃO 1.1.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	92
QUADRO 77:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (NO ANO E ACUMULADO)	92
QUADRO 78:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO).....	93
QUADRO 79:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (POR AVISOS E ACUMULADO)	93
QUADRO 80:	AÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	94
QUADRO 81:	AÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	95
QUADRO 82:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO)	95
QUADRO 83:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (10º E 11º AVISO E ACUMULADO)	96
QUADRO 84:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (NO ANO E ACUMULADO).....	97
QUADRO 85:	AÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS	98
QUADRO 86:	AÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS COM CANDIDATURAS AO 10º E 11º CONCURSO..	99
QUADRO 87:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	99
QUADRO 88:	AÇÃO 1.1.3 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (10º E 11º AVISOS E ACUMULADO)..	100
QUADRO 89:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES À EXPLORAÇÃO (DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR COM CANDIDATURAS À AÇÃO 1.1.1 ATÉ AO 9º AVISO).....	100
QUADRO 90:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR À EXPLORAÇÃO (10º E 11º PERÍODO DE CANDIDATURAS)	101
QUADRO 91:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR À EXPLORAÇÃO (ACUMULADO)	101
QUADRO 92:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (CONTRATADOS).....	101
QUADRO 93:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (PAGOS)	102
QUADRO 94:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	102
QUADRO 95:	AÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO GÉNERO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS (NO ANO)	103
QUADRO 96:	AÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO GÉNERO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	103
QUADRO 97:	AÇÃO 1.1.3 – ACRÉSCIMO DE VAB (ACUMULADO)	103
QUADRO 98:	MEDIDA 1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	104
QUADRO 99:	MEDIDA 1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)...	105
QUADRO 100:	MEDIDA 1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	106
QUADRO 101:	MEDIDA 1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR SETOR DE ATIVIDADE)	106
QUADRO 102:	MEDIDA 1.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPO DE EMPRESA E SETOR).....	107
QUADRO 103:	MEDIDA 1.2 - INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO CONTRATADAS	107
QUADRO 104:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADOS)	108
QUADRO 105:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (PAGOS).....	108
QUADRO 106:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO (CONTRATADOS).....	108
QUADRO 107:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO (PAGOS).....	108
QUADRO 108:	AÇÃO 1.3.1 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	110
QUADRO 109:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ANO).....	110
QUADRO 110:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	110
QUADRO 111:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ANO)	111

QUADRO 112:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ACUMULADO)....	111
QUADRO 113:	AÇÃO 1.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	112
QUADRO 114:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO).....	112
QUADRO 115:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	113
QUADRO 116:	AÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	114
QUADRO 117:	AÇÃO 1.3.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO - ÁREA INTERVENCIÓNADA (ACUMULADO)	114
QUADRO 118:	AÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	115
QUADRO 119:	AÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	115
QUADRO 120:	AÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	116
QUADRO 121:	AÇÃO 1.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	118
QUADRO 122:	AÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR CONCURSOS (ACUMULADO).....	118
QUADRO 123:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	119
QUADRO 124:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	119
QUADRO 125:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	120
QUADRO 126:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	120
QUADRO 127:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO (ACUMULADO)	121
QUADRO 128:	AÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	121
QUADRO 129:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO ACUMULADO)	122
QUADRO 130:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO)..	122
QUADRO 131:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (PAGO ACUMULADO).....	123
QUADRO 132:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – TIPOLOGIA DE EMPRESAS (ACUMULADO)	123
QUADRO 133:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	123
QUADRO 134:	AÇÃO 1.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	125
QUADRO 135:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO).....	125
QUADRO 136:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	126
QUADRO 137:	AÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	127
QUADRO 138:	AÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	127
QUADRO 139:	AÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTORES (ACUMULADO)	128
QUADRO 140:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	128
QUADRO 141:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS DA MEDIDA 123 COM POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	129
QUADRO 142:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS DA MEDIDA 123 COM POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	129
QUADRO 143:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS E PAGOS POR DIMENSÃO DE EMPRESA (ACUMULADO)	129
QUADRO 144:	AÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPO DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	130
QUADRO 145:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE EMPRESA (ACUMULADO)	130
QUADRO 146:	AÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA CONTRATADOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ATIVIDADE)	131

QUADRO 147:	AÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA PAGOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ATIVIDADE).....	131
QUADRO 148:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - AUMENTO DO VAB	132
QUADRO 149:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - PA CONTRATADOS E PAGOS QUE INTRODUIZIRAM NOVOS PRODUTOS/TÉCNICAS (ACUMULADO)	132
QUADRO 150:	AÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS APROVADOS (ACUMULADO).....	134
QUADRO 151:	AÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS APROVADOS (POR REGIME DE QUALIDADE).....	134
QUADRO 152:	AÇÃO 1.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	135
QUADRO 153:	AÇÃO 1.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	135
QUADRO 154:	AÇÃO 1.4.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	136
QUADRO 155:	AÇÃO 1.4.2 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	137
QUADRO 156:	AÇÃO 1.4.2 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO)	137
QUADRO 157:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	138
QUADRO 158:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA CONTRATADOS)	139
QUADRO 159:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA PAGOS)	139
QUADRO 160:	AÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – VALOR DA PRODUÇÃO (POR CATEGORIA DE PRODUTO).....	140
QUADRO 161:	AÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – ACRÉSCIMO DO VALOR DA PRODUÇÃO.....	140
QUADRO 162:	MEDIDA 1.5 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	142
QUADRO 163:	MEDIDA 1.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	142
QUADRO 164:	MEDIDA 1.5 – PA CONTRATADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	143
QUADRO 165:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ANO).....	144
QUADRO 166:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	144
QUADRO 167:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO).....	144
QUADRO 168:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO ACUMULADO).....	145
QUADRO 169:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (CONTRATADO)	145
QUADRO 170:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (PAGO).....	145
QUADRO 171:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (CONTRATADA)	146
QUADRO 172:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (PAGA)	146
QUADRO 173:	AÇÃO 1.6.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	148
QUADRO 174:	AÇÃO 1.6.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	148
QUADRO 175:	AÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	149
QUADRO 176:	AÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO)	149
QUADRO 177:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (CONTRATADO ACUMULADO).....	150
QUADRO 178:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (PAGO ACUMULADO) ..	150
QUADRO 179:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	150
QUADRO 180:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	151
QUADRO 181:	AÇÃO 1.6.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	153
QUADRO 182:	AÇÃO 1.6.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (NO ANO).....	153

QUADRO 183:	AÇÃO 1.6.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	154
QUADRO 184:	AÇÃO 1.6.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	155
QUADRO 185:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS POR TIPO DE OPERAÇÃO)	156
QUADRO 186:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGOS POR TIPO DE OPERAÇÃO)	156
QUADRO 187:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO	157
QUADRO 188:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE RESULTADO	157
QUADRO 189:	AÇÃO 1.6.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	159
QUADRO 190:	AÇÃO 1.6.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	160
QUADRO 191:	AÇÃO 1.6.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	160
QUADRO 192:	AÇÃO 1.6.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	161
QUADRO 193:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	161
QUADRO 194:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	162
QUADRO 195:	AÇÃO 1.6.3 – ÁREA BENEFICIADA (POR CONCURSO).....	162
QUADRO 196:	AÇÃO 1.6.4 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	163
QUADRO 197:	AÇÃO 1.6.4 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	164
QUADRO 198:	AÇÃO 1.6.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	164
QUADRO 199:	AÇÃO 1.6.4 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	165
QUADRO 200:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	165
QUADRO 201:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	166
QUADRO 202:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE RESULTADO.....	166
QUADRO 203:	AÇÃO 1.6.5 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	168
QUADRO 204:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “CAMINHOS AGRÍCOLAS ” (ACUMULADO)	168
QUADRO 205:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “ELETRIFICAÇÃO RURAL” (ACUMULADO)	169
QUADRO 206:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL” (ACUMULADO)	169
QUADRO 207:	AÇÃO 1.6.5 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	170
QUADRO 208:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (CAMINHOS AGRÍCOLAS).....	170
QUADRO 209:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ELETRIFICAÇÃO RURAL)	171
QUADRO 210:	AÇÃO 1.6.5 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	171
QUADRO 211:	AÇÃO 1.6.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	172
QUADRO 212:	AÇÃO 1.6.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	172
QUADRO 213:	AÇÃO 1.7 – CANDIDATURAS E IDENTIFICAÇÕES COMUNICADAS (ACUMULADO)	174
QUADRO 214:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IDENTIFICAÇÕES COMUNICADAS (ACUMULADO).....	174
QUADRO 215:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ANIMAIS IDENTIFICADOS (ACUMULADO)	175
QUADRO 216:	AÇÃO 1.7 – PA PAGOS (ACUMULADO).....	175
QUADRO 217:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL PA PAGOS (ACUMULADO).....	176
QUADRO 218:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ANIMAIS APOIADOS (ACUMULADO).....	176
QUADRO 219:	AÇÃO 1.7 – INDICADORES FINANCEIROS.....	177
QUADRO 220:	AÇÃO 1.7 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	177
QUADRO 221:	MEDIDA 4.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	179
QUADRO 222:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	179
QUADRO 223:	INVESTIMENTO CONTRATADO (POR RUBRICAS).....	180

QUADRO 224:	MEDIDA 4.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	181
QUADRO 225:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO	182
QUADRO 226:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO).....	182
QUADRO 227:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO).....	182
QUADRO 228:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE RESULTADO	183
QUADRO 229:	AÇÃO 4.2.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	185
QUADRO 230:	AÇÃO 4.2.1 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	185
QUADRO 231:	AÇÃO 4.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	185
QUADRO 232:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	186
QUADRO 233:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	186
QUADRO 234:	AÇÃO 4.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO).....	187
QUADRO 235:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO)	187
QUADRO 236:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	188
QUADRO 237:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO EXECUTADAS POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	189
QUADRO 238:	AÇÃO 4.2.1 – FORMANDOS QUE CONCLUÍRAM A FORMAÇÃO POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	189
QUADRO 239:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (2.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE ACTIVOS).....	189
QUADRO 240:	AÇÃO 4.2.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	191
QUADRO 241:	AÇÃO 4.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	191
QUADRO 242:	AÇÃO 4.2.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	192
QUADRO 243:	AÇÃO 4.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS E PAGOS)	192
QUADRO 244:	AÇÃO 4.2.2 – INVESTIMENTO EM REDES TEMÁTICAS POR SETOR E PRODUTOS.....	193
QUADRO 245:	AÇÃO 4.2.2 – INDICADOR ESPECÍFICO DE RESULTADO	193
QUADRO 246:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	195
QUADRO 247:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS	195
QUADRO 248:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	196
QUADRO 249:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	197
QUADRO 250:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	197
QUADRO 251:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	198
QUADRO 252:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	199
QUADRO 253:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO.....	199
QUADRO 254:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	200
QUADRO 255:	AÇÃO 4.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	201
QUADRO 256:	AÇÃO 4.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	202
QUADRO 257:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	202
QUADRO 258:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	203
QUADRO 259:	AÇÃO 4.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	204
QUADRO 260:	AÇÃO 4.3.2 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO.....	204
QUADRO 261:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS DETERMINADAS PARA APOIO NO PU 2012 (POR AÇÃO)	207
QUADRO 262:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS DETERMINADAS PARA APOIO (POR AÇÃO E ANO CANDIDATURA)	207
QUADRO 263:	MEDIDA 2.1 – ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO (POR AÇÃO E ANO DE CANDIDATURA)	208
QUADRO 264:	MEDIDA 2.1 – MONTANTE DO APOIO (POR AÇÃO E ANO DE CANDIDATURA)	208
QUADRO 265:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (NO ANO)	209
QUADRO 266:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (ACUMULADO)	209

QUADRO 267:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	210
QUADRO 268:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE RESULTADO	210
QUADRO 269:	AÇÃO 2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2012	213
QUADRO 270:	AÇÃO 2.2.1 – PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR MODO DE PRODUÇÃO E ANO DE INICIO DE APOIO) - PU 2012.....	214
QUADRO 271:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA MÉDIA DETERMINADA PARA APOIO - HA/CANDIDATURA (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2012	215
QUADRO 272:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADAS PARA APOIO EM 2012 (POR GRUPO DE CULTURA E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2012	215
QUADRO 273:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADA PARA APOIO EM 2012 (POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2012	216
QUADRO 274:	AÇÃO 2.2.1 – CANDIDATURAS APOIADAS (POR ANO DE APOIO E MODO DE PRODUÇÃO)	217
QUADRO 275:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO)	217
QUADRO 276:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS ACUMULADOS (POR ANO E POR REGIÃO)	218
QUADRO 277:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES MÉDIOS PAGOS POR CANDIDATURA	218
QUADRO 278:	AÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	219
QUADRO 279:	AÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO.....	219
QUADRO 280:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (CANDIDATURAS E CN) – PU 2012	221
QUADRO 281:	AÇÃO 2.2.2 – NÚMERO MÉDIO DE CN (POR EXPLORAÇÃO APOIADA E REGIÃO) – PU 2012	222
QUADRO 282:	AÇÃO 2.2.2 – APOIOS POR ESPÉCIE – PU 2012	222
QUADRO 283:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR ESPÉCIE E RAÇA E POR ANO DE PA) - PU 2012	223
QUADRO 284:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS.....	224
QUADRO 285:	AÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	225
QUADRO 286:	AÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO.....	225
QUADRO 287:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	227
QUADRO 288:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	228
QUADRO 289:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	228
QUADRO 290:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	229
QUADRO 291:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	229
QUADRO 292:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	229
QUADRO 293:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADO).....	230
QUADRO 294:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADOS).....	231
QUADRO 295:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADOS).....	231
QUADRO 296:	AÇÃO 2.2.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	232
QUADRO 297:	AÇÃO 2.2.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO E ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO – PU 2012	234
QUADRO 298:	AÇÃO 2.2.4 – ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO EM 2012 (POR GRUPO DE CULTURA) - PU 2012 ...	235
QUADRO 299:	AÇÃO 2.2.4 – MONTANTES PAGOS (POR ANO).....	235
QUADRO 300:	AÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	236
QUADRO 301:	AÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE RESULTADO.....	236
QUADRO 302:	AÇÃO 2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBAÇÃO (NO ANO E ACUMULADO).....	238
QUADRO 303:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	238
QUADRO 304:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	239

QUADRO 305:	AÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	239
QUADRO 306:	AÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	239
QUADRO 307:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	240
QUADRO 308:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	240
QUADRO 309:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	241
QUADRO 310:	AÇÃO 2.3.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	242
QUADRO 311:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO)	243
QUADRO 312:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (PAGO)	243
QUADRO 313:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE AÇÃO (CONTRATADO)	243
QUADRO 314:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE AÇÃO (PAGO)	244
QUADRO 315:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO	244
QUADRO 316:	AÇÃO 2.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO (POR SUBAÇÃO)	246
QUADRO 317:	AÇÃO 2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	247
QUADRO 318:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.2.1 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	248
QUADRO 319:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA SUBAÇÃO 2.3.2.2 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	248
QUADRO 320:	AÇÃO 2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	249
QUADRO 321:	AÇÃO 2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	249
QUADRO 322:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	250
QUADRO 323:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	251
QUADRO 324:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBAÇÃO E TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO) ..	251
QUADRO 325:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBAÇÃO 2.3.2.1 (POR ESPÉCIE E DRAP)	252
QUADRO 326:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBAÇÃO 2.3.2.2 (POR ESPÉCIE E DRAP)	252
QUADRO 327:	AÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS POR TIPO DE APOIO (ACUMULADO)	253
QUADRO 328:	AÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	254
QUADRO 329:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES FINANCEIROS	254
QUADRO 330:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (N.º BENEFICIÁRIOS)	255
QUADRO 331:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (N.º HA)	255
QUADRO 332:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (INVESTIMENTO)	255
QUADRO 333:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO	256
QUADRO 334:	AÇÃO 2.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBAÇÃO	258
QUADRO 335:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.1	259
QUADRO 336:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.2	259
QUADRO 337:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.3	259
QUADRO 338:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	260
QUADRO 339:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	261
QUADRO 340:	AÇÃO 2.3.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	261
QUADRO 341:	AÇÃO 2.3.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	262
QUADRO 342:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	262
QUADRO 343:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBAÇÃO 2.3.3.1 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	263
QUADRO 344:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBAÇÃO 2.3.3.3 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	263
QUADRO 345:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBAÇÃO E POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR) 264	
QUADRO 346:	AÇÃO 2.3.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	265

QUADRO 347:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS ÁREAS CONTRATADAS E PAGAS (ACUMULADO)	265
QUADRO 348:	AÇÃO 2.3.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	266
QUADRO 349:	AÇÃO 2.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO.....	266
QUADRO 350:	AÇÃO 2.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	268
QUADRO 351:	AÇÃO 2.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	268
QUADRO 352:	AÇÃO 2.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	269
QUADRO 353:	AÇÃO 2.4.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO).....	270
QUADRO 354:	AÇÃO 2.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	271
QUADRO 355:	AÇÃO 2.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	272
QUADRO 356:	AÇÃO 2.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	272
QUADRO 357:	AÇÃO 2.4.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	273
QUADRO 358:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PP AGRO E SILVO-AMBIENTAIS DETERMINADOS PARA APOIO	275
QUADRO 359:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR ITI)	276
QUADRO 360:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPOLOGIA DE NATUREZA DE APOIO).....	276
QUADRO 361:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO POR ITI.....	277
QUADRO 362:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - ÁREA APOIADA POR ITI.....	277
QUADRO 363:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - DESPESA PÚBLICA POR ITI	278
QUADRO 364:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPO DE APOIO AGRO AMBIENTAL)	279
QUADRO 365:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPO DE APOIO SILVO-AMBIENTAL)	280
QUADRO 366:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE APOIO AGROAMBIENTAIS – PU 2012 (POR ITI)	285
QUADRO 367:	AÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – PEDIDOS DE APOIO SILVO-AMBIENTAIS – PU 2012 (POR ITI).....	285
QUADRO 368:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE AGROAMBIENTAL (POR ITI)	286
QUADRO 369:	AÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE SILVO-AMBIENTAL (POR ITI)	287
QUADRO 370:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	288
QUADRO 371:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE RESULTADO	288
QUADRO 372:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	290
QUADRO 373:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO).....	291
QUADRO 374:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	291
QUADRO 375:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	292
QUADRO 376:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	292
QUADRO 377:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS, POR ITI (ACUMULADO)	293
QUADRO 378:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INP (ACUMULADO)	293
QUADRO 379:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ITI (ACUMULADO)	294
QUADRO 380:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	295
QUADRO 381:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS, POR ITI (ACUMULADO)	295
QUADRO 382:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES FINANCEIROS	296
QUADRO 383:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	296
QUADRO 384:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES DE RESULTADO	297
QUADRO 385:	AÇÃO 3.1.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	300
QUADRO 386:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	300
QUADRO 387:	AÇÃO 3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	300

QUADRO 388:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	301
QUADRO 389:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	301
QUADRO 390:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	302
QUADRO 391:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	303
QUADRO 392:	AÇÃO 3.1.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	303
QUADRO 393:	AÇÃO 3.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO.....	304
QUADRO 394:	AÇÃO 3.1.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	305
QUADRO 395:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	306
QUADRO 396:	AÇÃO 3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	306
QUADRO 397:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	307
QUADRO 398:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	307
QUADRO 399:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	308
QUADRO 400:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	308
QUADRO 401:	AÇÃO 3.1.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	309
QUADRO 402:	AÇÃO 3.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADO)	309
QUADRO 403:	AÇÃO 3.1.3 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	311
QUADRO 404:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	311
QUADRO 405:	AÇÃO 3.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	312
QUADRO 406:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	312
QUADRO 407:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	312
QUADRO 408:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	313
QUADRO 409:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	313
QUADRO 410:	AÇÃO 3.1.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	314
QUADRO 411:	AÇÃO 3.1.3 – INDICADORES DE RESULTADO.....	314
QUADRO 412:	AÇÃO 3.2.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	316
QUADRO 413:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	316
QUADRO 414:	AÇÃO 3.2.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	316
QUADRO 415:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	317
QUADRO 416:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	317
QUADRO 417:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	318
QUADRO 418:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	318
QUADRO 419:	AÇÃO 3.2.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	319
QUADRO 420:	AÇÃO 3.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	319
QUADRO 421:	AÇÃO 3.2.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	320
QUADRO 422:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS	321
QUADRO 423:	AÇÃO 3.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	321
QUADRO 424:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	322
QUADRO 425:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	322
QUADRO 426:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	323
QUADRO 427:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	323
QUADRO 428:	AÇÃO 3.2.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	324
QUADRO 429:	AÇÃO 3.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	324
QUADRO 430:	MEDIDA 3.4 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	326

QUADRO 431:	MEDIDA 3.4 – PLANOS DE COOPERAÇÃO ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR AÇÃO (ACUMULADO)	326
QUADRO 432:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PLANOS DE COOPERAÇÃO CONTRATADOS.....	327
QUADRO 433:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PLANOS DE COOPERAÇÃO PAGOS (ACUMULADO)	327
QUADRO 434:	AÇÃO 3.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	328
QUADRO 435:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADA)	328
QUADRO 436:	AÇÃO 3.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	329
QUADRO 437:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	329
QUADRO 438:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS.....	330
QUADRO 439:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	331
QUADRO 440:	AÇÃO 3.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	331
QUADRO 441:	AÇÃO 3.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	332
QUADRO 442:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	332
QUADRO 443:	AÇÃO 3.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	333
QUADRO 444:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	333
QUADRO 445:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS.....	334
QUADRO 446:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	334
QUADRO 447:	AÇÃO 3.4.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	335
QUADRO 448:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD (POR GAL)	337
QUADRO 449:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.1 (POR GAL)	338
QUADRO 450:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.2 (POR GAL)	339
QUADRO 451:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.3 (POR GAL)	340
QUADRO 452:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.2.1 (POR GAL)	341
QUADRO 453:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.2.2 (POR GAL)	342
QUADRO 454:	MEDIDA 3.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO	343
QUADRO 455:	MEDIDA 3.3 – INDICADORES DE RESULTADO	343
QUADRO 456:	MEDIDA 3.5 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	345
QUADRO 457:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	345
QUADRO 458:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 1 (ACUMULADO).....	346
QUADRO 459:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 2 (ACUMULADO).....	346
QUADRO 460:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	346
QUADRO 461:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	347
QUADRO 462:	MEDIDA 3.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS	348
QUADRO 463:	MEDIDA 3.7 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	351
QUADRO 464:	MEDIDA 3.7 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)....	351
QUADRO 465:	MEDIDA 3.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	352
QUADRO 466:	MEDIDA 3.7 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS	352
QUADRO 467:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	353
QUADRO 468:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	354
QUADRO 469:	MEDIDAS TRANSITADAS (EA) – EXECUÇÃO (NO ANO E ACUMULADO)	354
QUADRO 470:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	355
QUADRO 471:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) – ÁREA APOIADA (ACUMULADO).....	356

QUADRO 472:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	356
QUADRO 473:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (NO ANO).....	357
QUADRO 474:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (ACUMULADO)	357
QUADRO 475:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – EXECUÇÃO (NO ANO).....	358
QUADRO 476:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	358
QUADRO 477:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	359
QUADRO 478:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) – EXECUÇÃO (ACUMULADO)	359
QUADRO 479:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1 E 1.1.3) – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	361
QUADRO 480:	HEALTH CHECK – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	362
QUADRO 481:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO)	362
QUADRO 482:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO).....	363
QUADRO 483:	HEALTH CHECK – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS FACE AOS CONTRATADOS.....	364
QUADRO 484:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 121)	364
QUADRO 485:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 121).....	365
QUADRO 486:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 121)	365
QUADRO 487:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 123).....	365
QUADRO 488:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 123)	366
QUADRO 489:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 123)	366
QUADRO 490:	HEALTH CHECK (ALTERAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E DE REALIZAÇÃO (MEDIDA COM 214).....	368
QUADRO 491:	MEDIDA 3.6 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	369
QUADRO 492:	MEDIDA 3.6 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)....	369
QUADRO 493:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	370
QUADRO 494:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	370
QUADRO 495:	MEDIDA 3.6 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	371
QUADRO 496:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – REPARTIÇÃO DO FEADER	373
QUADRO 497:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE NÃO CONVERGÊNCIA	373
QUADRO 498:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA.....	374
QUADRO 499:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – FUNDOS ADICIONAIS DO N.º 5 A DO ARTIGO 69º DO REG. (CE) Nº 1698/2005 - REGIÕES DO OBJETIVO CONVERGÊNCIA	374
QUADRO 500:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO TOTAL.....	374
QUADRO 501:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – GLOBAL	375
QUADRO 502:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – REGIÕES DE CONVERGÊNCIA	376
QUADRO 503:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – HEALTH CHECK.....	377
QUADRO 504:	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRODER.....	378
QUADRO 505:	FLUXOS FINANCEIROS COM A COM (ACUMULADO)	381
QUADRO 506:	CUMPRIMENTO DA “REGRA N+2”	381

QUADRO 507:	PEDIDOS DE PAGAMENTO INTERMÉDIOS (ACUMULADO).....	381
QUADRO 508:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – MÓDULOS DO SIPRODER.....	389
QUADRO 509:	RESULTADOS DO CONTROLO DE QUALIDADE (ANO)	396
QUADRO 510:	CONTROLO DE QUALIDADE – DISTRIBUIÇÃO POR DRAP DOS PA DEVOLVIDOS E PESO NA AMOSTRA (2010 A 2012).....	397
QUADRO 511:	AT - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	431
QUADRO 512:	AT - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (POR CONCURSO)	431
QUADRO 513:	AT - DISTRIBUIÇÃO PA CONTRATADOS NO ANO	432
QUADRO 514:	AT - DISTRIBUIÇÃO PA PAGOS NO ANO	432
QUADRO 515:	AT - INDICADORES DE REALIZAÇÃO	432
QUADRO 516:	SITE PRODER – DADOS QUANTITATIVOS.....	437
QUADRO 517:	ENDEREÇO ELECTRÓNICO – DADOS QUANTITATIVOS.....	439
QUADRO 518:	LINHA VERDE – DADOS QUANTITATIVOS	440
QUADRO 519:	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO – PUBLICAÇÕES/MERCHANDISING DISTRIBUÍDOS (NO ANO)	446
QUADRO 520:	RECUPERAÇÕES – BD DEVEDORES (ACUMULADO)	455

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A 31-12-2012 (ACUMULADO).....	44
FIGURA 2:	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PRODER FACE À MÉDIA DA UE	46
FIGURA 3:	AÇÃO 1.6.2 – PROGRESSO DAS OBRAS DO ALQUEVA	155
FIGURA 4:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – ARQUITETURA FUNCIONAL.....	386
FIGURA 5:	NÚMERO DE PROJETOS DESISTIDOS (NO ANO).....	405
FIGURA 6:	DESPA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELOS PROJETOS DESISTIDOS (NO ANO).....	406
FIGURA 7:	NÚMERO DE PROJETOS DESISTIDOS ATÉ FINAL DE 2012.....	406
FIGURA 8:	NÚMERO DE PROJETOS DESISTIDOS ATÉ FINAL DE 2012.....	407
FIGURA 9:	TAXAS DE DESISTÊNCIAS FACE AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS (ACUMULADO).....	408
FIGURA 10:	DESPA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELOS PROJETOS DESISTIDOS (ACUMULADO).....	409
FIGURA 11:	PROJETOS SEM PEDIDOS DE PAGAMENTO HÁ MAIS DE SEIS MESES	410
FIGURA 12:	NOTÍCIA PUBLICADA NO SEMANÁRIO EXPRESSO	434
FIGURA 13:	ALGUNS EXEMPLOS DO PRODER NA IMPRENSA	434
FIGURA 14:	SITE PRODER – EXEMPLO DA NOVA <i>HOMEPAGE</i> E DO NOVO MENU.....	436
FIGURA 15:	SITE PRODER – Nº DE VISITAS (NO ANO)	437
FIGURA 16:	SITE PRODER – DISTRIBUIÇÃO MENSAL DO Nº DE VISITAS (NO ANO)	438
FIGURA 17:	SITE PRODER – CONTEÚDOS MAIS VISITADOS (NO ANO).....	438
FIGURA 18:	ENDEREÇO ELECTRÓNICO – DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE E-MAILS RECECIONADOS	439
FIGURA 19:	LINHA VERDE – Nº DE TELEFONEMAS RECEBIDOS (NO ANO).....	441
FIGURA 20:	LINHA VERDE – TIPOLOGIA DE UTILIZADORES (NO ANO).....	441
FIGURA 21:	EVENTOS PÚBLICOS – AÇÕES DE DIVULGAÇÃO.....	442
FIGURA 22:	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS – <i>OVIBEJA</i>	444
FIGURA 23:	INTERVENÇÕES DA GESTORA DO PRODER.....	444
FIGURA 24:	CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS – EXEMPLO DE ANÚNCIO PRODER	446
FIGURA 25:	BOAS PRÁTICAS – EXEMPLO DE NOTÍCIA EM SÍTIO OFICIAL	447
FIGURA 26:	BOAS PRÁTICAS – EXEMPLO DE NOTÍCIA EM MEIO REGIONAL PRODUZIDA A A PARTIR DE INFORMAÇÃO OFICIAL DISPONIBILIZADA NO SITE DO PRODER	447
FIGURA 27:	BOAS PRÁTICAS – EXEMPLO DE NOTÍCIA EM MEIO ONLINE	448

FIGURA 28:	BOAS PRÁTICAS – SP3 PUBLICAÇÃO “3 PROJETOS LEADER”	448
FIGURA 29:	BOAS PRÁTICAS – SP1 MEDIDA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL.....	449
FIGURA 30:	BOAS PRÁTICAS – SP3 MEDIDA CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL - PAINEL EXPLICATIVO	449

LISTA DE ABREVIATURAS

AFN: AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

AG: AUTORIDADE DE GESTÃO

AGRO: PROGRAMA OPERACIONAL AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

AJAP: ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CAP: CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CCDRC: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

CEA: CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA

CN: CABEÇAS NORMAIS

CNA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

CNJ: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CONFAGRI: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL

CQ: CONTROLO DE QUALIDADE

DE: DIMENSÃO ECONÓMICA

DGADR: DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DGV: DIREÇÃO-GERAL DE VETERINÁRIA

DOP: DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA

DRAP: DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

ELA: ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

ELD: ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

FEADER: FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FFP: FUNDO FLORESTAL PERMANENTE

FTA: PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS

GAL: GRUPOS DE AÇÃO LOCAL

GPP: GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

GTAA: GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

HA: HECTARE

IC: INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

ICNB: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, IP

IFAP: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PASCAS, IP

IGAMAOT: INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

IGF: INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

IGP: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA

INE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ISIP: SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR

ITI: INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS

LVT: LISBOA E VALE DO TEJO

MAA: MEDIDAS AGROAMBIENTAIS

MBS: MARGEM BRUTA STANDARD

MOA: MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

MPB: MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

MPRODI: MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADA

NIB: NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

NIFAP: NÚMERO DE BENEFICIÁRIO DO IFAP

OP: ORGANISMO PAGADOR

OTE: ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA

OC: ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLO

PA: PEDIDO DE APOIO

PAC: POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

PAS: PEDIDO DE APOIO AGRO E SILVO-AMBIENTAL

PEN DR: PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

PES: PERÍODO ESPECIAL DE CANDIDATURA

PGF: PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

PIB: PRODUTO INTERNO BRUTO

PIR: PROJETO DE IMPACTO RELEVANTE

PME: PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

PREE: PLANO DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA EUROPEIA

ProDeR: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROF: PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL

PU: PEDIDO ÚNICO DE AJUDAS

RA: REFORMA ANTECIPADA

RAN: RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

REAP: REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

REL: RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO

REN: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
RPU: REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO
SAU: SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA
SIG: SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
SIGC: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLO
SiProDeR: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO
SIIFAP: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO IFAP
SILEADER: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO LEADER
SP: SUBPROGRAMA
STPRODER: SECRETARIADO TÉCNICO
STA: SECRETARIADO TÉCNICO DE AUDITORIA E CONTROLO
TCE: TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU
UDE: UNIDADE DE DIMENSÃO ECONÓMICA = 12 MIL EUROS
UE: UNIÃO EUROPEIA
UTA: UNIDADES DE TRABALHO ANUAL
VAB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO
VABpb: VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE
VAL: VALOR ATUAL LÍQUIDO
VALcf: RENDIMENTO DOS FATORES
VPP: VALOR DE PRODUÇÃO PADRÃO
ZIF: ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

DEFINIÇÕES

CANDIDATURAS VÁLIDAS: TOTAL DE CANDIDATURAS APRESENTADAS DEDUZIDAS DAS REPETIDAS, DAS DESISTIDAS, DOS PEDIDOS DE APOIO EM VALIDAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRODeR E DAS CANCELADAS.

CANDIDATURAS DECIDIDAS: AQUELAS QUE FORAM OBJETO DE DECISÃO DA GESTORA, APÓS AUDIÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO.

CANDIDATURAS CONTRATADAS: AQUELAS QUE FORAM ENVIADAS POR *WEBSERVICE* DE CONTRATAÇÃO PARA O IFAP.

DESPESA DECLARADA: DESPESA INCLUÍDA NAS DECLARAÇÕES TRIMESTRAIS, APRESENTADAS PELO ORGANISMO PAGADOR À COMISSÃO EUROPEIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), aprovado em Dezembro de 2007 pela Decisão C(2007) 6159 da Comissão Europeia inclui o conjunto de intervenções cofinanciadas pelo FEADER em matéria de desenvolvimento Rural no território do Continente, prosseguindo o objetivo de promover a competitividade do sector agroflorestal e dos territórios rurais de forma sustentável.

As intervenções financiadas encontram-se agrupadas por medidas e estas em quatro subprogramas.

Os três subprogramas 1 “Promoção da competitividade”, subprograma 2 “Gestão sustentável do espaço rural”, e subprograma 3 “Dinamização das zonas rurais”, visam promover ações que contribuem direta e objetivamente para a prossecução dos três objetivos estratégicos nacionais (OEN) assumidos na estratégia nacional para o desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, foram delineados em consonância com as orientações estratégicas comunitárias vertidas nos eixos 1, 2 e 3 do FEADER.

Em particular o subprograma 3 integra a abordagem LEADER, através das ações promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e através de agentes organizados especificamente para esse efeito. O subprograma 4, com carácter transversal, traduz a prioridade atribuída à inovação, à produção e difusão do conhecimento e ao desenvolvimento das competências dos agentes que atuam no território, os quais desempenham um papel absolutamente determinante no sucesso global da estratégia nacional adoptada.

2. Em termos de contexto socioeconómico, o ano de 2012 ficou marcado pela recessão económica e pelas imposições do programa de assistência financeira a Portugal, nos termos do Memorando de Entendimento assinado entre a Republica Portuguesa e a CE, o BCE e o FMI e, em termos agrícolas, pela ocorrência de um prolongado período de seca. Consequentemente registou-se uma forte contração da procura interna e, ao nível do financiamento à economia, assistiu-se em 2012 a um corte no crédito concedido pelo sistema financeiro às famílias e às empresas.

Este enquadramento socioeconómico, profundamente desfavorável, afetou as condições de execução do Programa, sendo de destacar as condicionantes

ao cofinanciamento nacional decorrentes das dificuldades orçamentais do Estado Português.

Mas se é verdade que as condições de financiamento dos agentes públicos e privados condicionam a execução do Programa, também não é menos verdade que o PRODER constitui uma das principais fontes de financiamento da economia, particularmente do setor agroflorestal. Este facto foi visível na evolução dos indicadores do Programa que demonstraram a enorme capacidade dos agentes do setor em continuar a investir.

3. No início de 2012 efetuou-se uma revisão do Programa, que foi aprovada pela Comissão Europeia em março de 2012.

Esta revisão foi determinada pela necessidade de ajustamento da taxa de cofinanciamento imposta pelas referidas dificuldades orçamentais do Estado português, a qual foi aumentada para 85%, conforme estabelecido pelo Governo Português no quadro do Orçamento para 2012, possibilidade atribuída aos Estados-membros com programas de assistência financeira por alteração do Regulamento (CE) n.º 1968/2005.

Na linha das recomendações da Avaliação Intercalar e Contínua do PRODER, a Autoridade de Gestão do PRODER incluiu na proposta de alteração do Programa um reajustamento financeiro das dotações das medidas, com reforço das medidas prioritárias para o desenvolvimento da competitividade que se encontravam em situação de *overbooking*.

4. No final de 2012 o Programa apresentava uma taxa global de execução de 60%, aferida pela despesa pública, tendo sido plenamente atingido o objetivo de recuperar o atraso acumulado até 2009 face à média da União Europeia (58,04% a 31 de março de 2013, que com o adiantamento corresponde a 64,47%).

Esta evolução global foi registada em todos os subprogramas, cujas taxas de execução (rácio entre a despesa pública paga e a programada) são agora de 54% para o subprograma 1 "Promoção da competitividade", 68% para o subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural", 38% para o subprograma 3 "Dinamização das zonas rurais" e 35% para o subprograma 4 "Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências".

A taxa de contratação (rácio entre a despesa pública contratada e a programada) e a taxa de realização (rácio entre a despesa pública paga e a contratada) do Programa é de 89% e 64%, respetivamente.

5. Globalmente o ano de 2012 foi um ano de forte execução do Programa, com um aumento percentual de 18 pontos, mas também de forte procura por parte dos promotores com a entrada de 11.857 candidaturas às várias ações de investimento.

A AG decidiu neste ano manter/abrir períodos de candidaturas em contínuo para as ações prioritárias, particularmente as ações da medida 1.1 “Inovação e desenvolvimento empresarial” e as ações florestais. No primeiro caso, registou-se uma média mensal que rondou as 190 candidaturas, no caso da ação 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas”, as 460 candidaturas na ação 1.1.2 “Investimentos de pequena dimensão” e as 280 candidaturas na ação 1.1.3 “Instalação de jovens agricultores”.

O valor acumulado dos compromissos assumidos ascendeu a 3,5 milhões de euros, ou seja 91% do programado para o período 2007-2013. Considerando que existem compromissos plurianuais no eixo 2, para as medidas agro e silvoambientais, a taxa real dos compromissos do Programa ronda os 100%, colocando-o, assim, em situação de *overbooking* global.

A execução acumulada do Programa atingiu, no final de 2012, mais de 2,5 mil milhões de euros de pagamentos, representando 60% de taxa de execução (relação entre a despesa pública executada e a programada).

Analisando a execução do ano de 2012 verifica-se que o eixo 1 (competitividade) teve o maior peso (46% do total executado no ano) e dentro deste eixo, a medida 1.1 (ações 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3) representou 66% da execução do eixo e 30% da execução total. Da mesma forma, na análise por subprograma constata-se que os quatro subprogramas viram a sua execução aumentar entre 17 e 25 pontos percentuais.

No que se refere ao cumprimento da regra N+2 a mesma ficou garantida durante o mês de julho de 2012, demonstrando assim a capacidade de execução do Programa.

6. A AG do PRODER atenta à situação do país, da importância deste Programa para o setor e da necessidade de assegurar a plena utilização dos recursos financeiros comunitários disponíveis, aprofundou o trabalho já iniciado em

2011 de avaliação permanente e rigorosa das situações em que se verifica que os beneficiários não têm condições para executar os investimentos aprovados, a "Operação Limpeza".

Neste sentido, a Autoridade de Gestão (GAL, no caso dos beneficiários dos projetos das medidas 3.1 e 3.2) identificou todos os casos e concedeu a todos os beneficiários identificados, a título excecional, a possibilidade de regularizarem a situação do seu projeto ou, em casos particulares, devidamente justificados, solicitarem a prorrogação do prazo de início da execução do projeto.

Nos casos em que a situação dos projetos não foi alterada ao fim do prazo excecionalmente concedido, nem apresentada qualquer justificação para o efeito, cerca de 21% do número de projetos identificados, a Autoridade de Gestão/GAL considerou, nos termos da OTG nº 7, os projetos automaticamente desistidos e essas decisões foram comunicadas ao Organismo Pagador para efeitos da resolução unilateral dos contratos de financiamento.

Esse número de projetos (331) adicionado ao número de desistências efetuadas, em 2012, a pedido expresso dos beneficiários (382) perfaz um total de 713 projetos desistidos, ao qual estava associado um montante de despesa pública de cerca de 66 milhões de euros.

Desse montante, 16 milhões de euros correspondiam a projetos de investimento LEADER (217), pelo que os 50 milhões de euros remanescentes estavam consignados aos restantes projetos de investimento (496).

Essas verbas foram automaticamente libertadas nas medidas e ações em que tinham sido aprovados os projetos que foram objeto de desistência, passando a constituir dotação orçamental disponível para aprovação de novos projetos.

Mais de metade dos projetos desistidos encontravam-se aprovados nas medidas e ações do subprograma 1 e mais de 75% desses projetos estavam enquadrados no conjunto das três principais ações de apoio ao investimento agrícola e agroindustrial (ações 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3).

No subprograma 3 concentrou-se cerca de 30% do número de projetos desistidos, expressão que resulta sobretudo do número de desistências registadas nas medidas LEADER (medidas 3.1 e 3.2), geridas pelos GAL.

Outra vertente desta operação foi a da monitorização do conjunto de projetos que, já estando em execução e com pedidos de pagamento liquidados, não apresentavam novos pedidos de pagamento há mais de seis meses. No ano de 2012 foram notificados 2.102 beneficiários, dos quais mais de dois terços no segundo semestre do ano. Mais de 60% desses beneficiários apresentaram novos pedidos de pagamento. Verificaram-se também situações em que a avaliação do ciclo de realização física e financeira dos investimentos aprovados determinou a necessidade dos beneficiários apresentarem um pedido de alterações para poderem dar continuidade e concluírem a execução dos seus projetos. Constatou-se que praticamente metade dos projetos cujos beneficiários solicitam um pedido de alterações aos investimentos aprovados, origina uma redução do apoio atribuído, sendo que no conjunto de todas as medidas e ações de investimento a taxa média de redução do apoio resultante desses pedidos situava-se, no final de 2012, na casa dos 5%.

Finalmente encontra-se, ainda, a ser monitorizado o cumprimento dos prazos de conclusão dos projetos.

7. As atividades de avaliação realizadas contemplaram a elaboração das respostas a um conjunto definido de Questões Específicas, tendo sido, em alguns casos, a resposta elaborada para o agregado de questões de cada código COM. A selecção das questões respondidas teve por base os seguintes critérios: a questão seleccionada relaciona-se com um tópico indicado pela AG como relevante para esta avaliação; houve, desde a Avaliação Intercalar, disponibilização de informação que justifique a atualização da resposta formulada para uma determinada questão em sede de avaliação intercalar. Teve ainda em conta a estabilização de uma possível metodologia para a estimativa dos Indicadores de Impacto e a integração nas atividades de avaliação das solicitações específicas formuladas pela AG. Alguns dos domínios assinalados pela AG integram total ou parcialmente a resposta a questões específicas e, neste caso foram enquadrados neste item de avaliação. Sempre que os domínios de avaliação solicitados exigiram tratamento autónomo este foi produzido.
8. No ano de 2012, o sistema de informação do PRODER continuou a ser melhorado, tendo sido consolidado o circuito dos processos operacionais

(ciclo de vida dos pedidos de apoio) e a integração dos dados provenientes do SILEADER. Foram, ainda, desenvolvidos o *interface* para recolha de indicadores de resultado dos projetos encerrados, os quadros de monitorização financeira para apoio à gestão e o módulo de controlo de qualidade.

9. No que se refere à articulação com os GAL, o ano de 2012 registou a manutenção de uma forte ligação entre AG e Federação Minha Terra para acompanhamento da implementação das medidas delegadas nos GAL, medidas 3.1 e 3.2, a realização de reuniões individuais com os GAL que tinham uma taxa de execução, em junho de 2012, inferior à taxa média das referidas medidas e uma melhoria nos resultados obtidos em sede de Controlo de Qualidade.

10. O ano de 2012 traduziu-se também na consolidação da comunicação do PRODER, centrada agora na realização e apresentação de resultados do Programa, estágio esse que terá o seu seguimento natural durante o ano de 2013, onde se privilegiará a apresentação de boas práticas na aplicação do FEADER. O *site* do PRODER, renovado em 2011, impõe-se como o eixo mais relevante da comunicação, tendo sofrido as seguintes alterações em 2012: novos formatos de apresentação de resultados; novo menu "*Projetos PRODER e PRRN premiados*". Ao longo do ano, o site recebeu cerca de 576 mil visitas, visitas estas que representam, em média por cada visita, consultas a 6,04 páginas com uma permanência média de 5:14 min. revelando, assim, a importância deste instrumento de comunicação. Durante o ano de 2012, realizaram-se 238 sessões de divulgação do Programa, representando uma interessante dinâmica na comunicação, transversal e alargada às diversas entidades que em muito contribuem para a organização e sucesso destas iniciativas, Direções Regionais, GAL e ELA. Até 31 de dezembro de 2012, o PRODER contabilizou 1.116 eventos públicos de divulgação.

0. INTRODUÇÃO

O relatório anual do PRODER concretiza um dos instrumentos de acompanhamento e monitorização do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), conforme previsto no Artigo 82.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro, seguindo a estrutura e os conteúdos aí definidos.

O presente Relatório visa facultar uma visão global do Programa, procurando-se:

- Contextualizar a implementação do PRODER no quadro da evolução dos principais indicadores socioeconómicos;
- Efetuar um balanço da operacionalização física e financeira do PRODER;
- Apresentar os principais fatores críticos que condicionaram a implementação do PRODER e as medidas adotadas.

A estrutura e conteúdo do relatório estão em conformidade com o Anexo VII do Regulamento CE nº 1974/2006 e é constituído por sete Capítulos:

- Capítulo 1: apresenta uma síntese do enquadramento socioeconómico e uma síntese das alterações gerais efectuadas no Programa ao longo de 2012. No enquadramento socioeconómico reporta-se o ambiente macroeconómico, o complexo agroflorestal na economia, a economia agrícola e o enquadramento estrutural. Na síntese das alterações gerais efectuadas ao Programa, dá-se relevo às alterações submetidas ao Comité de Acompanhamento e à Comissão Europeia, particularmente a reprogramação efetuada no início de 2012 que permitiu aumentar a taxa de cofinanciamento nas condições estabelecidas no Reg.(CE) n.º 1312/2011;
- Capítulo 2: incide sobre a evolução da execução do Programa, incluindo um ponto de análise global e a análise detalhada por medida/ação PRODER. Na análise global apresenta-se valores agregados relativos a

concursos abertos, candidaturas entradas e investimento proposto, análise aprovação e contratação de pedidos de apoio, execução financeira e indicadores de acompanhamento. Na análise detalhada por medida/ação segue-se a estrutura adoptada nos relatórios anteriores com a descrição do enquadramento regulamentar, objectivos e implementação e especificando os indicadores de realização e de resultado;

- Capítulo 3: reflete a execução financeira do Programa, incluindo a tipologia de quadros constantes do já referido Anexo VII do Regulamento CE nº 1974/2006;
- Capítulo 4: apresenta as atividades de avaliação contínua referentes ao ano de 2012 e respectiva metodologia;
- Capítulo 5: apresenta as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão e pelo Comité de Acompanhamento para assegurar a qualidade e eficácia da execução do programa com a apresentação de um resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do programa e medidas tomadas, a utilização da assistência técnica e as medidas tomadas para garantir que o programa é objecto de publicidade;
- Capítulo 6: apresenta os aspectos relacionados com a conformidade do Programa com as políticas comunitárias;
- Capítulo 7: refere as questões respeitantes à reutilização das verbas comunitárias

1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Enquadramento socioeconómico

A – Ambiente macroeconómico

O ano de 2012 foi marcado por uma contração da atividade económica na zona euro e um abrandamento no conjunto da OCDE.

Quadro 1: Enquadramento Internacional

	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de variação anual real PIB (%)					
EUA	-0,3	-3,1	2,4	1,8	2,2
Zona Euro	0,3	-4,3	1,9	1,5	-0,4
OCDE	0,2	-3,6	3,0	1,8	1,4
PT	0,0	-2,9	1,9	-1,6	-3,2
Taxa de Desemprego (%)					
EUA	5,8	9,3	9,6	8,9	8,1
Zona Euro	7,4	9,4	9,9	10,0	11,1
OCDE	6,0	8,2	8,3	8,0	8,0
PT	7,6	9,5	10,8	12,7	15,7
Taxa de variação anual real do consumo privado (%)					
EUA	-0,6	-1,9	1,8	2,5	1,9
Zona Euro	0,4	-0,9	0,9	0,1	-1,0
OCDE	0,1	-1,6	2,1	1,7	1,1
PT	1,3	-2,3	2,6	-3,8	-5,6
Taxa de juro de curto prazo (%)					
EUA	3,2	0,9	0,5	0,4	0,4
Zona Euro	4,6	1,2	0,8	1,4	0,6
PT	4,6	1,2	0,8	1,4	0,6
Índice de preços (Base 2005)					
Petróleo	178,2	113,0	146,0	204,3	nd
Matérias primas agrícolas	126,0	104,6	140,4	155,4	129,4
Dívida pública em % do PIB					
EUA	40,2	53,6	61,3	nd	nd
PT	71,7	83,2	93,5	108,1	115,5
Défice público em % do PIB					
EUA	-6,6	-11,9	-11,4	-10,2	-8,5
Zona Euro	-2,1	-6,3	-6,2	-4,1	-3,3
OCDE	-3,4	-8,2	-7,7	-6,5	-5,5
PT	-3,7	-10,2	-9,8	-4,4	-5,2

Fonte: OCDE, Contas Nacionais Anuais Preliminares - 2012, INE e IGCP;
Data de versão dos dados: Março de 2013

O decréscimo do PIB, na zona euro, refletiu-se no desemprego, que continuou a aumentar, conduzindo, nomeadamente, ao decréscimo do consumo privado.

O défice público das economias desenvolvidas continuou a recuar em 2012, fruto das medidas de natureza orçamental adotadas em alguns países.

No caso das matérias-primas agrícolas, os preços desceram em 2012 depois de alcançarem um nível máximo em 2011.

Quadro 2: PIB e componentes

	2000	2007	2008	2009	2010	2011 ^P	2012 ^P
<i>Taxa de variação anual real PIB (%)</i>							
PIB	3,9	2,4	0,0	-2,9	1,9	-1,6	-3,2
Consumo Privado	3,8	2,4	1,3	-2,3	2,6	-3,8	-5,6
Consumo público	4,2	0,5	0,5	4,7	0,1	-4,3	-4,4
Investimento	1,6	2,1	-0,1	-13,3	1,4	-13,8	-13,7
Procura interna	3,3	2,0	0,9	-3,3	1,8	-5,8	-6,8
Exportações	8,8	7,5	-0,1	-10,9	10,2	7,2	3,3
Importações	5,7	5,5	2,3	-10,0	8,0	-5,9	-6,9

P – dados preliminares;

Fonte: Contas Nacionais Anuais Preliminares - 2011, INE;

Data de versão dos dados: Março de 2013

Em Portugal verificou-se uma forte contração na procura interna (6,8%), generalizada a todas as componentes da procura interna: investimento (-13,7%), consumo privado (-5,6) e público (-4,4%), facto que motivou o decréscimo do PIB em 3,2%. Salienta-se a melhoria do saldo da balança comercial em 2012, quer devido ao crescimento das exportações (3,3%), embora a perder dinamismo nos últimos três anos, quer da diminuição das importações (-6,9%).

Verifica-se um aumento do desemprego desde 2008, atingindo os 15,7% em 2012, valor superior ao observado na zona euro e na generalidade dos países desenvolvidos. O défice das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional ascendeu a 5,2% do PIB, em 2012, depois de ter registado 4,4%, em 2011.

B – O complexo agroflorestal na economia

O complexo agroflorestal inclui o **complexo agroalimentar** (agricultura e indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e o **complexo florestal** (silvicultura e as indústrias transformadoras de produtos florestais) e tem um peso importante na economia nacional, gerando aproximadamente 6% do PIB em 2012. As estimativas para 2012 revelam que o complexo agroflorestal representa 13,2% do emprego total da economia.

Quadro 3: Importância do complexo agroflorestal no PIB, no emprego, nas exportações e nas importações da economia em em 2012^E (%)

	PIB	Emprego*	Exportações	Importações
Agricultura	1,5	9,3	1,3	4,3
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,3	2,2	6,9	9,7
Silvicultura	0,4	0,2	0,2	0,4
Ind. Florestais	1,6	1,5	6,7	2,6
Complexo Agro-Florestal	5,8	13,2	15,0	17,0

P – dados preliminares; E - estimativa

**- Dados para 2011; não existe, até à data, disponibilizada informação estatística que possibilite realização de estimativas para 2012.*

Fonte: GPP, a partir de INE;

Data de versão dos dados: Março de 2013

Os produtos do complexo agroflorestal são bens internacionalmente transacionáveis, isto é, podem ser importados e exportados e estão, portanto, sujeitos à concorrência internacional nos mercados externos e no mercado interno. As atividades do complexo agroflorestal têm, por isso, um papel importante no comércio internacional representando, atualmente, cerca de 15% e 17%, respetivamente, dos valores das exportações e das importações da Economia. O valor das exportações sobe para 20% quando se considera apenas a exportação de bens.

Quadro 4: Exportações, importações e saldo comercial do Complexo Agro-florestal e da Economia (Milhões euros)

	2007	2008	2009	2010	2011 ^P	2012 ^E
Complexo Agro-florestal						
Exportações	6.781,6	7.242,7	6.565,9	7.511,5	9.042,9	9.603,2
Importações	9.589,3	10.336,8	9.292,2	10.114,3	11.486,1	11.017,1
Saldo Comercial	-2.807,7	-3.094,1	-2.726,4	-2.602,8	-2.443,2	-1.413,9
Economia (Bens e Serviços)						
Exportações	54.498,1	55.801,9	47.235,8	54.109,4	61.168,1	64.073,4
Importações	68.044,7	73.124,7	59.717,2	67.439,1	68.619,1	64.906,6
Saldo Comercial	-13.546,6	-17.322,8	-12.481,4	-13.329,7	-7.451,0	-833,2

P – dados preliminares; E - estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE;
Data de versão dos dados: Março de 2013

O saldo da balança comercial agroflorestal, tradicionalmente negativo e representando atualmente -1.413M€, tem apresentado melhorias significativas, diminuindo 42,1% entre 2011 e 2012. Por sua vez, o défice comercial da economia portuguesa evoluiu de 7.451M€ em 2011 para 833,2M€ em 2012 (variação de -88,8%) (ver quadro 4).

C – Economia agrícola

Em 2012, o produto agrícola apresenta um decréscimo real (-2,5%), num ano marcado pela seca.

Quadro 5: Taxa média de crescimento anual da produção, dos consumos intermédios, do VAB agrícola e do PIB (%)

	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
	2012/2000			2012/2011		
Produção agrícola_{pm}	-0,2	0,8	0,5	-2,7	3,9	1,1
Consumos intermédios	0,1	2,6	2,7	-2,8	4,6	1,7
VAB_{pm} Agricultura	-2,2	-0,8	-2,9	-2,5	2,3	-0,3

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CN e CEA (Base 2006), INE;
Data de versão dos dados: Fevereiro de 2013

Destaca-se o aumento verificado nos preços implícitos do produto (2,3%), divergindo da evolução verificada nos anos anteriores.

Apesar da quebra verificada na produção agrícola em 2012 (-2,7%, em volume), o rendimento da atividade agrícola aumentou.

Quadro 6: Taxa de variação anual de alguns indicadores relativos à atividade agrícola (%)

	2007	2008	2009	2010	2011 ^P	2012 ^E
<i>taxa de variação anual (%)</i>						
Produção_{pm}						
Preços correntes	3,9	4,9	-5,6	3,1	-1,2	1,1
Preços constantes 2006	-0,8	2,6	-0,5	-0,5	-1,6	-2,7
VAB_{pm}						
Preços correntes	-7,8	0,9	-2,6	-0,8	-13,6	-0,3
Preços constantes 2006	-5,6	4,4	-2,8	-1,7	0,0	-2,5
VAB _{cf} (preços correntes)	-1,3	4,3	-9,1	3,5	-9,9	6,0
Emprego (UTA)	-2,3	-1,5	-1,5	-8,3	-3,5	-1,3
Produtividade						
VAB _{pm} volume /UTA	-3,4	6,1	-1,2	7,2	3,7	-1,3
Rendimento						
VAL _{cf} real /UTA	-1,8	4,3	-8,6	11,7	-6,6	7,5
VAL _{cf} - rendas e juros real/UTA	-4,9	3,0	-7,9	15,9	-11,7	13,5
Rendimento Empresarial Líquido						
	-8,5	4,2	-11,1	12,6	-26,0	23,8
Subsídios	19,7	12,7	-19,4	17,9	-7,4	15,8
FBCF	2,8	-5,8	-12,6	2,1	-1,5	nd
FBCF/RLE	12,3	-9,6	-1,7	-9,3	33,1	nd
FBCF/VAB _{cf}	7,1	-8,3	-3,0	-0,3	9,4	nd
<i>P – dados preliminares; E - estimativa</i>						
Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE; Data de versão dos dados: Março de 2013						

Em 2012, a diminuição do produto agrícola originou uma perda da produtividade do trabalho (-1,3%), divergindo da tendência dos anos mais recentes. O investimento na atividade agrícola apresentou uma evolução irregular, no período 2000-2012, da qual resulta uma taxa de crescimento média anual de -1%.

Em termos de emprego, o valor para 2012, que corresponde apenas a uma estimativa a partir das contas nacionais, exprime uma desaceleração acentuada da redução do volume de trabalho face aos anos anteriores.

Esta tendência é confirmada pelos resultados do inquérito ao emprego do INE, que estima para 2012 um aumento de 3,3% da população empregada no setor primário.

Relativamente a produção agrícola em 2012, os resultados revelam uma dinâmica positiva da produção animal (2,9%, em valor) e negativa da produção vegetal (-1%, em valor), e negativa em ambos os casos se consideradas as respetivas produções avaliadas em volume.

Quadro 7: Estrutura da produção agrícola e respetiva variação

	Estrutura em 2012 ^E	Taxa de variação 2012 ^E /2007	Taxa de variação 2012 ^E /2011		
		Volume	Volume	Preço	Valor
Cereais	3,9	8,9	-2,0	8,2	6,1
Plantas industriais	0,5	-65,9	-3,1	5,6	2,3
Plantas forrageiras	5,1	-13,8	-9,2	15,9	5,2
Vegetais e Produtos hortícolas	18,7	7,2	5,3	2,7	8,1
Batatas	1,2	-24,4	-6,0	-26,9	-31,3
Frutos	15,2	-1,8	-13,8	2,2	-11,9
Vinho*	5,9	-3,6	7,6	-3,5	3,8
Azeite*	0,1	91,5	-25,0	4,3	-21,8
Outros produtos vegetais	0,7	30,8	0,0	-2,5	-2,5
PRODUÇÃO VEGETAL	51,1	-1,1	-3,3	2,3	-1,0
Bovinos	8,1	17,0	-0,5	-3,8	-4,3
Suínos	9,8	-4,4	-5,0	11,9	6,3
Aves de capoeira	7,5	4,8	-2,0	-0,1	-2,1
Leite	11,7	0,0	1,5	1,9	3,4
PRODUÇÃO ANIMAL	44,1	-3,5	-1,2	4,2	2,9
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS	3,0	-0,8	-1,7	0,0	-1,7
PRODUÇÃO	100,0				

E - estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE
Data de versão dos dados: Janeiro 2013

Note-se que os sectores do vinho e, em particular, do azeite só estão residualmente refletidos nos resultados apresentados¹.

Parte do sector animal é fortemente utilizador de consumos intermédios e, portanto, o seu valor acrescentado representa uma parcela diminuta do valor da produção, pelo que o crescimento da sua produção tem um impacto muito inferior no valor acrescentado.

A diminuição verificada na produção vegetal em 2012 deveu-se essencialmente à diminuição da produção, sobretudo verificada nos frutos.

¹ A última atualização metodológica das Contas Económicas da Agricultura (CEA) teve, entre outras, repercussões na contabilização do vinho e do azeite na produção agrícola. Atualmente o vinho e o azeite produzidos em adegas e lagares cooperativos deixaram de ser considerados na produção agrícola, sendo contabilizados na indústria das bebidas e nas indústrias alimentares, respetivamente. Apenas a produção de vinho e azeite por produtores individuais é considerada na produção agrícola. Por esta razão, a evolução verificada nestes sectores, segundo as CEA, não representa a totalidade da produção nacional de vinho e azeite, sendo mesmo residual neste último caso.

Destaca-se, contudo, a evolução positiva dos vegetais e produtos hortícolas (5,3%, em volume e 8,1%, em valor).

Na produção animal, destaca-se em 2012 o crescimento positivo dos suínos (6,3%, em valor) face à tendência dos últimos anos, devido ao crescimento dos preços (11,9%) que contrariou a diminuição em volume (-5%), bem como o crescimento do leite (3,4% em valor), em resultado quer do aumento dos preços (1,9%) quer do aumento em volume (1,5%).

1.2 Alterações ao Programa

A 02 de fevereiro de 2012 foi apresentada uma proposta de alteração ao Programa. A proposta foi aprovada a 28 de março pela Decisão da Comissão C(2012) 2071. Esta alteração decorreu da necessidade de implementar uma das principais recomendações constantes do relatório de avaliação intercalar do Programa e das dificuldades do Estado Português em assegurar as dotações necessárias ao cofinanciamento nacional.

Das recomendações globais para o restante período do Programa, destaca-se a necessidade de adoção de uma gestão orçamental flexível, que permita transferir verbas de medidas com execução baixa para medidas com elevada capacidade de absorção de fundos, garantindo o cumprimento da regra n+2.

No que se refere às dificuldades orçamentais do Estado Português o facto da execução integral do Programa implicar a disponibilização de 635 milhões de euros de recursos públicos nacionais entre 2012 e 2015, num valor próximo de 200 milhões de euros por ano, recursos que, no contexto da crise económica e financeira e no quadro do programa de assistência financeira celebrado pelo Estado Português, não seria possível disponibilizar, considerou-se oportuno proceder ao aumento da taxa de cofinanciamento, nas condições estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 1312/2011.

Embora o regulamento permitisse uma taxa máxima de 95%, tal implicaria uma redução na dotação total do programa que levaria a suspensão de novos compromissos.

Por esta razão propôs-se a fixação da taxa de cofinanciamento em 85%, o que conduziu a uma redução da dotação total do programa em cerca de 276 milhões de euros, significativamente menor do que seria o cenário dum taxa de cofinanciamento de 95%, e que permitiu assegurar a manutenção da concessão de apoios na generalidade das medidas do programa.

Contudo, a redução da dotação global do programa e a existência de medidas com níveis de compromisso muito elevados reforçou a necessidade de proceder a alguns ajustamentos na dotação de várias medidas, o que, de resto, constituía já uma das principais recomendações da Avaliação Intercalar do Programa, como atrás se refere.

A proposta de ajustamento apresentada teve em conta a necessidade de manter o equilíbrio entre os eixos, não se reduzindo a participação FEADER em nenhum deles.

Embora o processo só tenha ficado concluído em março de 2012 com a decisão da Comissão, as modificações do Programa foram operacionalizadas logo após a submissão da proposta à Comissão Europeia.

Em maio de 2012 foi ainda efetuada uma alteração à ação ação 2.2.1 – “Alteração de modos de produção”, com a supressão do compromisso “produzir com destino direto e indireto ao consumo humano e vender a produção obtida sob controlo do OPC, relativo à superfície objeto da candidatura, diretamente ao consumidor final ou a um operador intermédio” por não estar em causa um compromisso de natureza ambiental nem este relevar para efeitos de determinação do valor da ajuda.

1.3 Complementaridade com outros instrumentos financeiros

Nesta matéria mantém-se a situação e os procedimentos instituídos e descritos nos relatórios de execução dos anos anteriores.

Em relação à medida 3.6 “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais”, foram apresentados 4 novos pedidos de pagamento, dois de cada um dos promotores. Estes investimentos decorrem de acordo com o previsto no regulamento de aplicação da medida, e têm sido

sempre acompanhados de parecer da ANACOM, a validar os investimentos efetuados, e enquadram-se no âmbito do protocolo de articulação entre o PRODER e os PO Regionais do QREN que delimitou, de forma objetiva, as áreas de intervenção a cargo do FEADER - PRODER e as áreas de intervenção a cargo do FEDER – PO Regionais.

Adicionalmente, no quadro da operacionalização da medida 3.7 “Centros Educativos Rurais do Algarve” foram assinados os contratos de financiamento com os promotores dos 7 PA aprovados, todos municípios, e que garantem a necessária delimitação entre a área de intervenção a cargo do FEADER - PRODER e as áreas de intervenção a cargo do FEDER – PO Regional do Algarve, por via dos territórios e equipamentos elegíveis, conforme definido no regulamento específico desta medida.

Esta medida apresenta sinergias com a tipologia de intervenção “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar” do Eixo Prioritário 3 (Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano) do PO Regional do Algarve, do QREN, que visa o desenvolvimento do programa nacional de requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar.

A demarcação dos investimentos financiados pelo FEDER e pelo FEADER foi definida a nível territorial, tendo sido identificados os municípios, que tinham equipamentos a intervencionar e que pretendiam colocá-los à disposição das populações, sendo apenas aceites investimentos em equipamentos localizados em zonas classificadas como rurais.

2. PROGRESSOS DO PROGRAMA

Neste capítulo pretende-se apresentar um balanço da evolução da implementação do PRODER, até ao final de 2012, quer no que respeita a concursos ou períodos de candidaturas realizados e montantes financeiros disponibilizados, quer a candidaturas apresentadas pelos beneficiários a esses mesmos concursos, investimento proposto, candidaturas aprovadas e contratadas. Esta primeira análise termina com o volume de candidaturas contratadas e com pagamentos já efetuados.

2.1 Balanço global do Programa

Em 2012, a atuação da Autoridade de Gestão (AG) assegurando a continuidade do trabalho que vinha a ser feito ao nível da análise, decisão e contratação de candidaturas centrou-se com maior intensidade na execução do Programa e na monitorização da execução de cada projecto contratado no sentido de assegurar que os valores comprometidos são executados.

Durante o ano de 2012, o PRODER pagou cerca de 701 milhões de euros aos beneficiários do Programa, incluindo verbas que posteriormente foram objeto de recuperações, o que representa uma média mensal de pagamentos de cerca de 58 milhões de euros que assim foram canalizados para a economia real.

Por outro lado, foram aprovados em 2012 cerca de 7 mil novos projetos de investimento, aos quais foi atribuído um apoio de cerca de 920 milhões de euros, o que alavanca um investimento total superior a mil milhões de euros.

Em termos de valores acumulados, o PRODER terminou o ano de 2012 com cerca de 24.400 projetos de investimento aprovados, um montante total de investimento/custo aprovado superior a 6 mil milhões de euros, ao qual foi atribuído apoio superior a 3,5 mil milhões de euros e que contribuem para a criação de mais de 30.000 postos de trabalho.

No final de 2012, o PRODER atingiu uma taxa de execução, aferida pela despesa pública (relação entre a despesa pública paga e a programada), de 60%, tendo já pago aos seus beneficiários mais de 2,5 mil milhões de euros, o que significa que, pela primeira vez, a taxa de execução aumentou 18 pontos percentuais no ano.

Actividade particularmente relevante na gestão do PRODER, em 2012, constituiu a "Operação limpeza", que começou a ser preparada no início de 2011 e se prolongou pelo ano de 2012. Esta operação permitiu libertar verbas que foram reaplicadas em outros projetos já aprovados mas sem dotação e permitiu a abertura de períodos de candidaturas em contínuo em ações consideradas fundamentais ao apoio do investimento privado: medida 1.1 Inovação e desenvolvimento empresarial (em particular a modernização e capacitação das empresas e a instalação de jovens agricultores).

Já no final de 2012, iniciou-se a preparação de uma nova fase desta operação por forma a monitorizar projetos cujo período de execução já tenha terminado sem que o beneficiário tenha apresentado formalmente o fecho do projeto, através da submissão dum último pedido de pagamento. Esta nova fase irá permitir também libertar verbas de projetos concluídos abaixo do valor contratado.

2.1.1 Legislação publicada

A situação de seca que o território do Continente atravessou no decurso do ano de 2012, atingiu proporções muito graves, que obrigaram a uma atuação de contingência traduzida na implementação de medidas excecionais para mitigar os efeitos da mesma. Visando a adaptação à capacidade produtiva do meio agrícola foi identificado um conjunto de medidas para vigorar na campanha agrícola de 2012 e publicada a Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril, que aprovou medidas para atenuar os efeitos da seca.

Assim, e ao abrigo do artigo 47.º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006, da Comissão, de 15 de dezembro de 2006, que define os casos de circunstâncias excecionais, determinou-se que não seriam alvo de penalizações, por

incumprimento de certas condições de acesso e de compromissos, os beneficiários da medida 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, da medida 2.2 “Valorização dos modos de produção”, da ação 2.2.1 “Alteração dos modos de produção”, da ação 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, de alguns apoios da medida 2.4 “Intervenções territoriais integradas” e da ação 2.3.2 “Ordenamento e recuperação de povoamentos”, do PRODER. A mesma Portaria previu ainda a intervenção das estruturas locais de apoio (ELA) na definição de orientações e na autorização de ajustamentos de compromissos mediante análise das situações concretas e a evolução da situação climática.

A entrada em vigor da Decisão de Execução da Comissão n.º 4124/2012, de 21 de junho, que consagra períodos de retenção especiais para os pagamentos diretos animais, ditou a necessidade de proceder ao ajustamento dos períodos de compromisso previstos na ação 2.2.2. Para garantir a harmonização desses instrumentos a Portaria n.º 370/2012, de 9 de novembro, alterou a Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril, fazendo coincidir os períodos de retenção para efeitos dos pagamentos diretos aos animais, no ano de 2012, com os períodos de compromisso da ação 2.2.2, previstos na Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março.

Foram ainda alteradas algumas das Portarias regulamentadoras das medidas do PRODER, com o propósito de integrar as modificações aprovadas ao Programa e de adequar novas realidades aos procedimentos instituídos e às medidas de flexibilização e uniformização anteriormente adotadas.

2.1.2 Concursos abertos

Os regulamentos específicos de cada ação estabelecem as modalidades de apresentação das candidaturas. No ano de 2012 deu-se continuidade à opção adotada no início em 2010, no âmbito da flexibilização e simplificação do programa, de privilegiar a modalidade de candidaturas em contínuo.

Assim, em 2012, foram abertos 138 novos concursos, dos quais 7 com a possibilidade de apresentação de candidaturas em contínuo: ação 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas” (um específico para o setor leiteiro e outro para os restantes setores), ação 1.1.2 “Investimentos de

pequena dimensão”, ação 1.6.5 “ Projetos estruturantes”, ação 2.4.3 a 2.4.13 “ITI - Investimentos não produtivos”, ação 4.1 “Cooperação para a inovação” e ação 4.3.1.1 “Serviços de aconselhamento agrícola”. Do total de concursos abertos em 2012, 128 dizem respeito às medidas 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” e 3.2 “Melhoria da qualidade de vida” nos diversos GAL.

Relativamente às medidas/ações enquadradas no PU, o período de candidaturas decorreu entre fevereiro e maio.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição dos concursos abertos por medida e subprograma.

Quadro 8: Concursos em vigor no ano de 2012 (exclui medidas enquadradas no PU)

Subprograma / Medida / Ação (exclui medidas PU)	Nº concursos (abertos em 2012)	Nº concursos (em contínuo e abertos em anos anteriores)	Dotação (despesa pública) Mil euros
Subprograma 1	5	6	1.000
111 Modernização e capacitação das empresas	2		*
112 Investimentos de pequena dimensão	1		*
113 Instalação de jovens agricultores		1	*
12 Redimensionamento e cooperação empresarial			
131 Melhoria produtiva dos povoamentos		2	*
132 Gestão multifuncional		1	*
133 Modernização e capacitação das empresas florestais		1	*
142 Informação e promoção de produtos de qualidade			
152 Restabelecimento do potencial produtivo	1		1.000
161 Desenvolvimento do regadio			
162 Regadio de Alqueva		1	*
163 Sustentabilidade dos regadios públicos			
164 Modernização dos regadios coletivos tradicionais			
165 Projetos estruturantes	1		*
Subprograma 2	1	4	0
223 Conservação e melhoramento de recursos genéticos			
231 Minimização dos riscos		1	*
232 Ordenamento e reconversão dos povoamentos		2	*
233 Valorização ambiental dos espaços florestais		1	*
24 ITI - Apoio à gestão e instrumentos de programação e gestão das ITI			
ITI - Investimentos não produtivos	1		*
Subprograma 3	128	562	348.207
311 Diversificação de atividades na exploração agrícola	21	114	44.240
312 Criação e desenvolvimento de microempresas	41	112	89.782
313 Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer	24	112	75.067
321 Conservação e valorização do património rural	22	112	64.495
322 Serviços básicos para a população rural	20	112	74.623
341 Cooperação interterritorial			
342 Cooperação transnacional			
35 Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação			
36 Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais			
37 Centros educativos rurais do Algarve			
Subprograma 4	2	0	0
41 Cooperação para a inovação	1		*
421 Formação especializada			
422 Redes temáticas de informação e divulgação			
431 Serviços de aconselhamento agrícola	1		*
432 Serviços de apoio às empresas			
Assistência Técnica	2	0	10.305
Assistência Técnica	2		10.305
TOTAL	138	572	359.512

* concursos abertos em período contínuo.

2.1.3 Candidaturas entradas e investimento proposto

No ano de 2012 foram apresentados cerca de 150 mil processos de candidatura, sendo que as medidas SIGC (considerando aqui os pedidos de pagamento anuais) representam cerca de 92% do total.

O custo/investimento total envolvido atinge o valor de 1.487.901 mil euros.

Nas medidas não SIGC, o subprograma 1 "Promoção da competitividade", cujas candidaturas representam 63% do número total de candidaturas apresentadas nas medidas de investimento, continua a ser claramente o que tem maior adesão. O subprograma 3 "Dinamização das zonas rurais" representa 9% das candidaturas apresentadas nas medidas de investimento.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por subprograma, do número de candidaturas e do investimento apresentado/custo total.

Quadro 9: Candidaturas apresentadas até 31-12-2012 (exclui Medidas enquadradas no PU)

Un.: mil euros

(Exclui Medidas / Ações enquadradas no PU)	2012		Acumulado a 31-12-2012	
	Nº de candidaturas	Investimento apresentado	Nº de candidaturas	Investimento apresentado
Subprograma 1	7.483	1.048.522	27.433	7.428.434
Subprograma 2	2.614	204.858	5.098	464.286
Subprograma 3	1.070	152.098	5.694	940.714
Subprograma 4	682	4.722	3.258	149.264
Assistência técnica	8	18.582	42	79.430
TOTAL	11.857	1.428.782	41.525	9.062.128

Nota: não inclui as candidaturas desistidas, repetidas, rescindidas e canceladas.

Quadro 10: Candidaturas apresentadas até 31-12-2012 (enquadradas no PU)

Un.: mil euros

(Medidas / Ações enquadradas no PU)	2012		Acumulado a 31-12-2012	
	Nº pedido pagamento	Custo total	Nº pedido pagamento	Custo total
Subprograma 1	0	0	47.100	18.751
Subprograma 2 (*)	137.890	170.432	778.312	966.725
TOTAL	137.890	170.432	825.412	985.476

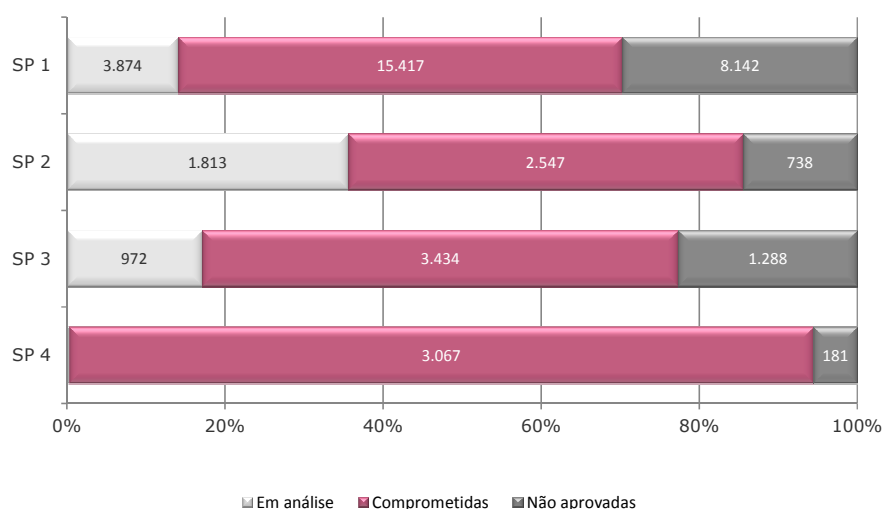
Nota: dados referentes a pedidos de pagamento (PU)

2.1.4 Análise, aprovação e contratação dos pedidos de apoio

No que diz respeito ao processo de seleção dos PA (exceto medidas SIGC) apresentado em cada subprograma, verifica-se que, cerca de 16% das candidaturas se encontram em análise no final de 2012. Esta situação deve-se ao ritmo elevado de apresentação de candidaturas nomeadamente às ações 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 2.4 INP.

Em termos médios, a percentagem de não aprovações no universo das candidaturas decididas continua a baixar apresentando, no final de 2012, uma taxa de 30% (vs 34% em 2011), facto que se deve, maioritariamente, a problemas de elegibilidade de investimentos e a problemas de viabilidade económica.

Figura 1: Situação das candidaturas a 31-12-2012 (acumulado)



Até ao final de 2012 foram aprovadas² 24.507 mil candidaturas, que envolveram 5.042.085 mil euros de investimento. Estas aprovações representam uma despesa pública de 2.530.910 mil euros com um cofinanciamento médio aproximado de 82%, pelo FEADER.

Destas candidaturas analisadas foram enviadas para contratação 23.348 com um valor de despesa pública que ascende a 2.445.327 mil euros e uma

² Candidaturas, objeto de análise, com parecer favorável para decisão final.

comparticipação FEADER de 2.002.628 mil euros, das quais cerca de 32% foram enviadas para contratação no ano de 2012.

Como referido em relatórios anteriores, 2010 e 2011 foram os anos em que houve que recuperar o atraso em matéria de análise e decisão, razão pela qual seria previsível uma redução no volume de trabalho neste âmbito em 2012. Tal facto não aconteceu, tendo o número de decisões em 2012 sido de cerca de 7 mil, a que corresponde uma média mensal de 580 decisões.

Quadro 11: Compromissos assumidos e contratos enviados (exclui Medidas/Ações enquadradas no PU e Transitados)

Un.:mil euros

Sub programa	Designação	Compromissos assumidos				Contratações		
		Nº	Custo total	Despesa pública	FEADER [*]	Nº	Despesa pública	FEADER [*]
SP 1	Promoção da competitividade	15.417	3.981.454	1.841.716	1.497.565	14.521	1.784.839	1.449.220
SP 2	Gestão sustentável do espaço rural	2.547	283.454	214.887	181.740	2.387	199.617	168.760
SP 3	Dinamização das zonas rurais	3.434	588.455	358.030	301.083	3.334	348.242	291.869
SP 4	Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	3.067	109.807	55.920	46.249	3.066	55.901	46.233
	Assistência Técnica	42	78.915	60.357	49.631	40	56.727	46.546
TOTAL ProDeR		24.507	5.042.085	2.530.910	2.076.268	23.348	2.445.327	2.002.628

[*] - Valor ajustado à nova taxa de cofinanciamento (85%).

Se considerarmos o universo total das ações, o volume de candidaturas aprovadas (pedidos de pagamento no caso das medidas de natureza plurianual) traduz-se numa taxa de compromisso global do PRODER (relação entre o fundo aprovado e o programado) no final de 2012 de 91% dos fundos programados para o período 2007-2013.

A taxa de contratação global (relação entre o fundo contratado e o programado) no final de 2012 representava cerca de 88% dos fundos programados para o período 2007-2013.

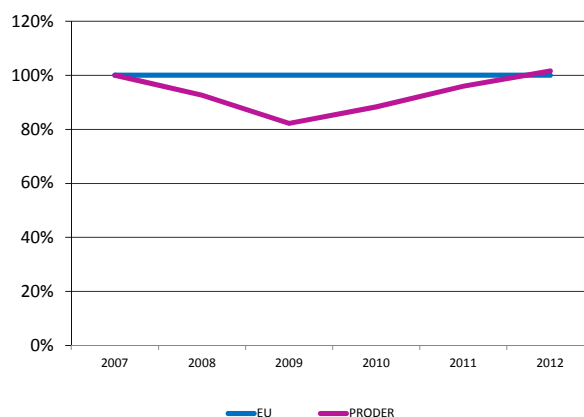
De notar que, se fizermos uma projeção para 5 anos dos compromissos plurianuais do subprograma 2, a taxa de compromisso é superior.

2.1.5 Execução financeira

O objetivo de recuperar a execução do Programa foi atingido, apesar de todas as dificuldades. Os indicadores mostram que o Programa é hoje um instrumento eficaz no apoio e estímulo à extraordinária dinâmica de investimento que os agricultores e outros agentes do setor têm revelado.

Pese embora a situação de profunda crise que Portugal atravessa, os números mostram que tem sido possível recuperar de forma sistemática o atraso do nível de execução face à média da UE conforme gráfico que se apresenta em seguida.

Figura 2: Evolução da Execução do PRODeR face à média da UE



O montante total dos pagamentos efetuados no PRODeR, no final de 2012, era de 2.548.526 mil euros de despesa pública e 2.099.197 mil euros de comparticipação FEADER³.

Em termos globais, a taxa de execução do Programa (relação entre o fundo pago e o programado) passou de 42% em 2011 para 59% em 2012. Comparando com o acumulado em 2011, verificam-se algumas alterações ao nível da execução financeira do programa. Assim, no final do ano de 2012, o subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" e o subprograma 1 "Promoção da competitividade" eram os subprogramas que tinham o maior

³ Refere-se a despesa elegível para reembolso pelo FEADER, excluindo-se o montante de pagamentos de adiantamentos com comparticipação nacional e outras despesas não elegíveis, nomeadamente o IVA.

peso em termos de pagamentos acumulados, com 39% e 36%, respetivamente. As ações transitadas representaram, apenas, 16% do total executado (vs 20% em 2011).

É, ainda, de realçar a forte subida da taxa de execução do subprograma 4 (de 9% em 2011 para 34% em 2012).

A taxa de realização (relação entre o fundo pago e o aprovado) foi, em termos globais, de 63%, com valores mais elevados (87%) no subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" dadas as particularidades da maioria das suas ações.

Em 2012, o montante total de pagamentos efetuados foi de 686.704 mil euros, a que corresponde uma comparticipação FEADER de 586.691 mil euros.

A execução total PIDDAC ascendeu a 106,7 milhões de euros. Esta execução correspondeu à utilização integral da dotação OE/PIDDAC disponibilizada, incluindo o reforço de 6,8 milhões de euros, conseguido já no final do ano.

Nos quadros seguintes apresenta-se, para o período 2007-2012 e para o ano de 2012, os dados relativos a compromissos assumidos, contratos celebrados e pagamentos aos beneficiários, por subprograma do PRODER e por Eixo da regulamentação comunitária.

Quadro 12: Indicadores de monitorização: 2007-2012 (por Subprograma)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2012

SUBPROGRAMA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES							
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2013		Taxa de realização [e]	
		mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8
ProDeR		4.282.019	3.573.777	849.919	3.516.386	2.904.719	809.728	3.409.787	2.788.436	2.548.526	2.099.197	91%	91%	89%	88%	60%	59%	63%	63%
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.790.733	1.452.982	62.517	1.860.467	1.511.985	30.529	1.801.382	1.461.763	970.184	755.245	104%	104%	101%	101%	54%	52%	54%	52%
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.421.288	1.199.803	780.859	1.181.612	995.771	772.759	1.147.534	941.131	968.211	814.380	83%	83%	81%	270%	68%	68%	84%	87%
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	470.945	397.606	3.434	358.030	301.083	3.334	348.242	292.763	177.451	147.591	76%	76%	74%	74%	38%	37%	51%	50%
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	72.877	60.642	3.067	55.920	46.249	3.066	55.901	46.233	25.581	20.460	77%	76%	77%	76%	35%	34%	46%	44%
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	438.733	390.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	384.327	343.838	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	88%	88%	n.a.	n.a.
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	87.444	72.623	42	60.357	49.631	40	56.727	46.546	22.772	17.684	69%	68%	65%	64%	26%	24%	40%	38%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Nova programação - C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à nova taxa de cofinanciamento (85%).

Quadro 13: Indicadores de monitorização: 2012 (por Subprograma)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2012

SUBPROGRAMA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES							
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2013		Taxa de realização [e]	
		mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8
ProDeR		4.282.019	3.573.777	144.924	1.090.102	928.340	145.325	1.015.777	866.157	686.704	586.691	28%	29%	26%	27%	16%	16%	64%	64%
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.790.733	1.452.982	4.691	758.866	645.581	4.374	649.857	553.915	299.182	255.841	42%	44%	36%	38%	17%	18%	46%	46%
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.421.288	1.199.803	138.844	265.312	226.649	139.031	263.324	224.961	242.988	207.676	19%	19%	19%	65%	17%	17%	92%	92%
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	470.945	397.606	705	52.197	44.401	1.224	90.959	77.349	82.759	70.651	11%	11%	19%	19%	18%	18%	91%	91%
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	72.877	60.642	676	1.922	1.643	690	3.461	2.951	14.568	12.404	3%	3%	5%	5%	20%	20%	421%	420%
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	438.733	390.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	41.474	35.215	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	9%	9%	n.a.	n.a.
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	87.444	72.623	8	11.805	10.066	6	8.175	6.981	5.733	4.905	14%	14%	9%	10%	7%	7%	70%	70%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Nova programação - C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à nova taxa de cofinanciamento (85%).

Quadro 14: Indicadores de monitorização: 2007-2012 (por Eixo)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2012

EIXO	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES								
	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2013		Taxa de realização [e]		
	mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8	
ProDeR	4.282.019	3.573.777	849.919	3.516.386	2.904.719	809.728	3.409.787	2.788.436	2.548.526	2.099.197	91%	91%	89%	88%	60%	59%	63%	63%	
EIXO 1	COMPETITIVIDADE	1.903.087	1.547.189	65.584	1.916.387	1.558.234	33.595	1.857.284	1.507.996	1.017.046	793.803	101%	103%	98%	100%	53%	51%	55%	51%
EIXO 2	MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM	1.814.528	1.551.292	780.828	1.179.919	994.377	772.728	1.145.840	939.736	1.330.111	1.139.190	65%	83%	63%	79%	73%	73%	116%	87%
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	47.584	42.067	40	38.984	34.164	40	38.984	34.164	23.843	21.294	82%	81%	82%	81%	50%	51%	61%	62%
EIXO 4	LEADER	429.376	360.606	3.425	320.739	268.313	3.325	310.952	259.994	154.755	127.227	75%	74%	72%	72%	36%	35%	50%	49%
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	87.444	72.623	42	60.357	49.631	40	56.727	46.546	22.772	17.684	69%	68%	65%	64%	26%	24%	40%	38%

Notas:

[a] - Nova programação - C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à nova taxa de cofinanciamento (85%).

Quadro 15: Indicadores de monitorização: 2012 (por Eixo)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2012

EIXO	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES								
	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2013		Taxa de realização [e]		
	mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8	
ProDeR	4.282.019	3.573.777	144.924	1.090.102	928.340	145.325	1.015.777	866.157	686.704	586.691	28%	29%	26%	27%	16%	16%	64%	64%	
EIXO 1	COMPETITIVIDADE	1.903.087	1.547.189	5.367	760.788	647.224	5.064	653.319	556.867	316.254	270.373	40%	43%	34%	37%	17%	17%	48%	48%
EIXO 2	MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM	1.814.528	1.551.292	138.844	265.312	226.649	139.017	262.493	224.253	281.270	240.176	15%	19%	14%	19%	16%	15%	107%	92%
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	47.584	42.067	0	0	0	14	831	708	7.092	6.287	0%	0%	2%	2%	15%	15%	853%	888%
EIXO 4	LEADER	429.376	360.606	705	52.197	44.401	1.224	90.959	77.349	76.353	64.949	12%	12%	21%	21%	18%	18%	84%	84%
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	87.444	72.623	8	11.805	10.066	6	8.175	6.981	5.733	4.905	14%	14%	9%	10%	7%	7%	70%	70%

Notas:

[a] - Nova programação - C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à nova taxa de cofinanciamento (85%).

2.1.6 Indicadores de realização e de resultado

Apresenta-se em seguida o conjunto de indicadores de realização e de resultado que são parte integrante do reporte à Comissão Europeia e que decorrem do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (CMEF). Estes indicadores são calculados com base nos valores pagos entre 2007 e 2012, ou seja com base nos PA em execução, e são apresentados por medidas da Comissão.

Quadro 16: Indicadores de realização (medidas da Comissão)

Código de Medida	Descrição da Medida	Indicadores de realização	Efectuado em 2012	Acumulado 2007-2012	Objectivos 2007-2013	Taxa de Execução
111	Formação profissional e ações de divulgação (ações 1.3.3 e 4.2.1)	Número de participantes em ações de formação	15.915	28.663	14.240	201%
112	Instalação de jovens agricultores	Número de dias de formação recebidos	152.986	192.483	110.005	175%
		Número de jovens agricultores apoiados	1.697	4.811	5.000	96%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	213.465	499.628	140.000	357%
113	Reforma antecipada (1)	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Número de hectares libertados	NP	NP	NP	NP
114	Utilização serviços aconselhamento	Número de agricultores apoiados	763	817	7.500	11%
		Número de detentores de áreas forestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
115	Criação de serviços de gestão e aconselhamento	Número de serviços recentemente criados	105	269	200	135%
121	Modernização de explorações agrícolas (111c1 s/formação e 112)	Número de explorações agrícolas apoiadas	2.345	5.760	18.900	30%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	464.198	1.346.184	1.250.000	108%
122	Melhoria do valor económico florestas (131 e 132)	Número de explorações florestais apoiadas	322	824	710	116%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	33.030	89.925	160.000	56%
123	Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais (133, 111c2 s/formação e a 12)	Número de empresas apoiadas	132	658	545	121%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	234.974	1.083.201	1.020.000	106%
124	Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	Número de iniciativas de cooperação apoiadas	12	27	150	18%
125	Mehoria e desenvolvimento de Infraestruturas	Número de operações apoiadas	91	220	161	137%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	238.009	515.541	4.700.000	110%
126	Restabelecimento do potencial agrícola afectado por catástrofes naturais e medidas de prevenção	Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	98	1.288	14.000	9%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	2.101	28.399	34.000	84%
131	Cumprimento de normas baseadas na legislação comunitária	Número de beneficiários	3.824	9.416	30.000	31%
132	Participação dos agricultores em regimes de qualidade dos alimentos	Número de explorações agrícolas apoiadas	577	9.311	14.000	67%
133	Atividades de informação e de promoção	Número de ações apoiadas	2	12	15	80%
Eixo 2						
211	Compensação de desvantagens em zonas de montanha	Número de explorações apoiadas	6.897	122.839	75.000	164%
		SAU apoiada (ha)	42.634	730.244	500.000	146%
212	Pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens noutras zonas que não as de montanha	Número de explorações apoiadas	2.103	31.132	15.000	208%
		SAU apoiada (ha)	44.574	529.018	300.000	176%
213	Pagamentos Natura 2000 e relacionados com a Directiva 2000/60/CE	Número de explorações apoiadas	NP	NP	NP	NP
		SAU apoiada (ha)	NP	NP	NP	NP
		Número de explorações apoiadas	1.760	21.294	50.890	42%
		Superfície total apoiada (ha)	216.707	912.720	613.000	149%
214	Pagamentos agroambientais	Superfície líquida apoiada (ha)	226.381	908.748	603.000	151%
		Número de contratos	3.528	28.384	54.890	52%
215	Pagamentos relacionados com o bem-estar animal	Número de explorações agrícolas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Número de contratos	NP	NP	NP	NP
216	Investimentos não produtivos (setor agrícola)	Número de explorações apoiadas	372	598	1.824	33%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	11.424	15.703	16.503	95%
221	Primeira florestação de terras agrícolas	Número de beneficiários	62	120	750	16%
		Número de hectares de terras florestadas	1.963	3.829	25.000	15%
222	Apoio à primeira implantação de sistemas agroflorestais em terras agrícolas	Número de beneficiários	2	2	565	0%
		SAU apoiada (ha)	183	183	15.000	1%
223	Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas	Número de beneficiários	25	40	600	7%
		Número de hectares de terras florestadas	1.224	1.827	20.000	9%
224	Pagamentos Natura 2000	Número de explorações florestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Terras florestais apoiadas (ha)	NP	NP	NP	NP
		Número de explorações florestais apoiadas	3	167	750	22%
		Superfície florestal total apoiada (ha)	3.127	11.265	14.000	80%
225	Pagamentos silvo-ambientais	Superfície florestal líquida apoiada (ha)	3.173	11.265	14.000	80%
		Número de contratos	75	239	1.375	17%
226	Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Número de ações apoiadas	162	299	800	37%
		Número de detentores de áreas forestais apoiadas	140	320	3.250	32%
227	Investimentos não produtivos (setor florestal)	Volume total do investimento (milhares de euros)	23.652	43.217	86.564	86.564
Eixo 3						
311	Diversificação para atividades não agrícolas	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
312	Criação e desenvolvimento de empresas	Número de microempresas apoiadas	NP	NP	NP	NP
313	Incentivo a atividades turísticas	Número de novas atividades turísticas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
321	Serviços básicos para a economia e população rurais	Número de ações apoiadas	5	7	20	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	3.497	50.043	56.854	NP
322	Renovação e desenvolvimento das aldeias	Número de aldeias em que as ações tiveram lugar	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
323	Conservação e valorização do património rural	Número de ações apoiadas	5	34	1.000	3%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	261	1.814	110.121	2%
331	Formação e informação aos agentes económicos que exercem a sua atividade nos domínios abrangidos pelo eixo 2	Número de agentes económicos apoiados	NP	NP	NP	NP
		Número de dias de formação recebidos	NP	NP	NP	NP
341	Aquisição de competências, animação e execução	Número de ações apoiadas	NP	NP	NP	NP
Eixo 4						
		Número de GAL	0	47	46	102%
		Superfície total das zonas dos GAL (km2)	0	80.473	76.828	105%
41	Execução de estratégias locais de desenvolvimento	População total das zonas dos GAL	0	3.734.564	NA	NA
		Número de projetos financiados pelos GAL	1.122	2.214	9.900	22%
		Número de beneficiários	973	2.065	NP	NP
421	Execução de projetos de cooperação	Número de projetos de cooperação apoiados	25	43	170	25%
		Número de GAL participantes na cooperação	6	72	46	157%
431	Funcionamento do GAL, aquisição de competências e animação do território	Número de ações apoiadas	357	2.378	3.500	68%

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

Quadro 17: Indicadores de resultado (medidas da Comissão)

Eixo 1 - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL

(2007 - 2012)

INDICADOR	Nº de participantes que terminaram com êxito uma actividade de formação relacionada com a agricultura e/ou a silvicultura			Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (milhões de €)			Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas			Valor da produção agrícola com marcas/normas de qualidade reconhecidas (milhões de €)		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER												
111 - Ações de formação profissional e informação	NA	11.032	-									
112 - Instalação de jovens agricultores				1.024	420	243,8						
113 - Reforma antecipada ⁽¹⁾				NP	NP	NP						
114 - Utilização de serviços de aconselhamento				NA	32	0,0						
115 - Criação de serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento				NA	80	0,0						
121 - Modernização das explorações agrícolas				3.064	1.900	161,2	3.729	1.700	219,4			
122 - Melhoria do valor económico da floresta				1	550	0,3	261	250	104,4			
123 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais				3.456	3.000	115,2	570	400	142,5			
124 - Coop. p/ elabor. de novos produtos, processos e tecnolog. nos sect. agríc., alim. e florestal				NA	130	0,0	28	250	11,2			
125 - Melhoria e desenvolvimento de infraestruturas				3.086	2.000	154,3						
126 - Rest. pot. prod. agr. afec. por catástrofes nat. e intr. de med. prev. adequadas				NA	50	NA						
132 - Participação de agricultores em sistemas de qualidade alimentar										NA	298	0,0
133 - Actividades de informação e de promoção										76	120	63,1

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

Os valores de VAB apresentados para as diferentes medidas não são adicionáveis. Por exemplo, o aumento de VAB de um beneficiário da 112 e da 121 está a ser contabilizado na sua totalidade em cada uma das medidas.

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

Eixo 2 - MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM RURAL ATRAVÉS DA GESTÃO DO ESPAÇO RURAL

(2007 - 2012)

INDICADOR		Superfície (ha) em que a gestão do respectivo espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural, a qualidade da água, o combate às alterações climáticas, a qualidade dos solos e o combate à marginalização e ao abandono da terra														
		Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural			Qualidade da água			Combate às alterações climáticas			Qualidade dos solos			Combate à marginalização e ao abandono da terra		
PROGRAMA / MEDIDA		Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER																
211/212 - Pagamentos para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha/outras zonas com desvantagens	Fora da Rede Natura				951.040	580.000	164,0	951.040	580.000	164,0	951.040	580.000	164,0	951.040	580.000	164,0
	Dentro da Rede Natura	308.222	220.000	140,1	308.222	220.000	140,1	308.222	220.000	140,1	308.222	220.000	140,1	308.222	220.000	140,1
213 - Pagamentos Natura 2000		NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-
214 - Pagamentos Agro-ambientais	TOTAL sem PBD	875.805	560.000	156,4	888.611	560.000	158,7	274.135	157.000	174,6	895.790	450.000	199,1	91.671	160.000	57,3
	Alteração dos modos de produção agrícola (AMPA)	784.134	400.000	196,0	784.134	400.000	196,0	252.002	110.000	229,1	784.134	360.000	217,8			
	AMPA e Conservação do solo							20.577	40.000	51,4	20.577	40.000	51,4			
	Protecção da biodiversidade do méstica (PBD) (CN)	46.116	40.000	115,3												
	IT1	91.671	160.000	57,3	104.477	160.000	65,3	1.556	7.000	22,2	91.079	50.000	182,2	91.671	160.000	57,3
216 - Apoio a investimentos não produtivos (setor agrícola)		2.010	Não relevante	-	2.010	Não relevante	-	2.010	Não relevante	-	4.268	Não relevante	-	2.010	Não relevante	-
221 - Primeira florestação de terras agrícolas		3.829	Melhoria	Cumprido	3.829	25.000	15,3	3.829	25.000	15,3	3.829	25.000	15,3	NP	Melhoria	-
222 - Apoio à primeira implementação de sistemas agroflorestais em terras agrícolas		183	Melhoria	Não cumprido	183	15.000	Não cumprido	183	15.000	Não cumprido	183	15.000	Não cumprido	183	Melhoria	Não cumprido
223 - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas		1.827	Melhoria	Cumprido	1.827	20.000	9,1	1.827	20.000	9,1	1.827	20.000	9,1	1.827	Melhoria	Cumprido
224 - Pagamentos Natura 2000		NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-
225 - Pagamentos silvoambientais		11.265	Melhoria	Cumprido	11.265	Melhoria	Cumprido	11.265	Melhoria	Cumprido	11.265	Melhoria	Cumprido	11.265	Melhoria	Cumprido
226 - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Minimização de riscos	21.127	Melhoria	Cumprido	21.127	170.000	Cumprido	28.384	170.000	Cumprido	28.384	170.000	Cumprido	21.127	Melhoria	Cumprido
	Ordenamento e recuperação dos povoamentos	4.464	Melhoria	Cumprido	4.464	Melhoria	Cumprido	4.464	Melhoria	Cumprido	4.464	Melhoria	Cumprido	11.721	Melhoria	Cumprido
227 - Apoio a investimentos não produtivos (setor florestal)		207	Melhoria	Não cumprido	207	Melhoria	Não cumprido	207	Melhoria	Não cumprido	207	Melhoria	Não cumprido	207	Melhoria	Não cumprido

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

EIXOS 3 E 4 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS E DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
(2007- 2012)

INDICADOR	Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas			Número bruto de empregos criados			Número adicional de turistas (nº dormidas)			População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados			Aumento da implantação da internet nas zonas rurais			Número de participantes que terminaram com sucesso uma atividade de formação		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER																		
311 Diversificação para atividades não agrícolas	0,05%	0,16%	30,7	235	550	42,7												
312 Criação e desenvolvimento de empresas	0,13%	0,56%	23,6	1.306	3.000	43,5												
313 Incentivo a atividades turísticas	0,07%	0,20%	34,5	535	1.250	42,8	47%	10%	4,7									
321 Serviços básicos para a economia e população rurais										69.747	186.728	37,4	NA	Aumento de 50% sobre a situação inicial		0,0		
323 Conservação e valorização do património rural										896.191	112.037	799,9						
413 Estratégias locais de desenvolvimento - Qualidade de vida/diversificação				2.076	9.500	21,8										NA	1.350	0,0
421 Cooperação transnacional e interterritorial				NA	300	0,0												

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

'NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

2.2 Balanço detalhado por Ação ProDeR

2.2.1 Subprograma 1 – Promoção da competitividade

2.2.1.1 Ação 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i), b) i), iii); Artigo 21º; Artigo 26º e Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 17º e Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1; 5.3.1.2.1 e 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111, 121, 123;
- Portaria nº 289-A/2008, de 11 de abril, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover o processo de modernização e capacitação das empresas do setor agroalimentar através do aumento da eficiência das atividades produtivas, do reforço do desempenho empresarial e da orientação para o mercado;
- Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras, privilegiando as estratégicas, nomeadamente pela introdução da inovação;
- Preservar e melhorar o ambiente, assegurando a compatibilidade dos investimentos com as normas ambientais e de segurança.

A Ação integra duas componentes:

- Componente 1: investimentos nas explorações agrícolas;
- Componente 2: transformação e comercialização de produtos agrícolas.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 foram abertos dois períodos contínuos de candidaturas. Um a 19 de junho, o 7º concurso desta ação, específico para a reestruturação do setor leiteiro e outro, o 8º concurso desta ação, a 15 de outubro, para todos os setores.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas válidas submetidas, por concurso, até 31 de dezembro de 2012.

Quadro 18: Ação 1.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	744.422	100.000	0	0	1.349	926.411
Segundo		0	0	0	1.494	968.454
Terceiro		250.000	0	0	586	392.809
Terceiro - Leite HC			0	0	22	64.546
Quarto - Leite		0	0	0	48	24.437
Quinto - Olival		126.000	0	0	2	163
Sexto		0	0	0	1.286	749.664
Sexto - Leite HC			0	0	112	86.438
Sétimo			70	31.645	70	31.645
Oitavo			380	242.112	380	242.112
Oitavo-Leite			8	4.461	8	4.461
Fora concurso - JA		0	0	0	2.728	430.147
Fora concurso - PIR		0	0	0	34	387.007
TOTAL			476.000	458	278.218	8.119

Verificou-se a entrada de 70 PA no 7º período de candidatura e de 388 PA no 8º período de candidatura.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA entrados, por componente, no ano.

Quadro 19: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (no ano)

Un.: mil euros

Região	Ano 2012								
	Componente 1		Componentes 1+2			Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	
Norte	74	17.920	0	0	39	51.377	113	69.298	
Centro	53	11.564	0	0	20	19.676	73	31.240	
LVT	109	41.075	0	0	35	64.978	144	106.054	
Alentejo	98	33.602	0	0	14	18.870	112	52.471	
Algarve	15	16.979	0	0	1	2.176	16	19.155	
TOTAL	349	121.141	0	0	109	157.077	458	278.218	

Na distribuição do investimento e dos PA entrados no período 2007-2012, por região e por componente, verifica-se um relativo equilíbrio, apesar de um ligeiro aumento do peso da componente 2 (56% vs 52% em 2011) face ao total do investimento, mantendo-se as regiões do Norte, Centro e LVT como as mais representativas destes investimentos e em que predominam os investimentos na transformação e comercialização dos produtos agrícolas.

Em termos acumulados, as regiões LVT, Centro e Norte mantêm um maior peso, em termos de investimento, da componente 2. Nas restantes regiões predominam as candidaturas à componente 1.

Quadro 20: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Acumulado 2007-2012								
	Componente 1		Componentes 1+2			Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	2.223	443.087	85	15.580	111.633	445	559.346	2.753	1.129.646
Centro	1.006	226.086	47	105.842	68.591	281	304.875	1.334	705.395
LVT	1.457	409.497	54	36.504	71.349	299	691.764	1.810	1.209.113
Alentejo	1.582	673.240	62	40.965	71.909	206	357.747	1.850	1.143.860
Algarve	342	90.799	5	1.770	1.243	25	26.467	372	120.280
TOTAL	6.610	1.842.709	253	200.661	324.726	1.256	1.940.200	8.119	4.308.295

Analisando a ação 1.1.1 globalmente, em termos de investimento não se verificam alterações face ao constatado no ano de 2011, relativamente ao peso que representam as candidaturas de cada componente. Assim, 43% do investimento (1.842.709 mil euros) diz respeito a investimentos exclusivamente na componente 1 e 45% na componente 2 (1.940.200 mil

euros). Relativamente aos PA que integraram as duas componentes não se verificaram novas candidaturas no ano de 2012, uma vez que o 8º concurso não as contemplou.

Os PIR, cujas candidaturas foram suspensas em 2010, constituem ainda cerca de 0,4% do total de PA e representam 9% do investimento total proposto, maioritariamente na componente 1 e na componente 1+2.

Quadro 21: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA – PIR entrados por componente e setor (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Sector	Acumulado 2007-2012								
		Componente 1		Componente 1+2			Componente 2		TOTAL	
		Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	Outras culturas agrícolas	6	56.593				1	33.874	7	90.467
Centro	Flores	0	0						0	0
	Ovos e aves de capoeira			3	97.605	35.619	2	12.730	5	145.954
LVT	Ovos e aves de capoeira	1	11.822	1	7.004	4.838			2	23.664
	Hortícolas forçagem	2	9.102						2	9.102
	Leite						1	38.527	1	38.527
Alentejo	Hortofruticultura	2	9.764						2	9.764
	Olival	15	69.530						15	69.530
TOTAL		26	156.810	4	104.609	40.457	4	85.130	34	387.007

Nota: No ano de 2012 verificou-se a desistência de 3 PA

Analisando a distribuição por tipologia dos promotores verifica-se que, em termos de investimento, continuam a destacar-se as formas societárias (79% do total) embora, em termos de número de PA, os produtores individuais sejam mais representativos.

Quadro 22: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2012			Acumulado 2007-2012		
	Nº PA	Investimento		Nº PA	Investimento	
		Mil euros	%		Mil euros	%
Produtor individual	159	28.193	10%	4.104	626.980	15%
Sociedades	279	212.454	76%	3.789	3.392.804	79%
Outras	20	37.571	14%	226	288.510	7%
TOTAL	458	278.218	100%	8.119	4.308.295	100%

Relativamente às outras tipologias de promotores, em termos acumulados e no que diz respeito ao ano de 2012, 75 e 90% destas são cooperativas, respetivamente.

Quanto às candidaturas, por escalão de investimento, confirma-se a tendência, já registada em anos anteriores, com metade das candidaturas nos escalões de investimento entre 25 mil euros e os 200 mil euros, mantendo o investimento destas candidaturas uma representação de cerca de 8% do total.

Quadro 23: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2012				Acumulado 2007-2012			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	0	0,0%	0	0%	151	1,9%	1.813	0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	125	27%	7.897	3%	2.624	32%	155.148	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	105	23%	15.050	5%	1.913	24%	269.146	6%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	112	24%	34.354	12%	1.765	22%	563.033	13%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	44	10%	31.444	11%	742	9%	526.984	12%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	38	8%	51.466	18%	491	6%	682.242	16%
≥ 2.000 mil euros	34	7%	138.008	50%	433	5%	2.109.928	49%
TOTAL	458	100%	278.218	100%	8.119	100%	4.308.295	100%

Em termos acumulados mantém-se o já verificado em relatórios anteriores, ou seja mantém-se para os investimentos de maior dimensão, mais de 2 milhões de euros, (5% do total de PA apresentados) cerca de metade do investimento proposto (49%). Aos investimentos de menor dimensão, menos de 100 mil euros (34% do total de PA) correspondeu apenas 4% do investimento total proposto. A dimensão média do investimento dos PA mantém-se próxima dos 500 mil euros.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 foram analisadas 152 candidaturas (que correspondem a 2% do total de PA analisados), e decididas 693 candidaturas. Destas, foram aprovadas 95% (659 PA). O elevado valor de aprovações justifica-se pelo número elevado de PA que em 2011 tinham ficado em lista de espera no sexto concurso e que, em 2012, foram aprovados e contratados com verbas libertadas na “operação limpeza” pelos projetos sem execução e, como tal, a grande maioria dos PA’s desfavoráveis, do 6º concurso, já tinham sido decididos em 2011.

Quadro 24: Ação 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	2	537	191
Segundo	0	0	2	1.200	1	272	1	928	4	7.452	1.826
Terceiro	0	0	2	1.838	0	0	2	1.838	6	6.725	1.927
Terceiro-Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quarto - Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto - Olival	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexto	0	0	107	92.113	28	18.036	620	353.909	775	424.389	114.812
Sexto-Leite	0	0	3	1.848	0	0	3	1.848	42	17.460	5.485
Sétimo	70	31.645	12	18.881	1	43	11	18.838	6	16.354	5.858
Oitavo	380	242.112	26	12.063	4	1.605	22	10.458	5	3.074	906
Oitavo-Leite	8	4.461	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fora concurso - JA	0	0	0	0	0	0	0	0	32	3.652	1.434
Fora concurso - PIR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	458	278.218	152	127.944	34	19.956	659	387.820	872	479.643	132.440

Quadro 25: Ação 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1.349	926.411	1.349	924.778	1.005	673.467	344	251.311	344	251.311	80.921
Segundo	1.494	968.454	1.494	958.770	468	248.971	1.026	709.798	1.025	708.286	221.252
Terceiro	586	392.809	585	383.727	186	82.588	399	301.139	399	301.139	89.312
Terceiro - Leite	22	64.546	22	64.397	3	53.156	19	11.241	19	11.241	3.910
Quarto - Leite	48	24.437	48	24.294	16	5.032	32	19.262	32	19.262	6.481
Quinto - Olival	2	163	2	164	1	125	1	39	1	39	14
Sexto	1.286	749.664	1.286	749.661	401	228.193	885	521.468	871	500.662	137.388
Sexto - Leite	112	86.438	112	86.440	45	48.181	67	38.259	67	38.259	11.815
Sétimo	70	31.645	12	18.881	1	43	11	18.838	6	16.354	5.858
Oitavo	380	242.112	26	12.063	4	1.605	22	10.458	5	3.074	906
Oitavo-Leite	8	4.461	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fora concurso - JA	2.728	430.147	2.728	425.875	1.018	158.505	1.710	267.370	1.709	267.249	104.661
Fora concurso - PIR	34	387.007	34	388.844	3	50.916	31	337.929	31	337.929	96.521
TOTAL	8.119	4.308.295	7.698	4.037.892	3.151	1.550.780	4.547	2.487.112	4.509	2.454.805	759.039

Quanto à contratação, em 2012, verificou-se um aumento de 23% no número de PA contratados e um aumento de cerca de 20%, relativamente ao investimento contratado.

Ao longo de 2012 registou-se a desistência de 107 PA contratados, num total de 19.317 mil euros de despesa pública.

O valor médio do investimento total acumulado e da despesa pública continua a baixar situando-se nos 544 mil euros e nos 168 mil euros, respetivamente.

Quadro 26: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	1.057	229.473	82.514	62.268	216	314.317	86.062	65.380
Centro	650	254.254	80.024	60.613	175	233.116	60.651	46.529
LVT	883	264.979	79.007	55.468	155	362.271	103.271	73.326
Alentejo	1.059	427.578	150.459	113.547	158	297.136	91.574	68.745
Algarve	235	53.481	18.741	14.056	18	18.199	6.737	5.053
TOTAL	3.884	1.229.766	410.744	305.953	722	1.225.039	348.295	259.034

Nota: Foram contratados 97 PA com a Componente 1 e 2

Quanto aos PA contratados, na análise por escalão de investimento, mantém-se a maior concentração de PA contratados, quer em termos anuais quer em termos acumulados, do escalão de investimentos entre os 25 mil euros e os 100 mil euros, com 27% e 33% do total, respetivamente. O peso dos escalões entre 25 mil euros e 500 mil euros sofreu uma ligeira redução passando a representar 79% dos PA contratados (em 2011 representavam 80%).

Quadro 27: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA contratados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2012				Acumulado 2007-2012			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	0	0%	0	0,00%	42	1%	505	0,0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	234	27%	14.953	3%	1.494	33%	89.026	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	193	22%	27.520	6%	1.079	24%	152.555	6%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	224	26%	73.601	15%	960	21%	307.440	13%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	107	12%	74.993	16%	410	9%	291.188	12%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	56	6%	78.737	16%	270	6%	372.693	15%
≥ 2.000 mil euros	58	7%	209.839	44%	254	6%	1.241.398	51%
TOTAL	872	100%	479.643	100%	4.509	100%	2.454.805	100%

Em termos acumulados, foram contratados⁴ 4.509 PA, dos quais 872 no ano de 2012, num total de 759.039 mil euros de despesa pública, representando 564.986 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 613.678 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o

⁴ Entende-se por PA contratados todos os que foram enviados por *webservice* para o IFAP.

programado) de 102%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Esta taxa sofreu um ligeiro aumento face ao ano de 2011, apesar das alterações efetuadas ao programa no início de 2012, com o reforço do valor programado para esta ação.

Destes PA contratados, 97% eram localizados em região de convergência.

c. Execução financeira

No final do ano de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 408.631 mil euros de despesa pública e 315.831 mil euros de participação FEADER. Deste montante, 29% foi pago no decorrer de 2012 (117.187 mil euros de despesa pública e 100.087 mil euros de participação FEADER).

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 52% (vs 45% em 2011) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 56% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Dos pagamentos efetuados encontram-se 97% em região de convergência.

Quadro 28: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	203	36.115	28.367	724	29.555	25.227
Centro	123	17.397	13.270	433	21.317	18.245
LVT	215	35.957	24.762	571	28.494	24.321
Alentejo	297	38.699	29.031	584	34.320	29.315
Algarve	34	4.272	3.204	126	3.502	2.978
TOTAL	872	132.440	98.633	2.438	117.187	100.087

Quadro 29: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.248	168.576	127.648	1.055	84.344	66.349
Centro	809	140.675	107.143	709	75.779	59.240
LVT	1.018	182.277	128.795	884	102.412	76.601
Alentejo	1.184	242.033	182.292	960	132.244	102.901
Algarve	250	25.478	19.109	224	13.852	10.740
TOTAL	4.509	759.039	564.986	3.832	408.631	315.831

A componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas” continua a representar 56% da execução total da ação.

Quadro 30: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos por componente (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total pago					
	Componente 1			Componente 2		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	907	43.092	33.842	160	41.253	32.508
Centro	584	44.408	34.556	135	31.371	24.684
LVT	774	43.802	32.419	123	58.610	44.181
Alentejo	861	85.704	66.715	123	46.540	36.186
Algarve	209	10.493	8.166	17	3.359	2.575
TOTAL	3.335	227.499	175.698	558	181.132	140.133

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta ação apresenta investimentos que se enquadram em 3 medidas da Comissão: medida 111 “Formação profissional e ações de informação”; medida 121 “Modernização de explorações agrícolas” e medida 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”.

Análise global da Ação 1.1.1

O predomínio da componente 1, no que se refere ao número de PA enviados para contratação registou um ligeiro aumento, de 85% em 2011

para 86% do total, em 2012. Relativamente ao investimento e à despesa pública, o peso da componente 1 permanece com 44% do investimento e 49% da despesa pública. Considerando os PA com investimentos na componente 1 (C_1 e C_{1+2}) verifica-se, face a 2011, que o investimento e a despesa pública diminuíram ligeiramente o seu peso, de 51% para 50% e de 55% para 54%, respetivamente.

Quadro 31: Ação 1.1.1 - PA contratados das componentes 1 e 2 por tipo de promotor (acumulado)

Promotor		Componente				TOTAL
		1	1+2		2	
			c1	c2		
Nº PA	Jovens	1.709	-		-	1.709
	PIR	24	4		3	31
	Outros	2.054	93		622	2.769
	Σ	3.787	97		625	4.509
Investimento (mil euros)	Jovens	267.249	-		-	267.249
	PIR	143.591	106.659	41.076	46.603	337.929
	Outros	671.628	40.640	140.172	997.187	1.849.628
	Σ	1.082.467	147.299	181.248	1.043.790	2.454.805
Desp. pública (mil euros)	Total	373.741	37.003	44.011	304.284	759.039

Formação (Medida 111 da Comissão)

- Na componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, 709 dos PA enviados para contratação (18% do total de 3.884 PA contratados) contemplavam ações de formação envolvendo 8.597 participantes.
- Na componente 2 “Transformação e comercialização de produtos agrícolas”, 92 do PA enviados para contratação (13% do total de 722 PA contratados) contemplavam ações de formação, com um número total de participantes de 3.610.
- No total das duas componentes foram apoiados 801 PA com ações de formação (18% do total de 4.509 PA contratados). Tal como nas componentes, também em termos globais, se verificou uma diminuição do peso da formação no total contratado (de 21% para 18%).

Relativamente às metas, e tendo em conta que se esperavam 3.200 PA com formação num total de 8.240 PA (39% de PA com *formação*), a percentagem dos PA contratados com *formação* situa-se muito abaixo da meta esperada.

Nos quadros seguintes apresenta-se o investimento proposto em formação nos PA contratados e pagos, em cada uma das componentes, cujo montante contratado é de cerca de 1.247 mil euros de despesa pública, representando cerca de 21% da meta estabelecida. Face a 2011 verificou-se uma diminuição do valor contratado proveniente de PA desistidos e de pedidos de alterações entretanto verificados em alguns PA.

Quadro 32: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas das componentes 1 e 2 por atividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em acções de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas contratadas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	8.597			1.841	18.016	588	439
Componente 2		3.610		1.633	9.642	659	477
TOTAL	8.597	3.610		3.474	27.658	1.247	916

Quadro 33: Ação 1.1.1 – Ações de formação pagas das componentes 1 e 2 por atividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em acções de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	1.145			326	3.171	160	127
Componente 2		1.706		816	4.604	206	163
TOTAL	1.145	1.706		1.142	7.774	367	289

Quadro 34: Ação 1.1.1 - Investimento contratado em formação por componente (no ano e acumulado)

<u>Ano 2012</u>			<u>Acumulado 2007-2012</u>		
	Nº PA	Un.:mil euros Investimento proposto em formação		Nº PA	Un.:mil euros Investimento proposto em formação
Componente 1	49	103	Componente 1	709	1.024
Componente 2	10	146	Componente 2	92	1.244
TOTAL	59	248	TOTAL	801	2.268
			Meta	3.200	7.400
			% da Meta	25%	31%

O conteúdo das ações contratadas mantém-se centrado nos temas: "qualidade dos produtos" e "novos processos tecnológicos/práticas ou maquinaria inovadora", com um total de 6.599 participantes. A formação contratada equivale a 27.658 dias de formação.

Quadro 35: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Conteúdo das Ações de Formação	Contratadas		Pagas	
	Nº Participantes	Dias de Formação	Nº Participantes	Dias de Formação
Gestão, Administração e Marketing	1.577	3.060	275	475
Manutenção e melhoria da paisagem e protecção do ambiente	947	891	201	140
Novos padrões	196	400	35	49
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	2.907	8.973	580	3.284
Outros	2.219	5.033	555	891
Qualidade do produto	3.692	8.001	997	2.536
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	669	1.300	208	402
Total	12.207	27.658	2.851	7.774

No ano de 2012 manteve-se a predominância dos participantes nas ações de formação do género masculino e com idade inferior a 40 anos.

Quadro 36: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas e pagas das componentes 1 e 2 por género e idade (acumulado)

Sexo	Contratadas			Pagas		
	Idade		TOTAL	Idade		TOTAL
	<40	>=40		<40	>=40	
Feminino	27%	15%	41%	25%	19%	45%
Masculino	36%	23%	59%	32%	24%	55%
TOTAL	62%	38%	100%	57%	43%	100%

Apoio às explorações agrícolas (Medida 121 da Comissão)

Durante o ano de 2012 foram contratados 684 PA relativos à componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, desta ação.

Em termos acumulados, a distribuição regional dos PA contratados sofreu pequenas alterações face a 2011: a região Norte e a do Alentejo aparecem agora equiparadas, em termos de número de PA embora em termos de investimento a região do Alentejo seja a mais representativa. A região Centro que ocupava o segundo lugar, em termos de investimento contratado foi em 2012 ultrapassada pela região LVT. Tal como já foi referido em relatórios anteriores a dimensão média elevada, de investimento e de apoio, nestas regiões, deve-se ao peso significativo dos PIR.

Quadro 37: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 1 (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	1.057	229.159	82.363	62.155
Centro	650	254.183	79.984	60.584
LVT	883	264.601	78.768	55.291
Alentejo	1.059	427.407	150.358	113.472
Algarve	235	53.393	18.682	14.012
TOTAL	3.884	1.228.742	410.156	305.513
Metas	7.800	1.000.000	327.122	261.072
% da meta	50%	123%	125%	117%

O número de PA contratados continuou a registar um crescimento, correspondendo, atualmente, a 50% da meta estabelecida para o número de contratações (7.800 PA) previstas para o período 2007-2013. No que diz respeito ao investimento proposto, mantém-se o já referido em 2011 onde já se verificou que os PA contratados ultrapassaram a meta prevista (123%). Em termos de despesa pública e de FEADER, os valores contratados também ultrapassaram as metas previstas tal como já se verificava em 2011.

No quadro seguinte apresentam-se os PA contratados, que apresentam uma forte especialização produtiva, sobretudo, nas fileiras estratégicas.

Quadro 38: Ação 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA contratados (por atividade do ramo agrícola)

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	38	49	87	4.420	6.132	18.146
	Máquinas	3	126	129	5.534	7.811	26.688
	Edifícios	2	3	5	152	203	661
	Outros	0	4	4	243	324	1.012
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	11	108	119	9.056	13.041	37.478
	Máquinas	18	263	281	28.977	39.254	115.492
	Edifícios	12	243	255	26.729	36.872	107.096
	Outros	1	6	7	993	1.445	4.379
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	2	65	67	3.592	4.931	18.165
	Máquinas	12	228	240	6.465	8.837	26.547
	Edifícios	1	5	6	170	226	1.167
	Outros	0	13	13	416	554	2.813
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	116	825	941	87.557	116.907	309.998
	Máquinas	20	419	439	23.404	31.254	83.595
	Edifícios	2	29	31	3.497	4.757	14.815
	Outros	1	15	16	669	892	2.551
Produção de leite	Melhoria fundiária	0	4	4	811	959	3.507
	Máquinas	1	98	99	8.544	10.716	33.148
	Edifícios	0	42	42	6.839	8.230	23.163
	Outros	0	3	3	120	151	613
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	22	55	77	3.675	4.877	15.624
	Máquinas	32	129	161	5.875	7.800	25.826
	Edifícios	17	44	61	3.899	4.956	16.237
	Outros	11	23	34	833	1.110	5.167
Suínos	Melhoria fundiária	0	5	5	172	229	1.025
	Máquinas	0	22	22	2.835	3.879	12.255
	Edifícios	0	23	23	3.990	5.418	21.523
	Outros	0	4	4	114	152	1.124
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	1	2	3	270	360	1.259
	Máquinas	4	62	66	18.107	24.143	77.841
	Edifícios	2	84	86	19.821	26.510	110.393
	Outros	1	3	4	189	252	1.126
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	29	74	103	9.669	12.892	38.821
	Máquinas	38	167	205	6.292	8.477	25.117
	Edifícios	6	19	25	882	1.176	3.871
	Outros	8	21	29	436	581	1.899
Outros	Melhoria fundiária	13	58	71	4.526	6.071	15.720
	Máquinas	6	76	82	3.914	5.340	15.843
	Edifícios	5	29	34	1.815	2.423	6.934
	Outros	0	1	1	11	14	101
TOTAL		435	3.449	3.884	305.513	410.156	1.228.742
		Metas	7.800	261.072	327.122	1.000.000	
		% da Meta	50%	117%	125%	123%	

Nota: exclui a rubrica da formação da componente 1 da ação 111

Os ramos agrícolas com mais representação continuam a ser as "outras culturas permanentes" e a "hortofruticultura". O ramo das "aves de capoeira" permanece com 16% do investimento e com apenas 4% do número das explorações.

Quanto às rubricas de investimento verificou-se uma alteração face a 2011. A rubrica mais significativa passou a ser a "melhoria fundiária" com 37% do investimento total, seguida da rubrica das "máquinas" com 36% do investimento total.

Quanto aos modos de produção é de assinalar uma ligeira quebra no peso das explorações que apresentam o investimento em modo de produção biológico (MPB), passando de 12% para 11% em 2012.

A situação é semelhante quando se trata de valores pagos conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 39: Ação 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA pagos (por atividade do ramo agrícola)

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	36	40	76	2.533	3.269	15.568
	Máquinas	3	112	115	3.723	4.897	23.920
	Edifícios	1	1	2	16	19	134
	Outros	0	4	4	151	193	1.012
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	8	93	101	4.397	5.974	31.511
	Máquinas	16	240	256	17.987	23.644	108.462
	Edifícios	11	228	239	17.626	23.699	97.497
	Outros	1	5	6	665	856	3.416
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	0	51	51	1.915	2.508	14.379
	Máquinas	7	194	201	3.670	4.786	21.974
	Edifícios	1	2	3	47	59	255
	Outros	0	10	10	251	329	2.272
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	109	723	832	50.821	65.667	270.631
	Máquinas	17	343	360	13.323	17.117	68.740
	Edifícios	2	27	29	1.931	2.418	13.455
	Outros	1	14	15	433	553	2.387
Produção de leite	Melhoria fundiária	0	4	4	230	259	3.507
	Máquinas	1	75	76	4.733	5.781	25.583
	Edifícios	0	33	33	3.557	4.272	20.551
	Outros	0	3	3	22	26	613
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	20	46	66	1.960	2.464	13.241
	Máquinas	28	106	134	2.911	3.687	19.450
	Edifícios	14	31	45	1.598	2.002	10.524
	Outros	9	20	29	481	603	4.151
Suínos	Melhoria fundiária	0	4	4	77	99	754
	Máquinas	0	17	17	1.545	2.043	9.884
	Edifícios	0	17	17	1.946	2.472	13.291
	Outros	0	3	3	82	104	1.077
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	1	2	3	191	251	1.259
	Máquinas	3	51	54	8.867	11.559	66.943
	Edifícios	2	67	69	12.889	16.639	103.181
	Outros	1	3	4	124	159	1.126
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	26	60	86	5.063	6.469	31.963
	Máquinas	29	147	176	3.127	3.933	19.705
	Edifícios	4	13	17	325	413	2.059
	Outros	8	20	28	208	258	1.858
Outros	Melhoria fundiária	11	54	65	2.633	3.392	14.247
	Máquinas	5	67	72	2.344	2.977	12.943
	Edifícios	3	25	28	1.159	1.477	5.943
	Outros	0	1	1	8	11	101
TOTAL		378	2.956	3.334	175.570	227.340	1.059.567
			Metas	7.800	261.072	327.122	1.000.000
			% da Meta	43%	67%	69%	106%

Nota: exclui a rubrica da formação da componente 1 da ação 111

No que se refere às orientações técnico-económicas (OTE) das explorações com produção convencional, verifica-se uma situação semelhante à já verificada em 2011 com uma concentração em 14 OTE, que detêm cerca de 75% do número de PA e 79% do investimento proposto, FEADER e despesa pública.

A "olivicultura especializada" continua a ser a atividade agrícola dominante no investimento, com 18% do investimento e 10% das explorações. Já a atividade agrícola "explorações especializadas na produção de frutos frescos (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)" passou a ter um peso muito significativo, sendo a atividade com maior número de PA, 16%, e a quarta mais importante ao nível do investimento com 8% do investimento total. O setor avícola, no seu conjunto, continua a ter um peso muito significativo, com 15% do investimento.

Quadro 40: Ação 1.1.1 - Componente 1 - Principais OTE dos PA contratados (modo de produção convencional)

Un.: ml euros

Actividade agrícola	PA (%)	Invest. (%)	Nº PA	FEADER (euros)	Despesa Pública (euros)	Investimento (euros)
<i>Expl. olivícolas especializadas</i>	10%	18%	352	57.621	76.828	206.457
<i>Explorações especializadas em hortícola sob coberto</i>	6%	11%	208	31.503	42.314	126.484
<i>Expl. espec. em aves de carne</i>	4%	11%	132	25.122	33.578	123.990
<i>Expl. espec. frutícolas (com exceção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)</i>	16%	8%	545	27.224	36.454	95.709
<i>Expl. bovinas especializadas - orientação leite</i>	4%	5%	142	15.619	19.209	57.816
<i>Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade</i>	9%	4%	301	9.856	13.500	45.532
<i>Explorações especializadas em horticultura ao ar livre</i>	5%	4%	181	9.764	13.677	40.955
<i>Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto</i>	4%	4%	126	13.195	18.505	49.136
<i>Expl. espec. de galinhas poedeiras</i>	1%	4%	18	11.512	15.350	50.338
<i>Expl. com diversas culturas e criações mistas</i>	4%	3%	137	8.579	11.526	36.551
<i>Expl. com diversas combinações de culturas permanentes</i>	3%	2%	120	6.510	8.680	23.519
<i>Expl. com diversos herbívoros</i>	4%	2%	124	4.946	6.526	23.224
<i>Expl. espec. em citrinos</i>	3%	2%	97	6.435	8.596	24.400
<i>Expl. Apícolas</i>	3%	0%	98	1.355	1.807	5.505
<i>Outros</i>	25%	21%	868	56.627	76.488	243.572
TOTAL	100%	100%	3.449	285.867	383.036	1.153.187

Relativamente à natureza do investimento contratado nas explorações, por setor de atividade e por rubrica de investimento, verificou-se:

- Um peso muito significativo no “*olival*”, embora tenha diminuído face a 2011, continuando a ser a atividade com maior importância, à semelhança do que acontece na SAU, representando 23% do investimento total contratado;
- As “*explorações especializadas em hortícola sob coberto*” que tinham tido um forte acréscimo em 2011 face a 2010, tiveram, em 2012, um ligeiro decréscimo de 1 ponto percentual, passando a representar 11% do investimento total;
- As “*frutas*” mantiveram a sua posição face a 2011, representando 8% do investimento total contratado;
- O investimento em “*máquinas e equipamentos*” mantém-se o predominante (33%);
- Os investimentos em “*plantações*” representam ainda 17% do investimento total, concentrando-se grande parte no setor “*olival*” e nos “*frutos*” que em conjunto representam 14% do total;
- Os “*bovinos de carne*”, apesar de representarem 23% da SAU detêm apenas 3% do investimento, indicando a natureza extensiva desta atividade nos PA candidatos a esta ação.

Quadro 41: Ação 1.1.1 - Investimento contratado (por atividade agrícola e rubrica de investimento)

Rubrica	Captação de água	Compra de terrenos	Cumprimento de novas normas	Edifícios e outras construções	Eletrificação	Energias renováveis	Estúdios ou estruturas de	Instalações animais	Investimentos ambientais	Máquinas e equipamentos	Melhoramentos fundiários	Plantações	Rede de rega	Outros investimentos	TOTAL por atividade agrícola
Agricultura	0,00%	0,00%	0,00%	0,1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,5%	0,02%	0,01%	0,00%	0,2%	1%
Bovinos de Carne	0,02%	0,01%	0,02%	0,2%	0,02%	0,02%	0,0%	0,4%	0,0%	1%	0,3%	0,2%	0,1%	0,6%	3%
Bovinos de Leite	0,01%	0,08%	0%	0,3%	0,04%	0,1%	0,0%	2%	0,1%	2%	0,2%	0,0%	0,01%	0,4%	5%
Caprinos	0,0%	0,0%	0,01%	0,01%	0,00%	0,01%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,05%	0,01%	0,01%	0,1%	1%
Cereais Oleaginosas e Pastagens	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,02%	0,1%	0,0%	0,0%	2%	0,5%	0,07%	0,2%	0,1%	3%
Culturas Forrageiras	0,1%	0,02%	0,02%	0,07%	0,04%	0,01%	0,0%	0,1%	0,00%	1%	0,2%	0,5%	0,1%	0,1%	2%
Flores	0,03%	0,02%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	1%	0,0%	0,1%	1%	0,5%	1%	0,2%	0,3%	5%
Frangos (engorda)	0,01%	0,01%	0%	0,2%	0,1%	0,13%	0,0%	3%	0,0%	2%	0,15%	0,0%	0,0%	0,4%	6%
Frutos	0,3%	0,2%	0,00%	0,4%	0,1%	0,04%	0,2%	0,0%	0,04%	4%	1%	6%	2%	1%	14%
Hortícolas ar livre	0,1%	0,18%	0,0%	0,1%	0,1%	0,02%	0,2%	0,0%	0,03%	3%	0,3%	0,02%	0,4%	0,2%	5%
Hortícolas Forragem	0,02%	0,2%	0,02%	2%	0,06%	0,1%	5%	0,0%	0,1%	3%	1%	0,06%	0,3%	2%	13%
Olival	0,4%	0,5%	0,0%	0,3%	0,3%	0,02%	0,0%	0,0%	0,01%	8%	1%	8%	3%	1%	23%
Outras Culturas	0,01%	0,0%	0,0%	0,0%	0,01%	0,01%	0,02%	0,0%	0,01%	0,5%	0,1%	0,3%	0,1%	0,1%	1%
Outras Permanentes	0,0%	0,01%	0,0%	0,1%	0,0%	0,01%	0,04%	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%	0,04%	0,01%	0,03%	1%
Outros Animais	0,01%	0,02%	0,1%	0,2%	0,01%	1%	0,02%	1%	0%	0,5%	0,05%	0,01%	0,00%	0,3%	3%
Ovinos de Carne	0,0%	0,0%	0,0%	0,01%	0,0%	0,0%	0,0%	0,02%	0,0%	0,05%	0,02%	0,02%	0,0%	0,02%	0%
Ovinos de Leite	0,0%	0,0%	0,01%	0,02%	0,0%	0,00%	0,0%	0,1%	0,01%	0,1%	0,01%	0,0%	0,0%	0,03%	0%
Ovos	0,0%	0,0%	0%	0,2%	0,2%	0%	0,0%	2%	0%	2%	0,1%	0,0%	0,0%	1,8%	6%
Suínos	0,01%	0,0%	0,1%	0,1%	0,07%	0,05%	0,0%	1%	0,1%	1%	0,14%	0,03%	0,0%	0,4%	3%
Vinho	0,1%	0,04%	0,1%	0,3%	0,04%	0,02%	0,0%	0,0%	0,02%	3%	0,7%	0,5%	1%	0%	6%
TOTAL por rubrica	1%	1%	1%	2%	4%	1%	2%	7%	8%	33%	5%	17%	7%	9%	100%

Relativamente ao tempo dedicado à agricultura mantém-se a existência de 74% dos agricultores a tempo inteiro na agricultura, detendo estes 82% do investimento total.

Quadro 42: Ação 1.1.1 – Agricultores singulares - % do rendimento obtido da exploração e tempo dedicado à agricultura

Pedidos de apoio à ação 1.1.1	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	% total
Tempo parcial, tanto do rendimento como do tempo (< 50% rend. e do tempo)	155	7%	10.143	3%
Tempo parcial, a nível do rendimento (< 50% rend. e >= 50% do tempo)	238	11%	25.840	8%
Tempo parcial, a nível do tempo (>= 50% rend. e < 50% do tempo)	187	8%	20.205	6%
Agricultor a tempo inteiro (>= 50% rend. e do tempo)	1.630	74%	262.401	82%
TOTAL	2.210	100%	318.590	100%

Em termos de composição da SAU das explorações contratadas na ação 1.1.1, componente 1, continua a verificar-se que a atividade agrícola

dominante é o “*olival*” seguida da atividade “*bovinos de carne*”. De realçar as “*culturas forrageiras*” que, face a 2011, registaram um aumento de 181% aparecendo, em 2012, no terceiro lugar.

Quadro 43: Ação 1.1.1 – Composição da SAU das explorações contratadas (componente 1)

Actividade agrícola	SAU	
	ha	% do total
Olival	68.134	25%
Bovinos de carne	61.568	23%
Vinho	19.696	7%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	23.267	9%
Frutos	17.626	7%
Culturas forrageiras	33.327	12%
Hortícolas ar livre	13.455	5%
Bovinos de leite	7.749	3%
Suínos	6.054	2%
Ovinos de carne	3.611	1%
Caprinos	3.069	1%
Apicultura	2.241	1%
Ovinos de leite	2.167	1%
Hortícolas forçagem	1.559	1%
Outras culturas	1.710	1%
Outros animais	1.366	1%
Flores	1.097	0,4%
Outras permanentes	395	0,1%
Ovos	406	0,2%
Frangos (engorda)	432	0,2%
TOTAL	268.931	100%

Quanto ao tipo de beneficiários contratados e seu escalão etário, continua a dominar a tipologia de “*peçoas singulares*”, com 52% do total e o género masculino (67% do total de “*peçoas singulares*”), no entanto comparativamente com o que se registava no final de 2011 a tipologia “*peçoas singulares*” perdeu peso, menos 9 pontos percentuais e o género masculino registou um ligeiro acréscimo de 1 ponto percentual. Em termos de faixa etária, os promotores com menos de 40 anos de idade também viram diminuir a sua representatividade com menos 4 pontos percentuais do que o verificado no último relatório (69% do total de “*peçoas singulares*”). Esta evolução decorre diretamente do facto do apoio ao investimento associado à primeira instalação ter passado a ser atribuído no âmbito da ação 1.1.3.

Quadro 44: Ação 1.1.1 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, género e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas		Meta	% Meta (Contratadas)
			Contratadas	Pagas	Meta	% Meta
Pessoas singulares	Masculino	<40	869	792	5100	26%
		≥ 40	466	394		
	Feminino	<40	507	474	3300	20%
		≥ 40	161	133		
	TOTAL			2003	1793	
Pessoas colectivas			1.881	1.541		
TOTAL			3.884	3.334	8400	46%

No que diz respeito à localização do investimento contratado mantém-se a tendência já verificada em anos anteriores de um maior peso nas "zonas com desvantagens que não as zonas de montanha" (31% do investimento total). As "zonas desfavorecidas" mantêm a sua representatividade com 64% do investimento apoiado.

Quadro 45: Ação 1.1.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	372	2.277	2.649	210.101	279.633	791.756
Zonas de montanha	182	961	1.143	69.108	92.108	253.258
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	98	869	967	100.793	133.977	387.488
Zonas mistas	92	447	539	40.199	53.548	151.009
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	63	1.172	1.235	95.413	130.523	436.987
Zonas Natura 2000	1	35	36	2.627	3.631	12.680
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	7	157	164	12.700	19.254	71.891
Zonas mistas	0	23	23	2.495	3.717	12.927
Outros	55	957	1.012	77.591	103.920	339.489
TOTAL	435	3.449	3.884	305.513	410.156	1.228.742

Quadro 46: Ação 1.1.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	324	1.934	2.258	118.631	152.397	681.343
Zonas de montanha	165	849	1.014	38.548	49.440	225.189
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	84	729	813	57.937	74.799	335.427
Zonas mistas	75	356	431	22.147	28.158	120.727
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	54	1022	1076	56939,143	74942,148	378.223
Zonas Natura 2000	1	28	29	1.398	1.800	11.292
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	6	139	145	7.761	11.347	64.648
Zonas mistas	0	19	19	1.448	1.832	11.696
Outros	47	836	883	46.333	59.963	290.588
TOTAL	378	2.956	3.334	175.570	227.340	1.059.567

Relativamente aos indicadores específicos de realização, realça-se o seguinte:

- Em termos dos investimentos em fatores ambientais e investimentos imateriais continuam a verificar-se resultados abaixo da meta;
- Confirma-se que os resultados da inovação apresentam valores elevados, com cerca de 76% dos PA contratados investindo em inovação (definida como sendo a introdução de produtos ou técnicas que a empresa não utilizava anteriormente).

Quadro 47: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (contratados acumulado)

Un.: mil euros

Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento				
	Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial	
306	32.388	38.532	935.796	28.938	
% do total da componente	8%	3%	76%	2%	
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	28%	-	-	+++	--

Quadro 48: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (pagos acumulado)

Un.: mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	280	30.325	35.012	798.237	25.055
% do total da componente	8%	3%	3%	75%	2%
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	25%	-	-	+++	--

No que se refere aos indicadores relativos aos resultados esperados sobre os promotores contratados, verifica-se que dos 3.884 PA contratados:

- 52% Pretendem introduzir novos produtos;
- 67% Pretendem introduzir novas técnicas;
- 75% Pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas;
- Em termos do acréscimo de VAB anual, o valor estimado corresponde a 539.681 mil euros. Para se obter um valor comparável com a meta (que corresponde ao VAB gerado durante a vida útil do projeto), foi calculada a vida útil média dos projetos (5,5 anos) e multiplicado este valor pelo VAB anual, para se obter o acréscimo de VAB total (2.969.014 mil euros nos PA contratados), que corresponde a 156% da meta.

Quadro 49: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (contratado acumulado)

Aumento das UTA	Acréscimo anual de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
11.508	539.681	5,5	2.029	2.596	2.914
% do total de explorações			52%	67%	75%
Metas	1.900.000		18%	55%	1.700
% da meta	156%		+++	+	171%

Quadro 50: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (pagos acumulados)

	Acréscimo anual de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	479.353	5,3	1.782	2.228	2.506
% do total de explorações			53%	67%	75%
Metas	1.900.000		18%	55%	1.700
% da meta	133%		-	-	147%

Apoio às empresas de transformação e comercialização (Medida 123 da Comissão)

A componente 2 desta ação teve, até ao final de 2012, 722 PA contratados. A distribuição regional dos PA contratados continua semelhante à já verificada em 2011, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 51: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 2 (acumulados)

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	Un.: mil euros
				FEADER
Norte	216	313.925	85.862	65.239
Centro	175	232.927	60.563	46.463
LVT	155	361.719	102.960	73.103
Alentejo	158	297.051	91.533	68.714
Algarve	18	18.173	6.718	5.039
TOTAL	722	1.223.795	347.636	258.557
Metas	440	900.000	412.213	337.216
% da meta	164%	136%	84%	77%

Até ao final de 2012 foram contratados 722 PA (64% acima da meta) da componente 2 desta ação (medida 123 da Comissão). A estes PA estão associados 347.636 mil euros de apoio e 258.557 mil euros de FEADER (84% e 77%, respetivamente, das metas estabelecidas). Quanto ao

investimento proposto este ascendeu a 1.223.795 mil euros, tendo ultrapassado a meta proposta em 36%.

Quadro 52: Ação 1.1.1 – Número de PA contratados da componente 2 por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	PA contratados		Empresas apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional		TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	722	601	347.636	258.557	1.223.795
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	722	601	347.636	258.557	1.223.795
		Meta	440	412.213	337.216	900.000
		% da meta	137%	84%	77%	136%

Analisando os mesmos indicadores relativamente aos valores pagos, constata-se que foram apoiadas 465 empresas que representam 106% e 44%, respetivamente do investimento e do apoio previsto.

Quadro 53: Ação 1.1.1 – Número de PA pagos da componente 2 por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	PA pagos		Empresas apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional		TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	558	465	180.926	139.971	985.366
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	558	465	180.926	139.971	985.366
		Meta	440	412.213	337.216	900.000
		% da meta	106%	44%	42%	109%

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional e sectorial do investimento contratado.

Quadro 54: Ação 1.1.1 – Repartição regional e sectorial do investimento contratado da componente 2 (acumulado)

Sector	DRAPN	DRAPC	DRAPLVT	DRAPALE	DRAPALG	TOTAL sectorial
Azeite	0%	1%	2%	12%	0,0%	16%
Carne	3%	3%	3%	1%	0%	10%
Frutas frescas	2%	1%	5%	1%	1%	9%
Frutas transformadas	1%	1%	1%	0,3%	0%	3%
Leite e produtos lácteos	1,7%	3%	1%	0,5%	0%	6%
Ovos e aves de capoeira	0%	4%	2%	0,0%	0%	6%
Produtos hortícolas frescos	0%	1%	2%	1%	0,02%	4%
Produtos hortícolas transformados	3%	1%	6%	2%	0%	12%
Vinho	15%	3%	7%	7%	0,2%	32%
Produtos diversos	0,4%	0,2%	1%	0,2%	0%	3%
TOTAL regional (%)	26%	19%	30%	24%	1%	100%
TOTAL regional (invest.)	313.925	232.927	361.719	297.051	18.173	1.223.795
TOTAL regional (apoio)	85.862	60.563	102.960	91.533	6.718	347.636

O investimento contratado mantém-se concentrado na região LVT aparecendo agora em segundo lugar a região Norte (com 30% e 26% do total, respetivamente). Face ao ano de 2011, verifica-se que a região do Alentejo diminuiu o seu peso relativo, passando para terceiro lugar com 24%. Na região do Algarve mantém-se contratado apenas 1% do investimento.

Analisando a repartição sectorial do investimento, verifica-se:

- O “vinho” continua a ser o principal setor de investimento, na componente 2, com 32% do total;
- O “azeite” diminuiu ligeiramente a sua importância, apesar de se manter como o segundo setor de investimento, representado agora 16% do investimento total;
- Os “produtos hortícolas transformados” continuam a representar o terceiro setor com mais investimento;
- A “carne” reforçou a sua importância a nível do investimento, com 10% do investimento total, ocupando agora quarto lugar, tendo o setor das “frutas frescas” passado para quinto lugar embora mantendo um peso de 9% no investimento.

Os primeiros 4 setores constituem, atualmente, cerca de 70% do investimento total da componente 2.

A larga maioria das 722 empresas contratadas são PME (94% do total) sendo o setor do "vinho" o mais representativo com 42% de PA contratados.

Relativamente às não PME, o setor "vinho" continua a ser o que detém o maior número de PA (17). Os setores "produtos hortícolas transformados" e "carne" embora com 8 e 6 PA, respetivamente, em termos de investimento, representam 29% e 9% respetivamente. O setor dos "ovos e aves de capoeira" representa, em termos de investimento, 14%.

Quadro 55: Ação 1.1.1 – Número de empresas contratadas e pagas da componente 2 (por tipo de empresa)

Tipo de Empresa	Empresas Apoiadas				Investimento			
	Contratadas		Pagas		Contratadas		Pagas	
	Número	% do Total	Número	% do Total	Mil euros	% do Total	Mil euros	% do Total
Micro/pequenas	584	81%	454	81%	736.476	60%	592.492	60%
Médias	95	13%	71	13%	322.226	26%	257.553	26%
Não PME	43	6%	33	6%	165.092	13%	135.321	14%
TOTAL	722	100%	558	100%	1.223.795	100%	985.366	100%

Quadro 56: Ação 1.1.1 – Número de empresas contratadas da componente 2 (por tipo de empresa e setor)

Sector	Micro/Pequenas		Médias		Médias/Grandes		TOTAL	
	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)
Vinho	257	264.498	26	63.620	17	63.745	300	391.863
Azeite	106	171.299	7	15.462	3	3.838	116	190.599
Produtos hortícolas transformados	13	28.846	8	66.530	8	46.810	29	142.186
Frutas frescas	52	88.575	9	23.327	0	0	61	111.902
Carne	47	52.230	18	51.485	6	14.696	71	118.410
Ovos e aves de capoeira	8	13.312	6	39.686	3	23.612	17	76.609
Produtos hortícolas frescos	18	28.507	8	18.843	2	6.524	28	53.874
Frutas transformadas	18	25.543	4	12.152	0	0	22	37.695
Leite e produtos lácteos	49	44.107	4	24.748	1	284	54	69.139
Diversos vegetais	2	5.327	0	0	0	0	2	5.327
Cereais	3	3.071	3	5.769	3	5.585	9	14.425
Flores e plantas	2	2.864	1	257	0	0	3	3.121
Diversos animais	2	361	0	0	0	0	2	361
Produtos diversos	7	7.936	1	347	0	0	8	8.284
TOTAL	584	736.476	95	322.226	43	165.092	722	1.223.795

Relativamente aos indicadores específicos de realização, e à semelhança do que aconteceu na componente 1, verifica-se que o número de candidaturas contratadas com projetos agrupados está próximo da meta, 80% do total,

e um valor do investimento em inovação bastante elevado. O investimento em fatores ambientais e imateriais continua abaixo das metas.

Quadro 57: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (contratado acumulado)

Un.: mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	60	44.540	867.337	145.816
% do total da componente	8%	4%	71%	12%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	80%	-	+++	-

Quadro 58: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (pago acumulado)

Un.: mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	55	36.495	683.881	120.634
% do total da componente	12%	4%	69%	12%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	73%	-	+++	-

Quanto aos indicadores de resultado, mantém-se o já referido em relatórios anteriores, com os PA já contratados a apresentarem valores, relativamente à introdução de novos produtos e técnicas, bastante superiores às metas. Relativamente ao VAB, o valor anual corresponde a 627.332 mil euros. À semelhança do que foi feito para a componente 1, calculou-se a vida média dos projetos e multiplicou-se pelo VAB anual, para comparar com a taxa de cumprimento da meta (134% em relação aos PA pagos).

Quadro 59: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (contratados acumulados)

Aumento das UTA	Acréscimo anual de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
3.639	627.332	6,64	333	461	503
% do total de explorações			46%	64%	70%
Metas	2.400.000		18%	55%	160
% da meta	173%		++	++	314%

Quadro 60: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (pagos acumulados)

	Acréscimo anual de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	502.222	6,38	251	353	385
% do total de explorações			45%	63%	69%
Metas	2.400.000		18%	55%	160
% da meta	134%		++	+	241%

2.2.1.2 Ação 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) i) e Artigo 26º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 17º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 121;
- Portaria n.º 482/2009, de 6 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

A ação tem como objetivos a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção e contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do setor.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

À semelhança de outras ações, no ano de 2012, foi aberto, a 22 de maio, um período contínuo de candidaturas.

O número de PA apresentado no 1º e 2º concurso continuou a diminuir (de 2.757 candidaturas válidas para 2.611) devido a desistências de candidaturas.

Ao longo de 2012 foram apresentadas 3.189 novas candidaturas válidas que representam 92.377 mil euros de investimento.

Quadro 61: Ação 1.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	48.252	15.000	0	0	620	12.455
Segundo		22.000	0	0	1.991	42.304
Terceiro			3.189	92.377	3.189	92.377
TOTAL		37.000	3.189	92.377	5.800	147.135

A distribuição regional dos PA entrados continua a revelar tratar-se de uma medida mais adaptada às características da região Norte, que concentra o número de PA e o investimento, com 46% e 52% do total, respetivamente.

Quadro 62: Ação 1.1.2 – Distribuição regional dos PA entrados

Região	PA		Investimento proposto	
	Número	%	(mil euros)	%
Norte	2.646	46%	76.964	52%
Centro	1.440	25%	31.916	22%
LVT	524	9%	11.427	8%
Alentejo	1.020	18%	23.023	16%
Algarve	170	3%	3.806	3%
TOTAL	5.800	100%	147.135	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012, foram analisadas e decididas, algumas (55) candidaturas do segundo concurso e 47% das candidaturas entradas ao longo de 2012. Destas ultimas candidaturas, 92% tiveram um parecer favorável e foram aprovadas.

Quadro 63: Ação 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas Decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	55	1.154	26	585	29	569	94	1.885	839	621
Terceiro	3.189	92.377	1.501	34.797	122	2.815	1.379	31.982	942	21.801	9.644	7.171
TOTAL	3.189	92.377	1.556	35.951	148	3.400	1.408	32.552	1.036	23.686	10.483	7.792

Quadro 64: Ação 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	620	12.455	620	12.455	162	3.216	458	9.161	458	9.161	3.805	2.842
Segundo	1.991	42.304	1.991	42.304	621	13.530	1.370	28.735	1.366	28.659	13.153	9.830
Terceiro	3.189	92.377	1.501	34.797	122	2.815	1.379	31.982	942	21.801	9.644	7.171
TOTAL	5.800	147.135	4.112	89.555	905	19.560	3.207	69.878	2.766	59.621	26.602	19.843

Em termos acumulados, foram contratados 2.766 PA, dos quais 1.036 PA no ano de 2012, num total de 59.621 mil euros de investimento e 26.602 mil euros de despesa pública, correspondendo a 19.843 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 21.873 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 54%, ou seja aumentou 25 pontos percentuais face a 2011. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Destes PA contratados, 98% encontram-se em região de convergência.

Tal como noutras ações, registou-se, em 2012, a desistência de 147 PA contratados. Estes PA representavam 1.310 mil euros de despesa pública.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados, verifica-se que a região Norte representa 34% do total dos PA contratados, logo seguida da região Centro com 29%.

Quadro 65: Ação 1.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	934	19.423	8.810	6.607
Centro	805	17.528	7.850	5.887
LVT	337	7.366	2.931	2.091
Alentejo	606	13.431	6.229	4.672
Algarve	84	1.872	781	586
TOTAL	2.766	59.621	26.602	19.843

Quanto ao tipo de promotores dos PA contratados, mantém-se a tendência já verificada anteriormente com a tipologia "produtor individual" a

representar 73% do investimento contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 66: Ação 1.1.2 - PA contratados (por tipologia de promotor)

Tipologia	Número de PA	Investimento	
		(mil euros)	%
Produtor individual	2.059	43.251	73%
Sociedade	674	15.584	26%
Outras	33	787	1%
TOTAL	2.766	59.621	100%

Confirma-se, também, que a maioria dos promotores singulares é do género masculino (74%) e com mais de 40 anos (71% do total). Em termos de faixa etária, o género masculino e feminino têm uma estrutura muito semelhante. Comparando com a ação 1.1.1 componente 1, verifica-se que as pessoas singulares têm um peso substancialmente maior (74% - 52%), o género masculino maior peso (74% - 67%) e os promotores são bastante mais idosos (69% ≥ 40 contra 31% na 1.1.1).

Quadro 67: Ação 1.1.2 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, género e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas	
			Contratadas	Pagas
Pessoas singulares	Masculino	<40	449	294
		≥ 40	1084	731
	Feminino	<40	195	132
		≥ 40	331	234
TOTAL			2059	1391
Pessoas colectivas			707	413
TOTAL			2766	1804

Relativamente ao investimento contratado por região e por tipologia mantém-se o já referido em relatórios anteriores: os "equipamentos e máquinas agrícolas" têm o maior peso, em todas as regiões, no investimento contratado para esta ação, sendo a tipologia "construções e

equipamentos para melhoria ambiental e eficiência energética" a que tem menor representatividade.

Quadro 68: Ação 1.1.2 - Distribuição regional e por tipologia do investimento dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	1a Construções e equipamentos para melhoria ambiental e eficiência		1b Equipamentos e máquinas agrícolas		1c Pequenas construções		1d Pequenas plantações plurianuais		Não elegível		TOTAL
	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	
Norte	854	4%	12.745	66%	1.872	10%	2.204	11%	1.748	9%	19.423
Centro	217	1%	12.755	73%	2.025	12%	1.011	6%	1.519	9%	17.528
LVT	245	3%	5.033	68%	550	7%	802	11%	736	10%	7.366
Alentejo	94	1%	9.018	67%	1.280	10%	1.796	13%	1.243	9%	13.431
Algarve	0	0%	839	45%	361	19%	365	19%	308	16%	1.872
TOTAL	1.410	2%	40.391	68%	6.088	10%	6.178	10%	5.554	9%	59.621

Analisando os PA contratados da ação 1.1.2, por escalão de investimento, o maior peso verifica-se no escalão de mais de 20 mil euros de investimento, quer em termos de número de PA quer em termos de investimento.

Quadro 69: Ação 1.1.2 - Distribuição dos PA contratados por escalões de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia	PA contratados			
	Nº PA	%	Invest. total	%
≥ 5 mil e < 10 mil euros	228	8%	1.719	3%
≥ 10 mil e < 15 mil euros	262	9%	3.253	5%
≥ 15 mil e < 20 mil euros	291	11%	5.152	9%
≥ 20 mil euros	1.985	72%	49.497	83%
TOTAL	2.766	100%	59.621	100%

Tal como em anos anteriores analisando a SAU por atividade agrícola, os PA contratados concentraram-se, essencialmente, nos "bovinos de carne" (56% da área total).

Quanto à estrutura de investimentos, os "equipamentos e máquinas agrícolas" nesta ação mantêm a liderança com 68% do investimento total contratado.

Quadro 70: Ação 1.1.2 - Comparação das estruturas de investimentos das Ações 1.1.2 e 1.1.1, componente 1

Concursos	Ação 1.1.2	Ação 1.1.1 Componente 1
Equipamentos e Máquinas Agrícolas	68%	42%
Construções	10%	21%
Plantações	10%	16%
Melhoramento Ambiental e Eficiência Energética	2%	6%
Outros	9%	15%
TOTAL	100%	100%

Comparando esta ação, em termos de SAU, com a ação 1.1.1 - componente 1 mais uma vez se verifica uma diferença significativa na sua estrutura, tendo a atividade "olival", na ação 1.1.1 - componente 1, uma importância muito maior, representando 25% da área total (mais 20 pontos percentuais que na ação 1.1.2). Os "bovinos de carne" apresentam, como já se viu, um peso muito menor, constituindo 23% da área total (menos 33 pontos percentuais que na ação 1.1.2).

Quadro 71: Ação 1.1.2 - Distribuição da área dos PA contratados por setor de atividade (acumulado)

Un.:ha

Actividade Agrícola	Superfície Agrícola Útil			
	Ação 1.1.2		Ação 1.1.1 Componente 1	
	Área	%	Área	%
Olival	6.172	5%	68.134	25%
Vinho	9.432	8%	19.696	7%
Frutos	4.165	3%	17.626	7%
Hortícolas ar livre	1.879	2%	13.455	5%
Hortícolas forragem	102	0,1%	1.559	1%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	9.901	8%	23.267	9%
Culturas forrageiras	2.126	2%	33.327	12%
Flores	65	0,1%	1.097	0,4%
Outras Permanentes	19	0,7%	395	0,1%
Outras culturas	1.013	1%	1.710	1%
Bovinos de carne	67.077	56%	61.568	23%
Bovinos de leite	2.738	2%	7.749	3%
Ovinos de carne	7.370	6%	3.611	1%
Ovinos de leite	4.693	4%	2.167	1%
Caprinos	852	1%	3.069	1%
Suínos	608	1%	6.054	2%
Frangos (engorda)	77	0%	432	0%
Ovos	0	0%	406	0%
Apicultura	263	0%	2.241	1%
Outros animais	702	1%	1.366	1%
Outros	157	0%	0	0%
TOTAL	119.408	101%	268.931	100%

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 14.340 mil euros de despesa pública e 11.450 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 28% face ao programado e de 58% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). Face a 2011 a taxa de execução desta ação aumentou 16 p.p.

No ano de 2012, a distribuição regional dos PA pagos acumulados, alterou-se face ao ano de 2011, passando a região Norte a ser a mais representativa com 33% do total dos pagamentos seguida do Centro com 31%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 72: Ação 1.1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total pago		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	934	8.810	6.607	633	4.697	3.823
Centro	805	7.850	5.887	541	4.502	3.524
LVT	337	2.931	2.091	171	1.203	962
Alentejo	606	6.229	4.672	416	3.664	2.922
Algarve	84	781	586	43	274	218
TOTAL	2.766	26.602	19.843	1.804	14.340	11.450
Meta	9.800	48.252	40.275	9.800	48.252	40.275
% da meta	28%	55%	49%	18%	30%	28%

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos do cumprimento das metas dos indicadores de realização, verifica-se que as explorações contratadas representam 28% do número de PA (vs 19% em 2011) e 55% da despesa apoiada (vs 29% em 2011), conforme quadro anterior.

Quanto à localização do investimento, tal como em anos anteriores, verifica-se que a maioria dos PA contratados e pagos encontra-se em regiões desfavorecidas (81%) com particular ênfase para as "zonas de montanha" que representam 55% e 54% do investimento total, respetivamente dos PA contratados e dos PA pagos.

Quadro 73: Ação 1.1.2 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Un.:mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesas públicas		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL <i>Zonas desfavorecidas</i>	219	2.064	2.283	16.891	22.561	49.031
Zonas de montanha	106	1.161	1.267	9.182	12.242	26.741
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	50	510	560	4.273	5.720	12.331
Zonas mistas	63	393	456	3.437	4.599	9.959
SUBTOTAL <i>Zonas não desfavorecidas</i>	6	477	483	2.952	4.041	10.590
Zonas Natura 2000	2	14	16	91	134	348
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	63	63	371	515	1.372
Zonas mistas	0	8	8	38	61	152
Outros	4	392	396	2.451	3.331	8.719
TOTAL	225	2.541	2.766	19.843	26.602	59.621

Quadro 74: Ação 1.1.2 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Un.:mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos pagos			Despesas públicas		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL <i>Zonas desfavorecidas</i>	161	1365	1526	9.972	12.499	31.808
Zonas de montanha	75	768	843	5.297	6.624	17.168
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	35	323	358	2.442	3.076	7.671
Zonas mistas	51	274	325	2.233	2.799	6.969
SUBTOTAL <i>Zonas não desfavorecidas</i>	5	273	278	1.479	1.841	6.005
Zonas Natura 2000	1	7	8	45	56	161
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	46	46	233	294	1.016
Zonas mistas	0	4	4	16	20	93
Outros	4	216	220	1.185	1.471	4.736
TOTAL	166	1638	1804	11.450	14.340	37.813

As empresas contratadas continuam a apresentar uma taxa inferior à esperada, no que diz respeito à “*introdução de novos produtos*” (21% das explorações contra um valor da meta de 18%) e no que diz respeito à “*introdução de novas técnicas*” (50% das explorações contra um valor da meta de 55%).

Quadro 75: Ação 1.1.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

		Número de explorações contratadas		Número de explorações pagas	
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas
Sexo	Masculino	311	711	188	449
	Feminino	116	278	82	194
Pessoas colectivas		161	398	86	224
TOTAL		588	1.387	356	867
% do total de PA		21%	50%	20%	48%
Meta		18%	55%	18%	55%
% da meta		-	--	-	--

2.2.1.3 Ação 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) ii) e artigo 22º (1) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 13º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.1.1.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 112;
- Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e com a Portaria n.º 184/2011 de 5 de maio;

2. Objetivos da Ação

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Promover o processo de instalação dos jovens agricultores;
- Incentivar a continuidade dos jovens agricultores na atividade;
- Assegurar uma adequada formação e qualificação profissional;
- Promover o processo de desenvolvimento e adaptação das explorações dos jovens agricultores, assegurando o acompanhamento necessário.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 manteve-se aberto o período contínuo que já vinha desde 01 de junho de 2011, tendo sido individualizado por questões operacionais as candidaturas relacionadas com a reestruturação do setor leiteiro. Foram rececionadas 3.158 candidaturas consideradas válidas.

Tal como noutras ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 76: Ação 1.1.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Ano	Avisos	Nº PA entrados válidos
2008	1º	375
	2º	437
	3º	336
2009	4º	453
	5º	513
	6º	589
	7º	276
2010	8º	1.748
2011	9º	238
	10º	1.183
	10º-Leite	30
2012	11º	3.074
	11º-Leite	84
TOTAL		9.336

Verifica-se que, em 2012, o ritmo de apresentação de candidaturas aumentou substancialmente, o que traduz o interesse nesta ação após as alterações legislativas efetuadas.

A distribuição regional destas candidaturas é idêntica à verificada nos anos anteriores, como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 77: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (no ano e acumulado)

Região	Número de PA entrados válidos			
	Ano 2012		2007-12	
	Nº	%	Nº	%
Norte	1.482	45%	4.898	52%
Centro	885	27%	1.832	20%
LVT	393	12%	1.133	12%
Alentejo	322	10%	970	10%
Algarve	176	5%	503	5%
TOTAL	3.258	100%	9.336	100%

Nota: Para além dos PA dos avisos de 2012, estão incluídos 100 PA dos avisos de 2011 que só foram validados em 2012.

Em termos acumulados a região Norte continua com tendência para diminuir a sua predominância representando agora 52% das candidaturas válidas (vs 55% em 2011 e 63% em 2010).

Analisando a distribuição dos PA entrados no ano, por tipologia de promotor, verifica-se que a mesma segue a tendência já verificada em relatórios anteriores, ou seja, o predomínio dos “*produtores individuais*” embora menos acentuado que em 2011 (79% vs 83% em 2011). Na distribuição acumulada, por tipologia e por região, continua a verificar-se que a região do Alentejo se destaca pela importância das “*sociedades por quotas*” (29%) contrastando com a região Norte, onde esta tipologia representa apenas 11% do total da região.

Quadro 78: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Região	Produtor individual				Sociedade por quotas			
	2012		Acumulado		2012		Acumulado	
	Nº PA	% do valor regional	Nº PA	% do valor regional	Nº	% do valor regional	Nº	% do valor regional
Norte	1.247	48%	4.382	56%	235	35%	516	35%
Centro	683	26%	1.434	18%	202	30%	398	27%
LVT	302	12%	909	12%	91	14%	224	15%
Alentejo	215	8%	686	9%	107	16%	284	19%
Algarve	141	5%	437	6%	35	5%	66	4%
TOTAL	2.588	100%	7.848	100%	670	100%	1.488	100%

Quando analisamos o impacto da alteração efetuada nesta ação, Portaria n.º 184/2011 de 5 de maio, verifica-se que o investimento médio das candidaturas apresentadas é significativamente superior ao verificado até então.

Quadro 79: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (por avisos e acumulado)

Região	PA entrados válidos								
	Até ao 9º Aviso		10º e 11º Aviso		Acumulado		Investimento médio até 9º Aviso	Investimento médio 10º e 11º Aviso	Investimento médio Acumulado
	Nº	Investimento	Nº	Investimento	Nº	Investimento			
Norte	2.933	208.149	1.965	260.890	4.898	469.039	71	133	96
Centro	673	95.524	1.159	177.263	1.832	272.787	142	153	149
LVT	604	80.629	529	95.151	1.133	175.779	133	180	155
Alentejo	529	60.724	441	69.287	970	130.011	115	157	134
Algarve	226	25.898	277	42.491	503	68.389	115	153	136
TOTAL	4.965	470.924	4.371	645.081	9.336	1.116.005	95	148	120

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 foram analisadas e decididas 2.589 candidaturas, num total acumulado de 7.787 candidaturas. No ano de 2012 registou-se o envio para contratação de 1.932 candidaturas, dum total de 5.162 PA contratados.

As candidaturas objeto de contratação no decorrer do presente ano envolveram uma despesa pública de 194.193 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 80: Ação 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.:mil euros

Períodos de candidatura	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano		
	Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Despesa pública	Prémio/Investimento FEADER
					Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento			
1º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º	0	0	1	176	0	0	1	176	1	40	30
3º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4º	0	0	0	0	0	0	0	0	1	40	30
5º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6º	0	0	0	0	0	0	0	0	2	80	60
7º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8º	0	0	13	1.086	5	412	8	515	28	1.120	810
9º	0	0	14	739	5	159	9	580	17	680	510
10º	100	17.774	950	146.745	217	30.335	733	116.424	882	90.957	67.875
11º	3.158	458.189	1.611	238.923	288	38.362	1.323	200.550	1.001	101.277	75.524
TOTAL	3.258	475.963	2.589	387.670	515	69.268	2.074	318.245	1.932	194.193	144.839

Em termos acumulados, foram contratados 5.162 PA que correspondem a um total de 327.423 mil euros de despesa pública, com 244.019 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 267.981 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 105%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Quadro 81: Ação 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento			
1º	375	59.603	375	59.603	241	41.569	134	18.034	134	5.360	4.020
2º	437	47.937	437	47.937	209	24.904	228	23.033	228	9.120	6.770
3º	336	48.956	336	48.956	105	14.297	231	34.659	231	9.240	6.900
4º	453	44.864	453	44.864	176	15.878	277	28.986	277	11.080	8.250
5º	513	50.726	513	50.726	183	18.233	330	32.493	330	13.200	9.840
6º	589	50.094	589	50.094	248	19.949	341	30.145	341	13.640	10.160
7º	276	27.690	276	27.690	76	4.951	200	22.740	200	8.000	5.970
8º	1.748	126.782	1.748	126.782	431	33.433	1.317	92.672	1.316	52.640	39.200
9º	238	14.272	238	14.272	81	4.229	157	10.044	156	6.240	4.670
10º	1.213	186.893	1.211	186.760	250	35.242	961	151.656	947	97.470	72.598
11º	3.158	458.189	1.611	238.923	288	38.362	1.323	200.550	1.002	101.433	75.641
TOTAL	9.336	1.116.005	7.787	896.608	2.288	251.046	5.499	645.012	5.162	327.423	244.019

Em termos de distribuição regional, continua a predominância, embora com tendência para diminuir, da região Norte (48% do total das candidaturas contratadas), mantendo-se também a região Centro como a segunda região (com 19% do total das candidaturas contratadas). Estas duas regiões totalizam cerca de 70% de todas as contratações desta ação.

Quadro 82: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	2012				Acumulado 2007-2012			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	730	38%	67.415	51.015	2.481	48%	138.121	103.985
Centro	527	27%	54.087	40.781	1.001	19%	74.782	56.302
LVT	308	16%	35.121	24.862	718	14%	52.521	37.230
Alentejo	234	12%	23.891	17.920	656	13%	40.867	30.652
Algarve	133	7%	13.680	10.260	306	6%	21.133	15.849
TOTAL	1.932	100%	194.193	144.839	5.162	100%	327.423	244.019

Ao analisar as candidaturas contratadas dos PA entrados após a alteração efetuada nesta ação (10º e 11º aviso) verifica-se que o predomínio da região Norte é menor e que a região Centro aparece com 28% do total das contratações.

Tal como já referido anteriormente, verifica-se que o investimento médio contratado, após as alterações efetuadas em 2011 nesta ação, é superior ao até aí registado.

Quadro 83: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (10º e 11º aviso e acumulado)

Un. mil euros

Região	10º e 11º aviso					Acumulado 2007-2012				
	Nº PA	%	Investi-mento	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Investi-mento	Despesa pública	FEADER
Norte	704	36%	98.179	67.041	50.735	2.481	48%	207.040	138.121	103.985
Centro	549	28%	86.650	56.702	42.742	1.001	19%	152.681	74.782	56.302
LVT	322	17%	61.082	36.681	25.900	718	14%	115.604	52.521	37.230
Alentejo	231	12%	34.488	23.867	17.902	656	13%	80.913	40.867	30.652
Algarve	143	7%	21.470	14.613	10.959	306	6%	38.230	21.133	15.849
TOTAL	1.949	100%	301.869	198.903	148.239	5.162	100%	594.468	327.423	244.019

Investimento médio	155 mil euros
Investimento médio	115 mil euros

c. Execução financeira

No final do ano de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 169.746 mil euros de despesa pública e 133.956 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 41% foram pagos no ano de 2012 (70.078 mil euros de despesa pública e 59.613 mil euros de comparticipação FEADER). Verifica-se, assim, que 4.811 jovens agricultores (JA) já receberam o seu primeiro pedido de pagamento do prémio, dos quais 1.258 receberam no decorrer do ano de 2012 (mais cerca de 15% do que em 2011).

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 52% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 55% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). Estas taxas representam uma evolução muito significativa relativamente ao final de 2011, embora aparentemente tenham descido, facto que se deve à reprogramação, efetuada no início de 2012, onde esta ação foi reforçada com cerca de 150.000 mil euros de despesa pública.

A distribuição regional dos pagamentos efetuados segue o padrão anterior de predomínio da região Norte, com 46% do total da despesa pública paga, seguida da região Centro, com 21% do total.

Quadro 84: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	Ano			Acumulado 2007-2012		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	539	23.129	19.681	2.352	77.569	60.511
Centro	284	20.493	17.432	921	34.998	28.311
LVT	223	13.316	11.322	665	25.611	20.135
Alentejo	135	9.072	7.716	602	22.256	17.604
Algarve	77	4.069	3.462	271	9.313	7.395
TOTAL	1.258	70.078	59.613	4.811	169.746	133.956

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 98%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Quanto aos indicadores de execução financeira e de realização, verifica-se que se ultrapassou a meta para o número de PA contratados em 3% e a despesa pública programada em 5%.

Na orientação produtiva dos PA contratados mantém-se a tendência já registada, nos jovens agricultores, de uma orientação da sua instalação para as fileiras estratégicas.

A atividade agrícola dominante, quer em termos de número de PA quer em investimento passou a ser a atividade de "explorações especializadas em frutícolas (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)", passando a atividade "Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade" para segundo lugar, representando 13% do total dos PA contratados.

Quadro 85: Ação 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	PA contratados		Despesas públicas		Volume total de investimento	
	Nº	%	FEADER	TOTAL	(mil euros)	%
Expl. Apícolas	311	6%	12.505	16.689	24.306	4%
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	158	3%	12.007	15.158	36.004	6%
Expl. com diversas combinações de culturas permanentes	203	4%	7.243	9.685	10.934	2%
Expl. com diversos herbívoros	197	4%	6.351	8.481	16.255	3%
Expl. espec. em aves de carne	172	3%	14.533	19.563	45.451	8%
Expl. espec. frutícolas (com excepção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rijá)	1.019	20%	50.592	67.687	112.641	19%
Expl. olivícolas especializadas	204	4%	8.294	11.098	19.086	3%
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	649	13%	20.652	27.659	13.005	2%
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	138	3%	6.824	9.451	30.503	5%
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	246	5%	15.063	20.673	57.053	10%
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	227	4%	8.916	12.217	25.903	4%
Outras	1.638	32%	81.040	109.062	203.326	34%
TOTAL	5.162	100%	244.019	327.423	594.468	100%
Metas	5.000		255.600	312.912	290.000	
% da Meta	103%		95%	105%	205%	

Analisando a orientação produtiva dos jovens que concorreram aos apoios no 10º e 11º concurso, verifica-se um predomínio da atividade “explorações especializadas em *frutícolas (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rijá)* ” que apresenta um peso de 27% no total das explorações contratadas, justificando, assim, o crescimento em termos globais desta atividade que representava 15% do total dos PA contratados até final de 2011.

Quadro 86: Ação 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados com candidaturas ao 10º e 11º concurso

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	PA contratados		Despesas públicas		Volume total de investimento	
	Nº	%	FEADER	TOTAL	(mil euros)	%
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	111	6%	10.597	13.278	20.900	7%
Expl. bovinas - leite, criação e carne combinadas	49	3%	3.528	4.595	6.764	2%
Expl. com ovinos e bovinos combinados	93	5%	5.950	7.891	11.259	4%
Expl. espec. em aves de carne	84	4%	11.893	16.043	25.886	9%
Expl. espec. de galinhas poedeiras	23	1%	3.860	5.243	10.070	3%
Expl. Apícolas	167	9%	8.185	10.929	14.795	5%
Expl. com diversas culturas e criações mistas	57	3%	3.985	5.406	8.086	3%
Expl. espec. frutícolas (com excepção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	530	27%	35.992	48.127	70.074	23%
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	52	3%	2.792	3.779	5.865	2%
Expl. frutícolas especializadas em frutos tropicais	47	2%	4.672	6.229	10.039	3%
Expl. olivícolas especializadas	44	2%	3.524	4.698	6.325	2%
Explorações com combinação de diversas culturas arvenses	58	3%	4.574	6.382	9.389	3%
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	41	2%	3.934	5.571	8.584	3%
Explorações especializadas na cultura dos cogumelos	75	4%	4.368	5.911	7.944	3%
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	112	6%	11.093	15.313	27.837	9%
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	68	3%	4.326	5.857	8.318	3%
Outras	338	17%	24.967	33.649	49.734	16%
TOTAL	1.949	100%	148.239	198.903	301.869	100%

Quanto à superfície agrícola útil (SAU) verifica-se que como setor de atividade predominante se mantém o dos "bovinos de carne", com 34% da área total contratada, seguido das atividades "Frutos" e "olival", com 11%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 87: Ação 1.1.3 – Distribuição da área dos PA contratados por setor de atividade (acumulado)

Classificação por sector	SAU (ha)	
Bovinos de Carne	40.854	34%
Frutos	13.696	11%
Olival	13.036	11%
Vinho	7.919	7%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	7.699	6%
Culturas Forrageiras	11.973	10%
Caprinos	4.207	3%
Hortícolas ar livre	2.794	2%
Ovinos de Carne	3.665	3%
Ovinos de Leite	2.693	2%
Apicultura	3.333	3%
Suínos	2.313	2%
Bovinos de Leite	1.817	2%
Hortícolas Forçagem	800	1%
Flores	467	0,4%
Frangos (engorda)	448	0,4%
Outras Permanentes	371	0,3%
Ovos	73	0,1%
Outros Animais	769	1%
Outras Culturas	1.334	1%
TOTAL	120.260	100%

As “culturas forrageiras” que em 2011 ocupavam o quinto lugar com 5% da superfície agrícola útil (SAU) passaram, em 2012, para o terceiro lugar representando 10% da SAU total contratada.

Em termos de tipologia de promotores verifica-se que a tipologia “Pessoa singular” continua como a predominante, embora tenha vindo a diminuir o seu peso após as alterações efetuadas nesta ação, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro 88: Ação 1.1.3 – PA contratados por tipologia do promotor (10º e 11º avisos e acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia de Promotor	Acumulado		PA do 10º e 11º avisos					Proporção dos 10º e 11º avisos
	Número	%	Número	%	Investimento	Despesa Pública	FEADER	%
Pessoa colectiva	838	16%	413	21%	103.408	61.342	45.826	49%
Pessoa singular	4.324	84%	1.536	79%	198.461	137.561	102.413	36%
TOTAL	5.162	100%	1.949	100%	301.869	198.903	148.239	38%

Analisando a ação, segundo o tempo dedicado à exploração, constata-se que os PA em que o promotor é da tipologia “pessoa singular” são maioritariamente agricultores a tempo inteiro, quer se trate de PA que se candidataram até ao 9º aviso (87%), quer se trate de PA que se candidataram aos 10º e 11º avisos (79%).

Quadro 89: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores à exploração (da tipologia pessoa singular com candidaturas à Ação 1.1.1 até ao 9º Aviso)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto (mil euros)	
	Nº	% total	Total	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	1.213	87%	156.242	129
Tempo parcial (< 50% do tempo)	218	13%	19.521	90
TOTAL	1.431	100%	175.763	123

Quadro 90: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores da tipologia pessoa singular à exploração (10º e 11º Período de candidaturas)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	1.214	79%	168.508	139
Tempo parcial (< 50% do tempo)	322	21%	29.953	93
TOTAL	1.536	100%	198.461	129

Quadro 91: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores da tipologia pessoa singular à exploração (acumulado)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	2.427	82%	324.750	134
Tempo parcial (< 50% do tempo)	540	18%	49.473	92
TOTAL	2.967	100%	374.224	126

A ação 113 contribui para duas medidas da Comissão: medida 112 “Instalação de Jovens Agricultores” e medida 121 “Modernização de explorações agrícolas”.

Analisando os indicadores financeiros para as candidaturas contratadas, nestas duas medidas, verifica-se:

- O número de pedidos apoiados, quer numa medida quer noutra, encontram-se já acima da meta (103% e 150% respetivamente);
- O indicador financeiro da despesa pública atingiu 105% na medida 112 COM e 198% na medida 121 COM.
- Relativamente ao volume total de investimento ultrapassou-se a meta estabelecida para o programa, com 205% na medida 112 COM e 201% na medida 121 COM, o que traduz um investimento médio superior ao esperado.

Quadro 92: Ação 1.1.3 – Indicadores de execução financeira (contratados)

Un.: mil euros

	Medida 112 COM				Medida 121 COM			
	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	5.162	594.468	327.423	244.019	1.949	301.869	198.903	148.239
Meta	5.000	290.000	312.912	255.600	1.300	150.000	100.462	85.393
% da meta	103%	205%	105%	95%	150%	201%	198%	174%

Quadro 93: Ação 1.1.3 – Indicadores de execução financeira (pagos)

Un.:mil euros

	Medida 112 COM				Medida 121 COM			
	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	4.811	538.179	149.438	116.671	621	95.288	20.308	17.285
Meta	5.000	140.000	212.449	170.207	1.300	150.000	100.462	85.393
% da meta	96%	384%	70%	69%	48%	64%	20%	20%

Relativamente aos indicadores de realização verifica-se que a atividade mais apoiada continua a ser a de “culturas permanentes” com 31% e 29% respetivamente da despesa pública e do investimento apoiado.

Quadro 94: Ação 1.1.3 – Indicadores de realização

Un.:mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Número de PA apoiados	Despesa pública		Volume total de investimento
		FEADER	TOTAL	
Grandes Culturas	200	10.883	14.912	25.130
Hortofruticultura	834	41.428	56.707	138.284
Olivicultura	204	8.294	11.098	19.086
Vitivinicultura	683	22.073	29.553	15.303
Culturas permanentes	1.623	76.894	102.895	169.849
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	463	17.491	23.291	41.975
Suínos	48	2.466	3.325	8.084
Aves de capoeira	207	19.129	25.788	64.565
Produção de leite	211	15.655	19.914	43.097
Misto (culturas+animais)	490	20.510	27.495	42.782
Outros	199	9.198	12.445	26.313
TOTAL	5.162	244.019	327.423	594.468

A distribuição por género dos JA contratados (dados acumulados) alterou-se face a 2011, em termos de cumprimento das metas, apresentam valores quer para o total de jovens, quer por o género (103% da meta).

É também de realçar que o investimento realizado pelos jovens agricultores está a ser significativamente superior ao esperado, em média cerca de 112 mil euros por PA, estando já ultrapassada a meta esperada em 72%.

Quadro 95: Ação 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados (no ano)

Jovens agricultores contratados			Meta	
Género	Nº	%	Nº	%
Masculino	1.162	60%	3.000	39%
Feminino	768	40%	2.000	38%
TOTAL	1.930	100%	5.000	39%

Quadro 96: Ação 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados e pagos (acumulado)

Género	Jovens agricultores contratados		Jovens agricultores pagos		Meta	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	3.098	60%	2.888	60%	3.000	96%
Feminino	2.064	40%	1.923	40%	2.000	96%
TOTAL	5.162	100%	4.811	100%	5.000	96%
Investimento pago (mil euros)			538.179	290.000	186%	

Nota: Para contabilização do género consideram-se tanto os promotores individuais como as sociedades. No caso das sociedades e para efeitos do indicador, considerou-se do género feminino quando pelo menos 50% dos membros (ou do capital) eram do sexo feminino.

Relativamente ao acréscimo de VAB, verifica-se que o VAB do 5º ano do projeto de instalação mais que duplicou face a 2011. Para o cálculo do VAB voltou a utilizar-se a metodologia já usada em 2011. O VAB contratado para os 5 anos do plano empresarial (1.147.826 mil euros) corresponde a 248% da meta.

Quadro 97: Ação 1.1.3 – Acréscimo de VAB (acumulado)

Contratados		Pagos	
Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)
8.367	1.147.826	7.372	1.023.931
Meta	462.000		462.000
% da meta	248%		222%

2.2.1.4 Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b), iii); Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II, ponto 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 123;
- Portaria n.º 1238/2008, de 30 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Medida

Incentivar o redimensionamento e a cooperação entre empresas agrícolas ou agroalimentares, através de, respetivamente, processos de concentração e fusão empresarial e desenvolvimento de áreas de intervenção comuns, utilizando o potencial de alavancagem da inovação e da orientação para o mercado.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos para esta medida. Em termos de candidaturas entradas válidas, a situação apresentada no relatório de execução de 2011 mantém-se com a exceção de se ter registado uma desistência.

Quadro 98: Medida 1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	6.887	15.000	5	22.475
Segundo		20.000	-	-
TOTAL		35.000	5	22.475

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 não foram analisadas ou decididas candidaturas. A situação no final do ano era a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 99: Medida 1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	5	22.475	5	22.475	3	10.980	2	11.495	2	11.495	4.365	3.273
TOTAL	5	22.475	5	22.475	3	10.980	2	11.495	2	11.495	4.365	3.273

Em termos acumulados, encontram-se contratados 2 PA, ambos relativos a adegas cooperativas e com o objetivo de melhorar a comercialização, num total de 4,3 milhões de euros de despesa pública. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 3.474 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 62%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

A execução desta medida, no final de 2012, ascendia ao montante de 3.374 mil euros de despesa pública e 2.632 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 47% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 80% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 100: Medida 1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Alentejo	2	11.495	4.365	3.273	2	3.374	2.632
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2	11.495	4.365	3.273	2	3.374	2.632

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Durante o ano de 2012, como já se referiu, não foram contratados mais PA e registou-se a desistência de 1 PA.

Tendo em consideração a falta de adesão que se registou nesta medida foram efetuados ajustamentos à dotação e respetivas metas aquando da reprogramação efetuada no início de 2012.

O número de empresas apoiadas passou, assim, a representar 40% da meta. A estes PA estão associados 4.365 mil euros de apoio contratado e 3.273 mil euros de FEADER (cerca de 58% das metas estabelecidas). Quanto ao investimento proposto, de 11.495 mil euros, representou 57% da meta proposta.

Quadro 101: Medida 1.2 - PA contratados e pagos (por setor de atividade)

Un.:mil euros

Sector de actividade	Número			Volume total de invest.	Despesas públicas Contratadas		Despesas públicas Pagas	
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas		TOTAL	FEADER	TOTAL	FEADER
Indústria alimentar	n.d.	2	2	11.495	4.365	3.273	3.374	2.632
		Metas	5	20.000	6.887	5.617	6.887	5.617
		% da meta	40%	57%	63%	58%	49%	47%

Quanto à dimensão das empresas, ambos os PA se enquadram na categoria das micro/pequenas e médias empresas, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 102: Medida 1.2 – PA contratados (por tipo de empresa e setor)

Tipo de empresa	Empresas apoiadas		Investimento	
	Número	% do total	Mil euros	% do total
Micro/pequenas	1	50%	4.951	43%
Médias	1	50%	6.543	57%
Médias/Grandes	0	0%	0	0%
TOTAL	2	100%	11.495	100%

Relativamente ao número de iniciativas de cooperação, encontra-se apoiada apenas uma iniciativa (33% da meta), de duas adegas cooperativas - Borba e Vidigueira, Cuba e Alvito, com vista à cooperação estratégica para comercialização comum dos seus produtos.

Quadro 103: Medida 1.2 - Iniciativas de cooperação contratadas

	Aquisição de dimensão	Cooperação estratégica
	0	1
Nº de iniciativas de cooperação apoiadas	0	1
Metas	0	3
% da meta	0%	33%

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores de resultado. Das empresas contratadas, 67% do total, pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas.

Já no que se refere ao acréscimo do VAB, os resultados são claramente inferiores ao programado, quer quando consideramos os valores contratados quer quando consideramos os pagos. Para poder estimar, mais corretamente, a contribuição dos projetos para as metas calculou-se a vida útil média dos projetos e multiplicou-se pelo VAB anual (4.594 mil euros).

Quadro 104: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (contratados)

	Acréscimo de VAB anual nas explorações apoiadas (contratadas) (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	4.594	7,5	2	1	2
% do total de explorações			100%	50%	100%
Metas	10.000		-	-	3
% da meta	324%		-	-	67%

Quadro 105: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (pagos)

	Acréscimo de VAB anual nas explorações apoiadas (pagas) (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	4.594	7,5	2	1	2
% do total de explorações			100%	50%	100%
Metas	10.000		-	-	3
% da meta	345%		-	-	67%

Quanto ao aumento do valor exportado verificou-se que, comparativamente com o número de PA apoiados, o seu valor foi significativo (57% da meta).

Quadro 106: Medida 1.2 - Indicadores específicos de resultado (Contratados)

Tipo de empresa	Nº pedidos apoiados	Volume total de invest. (mil euros)	Aumento do valor de produção exportado (mil euros)
Desenvolvimento	2	11.495	11.459
Transformação / comercialização	0	0	0
TOTAL	2	11.495	11.459
Metas	5	20.000	20.000
% da meta	40%	57%	57%

Quadro 107: Medida 1.2 - Indicadores específicos de resultado (pagos)

Tipo de empresa	Nº pedidos apoiados	Volume total de invest. (mil euros)	Aumento do valor de produção exportado (mil euros)
Desenvolvimento	2	11.495	11.459
Transformação / comercialização	0	0	0
TOTAL	2	11.495	11.459
Metas	5	20.000	20.000
% da meta	40%	57%	57%

2.2.1.5 Ação 1.3.1 – Melhoria produtiva dos povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 122;
- Portaria n.º 828/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

Assegurar e melhorar a função económica dos povoamentos, no quadro da gestão sustentável.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

A 21 de março de 2011 esta ação passou a estar aberta a candidaturas em contínuo. A 28 de março de 2011 iniciou-se um período de candidaturas, também em contínuo, específico para investimentos em modernização de viveiros florestais. Estes dois períodos de candidaturas mantiveram-se abertos todo o ano de 2012.

Nos dois primeiros concursos verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2011, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 108: Ação 1.3.1 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas		
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	
Primeiro	63.697	16.000	0	0	295	36.265	
Segundo		20.000	0	0	383	47.232	
Contínuo 2011 - Geral				3	170	208	25.800
Contínuo 2011 - Viveiros				0	0	3	4.585
Contínuo 2012 - Geral				425	50.593	425	50.593
Contínuo 2012 - Viveiros				1	536	1	536
TOTAL		36.000	429	51.299	1.315	165.011	

No ano de 2012, foram consideradas válidas 429 candidaturas entradas cuja distribuição regional se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 109: Ação 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (ano)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	20	5%	814	2%
Centro	63	15%	4.176	8%
LVT	73	17%	12.308	24%
Alentejo	252	59%	31.955	62%
Algarve	21	5%	2.046	4%
TOTAL	429	100%	51.299	100%

Relativamente a estas candidaturas, verifica-se que seguem a tendência já constatada nos concursos anteriores, quer em termos do número de PA quer de volume de investimento. Mantém-se uma forte concentração no Alentejo seguida da região LVT. A região Centro apresentou neste ano uma maior adesão, passando a representar 15% das candidaturas (vs 9% em 2011).

Quadro 110: Ação 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	82	6%	4.975	3%
Centro	237	18%	18.316	11%
LVT	263	20%	43.638	26%
Alentejo	666	51%	92.299	56%
Algarve	67	5%	5.784	4%
TOTAL	1.315	100%	165.011	100%

Nas candidaturas efetuadas em 2012, mantém-se como tipologia de beneficiário dominante, a de “*produtor florestal*” com 97% do total.

Quadro 111: Ação 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (ano)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	415	97%	48.199	94%
Entidades gestoras de ZIF	5	1%	1.080	2%
Organismos da administração local	1	0%	91	0%
Entidade gestoras de baldio	7	2%	454	1%
Cooperativa Produtores florestais	1	0%	1.475	3%
Organismos da administração central	0	0%	0	0%
TOTAL	429	100%	51.299	100%

Em termos acumulados verifica-se que as “*entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)*”, segunda tipologia, diminuiu o seu peso relativo, representando 6% do total de PA candidatos (vs 8% em 2011) e 7% do investimento total (vs. 13% em 2011).

Quadro 112: Ação 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	1.186	90%	144.526	88%
Entidades gestoras de ZIF	80	6%	12.325	7%
Organismos da administração local	15	1%	4.525	3%
Entidade gestoras de baldio	29	2%	1.511	1%
Cooperativa Produtores florestais	2	0%	1.974	1%
Organismos da administração central	3	0%	150	0%
TOTAL	1.315	100%	165.011	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 efetuou-se a análise de 386 candidaturas das quais 243 candidaturas entradas já no ano.

No final do ano encontravam-se analisadas 1.132 candidaturas, ou seja 86% do total de candidaturas entradas. Das candidaturas analisadas, cerca

de 15% (169 candidaturas) tiveram uma decisão de não aprovação. Das candidaturas aprovadas, 97% foram objeto de contratação conforme quadro seguinte.

Quadro 113: Ação 1.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un. mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	295	36.265	295	36.077	79	6.741	216	29.336	216	29.336	13.314	9.954
Segundo	383	47.232	383	47.105	61	3.386	322	43.719	322	43.719	20.559	15.325
Contínuo 2011 - Geral	208	25.800	208	25.752	15	1.545	193	24.206	193	24.206	12.234	9.124
Contínuo 2011 - Viveiros	3	4.585	3	4.576	1	536	2	4.039	2	4.039	1.842	1.100
Contínuo 2012 - Geral	425	50.593	242	29.014	12	1.339	230	27.674	198	23.939	12.137	9.050
Contínuo 2012 - Viveiros	1	536	1	536	1	536	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.315	165.011	1.132	143.060	169	14.084	963	128.976	931	125.241	60.086	44.552

De notar que ao longo de 2012 continuaram a registar-se desistências de PA já contratados, num total de 27 PA que representavam 1.038 mil euros de despesa pública.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados, verifica-se a mesma tendência da distribuição regional dos PA entrados, com o Alentejo a representar 53% dos PA contratados e 60% do apoio contratado.

Quadro 114: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Região	Contratado no ano			Total contratado		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	19	1.145	859	47	1.537	1.153
Centro	49	1.225	919	114	4.018	3.013
LVT	76	4.930	3.592	230	17.341	12.494
Alentejo	199	14.230	10.673	493	35.957	26.968
Algarve	16	285	213	47	1.233	925
TOTAL	359	21.815	16.256	931	60.086	44.552

Em termos acumulados, encontram-se contratados 931 PA, dos quais 359 no ano de 2012, num total de 60.086 mil euros de despesa pública, representando 44.552 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 49.704 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o

programado) de 94%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados era de 26.486 mil euros de despesa pública e 21.144 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 40% (mais 15 p.p. face a 2011) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 47% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 115: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	47	1.537	1.153	32	375	313
Centro	114	4.018	3.013	70	1.650	1.314
LVT	230	17.341	12.494	174	8.157	6.424
Alentejo	493	35.957	26.968	367	15.764	12.655
Algarve	47	1.233	925	36	541	438
TOTAL	931	60.086	44.552	679	26.486	21.144

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, mantém-se a tendência já verificada em anos anteriores, dos PA contratados apresentarem um volume de investimento médio inferior ao esperado, uma vez que se ultrapassou a meta relativa ao número de empresas florestais contratadas em 86% e se obteve apenas 83% do valor da meta do investimento apoiado.

Também no que se refere à tipologia das entidades contratadas confirma-se que a larga maioria (99%) se refere a promotores privados

apresentando os promotores públicos cada vez mais uma expressão residual.

Quadro 116: Ação 1.3.1 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Tipos	Valores Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		125.241	85.140	150.000	57%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Promotores públicos	9	6	100	6%
	Promotores privados	922	673	400	168%
	TOTAL	931	679	500	136%

Analisando a área intervencionada, as espécies mais representativas continuam a ser o Sobreiro e o Pinheiro Manso. Face ao relatório de 2011 verifica-se que o Eucalipto passou a ter novamente um peso relevante aparecendo agora como a terceira espécie florestal mais importante.

Relativamente à área abrangida, os PA contratados correspondem a 26% (mais 7 p.p. do que em 2011) da meta o que confirma que a área média das explorações apoiadas está a ser bastante inferior ao esperado.

Quadro 117: Ação 1.3.1 - Indicadores específicos de resultado - área intervencionada (acumulado)

Espécie florestal	Área contratada (ha)	Área paga (ha)
Sobreiro	21.939	15.035
Pinheiro Manso	15.782	11.442
Eucalipto	3.655	2.308
Pinheiro Bravo	1.474	88
Azinheira	1.352	842
Outras Resinosas	50	44
Outras Quercíneas	89	36
Outras Folhosas	39	39
Medronheiro	36	33
Cerejeira Brava	26	25
Castanha	11	2
Freixo	10	7
Carvalho-Negral	17	7
Pseudotsuga	3	3
Nogueira americana	1	1
Nogueira	1	1
Sem espécie identificada	80.033	61.893
TOTAL	124.518	91.808
Meta	476.250	476.250
% da meta	26%	19%

No que diz respeito à localização do investimento continua a verificar-se um peso maior nas "zonas com desvantagens que não as zonas de montanha" (62% do investimento total contratado), face às "zonas de montanha" (6% do investimento total contratado) e às "zonas mistas" (com 20% do investimento total contratado). No cômputo geral as "zonas desfavorecidas" têm uma representação no investimento contratado de 87%.

Quadro 118: Ação 1.3.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL					
Zonas desfavorecidas	831	873	39.482	53.218	109.083
Zonas de montanha	118	118	2.207	2.942	6.938
Zonas com desvantagens que não as de montanha	536	555	28.672	38.793	77.417
Zonas mistas	177	200	8.603	11.482	24.728
SUBTOTAL					
Zonas não desfavorecidas	100	115	5.071	6.869	16.158
Zonas Natura 2000	7	7	359	538	1.210
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	93	108	4.712	6.331	14.948
TOTAL	931	988	44.552	60.086	125.241
	Meta	600	600	52.769	63.697
	% da meta	155%	165%	84%	94%

A mesma tendência verifica-se quando se efetua a análise dos PA pagos por zona de intervenção.

Quadro 119: Ação 1.3.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL					
Zonas desfavorecidas	606	644	18.725	23.432	73.286
Zonas de montanha	83	83	950	1.179	4.999
Zonas com desvantagens que não as de montanha	408	424	14.338	18.011	53.494
Zonas mistas	115	137	3.437	4.242	14.794
SUBTOTAL					
Zonas não desfavorecidas	73	83	2.419	3.054	11.854
Zonas Natura 2000	4	4	243	329	957
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	69	79	2.176	2.725	10.897
TOTAL	679	727	21.144	26.486	85.140
	Meta	600	600	52.769	63.697
	% da meta	113%	121%	40%	57%

Analisando os indicadores de resultado desta ação constata-se que em termos de número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas a meta foi já ultrapassada.

Quadro 120: Ação 1.3.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	n.d.	n.d.	400.000	-
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	308	230	210	110%
Nº de explorações/empresas que implementaram a certificação florestal	93			
Nº de explorações/empresas que utilizam biomassa para produção de energias renováveis	38			

Das 308 explorações contratadas que introduziram novos produtos ou novas técnicas, 93 apresentam a certificação da gestão florestal já implementada e 38 apresentam investimentos em biomassa para energias renováveis.

2.2.1.6 Ação 1.3.2 – Gestão multifuncional

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 122;
- Portaria n.º 821/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Diversificar as atividades nas explorações florestais promovendo a utilização e valorização económica de recursos associados à floresta e aos espaços florestais;
- Desenvolver a oferta de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protetoras (ambiente) e sociais (lazer/fruição pelas populações);
- Promover a valorização de recursos endógenos e a sustentabilidade dos territórios rurais.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido em relatórios anteriores, a 1 de outubro de 2010, foi aberto um período de candidaturas em contínuo para esta ação que se prolongou ao longo de 2011 e 2012. Relativamente aos dois primeiros concursos, verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2011, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 121: Ação 1.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.188	4.000	0	0	103	5.881
Segundo		5.000	0	0	9	564
Em contínuo - 2010		-	0	0	6	672
Em contínuo - 2011		-	1	39	46	4.289
Em contínuo - 2012		-	45	3.089	45	3.089
TOTAL		9.000	46	3.128	209	14.494

Nota: Há uma candidatura de 2011 que só foi validada em 2012

A distribuição regional dos PA entrados em 2012 mostra a região do Algarve novamente com o maior número de PA (49%) mas, em termos de investimento, a região do Alentejo aparece em primeiro lugar também com 49%. Em termos acumulados a distribuição é semelhante à do ano de 2011, tendo a região Centro passado a representar 25% do número de PA entrados e 27% do investimento total proposto.

Quadro 122: Ação 1.3.2 - Distribuição regional dos PA entrados por concursos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Primeiro concurso			Segundo concurso			Em contínuo						TOTAL					
	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	2010			2011			2012			Nº PA	%	Invest. total
							Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total	Nº PA	%	Invest. total			
Norte	14	14%	825	2	22%	167	1	17%	28	8	17%	2.274	4	9%	316	29	14%	3.609
Centro	42	41%	2.781	4	44%	354	0	0%	0	3	7%	169	3	7%	586	52	25%	3.890
LVT	8	8%	240	1	11%	4	1	17%	75	2	4%	115	1	2%	18	13	6%	453
Alentejo	20	19%	1.507	0	0%	0	1	17%	171	18	39%	1.474	15	33%	1.516	54	26%	4.669
Algarve	19	18%	528	2	22%	38	3	50%	398	15	33%	257	22	49%	652	61	29%	1.873
TOTAL	103	100%	5.881	9	100%	564	6	100%	672	46	100%	4.289	45	100%	3.089	209	100%	14.494

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 foram analisadas 57 candidaturas (28% do total das candidaturas válidas entradas). Foram aprovados 67% dos PA analisados e 58% do investimento proposto.

Quadro 123: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2011	1	39	23	1.270	5	437	18	833	19	842	466	349
Em contínuo - 2012	45	3.089	34	2.640	1	26	33	2.614	28	1.625	895	671
TOTAL	46	3.128	57	3.910	6	463	51	3.447	47	2.467	1.361	1.021

Quadro 124: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	103	5.881	103	5.879	48	3.038	55	2.841	55	2.841	1.290	968
Segundo	9	564	9	564	4	179	5	384	5	384	160	120
Em contínuo - 2010	6	672	6	672	1	28	5	644	5	644	251	188
Em contínuo - 2011	46	4.289	46	4.289	12	2.696	34	1.593	34	1.593	873	655
Em contínuo - 2012	45	3.089	34	2.640	1	26	33	2.614	28	1.625	895	671
TOTAL	209	14.494	198	14.043	66	5.965	132	8.077	127	7.087	3.469	2.602

No final de 2012, encontravam-se contratados 127 PA, num total de 3.469 mil euros de despesa pública, representando 2.602 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 2.881 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 42%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição dos PA contratados por região, tipologia do beneficiário e do investimento.

Quadro 125: Ação 1.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Região	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	11	476	242	182
Centro	18	1.507	694	521
LVT	8	347	147	110
Alentejo	41	3.404	1.674	1.255
Algarve	49	1.353	711	534
TOTAL	127	7.087	3.469	2.602

O Alentejo reforçou a sua representatividade, em termos de investimento contratado, com 48% (vs 38% em 2011) tal como o Algarve que permanece como a região com maior número de PA contratados (39%).

Os tipos de beneficiários mais representativos, em termos de número de PA contratados, continuam a ser as "entidades gestoras de zonas de caça associativa" (42%) e as "entidades gestoras de zonas de caça turística" (40%). Analisando o investimento total e a despesa pública, a tipologia de beneficiário "entidades gestoras de zonas de caça turística" mantém-se como a mais representativa com 54% do total contratado, reforçando assim a sua posição face a 2011 (48%).

Quadro 126: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento total		Despesa pública		FEADER	
	Nº PA	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Entidade gestora de zona de caça associativa	53	42%	1.087	15%	487	14%	365	14%
Entidade gestora de zona de caça turística	51	40%	3.846	54%	1.865	54%	1.399	54%
Entidade gestora de zona de caça municipal	7	6%	680	10%	326	9%	245	9%
Produtor florestal individual	13	10%	1.122	16%	616	18%	462	18%
Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Entidade gestora de zona de pesca desportiva	2	2%	278	4%	137	4%	103	4%
Organismos da administração local	1	1%	75	1%	37	1%	28	1%
TOTAL	127	100%	7.087	100%	3.469	100%	2.602	100%

A tipologia de investimento contratado mantém a distribuição já referida em relatórios anteriores, com a tipologia "gestão cinegética" claramente maioritária, com 74% do investimento, seguida das tipologias "produção de cogumelos silvestres" e "Apicultura" que representam, em conjunto, 15% do investimento contratado. A tipologia "produção de cogumelos silvestres"

teve uma quebra acentuada de 2011 para 2012 fruto da apresentação de alguns pedidos de alteração aos PA iniciais.

Quadro 127: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do investimento (acumulado)

Tipologia	PA *		Investimento total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Gestão Cinegética	110	84%	5.262	74%	2.523	73%	1.892	73%
Gestão de Pesca nas Águas Interiores	5	4%	424	6%	189	5%	142	5%
Produção de cogumelos silvestres	5	4%	595	8%	334	10%	250	10%
Apicultura	8	6%	472	7%	259	7%	194	7%
Produção de frutos silvestres	2	2%	56	1%	25	1%	19	1%
Produção de plantas: condimentares, medicinais e/ou aromáticas	1	1%	36	1%	18	1%	13	1%
Não identificado**	0	0%	242	3%	122	4%	92	4%
TOTAL	131	100%	7.087	100%	3.469	100%	2.602	100%

Nota: * Existem 2 PA com investimento em Produção de cogumelos silvestres e Produção de frutos silvestres
Existem 2 PA com investimento em Gestão Cinegética e Gestão de Pesca nas Águas interiores

c. Execução financeira

Esta ação apresenta uma execução financeira de 1.593 mil euros de despesa pública e 1.287 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução residual de 19% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 49% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA pagos face aos contratados.

Quadro 128: Ação 1.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	11	242	182	9	122	100
Centro	18	694	521	15	317	257
LVT	8	147	110	9	78	63
Alentejo	41	1.674	1.255	27	641	520
Algarve	49	711	534	37	436	346
TOTAL	127	3.469	2.602	97	1.593	1.287

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, continua a verificar-se que as empresas apresentam um volume de investimento médio inferior ao esperado, uma vez que 88% da meta do número de empresas florestais representam apenas 48% da meta relativa ao investimento.

Quadro 129: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização (pago acumulado)

Un.: mil euros

Indicador de realização	N.º PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Municípios	7	563	140	111
Outros	83	3.974	1.369	1.105
Proprietários Privados	7	248	85	71
TOTAL	97	4.785	1.593	1.287
Meta	110	10.000	8.188	6.892
% da meta	88%	48%	19%	19%

Nas zonas de intervenção mantém-se como mais representativa, nos PA contratados, a "zona de montanha" com 36% dos PA e 21% do investimento contratado.

Quadro 130: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (contratado acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL	116	116	2.487	3.316	6.726
Zonas desfavorecidas					
Zonas de montanha	42	42	534	712	1.423
Zonas com desvantagens que não as de montanha	27	27	613	817	1.902
Zonas mistas	47	47	1.340	1.787	3.401
SUBTOTAL	11	11	115	153	361
Zonas não desfavorecidas					
Zonas Natura 2000	1	1	6	8	22
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	10	10	108	144	339
TOTAL	127	127	2.602	3.469	7.087
Meta	110	110	6.892	8.188	10.000
% da meta	115%	115%	38%	42%	71%

Quadro 131: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (pago acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesas públicas (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL <i>Zonas desfavorecidas</i>	87	87	1.242	1.537	4.432
Zonas de montanha	35	35	394	489	1.231
Zonas com desvantagens que não as de montanha	23	23	345	436	1.473
Zonas mistas	29	29	502	613	1.728
SUBTOTAL <i>Zonas não desfavorecidas</i>	10	10	45	56	353
Zonas Natura 2000	1	1	6	8	22
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	9	9	39	48	331
TOTAL	97	97	1.287	1.593	4.785
Meta	110	110	6.892	8.188	10.000
% da meta	88%	88%	19%	19%	48%

O acumulado dos projetos de promotores públicos contratados representa 35% da meta para o programa, enquanto a meta para os projetos de promotores privados foi já atingida.

Quadro 132: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização – tipologia de empresas (acumulado)

Indicador de realização	Tipos	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		7.087	4.785	10.000	48%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Promotores públicos	8	7	20	35%
	Promotores privados	119	90	90	100%
	TOTAL	127	97	110	88%

O número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas mantém-se abaixo da meta, 8% face aos 115% do número de empresas florestais contratadas. Quanto ao acréscimo de VAB previsto nas explorações contratadas, de 1.592 mil euros (3% da meta), mantém-se inferior ao esperado face ao número total de empresas florestais contratadas.

Quadro 133: Ação 1.3.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	2.436	1.484	50.000	3%
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	41	31	40	78%

* Nem todos os PA têm VAB registado

2.2.1.7 Ação 1.3.3 – Modernização e capacitação das empresas florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i), b) iii); Artigo 21º e Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º e Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1 e 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111, 123;
- Portaria n.º 846/2008 de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a modernização das empresas florestais;
- Adaptar as empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos;
- Criar e modernizar as unidades de primeira transformação;
- Modernizar e racionalizar as operações de exploração e pós-colheita dos produtos;
- Promover uma maior participação dos produtores florestais nas vantagens económicas decorrentes do processo de transformação e comercialização dos produtos;
- Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias e promover a integração no mercado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

A 1 de outubro de 2010 foi aberto um período de candidaturas em contínuo para esta ação que se prolongou ao longo de 2011 e 2012. Nos dois

primeiros concursos verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2011, decorrente de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 134: Ação 1.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	41.484	10.098	0	0	143	72.082
Segundo		12.952	0	0	119	44.850
Em contínuo - 2010		-	0	0	49	18.748
Em contínuo - 2011		-	2	194	98	36.993
Em contínuo - 2012		-	62	24.449	62	24.449
TOTAL		23.050	64	24.643	471	197.123

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 foram analisadas 84 candidaturas, das quais 79% foram aprovadas. O número de PA contratados no ano (62) representou 25% do total de contratações efetuadas, envolvendo uma despesa pública de 9.767 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 135: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2010	0	0	1	997	1	997	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2011	2	194	35	15.738	8	2.055	27	13.683	32	14.439	5.263	3.947
Em contínuo - 2012	62	24.449	48	18.276	9	4.776	39	13.500	30	11.825	4.503	3.377
TOTAL	64	24.643	84	35.011	18	7.829	66	27.183	62	26.264	9.767	7.325

Em termos acumulados, encontram-se contratados 249 PA, num total de 39.092 mil euros de despesa pública, representando 29.052 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de

cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 31.746 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 94%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Quadro 136: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	143	72.082	143	72.081	98	49.497	45	22.584	45	22.584	8.605	6.454
Segundo	119	44.850	119	44.330	55	18.292	64	26.038	64	26.038	10.518	7.643
Em contínuo - 2010	49	18.748	49	18.563	18	8.017	31	10.546	31	10.546	3.983	2.967
Em contínuo - 2011	98	36.993	98	36.919	19	4.910	79	32.008	79	32.008	11.482	8.611
Em contínuo - 2012	62	24.449	48	18.276	9	4.776	39	13.500	30	11.825	4.503	3.377
TOTAL	471	197.123	457	190.169	199	85.492	258	104.677	249	103.001	39.092	29.052

Quanto à tipologia do investimento contratado, verifica-se a mesma tendência relatada desde 2010 com a *"colheita, recolha concentração e triagem de material lenhoso e resina"* como a tipologia mais representativa. A tipologia de investimento *"primeira transformação de cortiça"* passou a ser a segunda tipologia mais importante com 22% do investimento contratado, enquanto a tipologia *"1ª transformação de biomassa florestal"* viu diminuído o seu peso face a 2011 (10% vs 17% do investimento contratado em 2011).

A dimensão média do investimento por tipologia também se alterou face a 2011. O investimento realizado em *"primeira transformação da biomassa florestal"* continuou a manter a tendência, já verificada em 2011, de diminuição do investimento médio (716 mil euros por PA no final de 2012 vs 1.045 mil euros por PA até 2011) tendo sido ultrapassado pelo investimento na *"primeira transformação de cortiça"* que aparece agora na primeira posição com 1.217 mil euros de investimento médio por PA.

Quadro 137: Ação 1.3.3 - PA contratados por tipologia de investimento (acumulado)

Tipologia do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
1ª Transformação de biomassa florestal	14	10.029
1ª Transformação de cortiça	19	23.127
1ª Transformação de material lenhoso e resina	15	7.050
Colheita, recolha e concentração de cortiça nas unidades de produção	4	814
Colheita, recolha, concentração e triagem de biomassa florestal	34	6.166
Colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso e resina	202	55.815
TOTAL	288	103.001

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma tipologia.

Tal como já verificado em anos anteriores, a rubrica de "equipamentos" continua a ser a mais representativa, embora com menos peso face a 2011 (78% vs 81% em 2011), em termos de investimento total contratado.

Quadro 138: Ação 1.3.3 – PA contratados por rubrica de investimento (acumulado)

Rubricas do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
Equipamentos	249	80.286
Edifícios e construções	38	11.459
Imateriais	241	7.366
Transporte	17	1.710
Outros	15	1.270
Ambientais	16	877
Formação	8	32
TOTAL	584	103.001

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma rubrica.

A tipologia de promotores predominante continua a ser a "sociedade por quotas" com 64% do total de PA contratados e 62% do investimento.

Quadro 139: Ação 1.3.3 – PA contratados por tipologia de promotores (acumulado)

Tipologia do promotor	Candidaturas contratadas no ano		Total de candidaturas contratadas	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Estab. individual de responsabilidade limitada	0	0	1	361
Pessoa Singular	16	3.258	40	8.169
Sociedade anónima	2	6.384	10	12.827
Sociedade por quotas	32	13.534	160	64.081
Sociedade unipessoal p/ quotas	12	3.088	38	17.563
Total	62	26.264	249	103.001

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era, no final do ano de 2012, de 20.608 mil euros de despesa pública e 16.035 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 47% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 55% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 140: Ação 1.3.3 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	51	20.034	7.214	5.411	39	3.143	2.502
Centro	108	39.656	14.744	11.058	95	8.262	6.529
LVT	67	24.426	10.088	7.300	60	7.246	5.454
Alentejo	20	17.986	6.644	4.983	15	1.665	1.324
Algarve	3	899	402	301	3	292	225
TOTAL	249	103.001	39.092	29.052	212	20.608	16.035

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta ação apresenta investimentos que se enquadram em duas medidas da Comissão: medida 111 "Formação profissional e ações de informação e medida 123 "Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais".

Analisando os investimentos que contribuem para a medida 123 e tal como já verificado em relatórios anteriores, constata-se que já se ultrapassou a meta do número de empresas a apoiar em 127%, com 96% da meta da despesa pública, o que representa, tal como já se tinha verificado anteriormente, investimentos médios mais baixos do que os previstos.

Quadro 141: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados da Medida 123 COM por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA aprovados		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	249	227	102.969	39.083	29.046
TOTAL	-	249	227	102.969	39.083	29.046
		Metas	100	100.000	40.778	33.178
		% da meta	227%	103%	96%	88%

Quadro 142: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA Pagos da Medida 123 COM por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA aprovados		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	212	191	86.341	20.607	16.034
TOTAL	-	212	191	86.341	20.607	16.034
		Metas	100	100.000	40.778	33.178
		% da meta	191%	86%	51%	48%

Continua, assim, a verificar-se que as empresas candidatas apresentam projetos com uma dimensão média inferior à programada, o que se traduz num cumprimento de 237% e 201% da meta, respetivamente de PA contratados e pagos, relativamente às microempresas e de 140% e 100% da meta relativamente às pequenas e médias empresas.

Quadro 143: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados e pagos por dimensão de empresa (acumulado)

	Empresas contratadas		Empresas com execução	
	Tipo de empresa		Tipo de empresa	
	Microempresas	PME	Microempresas	PME
Nº empresas	213	14	181	10
Metas	90	10	90	10
% da meta	237%	140%	201%	100%

Quanto ao tipo de atividade, continua a verificar-se uma maior adesão da atividade de comercialização e de recolha em detrimento da transformação, onde apenas se atingiu 83% e 66% da meta, respetivamente de PA contratados e pagos.

Quadro 144: Ação 1.3.3 - PA contratados por tipo de atividade (acumulado)

	Tipo de empresa					
	Transformação		Comercialização		Recolha	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Nº PA	41	33	110	106	217	186
Meta	50		20		30	
% da meta	83%	66%	550%	530%	724%	620%

Quanto aos indicadores específicos de realização, continua a verificar-se uma baixa taxa de investimento em fatores ambientais e investimentos imateriais, e uma taxa de investimento em inovação superior à meta.

Quadro 145: Ação 1.3.3 – Indicadores específicos de realização por tipo de empresa (acumulado)

Un.: mil euros

	Montante total por tipo de investimento					
	Investimentos em fatores ambientais		Investimentos em inovação		Investimentos imateriais	
	Investimento Contratado	Investimento Pago	Investimento Contratado	Investimento Pago	Investimento Contratado	Investimento Pago
	877	867	92.805	76.934	7.366	6.474
% total invest.	1%	1%	90%	89%	7%	7%
Metas (%)	30%		20%		10%	
% da meta	--	--	++	++	-	-

Dos 249 PA contratados apenas 8 (3%) se candidataram a ações de formação.

Quanto aos restantes indicadores da componente de formação continua a verificar-se que o número de participantes em ações de formação excede as metas previstas, embora a despesa pública atribuída seja muito baixa face à respetiva meta.

Quadro 146: Ação 1.3.3 - Número de participantes em ações de formação em PA contratados-Medida 111 COM (por conteúdo de atividade)

Conteúdo da actividade	Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesa pública contratada (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
Competências nos domínios da gestão, da administração e da comercialização	-	-	11	11	-	21	1	1
Formação em TIC	-	-	0	0	-	0	0	0
Novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras	-	-	83	83	-	95	4	5
Novas normas	-	-	29	29	-	15	1	1
Qualidade dos produtos	-	-	13	13	-	12	0	1
Preservação e valorização do espaço natural e protecção do ambiente	-	-	4	4	-	1	0	0
Outros	-	-	32	32	-	21	1	1
TOTAL	-	-	172	172	-	165	7	9
			Metas	40	-	200	600	801
			% da meta	430%	-	82%	1,1%	1,1%

Quadro 147: Ação 1.3.3 - Número de participantes em ações de formação em PA pagos-Medida 111 COM (por conteúdo de atividade)

Conteúdo da actividade	Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
Competências nos domínios da gestão, da administração e da comercialização	-	-	0	0	-	0	0	0
Formação em TIC	-	-	0	-	-	0	0	0
Novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras	-	-	10	10	-	11	1	1
Novas normas	-	-	4	4	-	1	0	0
Qualidade dos produtos	-	-	0	0	-	0	0	0
Preservação e valorização do espaço natural e protecção do ambiente	-	-	4	4	-	1	0	0
Outros	-	-	16	16	-	2	0	0
TOTAL	-	-	34	34	-	15	1	1
			Metas	40	-	200	600	801
			% da meta	85%	-	7%	0,1%	0,1%

No que se refere aos indicadores de resultado, verifica-se um aumento do VAB, nas empresas apoiadas, mas mantém-se bastante inferior ao esperado. Este indicador apenas atingiu 64% e 54% da meta, referente respetivamente a empresas contratadas e apoiadas, para um número de empresas contratadas superior em 113% à meta prevista.

Quadro 148: Ação 1.3.3 – Indicadores de resultado - aumento do VAB (acumulado)

Indicador de resultado	contratados	Pagos	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB anual nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	60.248	51.791	400.000	54%
Vida útil média dos projetos (anos)	4,3	4,2		

Em relação à inovação, continua a verificar-se uma elevada percentagem de empresas que introduziu novos produtos ou novas técnicas no seu processo produtivo.

Quadro 149: Ação 1.3.3 – Indicadores de resultado - PA contratados e pagos que introduziram novos produtos/técnicas (acumulado)

	PA Contratados	PA Pagos
	Introdução de novos produtos / novas técnicas	
Nº PA	217	183
Meta	60	60
% da meta	362%	305%

2.2.1.8 Ação 1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea c) ii) e Artigo 32º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 22º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 132;
- Portaria 260/2009, de 11 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover a adesão dos produtores de produtos agroalimentares a sistemas de qualidade certificada;
- Contribuir para a criação das condições necessárias à sustentabilidade e competitividade dos sistemas de qualidade certificada;
- Assegurar ao consumidor a disponibilização de produtos alimentares e/ou processos de produção de qualidade certificada.

3. Implementação da Ação

Esta ação cuja candidatura está integrada no Pedido Único (PU) tem, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do PRODER e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

Como já referido nos relatórios de execução anteriores, as candidaturas aprovadas em 2009 e 2010 conduziram à utilização integral da dotação da ação, pelo que, em 2011 foram suspensas as candidaturas, mantendo-se essa suspensão em vigor em 2012.

Apresentamos, em seguida, a distribuição regional das candidaturas aprovadas, bem como a sua distribuição por regime de qualidade.

Quadro 150: Ação 1.4.1 - Distribuição regional dos pedidos aprovados (acumulado)

Região	Total de candidaturas aprovadas	
	Nº PA	%
Norte	7.691	49%
Centro	2.528	16%
LVT	1.752	11%
Alentejo	3.169	20%
Algarve	413	3%
Total	15.553	100%

Quadro 151: Ação 1.4.1 - Distribuição dos pedidos aprovados (por regime de qualidade)

Regime de Qualidade	Total Pedidos Aprovados até 2012	
	Número	%
IGP	39	0%
DOP	2.029	13%
MPB	2.284	15%
PRODI	9.817	63%
DOP/PRODI	938	6%
IGP/PRODI	276	2%
DOP/MPB	163	1%
IGP/MPB	7	0%
TOTAL	15.553	100%

Em termos acumulados, foram contratados 14.229 PA, num total de 16.130 mil euros de despesa pública, representando 12.037 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 12.217 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 103%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

a. Execução financeira

No final do ano de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados era de 13.763 mil euros de despesa pública e 10.205 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 86% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Quadro 152: Ação 1.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas Pagas	
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Norte	7.756	5.257	3.943	4.497	3.375
Centro	2.281	2.372	1.779	2.019	1.515
LVT	1.488	2.062	1.486	1.762	1.202
Alentejo	2.300	5.919	4.439	5.044	3.783
Algarve	404	520	390	441	331
Total	14.229	16.130	12.037	13.763	10.205

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de explorações apoiadas, até 2012, totaliza 8.734, atingindo 62% da meta prevista para o período de programação.

Quadro 153: Ação 1.4.1 – Indicadores de realização e de execução financeira

	Número de explorações agrícolas participantes em regimes de qualidade apoiadas	Contratado		Pago	
		Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
	8.734	16.130	12.037	13.763	10.205
Meta	14.000	15.758	11.900	15.758	11.900
% da meta	62%	102%	101%	87%	86%

2.2.1.9 Ação 1.4.2 – Informação e promoção de produtos de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º Alínea c) iii) e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 23º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 133;
- Portaria n.º 346/2009, de 3 de abril, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Apoiar o desenvolvimento de estratégias de promoção e de políticas comerciais que permitam induzir o consumo pela valorização dos produtos alimentares abrangidos por regimes de qualidade;
- Incentivar a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade, utilizando o potencial de mercado associado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos para esta ação. Face ao ano de 2011 ocorreu uma redução no número de PA válidos no segundo concurso, relativamente aos dados reportados no Relatório de 2011, devido a desistências.

Quadro 154: Ação 1.4.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	3.436	3.327	-	-	12	6.259
Segundo		6.000	-	-	4	1.449
TOTAL		9.327	-	-	16	7.708

Quanto à distribuição regional dos PA entrados por região e tipologia, a situação não se altera face ao reportado no Relatório anterior.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 todas as candidaturas entradas já se encontravam analisadas, decididas e contratadas tendo sido apenas registado duas desistências de PA contratados que representavam 902 mil euros de investimento, conforme quadro seguinte.

Quadro 155: Ação 1.4.2 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total	Não Aprovadas		Aprovadas		N.º PA	Invest. Total	Desp. pública
					N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total			
Primeiro	12	6.259	12	6.259	1	580	11	5.541	11	5.541	2.925
Segundo	4	1.449	4	1.449	2	756	2	693	2	693	243
Total	16	7.708	16	7.708	3	1.336	13	6.234	13	6.234	3.168

Analisando o acumulado dos PA contratados por tipologia de promotor verifica-se que as desistências ocorreram nas seguintes tipologias: "associação de produtores" e "cooperativas".

Quadro 156: Ação 1.4.2 – PA contratados por tipologia de promotor (no ano e acumulado)

Tipologia do promotor	Candidaturas contratadas no ano		Total de candidaturas contratadas	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Agrupamento de produtores	-	-	5	1.910
Associação de produtores	-	-	3	1.579
Cooperativa	-	-	3	1.232
Parceria de agrupamento de produtores	-	-	2	1.513
Total	-	-	13	6.234

Em termos acumulados, encontram-se contratados 13 PA, num total de 3.168 mil euros de despesa pública, representando 2.234 mil euros de

comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 2.592 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 92%, registando uma aparente subida de 63 p.p. fruto também da diminuição da dotação efetuada na reprogramação de 2012. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

No final do ano de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 1.128 mil euros de despesa pública e 858 mil euros de participação FEADER, representando uma taxa de execução de 30% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 38% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 157: Ação 1.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	2	915	416	312	2	114	94
Centro	2	564	318	238	2	164	130
Lisboa	4	2.605	1.364	881	4	382	265
Alentejo	5	2.150	1.070	803	4	468	368
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	13	6.234	3.168	2.234	12	1.128	858

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os PA contratados por categoria de produto mantém-se como mais representativa a categoria das "carnes frescas" (54% dos produtos

apoiados), seguida das "frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados" com 23%.

Quanto aos regimes de qualidade, tal como já constatado anteriormente, verifica-se que os DOP/IGP representam a larga maioria (77%) dos PA apoiados, tendo o MPB cerca de 23% do total.

Quadro 158: Ação 1.4.2 – Distribuição dos apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA contratados)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas						Despesas públicas (mil euros)		
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	7	-	5	2	-	-	7	997	1.330	
Produtos à base de carne	1	-	1	-	-	-	1	260	347	
Queijos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Matérias gordas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	3	-	3	-	-	-	3	596	795	
Cervejas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produtos de padaria, de pasteleria, de confeitaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	1	-	1	-	-	-	1	96	128	
Outros produtos alimentares	1	-	-	1	-	-	1	284	569	
TOTAL	13	0	10	3	0	0	13	2234	3168	
							Meta	15	2.818	3.436
							% da Meta	87%	79%	92%

Quadro 159: Ação 1.4.2 – Distribuição dos apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA pagos)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas						Despesas públicas (milhares de euros)		
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	6	-	5	1	-	-	6	549	690	
Produtos à base de carne	1	-	1	-	-	-	1	35	45	
Queijos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Matérias gordas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	3	-	3	-	-	-	3	94	116	
Cervejas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produtos de padaria, de pasteleria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	1	-	1	-	-	-	1	8	11	
Outros produtos alimentares	1	-	-	1	-	-	1	171	266	
TOTAL	12	0	10	2	0	0	12	858	1128	
							Meta	15	2.818	3.436
							% da Meta	80%	30%	33%

Quanto aos indicadores de resultado, é de referir em primeiro lugar que, em 2012, as metas foram revistas, nomeadamente as relativas ao valor de produção e ao acréscimo da produção.

Quadro 160: Ação 1.4.2 – Indicador de resultado – valor da produção (por categoria de produto)

Un.:mil euros

Categoria do produto	Valor da Produção Contratada		Valor da Produção Paga	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	13.754	-	13.752	-
Produtos à base de carne	4.800	-	4.800	-
Queijos	-	-	-	-
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-
Matérias gordas	-	-	-	-
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	55.179	-	55.179	-
Cervejas	-	-	-	-
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	2.032	-	2.032	-
Outros produtos alimentares	-	-	-	-
TOTAL	75.765	0	75.762	0
Meta	50.000		50.000	
% da Meta	152%		152%	

O indicador de resultado do acréscimo do valor de produção atingiu 24% da meta, dos PA contratados e pagos, o que continua a ser manifestamente inferior ao esperado.

Quadro 161: Ação 1.4.2 – Indicador de resultado – Acréscimo do valor da produção

Categoria do produto	Acréscimo produção Contratado (mil euros)		Acréscimo produção Pago (mil euros)	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	5.117	-	5.117	-
Produtos à base de carne	4.800	-	4.800	-
Queijos	-	-	-	-
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-
Matérias gordas	-	-	-	-
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	16.331	-	16.331	-
Cervejas	-	-	-	-
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	2.032	-	2.032	-
Outros produtos alimentares	-	-	-	-
TOTAL	28.279	0	28.279	0
Meta (mil euros)	120.000		120.000	
% da Meta	24%		24%	

2.2.1.10 Medida 1.5 – Restabelecimento do potencial produtivo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) vi) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.6 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 126;
- Portaria n.º 964/2009, de 25 de agosto com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto;
- Despacho n.º 20635/2009 do Gabinete do Ministro, de 14 de setembro;
- Despacho n.º 27915-E/2009 do Gabinete do Ministro, de 31 de dezembro;
- Despacho n.º 6775/2010 do Gabinete do Ministro, de 16 de abril.

2. Objetivos da Medida

Manutenção das condições de produção afetadas por catástrofes ou calamidades naturais de elevado impacto.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O final de 2011 foi marcado pela ocorrência de fortes intempéries em algumas freguesias da região do Algarve que justificaram a abertura de um concurso no âmbito desta ação, nos termos do Despacho n.º 6882/2012, do Gabinete do secretário de Estado da Agricultura, de 21 de maio. Este concurso esteve aberto de 1 a 30 de junho, para as candidaturas que visavam a reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações, no que se refere a estufas, estufins e equipamentos de rega situados nas mesmas, que tenham sido danificados em consequência direta das referidas intempéries.

O total de candidaturas válidas entradas, em 2012, foi de 20 com um investimento total proposto de 1.657 mil euros.

Durante o ano de 2012 verificou-se, ainda, uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2011, proveniente de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

O total de candidaturas válidas entradas era, a 31 de dezembro de 2012, de 675 com um investimento total proposto de 35.488 mil euros.

Quadro 162: Medida 1.5 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Número de PA	Investimento total	Número de PA	Investimento total
Primeiro	31.158	3.000	0	0	15	99
Segundo (Oeste)		18.000	0	0	520	29.448
Terceiro		5.000	0	0	120	4.284
Quarto			20	1.657	20	1.657
TOTAL		26.000	20	1.657	675	35.488

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 procedeu-se à contratação dos PA do quarto concurso. Em termos acumulados, mantém-se a taxa de 77% para as candidaturas válidas entradas que foram aprovadas e contratadas.

Quadro 163: Medida 1.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	15	99	15	99	12	70	3	29	3	29	22	16
Segundo (Oeste)	520	29.448	520	29.448	115	4.051	405	24.215	405	24.215	14.033	10.366
Terceiro	120	4.284	120	4.284	29	582	91	3.693	91	3.693	2.407	1.775
Quarto	20	1.657	20	1.657	0	0	20	1.657	20	1.657	892	669
TOTAL	675	35.488	675	35.488	156	4.704	519	29.594	519	29.594	17.354	12.826

O número de PA contratados no primeiro e segundo concursos diminuiu face ao apresentado no relatório de execução de 2011, dado terem sido registadas desistências de PA.

Analisando os PA contratados por rubricas de investimento verifica-se que a rubrica “*estufas ou outras estruturas de forçagem*” representa 83% do total do investimento nesta ação, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 164: Medida 1.5 – PA contratados por rubrica de investimento (acumulado)

Rubrica de investimento	Investimento (em % do investimento total contratado)
Estufas ou outras estruturas de forçagem	83%
Instalações animais	6%
Edifícios e outras construções	4%
Outras infraestruturas	3%
Rede de rega	2%
Máquinas e equipamentos	1%
Eletrificação	0,1%
Plantações	0,3%
Outros investimentos	1%
TOTAL	100%

Em termos acumulados foram contratados 519 PA, num total de 17.354 mil euros de despesa pública, representando 12.826 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 13.293 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 53%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

Em 2012 foi pago, nesta ação, 1.942 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 1.651 mil euros.

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era, no final de 2012, de 15.100 mil euros de despesa pública e 11.377 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 45% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 89% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 165: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (ano)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	6	47	40
Centro	0	0	0	0	8	109	93
LVT	2	108	65	42	78	1.544	1.313
Alentejo	0	0	0	0	1	10	8
Algarve	20	1.657	892	669	8	232	197
TOTAL	22	1.765	957	712	101	1.942	1.651

Quadro 166: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	35	803	506	380	33	531	403
Centro	26	1.332	824	618	26	760	581
LVT	421	24.558	14.238	10.489	411	12.857	9.655
Alentejo	4	126	70	53	3	46	36
Algarve	33	2.774	1.715	1.286	16	906	702
TOTAL	519	29.594	17.354	12.826	489	15.100	11.377

A execução desta ação foi 95% em regiões de convergência.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de acompanhamento, mantém-se a situação já reportada em relatórios anteriores com um investimento médio apoiado por empresa agrícola superior ao esperado.

Quadro 167: Medida 1.5 – Indicadores de realização (contratado acumulado)

	Total contratado				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB
TOTAL	519	29.594	17.354	12.826	n.d.
Meta	660	34.000	31.158	25.026	50.000
% da meta	79%	87%	56%	51%	N.D.

Quadro 168: Medida 1.5 – Indicadores de realização (pago acumulado)

Un.: mil euros

	Total pago				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB
TOTAL	489	28.399	15.100	11.377	n.d.
Meta	660	34.000	31.158	25.027	50.000
% da meta	74%	84%	48%	45%	N.D.

Quanto às áreas apoiadas, no final de 2012, encontravam-se contratados 1.335 ha de superfície agrícola danificada, o que corresponde a 10% da meta prevista. Comparando o cumprimento das metas, relativamente ao número de PA a apoiar e à despesa pública com a meta relativa às áreas a apoiar, verifica-se que o apoio foi concedido a áreas com valores de investimentos em infraestruturas e plantações bastante superiores ao esperado (nomeadamente estufas).

Quadro 169: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Contratado)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempestades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Replantação	0	0	0	0	0	0				
Outros	0	0	0	104	0	104				
TOTAL		0	1.230	0	104	0	1.335			

Quadro 170: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Pago)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempestades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Replantação	0	0	0	0	0	0				
Outros	0	0	0	104	0	104				
TOTAL		0	1.183	0	104	0	1.288			

Quadro 171: Medida 1.5 – Despesa pública relativa a terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Contratada)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados	
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	17.332	0	0	0	17.332	516	
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0	
		Outros	0	0	0	22	0	22	3	
	TOTAL			0	17.332	0	22	0	17.354	519
								Meta	31.158	660
								% da meta	56%	79%

Quadro 172: Medida 1.5 – Despesa pública relativa a terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Paga)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados	
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	15.078	0	0	0	15.078	486	
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0	
		Outros	0	0	0	22	0	22	3	
	TOTAL			0	15.078	0	22	0	15.100	489
								Meta	31.158	660
								% da meta	48%	74%

2.2.1.11 Ação 1.6.1 – Desenvolvimento do regadio

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos das medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 964/2008, de 28 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 66/2008, de 27 de outubro, alterada pela Portaria nº 1141/2009, de 1 de outubro e com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de captação, de transporte e de distribuição mais eficientes e de métodos de rega mais adequados de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas nas áreas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infraestruturas;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos para esta ação, pelo que a situação se mantém face aos relatórios anteriores.

Quadro 173: Ação 1.6.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de Candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	118.605	63.228	0	0	1	74.481
Segundo		34.103	0	0	2	40.198
Terceiro		21.485	0	0	1	24.944
Quarto		6.389	0	0	4	82.124
TOTAL		125.205	0	0	8	221.746

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 mantém-se a situação reportada no relatório anterior dado que as candidaturas já se encontravam todas analisadas, decididas e contratadas.

Quadro 174: Ação 1.6.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total Candidaturas entradas		Total Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	1	74.481	1	74.481	0	0	1	74.481	1	74.481	63.228	47.421
Segundo	2	40.198	2	40.198	1	243	1	39.954	1	39.954	34.103	25.577
Terceiro	1	24.944	1	24.944	0	0	1	24.944	1	24.944	21.485	16.113
Quarto	4	82.124	4	82.124	3	74.633	1	7.491	1	7.491	6.389	3.194
TOTAL	8	221.746	8	221.746	4	74.876	4	146.870	4	146.870	125.204	92.306

Em termos acumulados, encontram-se contratados 4 PA, num total de 125.204 mil euros de despesa pública, representando 92.306 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 102.248 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de

107%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

A execução acumulada desta ação, no final de 2012, era de 65.711 mil euros de despesa pública e 51.679 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 175: Ação 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	2	114.435	97.331	72.998	2	56.145	44.094
LVT	1	7.491	6.389	3.194	0	0	0
Alentejo	1	24.944	21.485	16.113	1	9.566	7.586
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	4	146.870	125.204	92.306	3	65.711	51.679

Quadro 176: Ação 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	2	114.435	97.331	72.998	2	14.157	12.603
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	1	24.944	21.485	16.113	1	-90	343
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3	139.379	118.816	89.112	3	14.067	12.946

A taxa de execução desta ação subiu para 54% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e é de 56% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Tal como já referido em relatórios anteriores, os 4 PA contratados praticamente asseguram o cumprimento das metas previstas para a ação pois atingiu-se 106% da meta para a despesa pública e 97% para o

FEADER e ultrapassou-se a meta do volume total de investimento em “terras agrícolas” (122%).

Quadro 177: Ação 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (contratado acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	4	4	N.A.	4	92.306	125.204	146.870	N.A.	146.870
TOTAL	4	4	0	4	92.306	125.204	146.870	0	146.870
			Metas	11	95.650	118.605	120.000		120.000
			% da meta	36%	97%	106%	122%		122%

Quadro 178: Ação 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (pago acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	3	3	N.A.	3	51.679	65.711	139.379	N.A.	139.379
TOTAL	3	3	0	3	51.679	65.711	139.379	0	139.379
			Metas	11	95.650	118.605	120.000		120.000
			% da meta	27%	54%	55%	116%		116%

Quanto aos indicadores específicos de realização, reproduz-se a informação prestada no relatório anterior para os PA contratados, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 179: Ação 1.6.1 – Indicadores específicos de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro concurso (Cova da Beira)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Segundo concurso (Baixo Mondego)	100%	100%	67%	67%	100%	100%
Terceiro concurso (Veiros)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Quarto concurso (Lezíria - Bloco 4)	100%		100%		0%	
Total Ponderado	100%	100%	85%	84%	46%	48%
Metas	100%	100%	100%	100%	25%	25%
% da meta	=	=	85%	84%	184%	191%

O mesmo se passa quanto aos indicadores de resultado, onde continua a verificar-se uma ultrapassagem das metas, com exceção da redução do número de prédios por proprietário. Para calcular a taxa de execução da meta, relativamente ao VAB, utilizou-se a metodologia de multiplicar o valor do VAB anual (19.282 e 17.580, respetivamente, para os PA contratados e pagos) pela vida útil média dos projetos em causa (30 anos), já que a meta foi estabelecida, tendo em atenção o benefício total do projeto e não o benefício anual.

Quadro 180: Ação 1.6.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Concursos	Aumento anual do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m3/ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro (Cova da Beira)	12.264	12.264	5.662	5.662	0%	0%	3.545	3.545
Segundo (Baixo Mondego)	4.567	4.567	1.320	1.320	40%	40%	11.434	11.434
Terceiro (Veiros)	749	749	1.114	1.114	0%	0%	3.472	3.472
Quarto concurso (Lezíria - Bloco 4)	1.702		1.011		0%		7.229	
TOTAL	19.282	17.580	9.106	8.096	7%	22%	5.088	4.821
Metas	350.000	350.000	8.000	8.000	20%	20%	≤ 6.600	≤ 6.600
% da meta	165%	151%	114%	101%	33%	109%	130%	137%

2.2.1.12 Ação 1.6.2 – Regadio de Alqueva

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 820/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Disponibilizar água aos prédios rústicos incluídos nos blocos de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através de sistemas de adução, transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades, através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infraestruturas, nos blocos que apresentem deficiências deste âmbito;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta ação encontra-se aberta em contínuo desde o início do Programa, tendo-se verificado a entrada de 2 candidaturas válidas no ano de 2012.

Em termos acumulados o número de candidaturas válidas passou a ser de 12 PA que representam 322.662 mil euros de investimento proposto.

Quadro 181: Ação 1.6.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de Candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Em Contínuo	297.350	2	120.290	12	322.662
TOTAL		2	120.290	12	322.662

b. Análise e decisão das candidaturas

Os dois PA entrados em 2012 foram analisados, decididos e contratados no ano de 2012, representando um apoio de 120.290 mil euros com a comparticipação FEADER de 90.218 mil euros.

Quadro 182: Ação 1.6.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (no ano)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
					Não Aprovadas		Aprovadas		Desp. pública		FEADER	
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Em Contínuo	2	120.290	2	120.290	0	0	2	120.290	2	120.290	120.290	90.218
TOTAL	2	120.290	2	120.290	0	0	2	120.290	2	120.290	120.290	90.218

Em termos acumulados, encontram-se contratados 12 PA num total de 321.597 mil euros de despesa pública, representando 241.198 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 257.760 mil euros que corresponde a uma

taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 109%. Esta taxa sofreu um aumento notório provocado pelo aumento do número de PA contratados e também pela redução da dotação, verificada na reprogramação efetuada em 2012. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Quadro 183: Ação 1.6.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

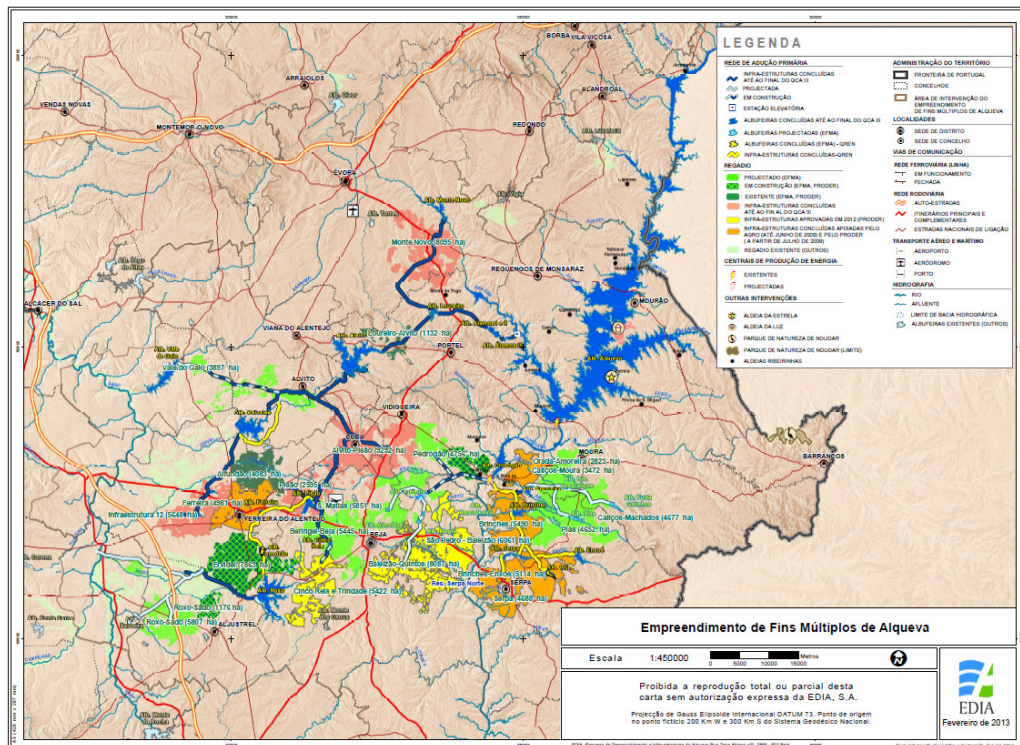
Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Em Contínuo	12	322.662	12	322.662	0	0	12	322.452	12	322.452	321.597	241.198
TOTAL	12	322.662	12	322.662	0	0	12	322.452	12	322.452	321.597	241.198

Relativamente ao ano de 2012 foram contratados 2 novos PA para a execução de infraestruturas no aproveitamento hidroagrícola de “Cinco Reis e Trindade”, situado no subsistema de Alqueva e no aproveitamento hidroagrícola de “São Pedro-Baleizão-Quintos”, situado na margem direita do rio Guadiana e no subsistema de Pedrógão.

Assim, dos investimentos previstos para execução na zona do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e até ao fim do ano de 2012, já foram iniciados os seguintes aproveitamentos hidroagrícolas no subsistema de Alqueva: do Alfundão, de Aljustrel, de Ervidel, de Ferreira-Figueirinha-Valbom, do Loureiro-Alvito e de Cinco Reis e Trindade; no subsistema do Ardila: de Brinches, de Brinches-Enxoé, de Orada-Amoreira e de Serpa; e no subsistema de Pedrógão: de Pedrógão e de São Pedro-Baleizão-Quintos.

No mapa que representa as áreas abrangidas pelo EFMA, pode verificar-se a localização de cada um dos aproveitamentos nos respetivos subsistemas, bem como a distribuição das áreas beneficiadas em cada um deles: subsistema de Alqueva 25.112 ha; no subsistema do Ardila: 17.462 ha; e no subsistema de Pedrógão: 17.411 ha.

Figura 3: Ação 1.6.2 – Progresso das obras do Alqueva



c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados, no final de 2012, nesta ação era de 204.742 mil euros de despesa pública e 158.433 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 24% foram pagos em 2012 (48.765 mil euros de despesa pública e 41.450 mil euros de comparticipação FEADER).

Quadro 184: Ação 1.6.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Períodos de candidatura	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Em Contínuo	12	322.452	321.597	241.198	11	204.742	158.433
TOTAL	12	322.452	321.597	241.198	11	204.742	158.433

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 67% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 66% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuídos aos 12 PA contratados correspondem a 107% e 108%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 185: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização (contratados por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	12	12	12	241.198	321.597	322.452	322.452
TOTAL	12	12	12	241.198	321.597	322.452	322.452
			Metas	237.150	297.350	300.000	
			% da meta	102%	108%	107%	

Quadro 186: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização (pagos por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	11	11	11	158.433	204.742	290.162	290.162
TOTAL	11	11	11	158.433	204.742	290.162	290.162
			Metas	237.150	297.350	300.000	
			% da meta	67%	69%	97%	

Mantém-se a análise efectuada aos indicadores específicos de realização, apresentada em anos anteriores:

- A percentagem de prédios que serão servidos por acessibilidades é superior à meta prevista;

- Será cumprida a meta relativamente ao número de prédios servidos por infraestruturas coletivas eletrificadas;
- Nos PA contratados não será feita qualquer reestruturação predial.

Quadro 187: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização

	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Metas	80%	80%	100%	100%	30%	30%
% da meta	++	=	=	=	--	--

Relativamente ao aumento de VAB, manteve-se o método de cálculo utilizado anteriormente (VAB anual x vida útil média dos projetos). Este indicador atingiu 163% da meta estabelecida no programa.

Quadro 188: Ação 1.6.2 - Indicadores de resultado

	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m3/ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	76.065	76.065	59.985	54.372	0%	0%	4.144	4.144
TOTAL	76.065	76.065	59.985	54.372	0%	0%	4.144	4.144
Metas	1.400.000	1.400.000	90.000	90.000	20%	20%	Redução de 5%	Redução de 5%
% da meta	163%	163%	67%	60%	0%	0%	++ (-51%)	++ (-51%)

2.2.1.13 Ação 1.6.3 – Sustentabilidade dos regadios públicos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 1137-A/2008, de 9 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Melhorar a gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- Modernizar infraestruturas primárias;
- Melhorar a segurança das infraestruturas;
- Incentivar a introdução de novas tecnologias;
- Estender as infraestruturas hidroagrícolas a áreas adjacentes com solos com melhor aptidão ao regadio.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Como não foram abertos novos concursos nesta ação apresenta-se um quadro equivalente ao apresentado no relatório de 2011 mas com valores inferiores, quer em número de PA quer em investimento total, no primeiro e quarto concurso, por desistência de 3 PA com 739 mil euros de investimento.

Quadro 189: Ação 1.6.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	40.402	25.377	34	29.601
Segundo		1.433	3	1.839
Terceiro		10.018	42	42.653
Quarto		21.320	37	30.365
Quinto		19.936	12	71.374
TOTAL		78.084	128	175.832

b. Análise e decisão das candidaturas

Esta ação foi sujeita ao procedimento de hierarquização de candidaturas, no terceiro, no quarto e no quinto concurso. Dois anos após a aprovação dos projetos desta ação constatou-se a fraca execução da mesma, decorrentes do facto dos promotores, maioritariamente entidades públicas, se encontrarem com limitações orçamentais, o que origina grandes dificuldades em executar os projetos.

Assim, no ano de 2012, considerando a baixa execução desta ação, foi efetuada uma consulta aos promotores (Associações de Beneficiários) de 42 PA com parecer favorável mas sem dotação orçamental, no sentido dos mesmos apresentarem um orçamento revisto bem como um calendário rigoroso da realização de cada projeto. Considerando a previsão de libertação de verbas de projetos em execução, foram reanalisados 38 PA, com base nos novos valores de investimento e novas datas de execução, no montante de cerca de 35.000 mil euros de despesa pública. Estes 38 PA dizem respeito aos três concursos que tiveram hierarquização: 25 PA do terceiro concurso, 10 PA do quarto concurso e 3 PA do quinto concurso.

Quadro 190: Ação 1.6.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	34	29.601	34	29.601	0	0	34	29.627	34	29.627	24.637	18.478
Segundo	3	1.839	3	1.839	1	124	2	1.715	2	1.715	1.433	1.074
Terceiro	42	42.653	42	42.653	11	11.023	31	26.306	6	10.806	9.736	7.302
Quarto	37	30.365	37	30.365	20	9.480	17	20.649	7	19.174	16.220	12.165
Quinto	12	71.374	12	71.374	6	24.560	6	31.038	3	12.724	9.531	7.028
TOTAL	128	175.832	128	175.832	38	45.186	90	109.334	52	74.045	61.556	46.047

[1] No terceiro, quarto e quinto concursos encontram-se incluídos 26 PA sem dotação orçamental no montante de 37.156 mil euros de investimento

Em termos acumulados, encontram-se contratados 52 PA, num total de 61.556 mil euros de despesa pública, representando 46.047 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 52.150 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 153%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

A distribuição regional dos PA contratados não sofreu alterações face a 2011.

Quadro 191: Ação 1.6.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Região	PA contratados			
	Nº PA	Invest.	Desp. Pública	FEADER
Norte	11	12.924	10.841	8.131
Centro	6	1.873	1.611	1.208
LVT	12	28.083	23.172	17.259
Alentejo	18	26.355	22.178	16.634
Algarve	5	4.810	3.754	2.815
TOTAL	52	74.045	61.556	46.047

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação é de 4.406 mil euros de despesa pública e 3.572 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 192: Ação 1.6.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	11	10.841	8.131	10	1.370	1.107
Centro	6	1.611	1.208	7	207	176
LVT	12	23.172	17.259	11	2.083	1.657
Alentejo	18	22.178	16.634	17	746	632
Algarve	5	3.754	2.815	0	0	0
TOTAL	52	61.556	46.047	45	4.406	3.572

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 10% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 8% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Tal como já referido, o investimento e a despesa pública atribuída aos PA contratados até 2012 correspondem a 181% e a 152%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 193: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	52	52	52	46.047	61.556	74.045	74.045
TOTAL	52	52	52	46.047	61.556	74.045	74.045
			Metas	34.154	40.402	41.000	
			% da meta	135%	152%	181%	

Quadro 194: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	45	45	45	3.572	4.406	48.041	48.041
TOTAL	45	45	45	3.572	4.406	48.041	48.041
			Metas	34.154	40.402	41.000	
			% da meta	10%	11%	117%	

Quanto ao aumento da área beneficiada, verifica-se que os PA contratados representam intervenções numa área de 117 mil ha.

Quadro 195: Ação 1.6.3 – Área beneficiada⁵ (por concurso)

Concurso	Área beneficiada (ha)	
	Contratado	Pago
01-163-2009	145.995	145.995
02-163-2009	0	0
03-163-2009	52.530	28.905
04-163-2009	16.344	14.626
05-163-2010	4.574	4.089
TOTAL	117.139	71.877

⁵ A área total não é igual ao somatório das áreas dos diferentes concursos porque há duplicação de áreas.

2.2.1.14 Ação 1.6.4 – Modernização dos regadios coletivos tradicionais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 842/2009 de 4 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a recuperação física dos sistemas de captação, transporte e distribuição de água;
- Incentivar a adoção de tecnologias mais eficientes;
- Promover a extensão dos sistemas de rega a áreas adjacentes e o aproveitamento do potencial existente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos para esta ação, pelo que se mantém a situação descrita nos relatórios anteriores embora com uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2011, fruto de uma desistência entretanto ocorrida.

Quadro 196: Ação 1.6.4 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.227	78	11.311
Total	8.227	78	11.311

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 não se registaram novas entradas de PA mas foram efetuadas reanálises a PA que levaram à decisão e contratação de 2 PA nesta ação. Ainda no ano de 2012, verificaram-se 3 desistências de PA já contratados num total de 471 mil euros de investimento.

Quadro 197: Ação 1.6.4 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	78	11.311	78	11.311	14	2.755	64	8.523	64	8.523	8.090	6.068
Total	78	11.311	78	11.311	14	2.755	64	8.523	64	8.523	8.090	6.068

Em termos acumulados, encontram-se contratados 64 PA, num total de 8.090 mil euros de despesa pública, representando 6.068 mil euros de comparticipação FEADER. Todos os PA contratados localizam-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 6.814 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 98%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se igual à apresentada no relatório de 2011.

Quadro 198: Ação 1.6.4 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Acumulado 2007-2011			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	57	89%	6.949	5.212
Centro	6	9%	1.098	823
LVT	0	0%	0	0
Alentejo	1	2%	43	33
Algarve	0	0%	0	0
TOTAL	64	100%	8.090	6.068

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era, a 31.12.2012, de 4.983 mil euros de despesa pública e 4.172 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 199: Ação 1.6.4 – PA contratados e pagos (acumulado)

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	57	6.949	5.212	53	4.445	3.726
Centro	6	1.098	823	5	495	411
LVT	0	0	0	0	0	0
Alentejo	1	43	33	1	43	35
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	64	8.090	6.068	59	4.983	4.172

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 60% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 69% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos PA que se encontravam contratados correspondem a 95% e a 98%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 200: Ação 1.6.4 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	64	64	64	6.068	8.090	8.523	8.523
TOTAL	64	64	64	6.068	8.090	8.523	8.523
			Metas	6.930	8.227	9.000	
			% da meta	88%	98%	95%	

Quadro 201: Ação 1.6.4 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	59	59	59	4.172	4.983	8.053	8.053
TOTAL	59	59	59	4.172	4.983	8.053	8.053
				Metas	6.930	8.227	9.000
				% da meta	60%	61%	89%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se, face a 2011, uma diminuição da área regada contratada (2.025 ha em 2012 face 2.309 ha em 2011) fruto das desistências entretanto verificadas.

Quadro 202: Ação 1.6.4 – Indicadores de resultado

	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Consumo de água (m3/ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	n.d.	n.d.	2.025	1.986	n.d.	n.d.
TOTAL	-	-	2.025	1.986	-	-
Metas	1.400.000	1.400.000			Redução de 5%	Redução de 5%
% da meta	-	-			-	-

2.2.1.15 Ação 1.6.5 – Projetos estruturantes

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 1037/2009, de 11 de setembro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Contribuir para a melhoria da competitividade dos territórios;
- Melhorar a acessibilidade viária e a rede elétrica necessárias à concretização de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado de um território;
- Contribuir para a requalificação ambiental, através do apoio a soluções coletivas mais adequadas para a transferência, valorização e tratamento de efluentes agropecuários e agroindustriais fora do âmbito da exploração/unidade industrial.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No ano de 2012 foi aberto um período de candidaturas em contínuo, a 17 de abril, para projetos de “eletrificação rural” no âmbito desta ação. Para este período de candidaturas registou-se a entrada de 17 PA representando um investimento de 947 mil euros.

Tal como nas outras ações verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2011, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas válidas submetidas até 31 de dezembro de 2012.

Quadro 203: Ação 1.6.5 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos		Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	Caminhos	46.574	0	0	1.168	653.417
	Electrificação		0	0	75	12.037
Segundo	Requalificação ambiental		0	0	1	16.749
Terceiro	Electrificação - em contínuo		17	947	17	947
TOTAL		46.574	17	947	1.261	683.149

A distribuição regional dos PA entrados por item mantém-se face ao já relatado em relatórios anteriores com, no caso dos "caminhos agrícolas", uma concentração dos PA apresentados nas regiões Norte e Centro (38% e 48% do total, respetivamente) e uma concentração do investimento na região LVT (62%).

Quadro 204: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item "caminhos agrícolas" (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Caminhos	Norte	440	38%	83.873	13%
	Centro	566	48%	136.212	21%
	LVT	55	5%	405.462	62%
	Alentejo	43	4%	18.687	3%
	Algarve	64	5%	9.183	1%
	TOTAL	1.168	100%	653.417	100%

O mesmo se passa quanto às candidaturas para a "eletrificação rural", em que a distribuição regional mantém a tendência já verificada em anos anteriores.

Quadro 205: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “eletrificação rural” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Electrificação	Norte	28	30%	1.263	10%
	Centro	49	53%	4.237	33%
	LVT	1	1%	11	0%
	Alentejo	10	11%	6.633	51%
	Algarve	4	4%	839	6%
TOTAL		92	100%	12.983	100%

Por fim, no que se refere à “*requalificação ambiental*”, mantém-se a candidatura de 1 PA na região Alentejo, para a concentração, a nível regional, de soro originário de explorações leiteiras, a qual teve um parecer desfavorável.

Quadro 206: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item “requalificação ambiental” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Requalificação ambiental	Norte	0	0%	0	0%
	Centro	0	0%	0	0%
	LVT	0	0%	0	0%
	Alentejo	1	100%	16.749	100%
	Algarve	0	0%	0	0%
TOTAL		1	100%	16.749	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 foram analisados, decididos e contratados, 53% dos PA entrados no terceiro período de candidaturas, representando 429 mil euros de despesa pública, conforme quadro seguinte.

Nesta ação registaram-se, ainda ao longo de 2012, 5 PA desistidos que representavam 3.285 mil euros de despesa pública.

Quadro 207: Ação 1.6.5 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos		Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	Caminhos	1.168	653.417	1.168	653.417	1.117	633.617	51	19.567	51	19.567	17.963	13.294
	Electrificação	75	12.037	75	12.037	24	1.700	51	10.338	51	10.338	9.403	7.049
Segundo	Segundo	1	16.749	1	16.749	1	16.749	0	0	0	0	0	0
Terceiro	Electrificação - em contínuo	17	947	9	497	0	0	9	429	9	429	429	321
TOTAL		1.261	683.149	1.253	682.699	1.142	652.066	111	30.334	111	30.334	27.794	20.665

[1] No concurso dos caminhos encontram-se incluídos 173 PA sem dotação orçamental no montante de 41.629 mil euros de investimento

Em termos acumulados, foram contratados 111 PA, num total de 27.794 mil euros de despesa pública, representando 20.665 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 23.027 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 59%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

A distribuição regional dos PA contratados segue a tendência das candidaturas com 84% dos PA contratados, na tipologia "caminhos agrícolas", da região Norte e Centro.

Quadro 208: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA contratados (caminhos agrícolas)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				
	Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER	
Caminhos	Norte	18	3.106	2.965	2.224
	Centro	25	13.294	11.878	8.909
	LVT	3	1.625	1.579	1.006
	Alentejo	2	1.177	1.177	883
	Algarve	3	365	364	273
TOTAL	51	19.567	17.963	13.294	

Também na tipologia "electrificação rural" a região Centro continua a ser a região dominante, em termos de PA contratados, com 66% do total. Em

termos de investimento, o Alentejo reforçou a sua liderança, com 55% do investimento total.

Quadro 209: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA contratados (eletrificação rural)

Un.: mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Electrificação	Norte	9	551	520	390
	Centro	40	3.439	2.671	2.003
	LVT	1	11	11	5
	Alentejo	6	5.928	5.795	4.346
	Algarve	4	839	835	626
	TOTAL	60	10.767	9.831	7.371

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 15.160 mil euros de despesa pública e 12.288 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 210: Ação 1.6.5 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	27	3.485	2.614	27	2.576	2.065
Centro	65	14.549	10.912	57	8.679	7.051
LVT	4	1.589	1.011	4	728	583
Alentejo	8	6.972	5.229	8	2.667	2.168
Algarve	7	1.198	899	6	510	421
TOTAL	111	27.794	20.665	102	15.160	12.288

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 32% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 59% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos 111 PA contratados até 2012 correspondem a 43% e a 60%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 211: Ação 1.6.5 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Acesso	51	51	51	13.294	9.831	19.567	19.567
Fornecimento de energia	60	60	60	7.371	17.963	10.767	10.767
TOTAL	111	111	111	20.665	27.794	30.334	30.334
			Metas	38.988	46.574	70.000	
			% da meta	53%	60%	43%	

Quadro 212: Ação 1.6.5 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Acesso	51	51	51	9.122	11.341	19.567	19.567
Fornecimento de energia	51	51	51	3.166	3.819	10.338	10.338
TOTAL	102	102	102	12.288	15.160	29.905	29.905
			Metas	38.988	46.574	70.000	
			% da meta	32%	33%	43%	

2.2.1.16 Medida 1.7 – Cumprimento de novas normas obrigatórias

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea c) i) e artigo 31º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- Anexo II ponto 5.3.1.3.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 131;
- Portaria 811/2010, de 26 de agosto.

2. Objetivos da Medida

Promover a rápida implementação de normas exigentes baseadas na legislação comunitária nos domínios do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem-estar dos animais e da segurança no trabalho.

3. Implementação da Medida

Tal como já referido em relatórios anteriores esta ação cuja candidatura está integrada no Pedido Único (PU) tem, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do PRODER e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2012 decorreu entre 27 de Fevereiro e 15 de Maio de 2012.

Os beneficiários desta ação são agricultores, a título individual ou colectivo, detentores de ovinos e caprinos, devidamente registados no Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA). O apoio a atribuir reveste a forma de um subsídio anual, de carácter degressivo, por um período três anos, atribuído por cada animal identificado

eletronicamente de acordo com as normas previstas na regulamentação comunitária e nacional em vigor (a contar da data em que o cumprimento da norma se tornou obrigatório de acordo com a legislação comunitária - 1 de Janeiro de 2010).

No ano de 2012 foram apresentadas 24.334 candidaturas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 213: Ação 1.7 – Candidaturas e identificações comunicadas (acumulado)

Un.: mil euros

Ano	Total de candidaturas entradas		Total de Identificações Comunicadas		
	Nº PA	Custo total estimado	Nº PA	Despesa pública	FEADER
2010	24.115	312	6.781	312	240
2011	3.881	19	848	19	16
2012	24.334	86	3.730	86	73
TOTAL	52.330	416	11.359	416	329
TOTAL Beneficiários	30.158		9.472		

Considerando o universo das identificações comunicadas verifica-se que a região Centro foi a mais representativa em termos de número de candidaturas e a região do Alentejo a mais representativa em termos de despesa pública, com 56% do total.

Quadro 214: Ação 1.7 – Distribuição regional das identificações comunicadas (acumulado)

unid: mil euros

DRAP	Identificações Comunicadas		
	N.º PA	Desp. Pública	FEADER
Norte	2.850	97	75
Centro	4.056	55	43
LVT	952	23	18
Alentejo	3.307	232	186
Algarve	194	9	7
TOTAL	11.359	416	329

Relativamente ao número de animais identificados o Alentejo apresenta 62% do total de ovinos identificados enquanto o Norte é o mais representativo no que se refere a caprinos (46% do total).

Quadro 215: Ação 1.7 – Distribuição regional dos animais identificados (acumulado)

DRAP	N.º Animais				
	Ovinos	%	Caprinos	%	Total
Norte	52.079	18%	24.303	46%	76.382
Centro	37.718	13%	7.484	14%	45.202
LVT	12.792	5%	6.263	12%	19.055
Alentejo	176.984	62%	11.864	22%	188.848
Algarve	3.773	1%	3.429	6%	7.202
TOTAL	283.346	100%	53.343	100%	336.689

b. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 413 mil euros de despesa pública e 326 mil euros de participação FEADER, com distribuição anual que se apresenta em seguida.

Quadro 216: Ação 1.7 – PA pagos (acumulado)

unid: mil euros

Ano	PA Pagos		
	N.º	Desp. Pública	FEADER
2010	6.754	311	241
2011	845	17	14
2012	3.679	85	72
TOTAL	11.278	413	326

Durante o ano de 2012, foram pagos cerca de 3.679 beneficiários num valor total de 85 mil euros de despesa pública, referentes a pagamentos de 2010, 2011 e 2012.

Quadro 217: Ação 1.7 – Distribuição regional PA pagos (acumulado)

unid: mil euros

DRAP	PA Pagos		
	N.º	Desp. Pública	FEADER
Norte	2.830	97	75
Centro	4.024	55	43
LVT	944	23	18
Alentejo	3.287	230	184
Algarve	193	9	7
TOTAL	11.278	413	326
TOTAL Beneficiários	9.416		

Quadro 218: Ação 1.7 – Distribuição regional dos animais apoiados (acumulado)

DRAP	N.º Animais				
	Ovinos	%	Caprinos	%	Total
Norte	51.955	18%	24.207	46%	76.162
Centro	37.625	13%	7.434	14%	45.059
LVT	12.749	5%	6.254	12%	19.003
Alentejo	176.364	62%	11.618	22%	187.982
Algarve	3.773	1%	3.407	6%	7.180
TOTAL	282.466	100%	52.920	100%	335.386

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 11% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 99% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Analisando os indicadores financeiros e de realização que com 32% do n.º de beneficiários identificados apenas se executou 12% da despesa pública, conforme quadros que se apresentam de seguida.

Quadro 219: Ação 1.7 – Indicadores Financeiros

Unid: mil euros

Tipo de Norma	N.º Animais Identificados	Contratado		Pago	
		Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Combinação (Sanidade animal/saúde pública)	335.386	416	312	413	326
TOTAL	335.386	416	312	413	326
Metas	3.000.000	3.382	2.850	3.382	2.850
% da meta	11%	12%	11%	12%	11%

Quadro 220: Ação 1.7 – Indicadores de Realização

	Identificações Comunicadas		Pagos	
	Número Beneficiários	Número CN	Número Beneficiários	Número CN
	9.472	50.503	9.416	50.308
Meta	30.000	450.000	30.000	450.000
% da Meta	32%	11%	31%	11%

2.2.2 Subprograma 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências

2.2.2.1 Medida 4.1 – Cooperação para a inovação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) iv) e Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 20º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 124;
- Portaria nº 596/2009 de 3 de junho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Declaração de Retificação n.º 32-A/2010 de 26 de outubro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Medida

- Promover o desenvolvimento da inovação através de práticas de cooperação entre os diversos agentes das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as atividades produtivas, adequando-o eficazmente às necessidades do setor, à melhoria do desempenho das empresas e incorporando os resultados nos produtos a oferecer ao consumidor;
- Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, potencializando e otimizando os apoios em áreas complementares como a modernização produtiva, a qualificação ou os serviços prestados.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012, a 30 de outubro, foi aberto um período contínuo de candidaturas para esta medida. Até 31 de dezembro entraram 9 candidaturas, conforme quadro que se apresenta.

Quadro 221: Medida 4.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	18.100	10.000	0	0	79	17.251
Segundo		15.000	0	0	97	20.040
Terceiro - em contínuo				9	1.769	9
TOTAL	18.100	25.000	9	1.769	185	39.060

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 não foram analisadas as candidaturas do período de candidaturas aberto no ano, uma vez que as mesmas entraram já no final do ano. Quanto aos concursos anteriores registaram-se 6 desistências que representavam 169 mil euros de apoio.

Quadro 222: Medida 4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas					
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Primeiro	79	17.251	79	17.251	33	6.926	46	9.833	46	9.833	4.965	3.606
Segundo	97	20.040	97	20.040	37	7.216	60	12.818	60	12.818	5.758	4.004
Terceiro - em contínuo	9	1.769	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	185	39.060	176	37.291	70	14.142	106	22.651	106	22.651	10.723	7.610

Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 8.980 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 59%. No caso de se confirmar a

manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Analisando os PA contratados por tipo de atividade da empresa, por setor e por rubricas de investimento, verifica-se:

- Os PA que envolvem apenas empresas de produção agrícola continuam a ser responsáveis pela maioria (55%) do investimento total contratado;
- Considerando a produção agrícola e a indústria agroalimentar, o sector mais representativo continua a ser o da "pecuária", com 34%. Ao contrário do ano de 2011, o setor dos "frutos" ocupa o segundo lugar com 26% logo seguido das "flores" com 13%;
- Na indústria agroalimentar, no ano de 2012, aparece pela primeira vez o setor do "olival" com uma representação de 12% no total desta indústria. O apoio a este setor teve como objetivo a valorização dos bagaços e a sua utilização como fertilizante;
- A rubrica de "recursos humanos" continua a reforçar a sua predominância em termos de investimento (45% vs 44% em 2011), seguida dos "equipamentos" com 20% (em 2011 era de 21%).

Quadro 223: Investimento contratado (por rubricas)

Un.: mil euros

Tipo de Empresa	Sector	Rubricas de investimento								TOTAL
		Construções ou adaptação de edifícios	Demonstração e de divulgação	Deslocações e estadas	Despesas gerais	Equipamentos	Material de pesquisa	Programas informáticos	Recursos humanos	
Agrícola	Cereais oleaginosas e proteaginosas	94	6	102	50	38	606	-	365	1.261
	Flores	702	82	101	90	558	467	14	825	2.839
	Frutos	58	5	203	134	140	141	7	1.288	1.976
	Hortícolas	-	8	4	13	32	1	-	6	62
	Vinha	-	104	138	80	212	572	-	1.382	2.488
	Outras culturas agrícolas	64	49	88	54	197	3	21	538	1.012
	Pecuária	501	-	117	111	674	448	0	980	2.832
Misto	Cereais oleaginosas e proteaginosas	-	20	18	8	70	43	-	91	250
	Frutos	-	2	18	20	12	23	10	182	268
Indústria agroalimentar	Frutos	223	22	43	146	1.546	78	2	1.517	3.576
	Outras culturas agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Olival	241	9	74	99	184	125	-	396	1.129
	Pecuária	-	491	309	294	791	352	2	2.717	4.957
TOTAL		1.883	798	1.215	1.098	4.455	2.858	56	10.288	22.651

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 3.998 mil euros de despesa pública e 3.263 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 224: Medida 4.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	35	3.288	2.466	33	1.162	956
Centro	5	1.426	1.070	4	519	422
LVT	41	4.146	2.677	33	1.605	1.298
Alentejo	23	1.771	1.328	18	668	549
Algarve	2	92	69	2	43	37
TOTAL	106	10.723	7.610	90	3.998	3.263

Em termos globais, a medida alcançou uma taxa de execução de 21% (vs. 2% em 2011) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 43% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores específicos de realização, verifica-se:

- O investimento atribuído aos 106 PA, contratados até 2012, corresponde a 91% da meta prevista para esta medida;
- Confirma-se que, comparativamente com o número de iniciativas de cooperação apoiadas, o número de projetos com estrutura de I&D e o número médio de empresas beneficiadas por iniciativas de cooperação foi superior ao previsto.

Quadro 225: Medida 4.1 - Indicadores específicos de realização

	Montante total do investimento (mil euros)		Nº empresas				Nº iniciativas de cooperação apoiadas	
			Projectos com estrutura de I&D		Nº médio de empresas beneficiadas por iniciativas de cooperação			
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	22.651	20.460	93	77	54	61	33	27
Metas	25.000	25.000	110	110	850	850	150	150
% da meta	91%	82%	85%	70%	6%	7%	22%	18%

Quanto às iniciativas de cooperação contratadas verifica-se que foi atingido 22% da meta estabelecida para o Programa.

Analisando o número de iniciativas de cooperação contratadas, por setor e tipo de iniciativa, o setor com maior representatividade continua a ser o setor da agricultura, com 48% das iniciativas e que o tipo de iniciativa “desenvolvimento de novos produtos” acolheu 55% das iniciativas apoiadas.

Quadro 226: Medida 4.1 - Indicadores de realização (contratado)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesa pública (mil euros)	
	Agricultura	Agro-indústria	Silvicultura	Misto	Total	Total	FEADER
Desenvolvimento de novos produtos	4	14	0	0	18	5.351	3.645
Desenvolvimento de novas técnicas	12	1	0	2	15	5.372	3.965
TOTAL	16	15	-	2	33	10.723	7.610
Metas					150	18.100	15.250
% da meta					22%	59%	50%

Quadro 227: Medida 4.1 - Indicadores de realização (pago)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesa pública (mil euros)	
	Agricultura	Agro-indústria	Silvicultura	Misto	Total	Total	FEADER
Desenvolvimento de novos produtos	2	11	0	0	13	1.763	1.403
Desenvolvimento de novas técnicas	11	1	0	2	14	2.234	1.860
TOTAL	13	12	-	2	27	3.998	3263
Metas					150	18.100	15.250
% da meta					18%	22%	21%

Relativamente aos indicadores de resultado, o número de explorações contratadas, que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas, apresenta uma percentagem de 23% da meta.

Quadro 228: Medida 4.1 - Indicadores de resultado

		Nº de explorações							
		Novos prod/proc/técnicas		Novos produtos		Novos processos		Novas tecnologias	
		Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos
		34	28	18	13	5	5	11	10
Metas		150	150	-	-	-	-	-	-
% da meta		23%	19%	-	-	-	-	-	-

2.2.2.2 Ação 4.2.1 – Formação especializada

- *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*
 - Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
 - Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
 - Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111;
 - Portaria nº 596-D/2008, de 8 de julho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.
 - Despacho normativo nº.4-A/2008 de 24 de janeiro com a última redação dada pelo Despacho normativo nº.12/2012 de 21 de maio.

- *Objetivos da Ação*
 - Promover a formação de jovens agricultores, ativos dos setores da agricultura, silvicultura e indústria alimentar, conferindo-lhes competências específicas para o desenvolvimento das suas atividades;
 - Aumentar a articulação entre o processo de formação e os objetivos associados aos investimentos apoiados noutras medidas do Programa.

- *Implementação da Ação*

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos para esta ação, mantendo-se a situação já reportada no Relatório de 2011, tendo sido apenas registadas 10 desistências que representavam 913 mil euros de apoio, conforme quadro apresentado em seguida.

Quadro 229: Ação 4.2.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	11.783	3.003	0	0	59	7.659
Segundo		10.484	0	0	57	13.872
TOTAL	11.783	13.487	0	0	116	21.531

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 não existiam candidaturas para analisar mantendo-se, assim, a situação reportada no ano de 2011.

Quadro 230: Ação 4.2.1 - PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	59	7.659	59	7.659	35	3.610	24	2.981	24	2.981	2.981	2.236
Segundo	57	13.872	57	13.872	2	465	55	13.401	55	13.401	9.571	7.132
TOTAL	116	21.531	116	21.531	37	4.076	79	16.382	79	16.382	12.552	9.368

[1] Estão a considerar-se 26 candidaturas do 1º concurso aprovadas mas sem dotação orçamental.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se com a região Norte e o Centro como as mais representativas.

Quadro 231: Ação 4.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	24	6.462	5.368	4.026
Centro	25	6.025	4.165	3.124
LVT	12	1.523	1.280	914
Alentejo	13	1.602	1.244	933
Algarve	5	770	494	370
TOTAL	79	16.382	12.552	9.368

As “entidades de natureza pública ou privada sem fins lucrativos” mantêm-se como a tipologia, de promotor, mais representativa nos PA contratados.

Quadro 232: Ação 4.2.1 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologia de Promotores	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Investimento Contratado	Despesa pública	FEADER
Entidades de natureza pública ou privada, c/fins lucrativos	29	7.243	5.030	3.728
Entidades de natureza pública ou privada, s/fins lucrativos	50	9.139	7.522	5.640
TOTAL	79	16.382	12.552	9.368

No final de 2012 encontravam-se contratados 79 PA num total de 12.552 mil euros de despesa pública com uma participação FEADER de 9.368 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 10.656 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 107%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

A execução acumulada em 2012 era de 3.377 mil euros de despesa pública (vs 159 mil euros de despesa pública em 2011) e 2.857 mil euros de participação FEADER.

Quadro 233: Ação 4.2.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	24	5.368	4.026	23	1.686	1.423
Centro	25	4.165	3.124	23	943	798
LVT	12	1.280	914	12	385	327
Alentejo	13	1.244	933	12	243	206
Algarve	5	494	370	5	121	103
TOTAL	79	12.552	9.368	75	3.377	2.857

Em termos globais, a ação registou um aumento na sua execução de 28 p.p. ao alcançar uma taxa de execução 29% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e 30% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

➤ *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Analisando os indicadores de realização, verifica-se que o número de dias de formação recebidos (169% da meta) e o número de participantes nas ações de formação (183% da meta) se encontram muito acima do esperado, se analisado em conjunto com a despesa pública paga que apenas representa 29% da meta.

Quadro 234: Ação 4.2.1 – Indicadores de realização (acumulado)

Número de participantes em ações de formação			Número de participantes	Número de dias de formação recebidos	Despesa pública contratadas (mil euros)		Despesa pública pagas (mil euros)	
Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			Total	FEADER	Total	FEADER
26.033	-	-	26.033	186.156	12.552	9.368	3.377	2.857
Meta			14.200	110.000	11.783	10.000	11.783	10.000
% da Meta			183%	169%	107%	94%	29%	29%

O conteúdo das ações contratadas centrou-se sobretudo nos temas: "Manutenção e melhoria da paisagem e proteção ao ambiente" com 8.278 participantes; "Gestão, administração e marketing" (5.542 participantes) e "Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora" (2.070 participantes).

Quadro 235: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Un.: mil euros

Conteúdo das ações de formação	Contratadas		Pagas	
	Nº participantes	Dias de formação	Nº participantes	Dias de formação
Gestão, administração e marketing	5.542	29.788	5.452	29.516
Manutenção e melhoria da paisagem e proteção do ambiente	8.278	77.066	8.248	76.894
Novos padrões	1.802	12.840	1.787	12.679
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	2.070	15.280	2.070	15.280
Outros	6.919	47.626	6.829	46.858
Qualidade do produto	0	1.086	0	1.049
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	1.422	2.471	1.392	2.419
TOTAL	26.033	186.156	25.778	184.694
Total de participantes	26.033			

No quadro seguinte apresenta-se a execução física das ações de formação, que se candidataram ao 1º concurso – formação para jovens agricultores, por região. Na região Norte foram executadas todas as ações aprovadas. A região LVT apresenta uma taxa de execução de 94% logo seguida da região Centro, com 85%. Considerando todo o Continente constata-se que a taxa de execução física destas ações é, no final de 2012, de 91%.

Quadro 236: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Contratadas		Executadas		Taxa de execução
	Nº Ações	%	Nº Ações	%	
Norte	214	49%	214	54%	100%
Centro	86	20%	73	18%	85%
LVT	69	16%	65	16%	94%
Alentejo	45	10%	32	8%	71%
Algarve	22	5%	12	3%	55%
TOTAL	436	100%	396	100%	91%

As ações de formação de frequência obrigatória para a instalação de novos jovens agricultores resumem-se a quatro grandes áreas formativas: formação básica de agricultura; formação específica para a orientação produtiva da instalação; formação de gestão da empresa agrícola e componente prática em contexto empresarial (estágio).

Considerando que a formação é de frequência obrigatória em função do perfil do jovem agricultor, nomeadamente, habilitações académicas, experiência em agricultura e experiência na orientação produtiva da exploração, a distribuição das ações de formação executadas por áreas formativas e região apresentada no quadro seguinte, permite concluir que:

- a maioria dos jovens agricultores que se instalaram com necessidades de formação demonstraram já ter tido experiência nos sectores agrícola, silvícola ou agroalimentar no geral;
- a orientação produtiva onde se instalaram era uma área nova face à experiência demonstrada;
- a maioria não possuía competências de gestão;

- os estágios foram realizados por jovens agricultores que nunca tiveram qualquer contacto com o sector.

Quadro 237: Ação 4.2.1 – Ações de formação executadas por área formativa e por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%
Norte	36	59%	70	56%	78	51%	30	53%	214	54%
Centro	11	18%	23	18%	29	19%	10	18%	73	18%
LVT	7	11%	21	17%	24	16%	13	23%	65	16%
Alentejo	7	11%	8	6%	14	9%	3	5%	32	8%
Algarve		0%	4	3%	7	5%	1	2%	12	3%
TOTAL	61	100%	126	100%	152	100%	57	100%	396	100%

Quadro 238: Ação 4.2.1 – Formandos que concluíram a formação por área formativa e por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%
Norte	539	59%	1.113	57%	1.277	52%	425	51%	3.354	55%
Centro	165	18%	342	18%	452	19%	159	19%	1.118	18%
LVT	109	12%	305	16%	370	15%	196	23%	980	16%
Alentejo	107	12%	129	7%	231	9%	42	5%	509	8%
Algarve		0%	62	3%	110	5%	15	2%	187	3%
TOTAL	920	100%	1.951	100%	2.440	100%	837	100%	6.148	100%

Relativamente ao segundo concurso – formação de ativos, a taxa de execução física é de 33% (vs 7% em 2011), sendo a região LVT a que mais contribui para essa execução.

Quadro 239: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (2.º concurso – Formação de Activos)

Região	Contratadas		Executadas		Taxa de execução
	Nº Ações	%	Nº Ações	%	
Norte	622	44%	218	47%	35%
Centro	511	36%	151	33%	30%
LVT	94	7%	39	8%	41%
Alentejo	129	9%	41	9%	32%
Algarve	51	4%	14	3%	27%
TOTAL	1.407	100%	463	100%	33%

2.2.2.3 Ação 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111;
- Portaria n.º 745/2009, de 13 de julho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Criar redes de tratamento e difusão da informação técnica e científica no âmbito das atividades dos setores agrícola, florestal e agroalimentar, promovendo a articulação e adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores;
- Melhorar o tratamento e o acesso à informação necessária para o desenvolvimento da competitividade das empresas e dos territórios e promover a cooperação e a organização sectorial, favorecendo a emergência de estratégias sectoriais de desenvolvimento e reforço dos “clusters” nacionais.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012, tal como em 2011, não foram abertos novos concursos para esta ação. Apresenta-se, assim, um quadro que é equivalente ao apresentado no Relatório de 2011 mas com valores inferiores, quer em número de PA quer em investimento total, por exclusão de 5 desistências.

Quadro 240: Ação 4.2.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	9.339	0	0	131	18.856
TOTAL	9.339	0	0	131	18.856

b. Análise e decisão das candidaturas

Ainda no ano de 2010, foram analisadas, decididas e contratadas todas as candidaturas referentes ao primeiro concurso.

Quadro 241: Ação 4.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	131	18.856	131	18.856	12	3.497	119	15.354	119	15.354	9.365	6.355
TOTAL	131	18.856	131	18.856	12	3.497	119	15.354	119	15.354	9.365	6.355

O número de PA contratados face a 2011 sofreu uma diminuição de 5 PA (num total de 49 mil euros de despesa pública).

Mantém-se, assim, contratados 9.365 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 6.355 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 7.605 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 100% (mais 36 p.p do que em 2011 fruto da redução da dotação desta ação). No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 4.483 mil euros de despesa pública e 3.455 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 242: Ação 4.2.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	29	5.668	3.496	2.621	26	1.237	996
Centro	10	609	391	291	8	220	175
LVT	46	6.324	3.844	2.219	45	2.112	1.556
Alentejo	28	2.548	1.494	1.120	26	858	682
Algarve	6	205	139	105	6	56	46
TOTAL	119	15.354	9.365	6.355	111	4.483	3.455

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 46% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 54% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No final do ano de 2012, mantinham-se contratadas as 19 redes temáticas já referidas em 2011, cumprindo, assim, a meta prevista para o período de programação.

Em termos de investimento e despesa pública contratada alcançou-se 81% e 100%, respetivamente, das metas previstas para o período 2007-2013.

Quadro 243: Ação 4.2.2 – Indicadores de realização (contratados e pagos)

	Nº redes temáticas criadas		Investimento contratado (mil euros)		Despesa pública (mil euros)		FEADER (mil euros)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	19	19	15.354	14.519	9.365	4.483	6.355	3.455
Meta	19	19	19.000	19.000	9.339	9.339	7.573	7.573
% Meta	100%	100%	81%	76%	100%	48%	84%	46%

Quanto ao investimento pago verifica-se um aumento de 6 pontos percentuais face a 2011.

Quadro 244: Ação 4.2.2 – Investimento em redes temáticas por setor e produtos

Tipo de empresa	Sector	Produtos	Nº redes		Investimento		
			Contratado	Pago	Contratado	Pago	
			Un: mil euros				
Agrícola	Cereais	Milho	1	1	326	308	
	Frutas, flores e hortícolas	Frutas, flores e hortícolas	5	5	3.663	3.464	
		Produtos de qualidade	1	1	451	426	
	Olival	Azeite	1	1	1.679	1.588	
	Pecuária		1	1	761	719	
		Produtos de qualidade	1	1	210	198	
	Vinha	Vinho	2	2	986	932	
	Outro sector		1	1	903	854	
Agroalimentar	Olival	Azeite	1	1	1.958	1.852	
	Pecuária		1	1	1.337	1.264	
	Produtos florestais	Sobreiro	1	1	432	409	
Florestal	Produtos florestais	Pinheiro	2	2	944	893	
		Produtos de qualidade	1	1	1.706	1.613	
TOTAL			19	19	15.354	14.519	
			Metas	19	19	19.000	19.000
			% da meta	100%	100%	81%	76%

Tal como já se tinha verificado anteriormente, o número de produtores, abrangidos pelas 19 redes temáticas contratadas, é muito superior ao esperado, uma vez que era expectável abranger apenas 40% dos produtores agrícolas ativos e atingiu-se 85%.

Quadro 245: Ação 4.2.2 – Indicador específico de resultado

	Nº produtores abrangidos por redes temáticas	
	Contratado	Pago
	258.710	258.710
Explorações agrícolas, recenseamento de 2009	304.000	304.000
% Activos do Sector	85%	85%
Meta	40%	40%
% Meta	213%	213%

Nota: Para cálculo deste indicador de resultados considerou-se o valor mais elevado obtido nos diferentes grupos. Existe uma Rede Temática cujo grupo tem um público-alvo extremamente elevado. Neste grupo foi considerado como público – alvo as federações associadas da CONFAGRI, obtendo assim um total de destinatários potenciais de 258.710 agricultores.

2.2.2.4 Ação 4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola/ Subações 4.3.1.1 e 4.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) iv) e v); Artigo 24º e Artigo 25º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigos 13º a 16º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de setembro;
- Artigo 15º e Artigo 16º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 114 e 115;
- Portaria n.º 481/2009 de 6 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, pela Portaria n.º 1170/2010 de 10 de Novembro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento;
- Incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

Esta ação encontra-se dividida em duas subações:

- Subação 4.3.1.1 "Desenvolvimento de serviços de aconselhamento" – destinada a desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento agrícola no contexto das obrigações comunitárias.
- Subação 4.3.1.2 "Aquisição e serviços de aconselhamento" – destinada a incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

3. Implementação da Ação

A gestão da ação 4.3.1.2 "Aquisição de serviços de aconselhamento" é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi

elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subação 4.3.1.1:

Em 2012, foi aberto, a 21 de fevereiro, um período de candidaturas em contínuo para a subação 4.3.1.1. O número de PA, do primeiro concurso, que decorreu em 2009, continuou a diminuir (de 91 candidaturas válidas em 2011 para 90 em 2012) devido à ocorrência de 1 desistência.

Quadro 246: Subação 4.3.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	15.768	0	0	90	15.655
Segundo - em contínuo		10	2.157	10	2.157
TOTAL	15.768	10	2.157	100	17.812

Subação 4.3.1.2:

Relativamente à subação 4.3.1.2, manteve-se aberto o período de candidaturas em contínuo iniciado em 2011 (01 de fevereiro) através da plataforma i-Digital do IFAP.

Em seguida apresenta-se o ponto de situação das candidaturas entradas no ano e acumuladas.

Quadro 247: Subação 4.3.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Em contínuo	5.593	663	995	2.521	3.782
TOTAL	5.593	663	995	2.521	3.782

b. Análise e decisão das candidaturas

Subação 4.3.1.1:

Todas as candidaturas entradas válidas, do segundo período de candidaturas da subação 4.3.1.1, foram analisadas e decididas no ano de 2012. Dum total de 9 candidaturas aprovadas foram contratadas 8 que representam 773 mil euros de despesa pública.

O total de candidaturas contratadas no primeiro concurso, sofreu uma redução, passando de 89 PA contratados em 2011 para 88 PA em 2012, devido a uma desistência entretanto ocorrida.

Quadro 248: Subação 4.3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	90	15.655	90	15.655	2	316	88	14.921	88	14.921	7.563	5.631
Segundo - em contínuo	10	2.157	10	2.157	1	259	9	1.897	8	1.503	773	580
TOTAL	100	17.812	100	17.812	3	576	97	16.818	96	16.424	8.336	6.211

No final de 2012, encontram-se contratados 8.336 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 6.211 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 6.639 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 51% (menos 7 p.p. face a 2011 fruto do reforço efetuado na dotação desta subação). No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Subação 4.3.1.2:

Todas as candidaturas entradas, da subação 4.3.1.2, foram analisadas, decididas e contratadas no ano de 2012.

Quadro 249: Subação 4.3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	2.521	3.782	2.521	3.782	0	0	2.521	3.782	2.521	3.025	2.264
TOTAL	2.521	3.782	2.521	3.782	0	0	2.521	3.782	2.521	3.025	2.264

Encontram-se contratados 3.025 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 2.264 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 2.567 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 54%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

Subação 4.3.1.1:

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subação era de 6.018 mil euros de despesa pública e 4.668 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 250: Subação 4.3.1.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	55	9.448	4.489	3.367	51	3.220	2.509
Centro	20	2.250	1.181	886	17	675	530
LVT	6	726	334	209	6	233	168
Alentejo	15	4.000	2.331	1.749	15	1.891	1.462
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	96	16.424	8.336	6.211	89	6.018	4.668

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 36% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de cerca de 75% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Subação 4.3.1.2:

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subação era de 585 mil euros de despesa pública e 493 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 251: Subação 4.3.1.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.886	2.263	1.697	703	512	432
Centro	320	384	288	56	36	30
LVT	16	19	10			
Alentejo	267	320	240	58	38	31
Algarve	32	38	29			
Total	2.521	3.025	2.264	817	585	493

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 10% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de cerca de 22% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Subação 4.3.1.1:

Tal como já tinha sido referido em relatórios anteriores, o total de candidaturas contratadas ultrapassa a meta prevista para o período de programação, com a utilização de 53% do apoio previsto.

Quadro 252: Subação 4.3.1.1 – Indicadores de realização

	Nº serviços de aconselhamento		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	96	89	8.336	6.018	6.211	4.668
Meta	50	50	15.768	15.768	12.947	12.947
% Meta	192%	178%	53%	38%	48%	36%

Quanto aos indicadores de resultado para esta subação apenas existe o indicador do aumento do VAB nas explorações apoiadas, cujo valor só pode ser obtido nos relatórios de fecho de cada operação.

O apoio às 89 entidades que prestam serviços de aconselhamento pressupõe o apoio a 2.521 explorações o que continua a traduzir um número muito abaixo ao esperado.

Quadro 253: Subação 4.3.1.1 – Indicadores específicos de resultado

	Nº empresas abrangidas pelos serviços agrorurais	
	Contratado	Pago
	2.521	817
Explorações agrícolas, recenseamento de 1999	415.969	415.969
% Explorações	1%	0%
Meta	10%	10%
% Meta	6%	2%

Subação 4.3.1.2:

Nesta subação o indicador do número de candidaturas contratadas aumentou 5 p.p., representando, no final de 2012, 17% da meta prevista para o período de programação, enquanto o apoio contratado já representa 25% do apoio previsto.

Quadro 254: Subação 4.3.1.2 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Nº agricultores apoiados nos serviços de aconselhamento		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	2.521	817	3.025	585	2.264	493
Meta	15.000	15.000	11.945	11.945	9.000	9.000
% Meta	17%	5%	25%	5%	25%	5%

Quanto aos indicadores de resultado para esta subação apenas existe o indicador do aumento do VAB nas explorações apoiadas, cujo valor só pode ser obtido nos relatórios de fecho de cada operação.

2.2.2.5 Ação 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) v) e Artigo 25º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 16º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 115;
- Portaria nº 813/2009 de 28 de julho, com a nova redação dada pela Declaração de Rectificação n.º 67/2009 de 11 de Setembro, pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a oferta de serviços com o objetivo de melhorar o desempenho das empresas;
- Melhorar a integração vertical e horizontal das empresas promovendo uma maior orientação das atividades produtivas para o mercado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Nesta ação não foram abertos concursos em 2012. O número de PA do primeiro concurso, que decorreu em 2009, manteve-se face a 2011, mas o do segundo concurso diminuiu (de 99 candidaturas válidas para 92) devido a desistências ocorridas ao longo do ano de 2012.

Quadro 255: Ação 4.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	12.793	0	0	113	29.139
Segundo		0	0	92	19.841
TOTAL	12.793	0	0	205	48.980

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 todas as candidaturas já se encontravam analisadas, decididas e contratadas.

Quadro 256: Ação 4.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	113	29.139	113	29.139	33	7.428	80	21.693	80	21.693	7.183	5.259
Segundo	92	19.841	92	19.841	27	6.527	65	13.315	65	13.315	4.717	3.439
TOTAL	205	48.980	205	48.980	60	13.955	145	35.007	145	35.007	11.900	8.698

A tipologia de promotor "*Organização sectorial*" continua a representar 75% dos PA contratados nesta ação e 71% do investimento contratado.

Quadro 257: Ação 4.3.2 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.:mil euros

Tipologia do promotor	Total de candidaturas contratadas até 2012			
	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Organização sectorial	108	24.788	8.305	6.085
Pessoa colectiva de natureza privada	37	10.219	3.595	2.612
TOTAL	145	35.007	11.900	8.698

Em termos acumulados, encontram-se contratados 145 PA, num total de 11.900 mil euros de despesa pública, representando 8.698 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 9.788 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 97% (o aumento de 57% na taxa de contratação deveu-se, em parte, à redução da dotação desta ação registada no ano de 2012). No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 7.119 mil euros de despesa pública e 5.724 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 258: Ação 4.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	48	11.986	3.581	2.685	48	2.231	1.795
Centro	41	8.783	2.858	2.144	40	1.659	1.342
LVT	31	8.489	3.125	2.117	30	1.879	1.494
Alentejo	21	4.868	2.013	1.510	21	1.165	944
Algarve	4	883	323	242	4	185	149
TOTAL	145	35.007	11.900	8.698	143	7.119	5.724

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 57% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 66% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Os PA apoiados correspondem à criação de 37 “*Serviços de gestão*” (menos 1 do que em 2011), 140 “*Serviços de aconselhamento técnico*” e 4 “*Serviços de substituição*”.

A meta do número de serviços de gestão mantém-se nos 25% da meta prevista para o período de programação.

Em termos de despesa pública contratada, esta passou a representar 93% da meta do Programa, o que traduz um apoio médio superior ao esperado tal como já se verificava em anos anteriores.

Quadro 259: Ação 4.3.2 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Nº Serviços de gestão		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	37	37	11.900	7.119	8.698	5.724
Meta	150	150	12.793	12.793	10.122	10.122
% Meta	25%	25%	93%	56%	86%	57%

Quanto à percentagem de empresas abrangidas por serviços agrorurais verificou-se que com 25% da meta do número de “*Serviços de gestão*” contratados se ultrapassa a meta do número de empresas abrangidas por esse serviço.

Quadro 260: Ação 4.3.2 – Indicadores específicos de resultado

Un: mil euros

	Nº empresas abrangidas pelos serviços agrorurais	
	Contratado	Pago
	77.689	76.879
Explorações agrícolas, Recenseamento de 2009	304.000	304.000
% Explorações	26%	25%
Meta	10%	10%
% Meta	256%	253%

2.2.3 Subprograma 2 – Gestão sustentável do espaço rural

A gestão das medidas/ações 2.1 “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas”, 2.2.1 “Alteração dos modos de produção agrícola”, 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, 2.2.4 “Conservação do solo” e 2.4 “intervenções territoriais integradas – Pagamentos agro e silvo ambientais” são da responsabilidade do IFAP.

Por esta razão, estes pontos do relatório foram elaborados tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

2.2.3.1 Medida 2.1 – Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas

A medida de apoio à manutenção da atividade agrícola envolve duas situações distintas, a de “zonas de montanha” e a de “outras zonas desfavorecidas”, correspondendo, respetivamente, aos códigos de medida da Comissão 211 e 212.

Estas medidas comunitárias correspondem à medida PRODER 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, que compreende as ações 2.1.1 “Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura” e 2.1.2 “Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura”. Assim, cada uma das medidas da COM engloba as duas ações PRODER.

A medida PRODER 2.1 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC)⁶ sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do PRODER e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP⁷.

⁶ Estabelecido nos termos do Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de abril e de acordo com o determinado pelo Regulamento (CE) nº 1975/2006, da Comissão, de 7 de dezembro, que estabelece o regime de execução do FEADER.

⁷ Nos termos do protocolo, e de acordo com a articulação funcional estabelecida por via desse documento, cabe ao IFAP: a receção dos PA, sua análise, controlo, proposta de decisão e execução (com exceção das autorizações de despesa). Cumpre à AG a decisão e a autorização de despesa, bem como a divulgação de normas técnicas relativas às ações, elaboração de normas de procedimentos para aplicação às atividades do seu âmbito e a monitorização dos indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e outros.

1. Enquadramento regulamentar

- Artigo 36º alínea a) i), ii); Artigo 37º e Artigo 50º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.2.1.1 e 5.3.2.1.2 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 211 e 212;
- Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1479/2008 de 18 de setembro e pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Medida

A presente medida, através das 2 ações que a compõem, tem por objetivo assegurar a manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, através da atribuição de uma compensação aos agricultores pelas desvantagens inerentes à produção agrícola nas zonas de montanha e restantes zonas desfavorecidas.

3. Implementação da Medida

A gestão da medida 2.1 “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas” é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU é da competência do Conselho Directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2012 decorreu entre 27 de Fevereiro e 15 de Maio de 2012.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição do número e áreas das candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio no PU 2012, por tipo de zona desfavorecida.

Em 2012, foram determinadas para apoio no PU 113.623 candidaturas ou seja mais 1.390 candidaturas do que em 2011. Relativamente à área candidata, a maioria (62%) continuou a situar-se em zona de montanha.

Quadro 261: Medida 2.1 – Candidaturas determinadas para apoio no PU 2012 (por ação)

Medida 2.1 - Manutenção da actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
Nº candidaturas	82.765	16.080	10.631	4.147	113.623
	73%	14%	9%	4%	100%
Área candidatada (ha)	439.644	240.810	70.201	73.312	823.966
	53%	29%	9%	9%	100%
Apoio previsto (mil euros)	83.818	12.459	12.443	3.571	112.291
	75%	11%	11%	3%	100%

Em termos de número de candidaturas, áreas candidatas e montantes envolvidos, verifica-se uma relativa estabilidade nas candidaturas apresentadas nos diferentes períodos, conforme se pode constatar no quadro seguinte, embora nas duas últimas campanhas tenham ocorrido acréscimos do número de candidaturas apresentadas entre 1 a 3%, e de cerca de 5% na área para apoio de 2011 para 2012.

Quadro 262: Medida 2.1 – Candidaturas determinadas para apoio (por ação e ano candidatura)

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	79.180	15.035	11.457	3.721	109.393
2008	75.760	14.872	11.682	3.874	106.188
2009	79.580	14.273	12.087	3.643	109.583
2010	76.221	14.691	13.885	4.167	108.964
2011	82.228	16.026	10.192	3.787	112.233
2012	82.765	16.080	10.631	4.147	113.623
Média	79.289	15.163	11.656	3.890	109.272

Quadro 263: Medida 2.1 – Áreas determinadas para apoio (por ação e ano de candidatura)

Un.:ha

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	422.274	209.597	76.237	58.819	766.927
2008	387.211	219.580	74.295	67.771	748.857
2009	415.807	196.144	81.737	60.242	753.930
2010	399.181	220.901	102.217	67.842	790.141
2011	426.424	227.819	68.762	64.196	787.201
2012	439.644	240.810	70.201	73.312	823.966
Média	415.090	219.142	78.908	65.364	778.504

Quadro 264: Medida 2.1 – Montante do Apoio (por ação e ano de candidatura)

Un.:mil euros

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	77.319	11.458	13.488	3.515	105.780
2008	76.647	11.478	13.559	3.553	105.237
2009	78.304	11.361	18.322	3.733	111.720
2010	76.932	11.410	17.956	3.785	110.083
2011	82.359	12.129	12.134	3.229	109.851
2012	83.818	12.459	12.443	3.571	112.291
Média	79.230	11.716	14.650	3.564	109.160

b. Execução financeira

Em 2012, a ação 2.1.1 “Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura” atingiu uma execução de 120.260 mil euros e a ação 2.1.2 “Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura” teve uma execução de 19.631 mil euros. Estes valores decorrem do facto de em 2012 ter sido pago o saldo de 2011 e a totalidade de 2012.

A execução acumulada, da medida 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, até ao final 2012 totalizou 646.893 mil euros de despesa pública o que corresponde a 85% da meta financeira prevista para o período de programação.

Quadro 265: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (no ano)

Un: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	78.235	23.173	110	586	2.898	105.001
	Restantes Zonas Desfavorecidas	3	3.595	640	11.032	5	15.276
	Total da Acção 2.1.1.	78.238	26.768	750	11.618	2.903	120.277
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	7.292	1.914	0	59	500	9.764
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI	0	152	14	3.755	50	3.971
	Zona de Montanha não ITI	2.885	2.007	3	5	694	5.595
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI	0	167	28	88	0	284
	Total da Acção 2.1.2.	10.177	4.241	45	3.907	1.243	19.614
Total da Medida 2.1		88.415	31.008	795	15.526	4.146	139.891

Quadro 266: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (acumulado)

Un: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	353.750	109.254	248	2.774	13.162	479.188
	Restantes Zonas Desfavorecidas	9	17.334	2.677	49.880	23	69.923
	Total da Acção 2.1.1.	353.760	126.587	2.925	52.654	13.186	549.111
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	31.398	6.995	0	210	1.462	40.065
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI	0	702	60	7.300	194	8.256
	Zona de Montanha não ITI	22.283	11.134	3	143	3.990	37.554
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI	0	927	100	10.880	1	11.908
	Total da Acção 2.1.2.	53.681	19.758	164	18.532	5.647	97.782
Total da Medida 2.1		407.441	146.345	3.089	71.186	18.833	646.893

Este valor de execução corresponde a seis anos de candidaturas, já que em 2012 efetuou-se o pagamento da totalidade do valor apurado.

Por força da delimitação das zonas desfavorecidas e das regiões de convergência, mantém-se a concentração da execução em regiões de convergência.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação dos indicadores de realização da medida face às metas estabelecidas no Programa.

Quadro 267: Medida 2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Ação	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações apoiadas em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	102.892	60.000	171%
	2.1.2 - Em RN	19.947	15.000	133%
Área agrícola apoiada em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	578.580	350.000	165%
	2.1.2 - Em RN	151.664	150.000	101%
Número de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	22.534	11.000	205%
	2.1.2 - Em RN	8.598	4.000	215%
Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	372.460	230.000	162%
	2.1.2 - Em RN	156.558	70.000	224%

No que se refere aos indicadores de resultado os valores ultrapassam as metas estabelecidas

Quadro 268: Medida 2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Ação	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	2.1.2 - Em RN	308.222	220.000	140%
Qualidade da água	2.1.1 - Fora RN	951.040	580.000	164%
	2.1.2 - Em RN	308.222	220.000	140%
Combate às alterações climáticas	2.1.1 - Fora RN	951.040	580.000	164%
	2.1.2 - Em RN	308.222	220.000	140%
Qualidade dos solos	2.1.1 - Fora RN	951.040	580.000	164%
	2.1.2 - Em RN	308.222	220.000	140%
Combate à marginalização e ao abandono da terra	2.1.1 - Fora RN	951.040	580.000	164%
	2.1.2 - Em RN	308.222	220.000	140%

2.2.3.2 Medida 2.2 – Valorização de modos de produção

Esta medida corresponde ao código de medida comunitária CE 214 e engloba as seguintes ações:

- 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola
- 2.2.2 – Proteção da biodiversidade doméstica
- 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
- 2.2.4 – Conservação do solo

As ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 são implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do PRODER e o IFAP, a gestão e execução destas ações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento das ações em apreço são apresentados no âmbito do Pedido de Apoio agro e silvo-ambiental (PAS) e do Pedido Único (PU), respetivamente. A partir de 2012 o pedido de apoio é formalizado através do 1º pedido de pagamento.

Com exceção da ação 2.2.3 os apoios são atribuídos por um período de cinco anos de compromissos devendo ser confirmados anualmente.

Tal como acontece na medida 2.1 “Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas” a gestão das ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

2.2.3.2.1 Ação 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março (Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A ação 2.2.1 “Alteração de modos de produção agrícola”, visa a promoção da adoção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais, bem como a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que incorporam - o Modo de Produção Integrada (MPRODI) e o Modo de Produção Biológico (MPB).

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU é da competência do Conselho Directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2012 decorreu entre 27 de Fevereiro e 15 de Maio de 2012.

No decorrer daquele período verificou-se a apresentação dos seguintes pedidos de pagamento:

- 5º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES 2008);

- 4º PP das candidaturas efetuadas em 2008 (PAS 2009);
- 3º PP das candidaturas efetuadas em 2009 (PAS 2010);
- 2º PP das candidaturas efetuadas em 2010 (PAS 2011).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional do número e áreas das candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio no PU 2012, por modos de produção.

Quadro 269: Ação 2.2.1 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento determinados para apoio (por modo de produção) - PU 2012

Regiões	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Norte	3.135	38.048	517	9.750	3.652	47.798
Centro	996	20.451	393	16.503	1.389	36.953
LVT	805	27.355	49	4.051	854	31.406
Alentejo	1.174	149.537	401	44.272	1.575	193.809
Algarve	221	3.899	9	214	230	4.114
TOTAL	6.331	239.290	1.369	74.790	7.700	314.080

Analisando a distribuição regional, verifica-se, tal como em anos anteriores, que a região Norte apresenta o maior número de explorações, com maior expressão no MPRODI (50% do total contra 38% no MPB), contudo a maioria da área alvo de apoio a esta ação, concentra-se no Alentejo, acumulando, esta região, 62% da área determinada para apoio em produção integrada e 60% em agricultura biológica.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por modos de produção, das candidaturas e áreas com pedidos de pagamento apresentados no PU 2012 e determinados para apoio, por ano de início de compromisso (2008, 2009, 2010, 2011 ou 2012).

Quadro 270: Ação 2.2.1 – Pedidos de pagamento determinados para apoio (por modo de produção e ano de início de apoio) - PU 2012

Ano de início de apoio	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
2008	4.753	57.712	1.497	33.878	6.250	91.590
2009	2.893	67.291	742	22.502	3.635	89.794
2010	1.670	63.371	297	8.475	1.967	71.846
2011	1.341	50.916	421	9.935	1.762	60.851
2012	0	0	0	0	0	0
TOTAL	10.657	239.290	2.957	74.790	13.614	314.080

As candidaturas determinadas para apoio que estão no quinto ano de compromisso (candidaturas PES, início de apoio a 01.10.2007 relativo à campanha de 2008) foram 6.250 correspondendo a 91.590 ha, sendo que as candidaturas no quarto ano de compromisso (candidaturas PAS 2009, início de apoio a 01.10.2008 relativo à campanha de 2009) foram em número substancialmente mais reduzido (3.635) mas com um número de hectares próximo relativamente à campanha de 2008 (89.794 ha). As candidaturas no terceiro ano de compromisso (candidaturas PAS 2010, início de apoio a 01.10.2009 relativo à campanha de 2010) foram apenas 1.967 com um número de hectares mais reduzido mas que alcançou ainda um valor muito elevado: 71.846 ha. Finalmente, as candidaturas no segundo ano de compromisso (candidaturas PAS 2011, início de apoio a 01.10.2010 relativo à campanha de 2011) foram ligeiramente inferiores, face a 2010, 1.762 com 60.851 ha.

Verifica-se, assim, que nos sucessivos períodos de candidatura foi-se reduzindo o número de candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio e respetiva área, mas a dimensão média da área sob compromisso cresceu até 2010, para diminuir ligeiramente em 2011.

No quadro seguinte, apresenta-se o valor da área média, por candidatura determinada para apoio.

Quadro 271: Ação 2.2.1 – Área média determinada para apoio - ha/candidatura (por região e modo de produção) - PU 2012

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
MPRODI	12,1	20,5	34,0	127,4	17,6	37,8
MPB	18,9	42,0	82,7	110,4	1,1	54,6
TOTAL	13,1	26,6	36,8	123,1	17,9	40,8
Comparação MPB/ MPRODI	1,6	2,0	2,4	0,9	0,1	1,4

No que respeita à área média de candidatura por modo de produção, verifica-se que continua sempre superior no MPB relativamente ao MPRODI.

A área média sofreu um ligeiro acréscimo, de 5 p.p., face a 2011 (38,9 ha em 2011). Este acréscimo teria sido superior, não fosse o facto do conceito de área determinada para apoio ter sido alterado pelo IFAP em 2011, encontrando-se, nos dados agora apresentados, expurgadas as áreas que não são alvo de pagamento mas que fazem parte do compromisso agroambiental (áreas de rotação de culturas e áreas de pastagens não ativadas para pagamento em função das CN).

Quadro 272: Ação 2.2.1 – Área determinadas para apoio em 2012 (por grupo de cultura e modo de produção) - PU 2012

Culturas	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Culturas Permanentes	89.162	37%	16.365	22%	105.526	34%
Arroz	18.341	8%	0	0%	18.341	6%
Culturas temporárias de regadio	8.776	4%	1.476	2%	10.253	3%
Culturas temporárias de sequeiro	11.626	5%	3.301	4%	14.928	5%
Culturas forrageiras	12.532	5%	3.337	4%	15.869	5%
Culturas hortícolas	1.067	0%	227	0%	1.294	0%
Pastagem permanente	59.745	25%	25.839	35%	85.584	27%
Pastagem permanente biodiversa	38.041	16%	24.245	32%	62.286	20%
TOTAL	239.290	100%	74.790	100%	314.080	100%

A distribuição das áreas apoiadas, por tipo de culturas, mantém-se em 2012 semelhante ao já verificado em anos anteriores, com as “pastagens permanentes” e as “pastagens permanentes biodiversas” a totalizarem 147.870 ha (vs 156.311 ha em 2011) e 47% da área apoiada. As “culturas

permanentes” reúnem 105.526 ha (vs 114.369 ha em 2011), 34% do total. No MPB mantém-se um peso das pastagens e das culturas de forragem superior ao verificado em MPRODI (71% no MPB e 46% no MPRODI).

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição das culturas, dentro do grupo de “culturas permanentes”. No ano de 2012 a “vinha” aparece em primeiro lugar com 32% do total da área apoiada e os “frutos secos e olival de sequeiro”, que em 2011 era a cultura predominante aparece agora como a segunda cultura mais importante deste grupo, com 31% (33.138 ha) do total da área apoiada.

Quadro 273: Ação 2.2.1 – Área determinada para apoio em 2012 (por tipo de cultura permanente e modo de produção) - PU 2012

Culturas Permanentes	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Frutos frescos de regadio	15.255	17%	490	3%	15.746	15%
Frutos frescos de sequeiro	1.154	1%	271	2%	1.425	1%
Frutos secos e olival de regadio	19.628	22%	1.920	12%	21.548	20%
Frutos secos e olival de sequeiro	21.004	24%	12.135	74%	33.138	31%
Vinha	32.121	36%	1.549	9%	33.670	32%
TOTAL	89.162	100%	16.365	100%	105.526	100%

Dentro das culturas permanentes em MPRODI, a “vinha” mantém-se como predominante, mantendo-se a quase totalidade da restante área distribuída de forma equilibrada entre “frutos frescos de regadio”, “frutos secos e olival de regadio” e “frutos secos e olival de sequeiro”. O MPB mantém uma distribuição muito diferente da distribuição global do MPRODI com um domínio total do “frutos secos e olival de sequeiro” (74% contra 24% no MPRODI) seguindo-se os “frutos secos e olival de regadio” (12%). Embora não existam dados relativamente à distribuição do olival neste dois grupos de cultura, é de esperar que a cultura com maior expressão seja o olival.

Os quadros seguintes ilustram a evolução da área e número de candidaturas determinadas para apoio (PU 2008 a PU 2012).

Quadro 274: Ação 2.2.1 – Candidaturas apoiadas (por ano de apoio e modo de produção)

Ano de apoio	Indicador	MPRODI	MPB	TOTAL
Candidaturas apoiadas em 2008	Nº candidaturas apoiadas	3.867	1.005	4.872
	Área total apoiada (ha)	80.413	44.461	124.874
	Área média apoiada (ha)	21	44	26
	Apoio total (Mil euros)	12.151	6.826	18.977
	Apoio médio (Euros)	3.142	6.792	3.895
Candidaturas apoiadas em 2009	Nº candidaturas apoiadas	5.500	1.128	6.628
	Área total apoiada (ha)	141.124	53.208	194.332
	Área média apoiada (ha)	26	47	29
	Apoio total (Mil euros)	16.067	7.445	23.512
	Apoio médio (Euros)	2.921	6.600	3.547
Candidaturas apoiadas em 2010	Nº candidaturas apoiadas	7.007	1.481	8.488
	Área total apoiada (ha)	279.134	113.955	393.089
	Área média apoiada (ha)	40	77	46
	Apoio total (Mil euros)	31.758	12.994	44.752
	Apoio médio (Euros)	4.532	8.774	5.272
Candidaturas apoiadas em 2011	Nº candidaturas apoiadas	6.908	1.653	8.561
	Área total apoiada (ha)	251.341	81.718	333.059
	Área média apoiada (ha)	36	49	39
	Apoio total (Mil euros)	34.090	13.714	44.752
	Apoio médio (Euros)	4.935	8.296	5.227
Candidaturas apoiadas em 2012	Nº candidaturas apoiadas	6.331	1.369	7.700
	Área total apoiada (ha)	239.290	74.790	314.080
	Área média apoiada (ha)	38	55	92
	Apoio total (Mil euros)	32.463	12.062	44.525
	Apoio médio (Euros)	5.128	8.811	5.783

b. Execução financeira

O valor de apoios pagos em 2012 teve a distribuição regional que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 275: Ação 2.2.1 – Valores pagos (por região e modo de produção)

Unid: mil euros

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
MPRODI	8.539	4.618	6.528	14.120	1.462	35.268
MPB	2.865	3.547	483	6.751	44	13.691
TOTAL	11.405	8.165	7.011	20.871	1.506	48.958

O quadro seguinte mostra a evolução anual dos pagamentos desta ação.

Quadro 276: Ação 2.2.1 – Valores pagos acumulados (por ano e por região)

Unid: mil euros

Ano de pagamento	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
2008	6.235	3.920	2.236	6.241	346	18.977
2009	7.121	4.198	2.939	8.500	754	23.512
2010	9.873	7.116	6.051	16.862	1.354	41.257
2011	11.476	8.132	6.211	20.278	1.558	47.655
2012	11.405	8.165	7.011	20.868	1.506	48.955
TOTAL	46.110	31.531	24.447	72.749	5.518	180.356

Entre 2011 e 2012 registou-se um ligeiro aumento dos valores pagos (3%).

No quadro seguinte, apresenta-se o valor médio pago por candidatura.

Quadro 277: Ação 2.2.1 – Valores médios pagos por candidatura

	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
Valor médio (mil euros)	2.428	4.815	6.942	11.372	5.839	5.018
Número de candidaturas	4.697	1.696	1.010	1.835	258	9.496

Em termos financeiros globais, esta ação teve uma execução acumulada de 180.356 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 150.652 mil euros, correspondendo a 88% da meta global estabelecida para o Programa.

Refira-se, ainda, que a execução desta ação verifica-se essencialmente em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos importa estimar o valor total dos compromissos

assumidos. Isso é efetuado no anexo I para o conjunto dos pagamentos agro e silvo-ambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No MPB foram apoiadas 2.179 pedidos de pagamento (incluí PP do ano e o saldo dos PP de 2011), o que significa que foi executada, até 2012, 62% da meta prevista para o Programa. Em termos de área, a adesão foi de 244.849 ha, representando este valor 153% da meta estabelecida para o período de programação. Face a 2011, registou-se assim um aumento de 37 p.p. na área.

O MPRODI teve uma adesão de 9.079 agricultores, o que corresponde a 45% da meta prevista para o período de 2007-2013. Relativamente à área, a adesão foi de 539.285 ha, superior em 56 p.p. face a 2011.

Quadro 278: Ação 2.2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	MPRODI	9.079	19.975	45%
	MPB	2.179	3.525	62%
	Total 2.2.1	11.258	23.500	48%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	MPRODI	539.285	240.000	225%
	MPB	244.849	160.000	153%
	Total 2.2.1	784.134	400.000	196%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	MPRODI	542.205	240.000	226%
	MPB	245.431	160.000	153%
	Total 2.2.1	787.636	400.000	197%
Número total de contratos	MPRODI	9.079	20.400	45%
	MPB	2.179	3.600	61%
	Total 2.2.1	11.258	24.000	47%

Quadro 279: Ação 2.2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	MPRODI	539.285	240.000	225%
	MPB	244.849	160.000	153%
	Total 2.2.1	784.134	400.000	196%
Qualidade da água	MPRODI	539.285	240.000	225%
	MPB	244.849	160.000	153%
	Total 2.2.1	784.134	400.000	196%
Combate às alterações climáticas	MPRODI	7.153	40.000	18%
	MPB	244.849	160.000	153%
	Total 2.2.1	252.002	200.000	126%
Qualidade dos solos	MPRODI	539.285	240.000	225%
	MPB	244.849	160.000	153%
	Total 2.2.1	784.134	400.000	196%

2.2.3.2.2 Ação 2.2.2 – Proteção da biodiversidade doméstica

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea a) iv) e Artigo 39º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A Ação 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, visa garantir a utilização sustentada dos recursos genéticos assegurando, nomeadamente, a conservação *in situ* das raças ameaçadas e promovendo a sua utilização de forma a minimizar as perdas de variabilidade genética por acumulação de consanguinidade. Pretende também assegurar o fornecimento de material genético aos Bancos Portugueses de Germoplasma Animal, enquanto instrumento essencial dos programas de conservação *ex situ*.

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2012 decorreu entre 27 de Fevereiro e 15 de Maio de 2012.

No decorrer daquele período verificou-se a apresentação dos seguintes pedidos de pagamento:

- 5º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES 2008), com opção de assinalar prolongamento de compromisso para 2013;
- 4º PP das candidaturas efetuadas em 2008 (PAS 2009);
- 3º PP das candidaturas efetuadas em 2009 (PAS 2010);
- 2º PP das candidaturas efetuadas em 2010 (PAS 2011).

Como aconteceu no PU 2011, a apresentação de novas candidaturas manteve-se suspensa, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos no número de animais candidatos de beneficiários já aderentes à ação.

Tal como se pode constatar no quadro seguinte, mantém-se em 2012 a existência de um predomínio de pedidos de pagamento na região Norte, representando 84% (3.140 pedidos determinados para apoio) de um total de 3.742. Em termos de cabeças normais (CN) apoiadas, mantém-se um claro domínio da mesma região, representando 68% de um total de 30.380 CN, surgindo também com um peso significativo a região do Alentejo.

Este resultado decorre, tal como já referido em relatórios anteriores, de uma grande parte das raças autóctones ameaçadas de extinção e respetivos efetivos, se localizarem essencialmente naquela região.

Quadro 280: Ação 2.2.2 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento (candidaturas e CN) – PU 2012

Região	Pedidos determinados para Apoio (1)		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Norte	3.140	84%	20.675	68%
Centro	430	11%	2.659	9%
LVT	4	0%	113	0%
Alentejo	126	3%	6.213	20%
Algarve	42	1%	720	2%
TOTAL	3.742	100%	30.380	100%
Total de explorações apoiadas	3.476			

(1) Contabilização efectuada por raça

As diferenças regionais existentes ao nível da dimensão das explorações agrícolas e pecuárias refletem-se na dimensão média dos efectivos das explorações apoiadas, conforme se evidencia no quadro seguinte.

Quadro 281: Ação 2.2.2 – Número médio de CN (por exploração apoiada e região) – PU 2012

Indicador	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL por exploração
Número médio de CN por candidatura apoiada	6,58	6,18	28,13	49,31	17,14	8,12

Analisando a distribuição dos apoios, por espécie ameaçada, verifica-se que o peso dos “bovinos” voltou a aumentar (66% vs 56% em 2011), no que se refere a CN apoiadas e no que se refere igualmente ao número de pedidos determinados para apoio (80% vs 74% em 2011). Dentro da espécie dos bovinos a raça “barrosã” continuou a ser a mais representativa com cerca de 24% das CN apoiadas seguida da “arouquesa” com cerca de 21%.

Quadro 282: Ação 2.2.2 – Apoios por espécie – PU 2012

Espécie	Pedidos determinados para apoio		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Bovinos	3.012	80%	20.092	66%
Ovinos	389	10%	6.502	21%
Caprinos	107	3%	1.582	5%
Suínos	38	1%	918	3%
Equídeos	197	5%	1.286	4%
Galinhas	0	0%	0	0%
TOTAL	3.742	100%	30.380	100%

Apresenta-se de seguida a distribuição dos PA e CN determinadas para 2012, por raça ameaçada e segundo o ano de apresentação do PA.

Dos pedidos de pagamento apresentados em 2012, 66% são referentes a confirmações de pedidos de apoio com início no primeiro ano da operacionalização da ação, ou seja da campanha de 2008, 22% no 2º ano (2009), 8% no 3º ano (2010) e apenas 4% no 4.º ano (2011).

Quadro 283: Ação 2.2.2 – Distribuição dos pedidos de pagamento (por espécie e raça e por ano de PA) - PU 2012

Espécie/Raça	Pedidos de Pagamento determinados					CN determinadas para apoio						
	Relativos a candidatura as PES	Relativos a candidatura as PAS 2009	Relativos a candidatura as PAS 2010	Relativos a candidatura as PAS 2011	Total de pedidos em 2011	Relativas a candidatura as PES	Relativas a candidatura as PAS 2009	Relativas a candidatura as PAS 2010	Relativas a candidatura as PAS 2011	Total de pedidos em 2011		
Bovinos	Algarvia	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Garvonesa/Chamusca	2	0	1	1	4	73	0	31	17	121	
	Jarmelista	7	2	0	0	9	59	17	0	0	76	
	Cachena	122	35	14	20	191	1.506	474	92	348	2.420	
	Marinhoa	152	31	9	12	204	392	153	24	61	630	
	Aroquesa	429	103	58	21	611	1.728	457	201	112	2.498	
	Maronesa	353	51	27	11	442	1.986	420	161	119	2.685	
	Mirandesa	95	42	17	8	162	1.750	975	145	52	2.922	
	Preta	5	8	2	0	15	339	626	195	0	1.160	
	Minhota	385	283	57	21	746	1.523	959	246	56	2.783	
Barrosã	479	98	35	15	628	3.965	553	219	59	4.797		
Subtotal	2.029	653	220	109	3.012	13.321	4.632	1.314	824	20.092		
Ovinos	Churra Algarvia	7	1	2	1	11	142	8	26	11	187	
	Churra Badana	8	1	3	0	12	156	39	43	0	238	
	Churra do Campo	0	0	0	1	1	0	0	0	4	4	
	Churra do Minho	22	2	2	3	29	310	19	39	26	394	
	Mondegueira	5	3	2	0	10	105	42	23	0	169	
	Bordaleira Entre Douro e Minho	71	61	26	4	162	278	252	99	8	638	
	Campaniça	6	2	2	0	10	524	165	47	0	736	
	Churra Galega Mirandesa	24	13	4	1	42	458	194	33	7	692	
	Merina da Beira Baixa	9	3	1	0	13	371	38	40	0	448	
	Saloiã	3	2	0	0	5	147	112	0	0	259	
	Churra Galega Bragança	45	15	3	1	64	937	260	49	6	1.251	
	Merina Branca	0	0	8	1	9	0	0	506	149	655	
	Merino Preto	10	5	3	3	21	455	176	54	147	832	
	Subtotal	210	108	56	15	389	3.881	1.303	960	358	6.502	
Caprinos	Algarvia	21	3	5	2	31	272	54	58	15	398	
	Serpentina	6	2	3	3	14	217	43	69	30	358	
	Chamequeira	2	0	0	0	2	37	0	0	0	37	
	Bravia	46	6	0	0	52	673	85	0	0	758	
	Preta de Montesinho	7	0	1	0	8	25	0	5	0	30	
Subtotal	82	11	9	5	107	1.224	182	131	45	1.582		
Súinos	Malhado de Alcobça	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Bisara	7	3	4	3	17	151	38	58	59	306	
	Alentejana	5	7	7	2	21	105	239	250	18	612	
	Subtotal	12	10	11	5	38	256	277	308	77	918	
Equídeos	Sorraia	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Burro de Miranda	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Garrana	125	46	9	17	197	980	231	38	37	1.286	
	Lusitana	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Subtotal	125	46	9	17	197	980	231	38	37	1.286		
Galinhas	Amarela	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Pedrés Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	Preta Lusitânica	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Total Pedidos Pagamento/CN		2.458	828	305	151	3.742	19.662	6.625	2.751	1.341	30.380	
Total de Explorações							3.476					

b. Execução financeira

O valor dos apoios pagos, em 2012, foi de 3.893 mil euros de despesa pública com 3.306 mil euros de participação FEADER. Em termos

acumulados já foram pagos 19.597 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 16.540 mil euros de FEADER, o que corresponde a 69% da meta global estabelecida para o Programa.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos desta ação.

Quadro 284: Ação 2.2.2 – Distribuição regional dos pagamentos

Un.: mil euros

Regiões	Pago em 2012		Total Pago	
	Desp.Pública	FEADER	Desp.Pública	%
Norte	2.669	2.268	12.705	65%
Centro	451	383	2.364	12%
LVT	25	21	348	2%
Alentejo	615	522	3.642	19%
Algarve	132	112	538	3%
TOTAL	3.892	3.306	19.597	100%

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos o que é apresentado no Anexo I.

Refira-se, ainda, que a execução desta ação se verifica, essencialmente, em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação relativa aos indicadores de realização e de resultado.

Quadro 285: Ação 2.2.2 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	7.004	9.000	78%
CN sob apoio agro-ambiental	46.116	45.000	102%
Número total de contratos	7.004	9.000	78%

Quadro 286: Ação 2.2.2 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) ou CN em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Execução acumulada	Meta CN	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	46.116	40.000	115%

Assim, em termos de número de candidaturas já se atingiu 78% da meta estabelecida para o PRODER e 115% em termos de efectivo pecuário apoiado.

Verifica-se que o efectivo pecuário médio das explorações apoiadas é substancialmente superior ao que se estimava (com base no que sucedeu no quadro de referência anterior) quando se estabeleceram as metas do PRODER, o que parece indicar uma tendência para a concentração destas raças num número mais reduzido de explorações.

2.2.3.2.3 Ação 2.2.3 Conservação e melhoramento de recursos genéticos / Subações 2.2.3.1 e 2.2.3.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36.º, alínea a) iv); Artigo 39 (5)º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 1268/2009 de 16 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto (Subacção 2.2.3.1);
- Portaria n.º 618/2008, de 14 de julho, Declaração de Retificação n.º 43/2008 e Portaria n.º 1305/2008, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 1049/2010, de 11 de outubro (Subacção 2.2.3.2) e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos das Subações

Subacção 2.2.3.1:

- Conservar a variabilidade genética, com valor, atual ou futuro, para a agricultura;
- Sempre que possível promover a evolução para a utilização económica de variedades locais;
- Valorizar os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos vegetais.

Subacção 2.2.3.2:

- Assegurar a continuidade do melhoramento dos recursos genéticos animais (Raças Autóctones, Exóticas e da Raça Bovina Frísia), permitindo a seleção, e disponibilização aos criadores, dos melhores animais reprodutores;

- Promover o funcionamento regular dos Livros Genealógicos e Registos Zootécnicos;
- Assegurar os trabalhos de caracterização das raças abrangidas;
- Promover a avaliação genética como objetivo final dos programas de melhoramento.

3. Implementação da Ação

No âmbito desta ação será apresentada a análise das subações 2.2.3.1 "Componente vegetal" e 2.2.3.2 "Componente animal".

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subação 2.2.3.1

A subação 2.2.3.1 "Componente vegetal", teve um único concurso aberto em 2010, pelo que se mantém o já apresentado no relatório de 2011, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 287: Subação 2.2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas em 2011		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	5.318	0	0	31	5.944
TOTAL	5.318	-	-	31	5.944

Subação 2.2.3.2

Também para a subação 2.2.3.2 não foram abertos concursos em 2012 pelo que se mantém a informação prestada no relatório de 2011, tendo apenas sido registada uma desistência no terceiro concurso.

Quadro 288: Subação 2.2.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	44.796	0	0	51	34.016
Segundo		0	0	2	860
Terceiro		0	0	52	23.996
TOTAL	44.796	0	0	105	58.873

b. Análise e decisão das candidaturas

Subação 2.2.3.1

No ano de 2012 manteve-se a informação prestada, sobre a contratação efetuada nesta subação, no relatório de 2011.

Quadro 289: Subação 2.2.3.1 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	31	5.944	31	5.944	11	2.235	20	3.709	20	3.709	2.583	1.997
TOTAL	31	5.944	31	5.944	11	2.235	20	3.709	20	3.709	2.583	1.997

Em termos acumulados, mantêm-se contratados 20 PA, num total de 2.583 mil euros de despesa pública e com 1.997 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 2.155 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 48%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

A distribuição regional dos PA contratados é a já apresentada anteriormente.

Quadro 290: Subação 2.2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	4	745	493	393
Centro	3	354	196	150
LVT	5	907	639	464
Alentejo	7	1.483	1.102	867
Algarve	1	220	153	122
Total	20	3.709	2.583	1.997

Subação 2.2.3.2

Na subação 2.2.3.2, já tinham sido analisadas, decididas e contratadas, no ano de 2011, todas as candidaturas válidas.

Quadro 291: Subação 2.2.3.2 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	51	34.016	51	34.016	0	0	51	33.129	51	33.129	26.622	20.706
Segundo	2	860	2	860	0	0	2	860	2	860	783	509
Terceiro	52	23.996	52	23.996	0	0	52	23.993	52	23.993	19.516	15.332
TOTAL	105	58.873	105	58.873	0	0	105	57.982	105	57.982	46.921	36.546

A distribuição regional dos PA contratados é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 292: Subação 2.2.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	42	27.947	22.747	18.198
Centro	18	9.408	7.202	5.762
LVT	18	10.318	7.464	4.981
Alentejo	22	9.442	8.641	6.913
Algarve	5	867	867	693
TOTAL	105	57.982	46.921	36.546

Em termos acumulados, encontram-se contratados 105 PA num total de 46.921 mil euros de despesa pública, representando 36.546 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 39.728 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 105%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

Subação 2.2.3.1

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados era de 1.269 mil euros de despesa pública e 1.038 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 293: Subação 2.2.3.1 – Distribuição regional dos montantes pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	4	254	211
Centro	3	48	38
LVT	5	243	191
Alentejo	7	627	518
Algarve	1	96	80
Total	20	1.269	1.038

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 23% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 40% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Subacção 2.2.3.2

Nesta subação, no ano de 2012, foi pago o montante de 6.081 mil euros de despesa pública com 5.170 mil euros de comparticipação FEADER. No

quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos pagamentos efetuados em cada ano.

Quadro 294: Subação 2.2.3.2 – Distribuição anual dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Período de pagamento	Total pago	
	Desp. pública	FEADER
2008	8.976	8.976
2009	6.557	5.009
2010	5.872	4.514
2011	6.589	5.140
2012	6.081	5.170
TOTAL	34.075	28.809

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subação era de 34.075 mil euros de despesa pública e 28.809 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 295: Subacção 2.2.3.2 – Distribuição regional dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	42	17.004	14.801
Centro	17	5.325	4.590
LVT	18	5.436	3.992
Alentejo	22	5.682	4.903
Algarve	5	629	523
TOTAL	104	34.075	28.809

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 76% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 79% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Atingiu-se 50% da meta de número de candidaturas e 99% do apoio contratado. O apoio pago na ação 2.2.3, até ao final de 2012, permitiu atingir 71% da meta para o programa.

Quadro 296: Ação 2.2.3 – Indicadores Financeiros e de Realização (acumulado)

	Contratado					Pagos				
	Nº cabeças normais	Nº candidaturas	Nº de explorações ou outras formas de gestão apoiadas	Valor do apoio (mil euros)	Valor do fundo (mil euros)	Nº cabeças normais	Nº candidaturas	Nº de explorações ou outras formas de gestão apoiadas	Valor do apoio (mil euros)	Valor do fundo (mil euros)
	189.914	125	54	49.504	38.543	189.914	124	53	35.344	29.846
Metas	240.000	250	50	50.114	38.958	240.000	250	50	50.114	38.958
% da meta	79%	50%	108%	99%	99%	79%	50%	106%	71%	77%

2.2.3.2.4 Ação 2.2.4 – Conservação do solo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria nº 427-A/2009, de 23 de abril com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A ação 2.2.4 - Conservação do Solo, visa apoiar as práticas de sementeira direta e mobilização na linha, em áreas de rotação da unidade de produção, reconhecida pelo seu contributo para a conservação do solo.

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho directivo do IFAP, I. P., com divulgação no respectivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2012 decorreu entre 27 de Fevereiro e 15 de Maio de 2012.

A ação 2.2.4 – “Conservação do Solo”, resultou da autonomização do «compromisso complementar da sementeira direta ou mobilização da linha» da ação 2.2.1 – Alteração dos Modos de Produção Agrícola. Esta autonomização foi decidida por se considerar que existia um número considerável de potenciais beneficiários interessados na realização da sementeira direta ou mobilização da linha mas que considerariam excessivas as exigências inerentes aos modos de produção.

Os beneficiários, do “*compromisso complementar da sementeira direta ou mobilização da linha*” da ação 2.2.1, que se candidataram no PES e no PAS 2009 e que receberam apoios em 2008 e 2009 transitaram automaticamente para a ação 2.2.4 tendo sido dada a possibilidade de reiniciarem a contagem do período de 5 anos de compromisso a partir do pedido de pagamento de 2010.

Como aconteceu desde o PU 2011, a apresentação de novas candidaturas manteve-se suspensa, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos de número de ha alvo de apoio de beneficiários já aderentes à ação.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição regional do número e da área dos pedidos de pagamentos determinados para apoio. Relativamente a 2011, verifica-se um aumento de pedidos de pagamento determinados de apoio (139 vs 126 em 2011), mas que em contrapartida foi acompanhado de uma diminuição de área apoiada (11.443 ha versus 14.443 ha), situação esta que poderá ser explicada por uma diminuição da área semeada de culturas decorrente da situação de seca que o país atravessou em 2012. Em termos de número de pedidos de pagamento, verifica-se uma concentração na região do Alentejo, representando 90% com um total de 125 pedidos. Em termos de área determinada para apoio, esta região representa 91% num total de 10.427 ha. A região Norte, Centro e o Algarve não apresentaram pedidos de pagamento em 2012.

Quadro 297: Ação 2.2.4 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento e áreas determinadas para apoio – PU 2012

Regiões	Pedidos determinados para Apoio		Áreas determinadas para apoio	
	Número	%	Área (ha)	%
Norte				
Centro				
Lisboa	14	10%	1.017	9%
Alentejo	125	90%	10.427	91%
Algarve				
TOTAL	139	100%	11.443	100%

Analisando o tipo de culturas determinadas para apoio, em 2012, verifica-se que, ao contrário do que se passou em 2011, predominam as “culturas

temporárias de sequeiro” com 67% (7.717 ha), conforme quadro que se apresenta em seguida, o que poderá igualmente ser explicado pela seca que assolou o país, em especial nas regiões onde as explorações apoiadas se situam.

Quadro 298: Ação 2.2.4 – Áreas determinadas para apoio em 2012 (por grupo de cultura) - PU 2012

Culturas	TOTAL	
	Área (ha)	% Área
Culturas temporárias de regadio	3.726	33%
Culturas temporárias de sequeiro	7.717	67%
TOTAL	11.443	100%

b. Execução financeira

O valor acumulado de despesa pública paga nesta ação é de 1.981 mil euros a que corresponde uma comparticipação FEADER de 1.622 mil euros.

Considerando a execução financeira do compromisso complementar “*sementeira direta ou mobilização na linha*” que está incluído na execução financeira global da ação 221, para os anos de 2008 e 2009, podemos analisar a distribuição por ano de execução no quadro seguinte.

Quadro 299: Ação 2.2.4 – Montantes pagos (por ano)

Ano de Pagamento	Despesa Pública (mil euros)
2008 *	122
2009 *	340
2010	475
2011	644
2012	863
TOTAL	2.443

* Incluído na ação 2.2.1

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 31% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos, o que é apresentado no Anexo I.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores de realização verifica-se que as áreas apoiadas continuam inferiores ao previsto, tendo atingido apenas 51% da meta para um número superior de explorações apoiadas (190%). A área sob apoio agroambiental sofreu um ligeiro aumento face a 2011.

Quadro 300: Ação 2.2.4 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	190	100	190%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	20.577	40.000	51%
Número total de contratos	190	100	190%

Nota: Os valores do Quadro 0.214(1) na linha 6. Acções para Conservação dos solos inclui não só a acção 2.2.4 mas também o apoio à Sementeira Directa no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas, que incluem 31 explorações e 1 556 hectares apoiados

Quadro 301: Ação 2.2.4 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Combate às alterações climáticas	20.577	40.000	51%
Qualidade dos solos	20.577	40.000	51%

2.2.3.3 Ação 2.3.1 – Minimização de riscos / Subações 2.3.1.1 e 2.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) vi) e Artigo 48º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 30º e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.6;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 226;
- Portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

Melhorar e contribuir para a estabilidade da floresta e sua resistência aos agentes abióticos e bióticos nocivos.

3. Implementação da Ação

À semelhança dos Relatórios anteriores, no âmbito desta ação será apresentada a análise das subações 2.3.1.1 “Defesa da floresta contra incêndios” e 2.3.1.2 “Minimização de riscos bióticos após incêndios”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 a subação 2.3.1.1 iniciou, a 11 de Setembro, um período de candidaturas em contínuo que se manteve ao longo de 2012.

No ano de 2012 deram entrada 211 candidaturas válidas que representam 26.666 mil euros de investimento e desistiram 35 candidaturas dos concursos de anos anteriores. Em termos acumulados deram entrada 547 candidaturas à subação 2.3.1.1 e 8 candidaturas à subação 2.3.1.2, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 302: Ação 2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por Subação (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.1.1	36.471	0	0	125	11.841
Segundo			0	0	173	14.375
Em Contínuo 2011			1	103	39	11.960
Em Contínuo 2012			210	26.563	210	26.563
Primeiro	2.3.1.2		0	0	5	303
Segundo			0	0	3	330
TOTAL			211	26.666	555	65.373

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao já verificado anteriormente, com uma clara predominância da região Centro na subacção 2.3.1.1, com mais de metade das candidaturas e do investimento previsto, e da região Norte e Centro na subacção 2.3.1.2.

Quadro 303: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	PA		Invest. proposto		PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
Norte	119	22%	13.377	21%	3	38%	225	35%
Centro	322	59%	37.419	58%	3	38%	124	20%
LVT	54	10%	8.282	13%	1	13%	185	29%
Alentejo	21	4%	2.282	4%	1	13%	100	16%
Algarve	31	6%	3.379	5%	0	0%	0	0%
TOTAL	547	100%	64.739	100%	8	100%	634	100%

Em termos de tipologia dos beneficiários, confirma-se a tendência já indicada em 2011 em que, na subacção 2.3.1.1, cerca de metade são "organismos de administração local" tendo ainda um peso significativo as "entidades gestoras de baldios" e as "entidades gestoras de ZIF". Na subacção 2.3.1.2 também se mantém a tipologia de "Organismos da administração local" como a mais representativa, com 38% dos PA entrados e 57% do total do investimento.

Quadro 304: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA entrados							
	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	111	20%	32.002	49%	0	-	-	-
Entidade gestoras de baldio	116	21%	6.913	11%	2	25%	146	23%
Associação produtores florestais	6	1%	661	1%	0	-	-	-
Cooperativa produtores florestais	1	0%	169	0%	0	-	-	-
Organismos da administração central	25	5%	3.262	5%	2	25%	72	11%
Organismos da administração local	261	48%	20.608	32%	3	38%	364	57%
Produtor florestal	27	5%	1.123	2%	1	13%	52	8%
TOTAL	547	100%	64.739	100%	8	100%	634	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 foram analisadas e decididas 39 candidaturas entradas em 2011, e 129 (61%) candidaturas entradas em 2012. Em termos acumulados, dos PA aprovados, 340 PA (94%) foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 305: Ação 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Uh. mil euros

Concursos	Subacção	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.1.1	0	0	1	28	0	0	1	24	4	123	86	69
Segundo		0	0	1	327	0	0	1	327	8	1.153	696	557
Em Contínuo 2011		1	103	37	11.750	7	1.095	30	10.643	29	9.828	8.177	6.532
Em Contínuo 2012		210	26.563	129	16.627	11	1.551	118	15.127	100	13.102	11.807	9.348
Primeiro	2.3.1.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	TOTAL	211	26.666	168	28.732	18	2.646	150	26.121	141	24.206	20.766	16.505

Quadro 306: Ação 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Uh. mil euros

Concursos	Subacção	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.1.1	125	11.841	125	11.841	53	4.675	72	6.886	71	6.862	4.670	3.736
Segundo		173	14.375	173	14.375	38	3.201	135	10.769	135	10.769	8.226	6.543
Em Contínuo 2011		39	11.960	39	11.960	8	1.240	31	10.707	29	9.828	8.177	6.532
Em Contínuo 2012		210	26.563	129	16.627	11	1.551	118	15.127	101	13.119	11.824	9.362
Primeiro	2.3.1.2	5	303	5	303	4	203	1	96	1	96	63	50
Segundo		3	330	3	330	0	0	3	319	3	319	229	158
TOTAL	TOTAL	555	65.373	474	55.436	114	10.872	360	43.904	340	40.993	33.190	26.382

Na distribuição regional dos PA contratados, a região Centro, no caso da subação 2.3.1.1, reforçou a sua predominância com 58% das candidaturas e 64% do investimento. Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional acumulada, por subação.

Quadro 307: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	61	5.499	3.836	3.069	2	143	129	103
Centro	194	25.804	21.708	17.366	0	0	0	0
LVT	42	5.208	4.234	3.242	1	176	100	55
Alentejo	14	1.248	992	793	1	96	63	50
Algarve	25	2.820	2.129	1.703	0	0	0	0
TOTAL	336	40.578	32.899	26.174	4	415	291	208

Em termos de tipologia dos beneficiários mantém-se o predomínio, na subação 2.3.1.1, da tipologia "organismos de administração local" (50%) mas em termos de investimento, as "entidades gestoras de ZIF" reforçaram o seu peso, com 55% do investimento total. Na outra subação mantém-se apenas 4 PA contratados sendo 2 da tipologia "entidades gestoras de baldios" e 2 da "organismos da administração local".

Quadro 308: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA contratados							
	Subacção 2.3.1.1				Subacção 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investi-mento	% do total	Nº	% do total	Investi-mento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	64	19%	22.208	55%	0	0%	-	0%
Entidade gestoras de baldio	71	21%	3.927	10%	2	50%	143	35%
Associação produtores florestais	1	0%	93	0%	0	0%	-	0%
Cooperativa produtores florestais	0		-		0	0%	-	0%
Organismos da administração central	18	5%	1.250	3%	0	0%	-	0%
Organismos da administração local	169	50%	12.787	32%	2	50%	271	65%
Produtor florestal	13	4%	314	1%	0	0%	-	0%
TOTAL	336	100%	40.578	100%	4	100%	415	100%

Analisando os PA contratados pela tipologia de investimentos, verifica-se que, no caso da subação 2.3.1.1, a tipologia "Mosaicos de parcelas de

gestão combustível” reforça o seu predomínio com 54% (vs 40% em 2011) do total de investimento. Na subação 2.3.1.2 mantém-se uma única tipologia de investimento, “*controlo de invasoras lenhosas*”, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 309: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de investimento (acumulado)

Tipologia de investimento	Subacção 2.3.1.1			Subacção 2.3.1.2		
	Nº PA*	Investimento		Nº PA*	Investimento	
		Mil euros	% do total		Mil euros	% do total
Mosaicos de parcelas de gestão combustível	87	22.041	54%	0	0	0%
Rede primária de faixas de gestão combustível	147	13.982	34%	0	0	0%
Construção de Pontos de água	76	3.578	9%	0	0	0%
Beneficiação de Pontos de água	22	560	1%	0	0	0%
Rede secundária de faixas de gestão combustível	4	417	1%	0	0	0%
Controlo de invasoras lenhosas	0	0	0%	4	415	100%
TOTAL	336	40.578	100%	4	415	100%

Existem muitos PA com mais do que uma tipologia

Em termos acumulados, nas duas subações, foram contratados 340 PA, num total de 33.190 mil euros de despesa pública, representando 26.382 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 28.084 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 91% (o aumento da taxa de contratação face a 2011 justifica-se pelo aumento das contratações e pela redução da dotação desta ação). No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados era de 7.735 mil euros de despesa pública e 6.447 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a que se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 310: Ação 2.3.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	63	5.642	3.965	3.172	45	1.435	1.194
Centro	194	25.804	21.708	17.366	117	3.301	2.762
LVT	43	5.383	4.334	3.297	35	1.490	1.235
Alentejo	15	1.344	1.054	843	13	432	360
Algarve	25	2.820	2.129	1.703	22	1.076	896
Total	340	40.993	33.190	26.382	232	7.735	6.447

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 21% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 24% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Tal como já referido, em 2012, registou-se uma reprogramação do Programa que abrangeu esta ação, onde para além da redução da sua dotação registou-se ainda um ajustamento de metas.

Apesar de ajustadas as metas, mantém-se uma área florestal apoiada inferior ao previsto (45% da meta face a 91% do apoio contratado). Quanto ao tipo de intervenção, a maioria dos PA contratados, para a subação 2.3.1.1, até ao final de 2012 diziam respeito a “*infraestruturas*”. Relativamente ao tipo de ação, os PA contratados referem-se, maioritariamente ao tipo “*Prevenção de incêndios*” (98%).

Quadro 311: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (contratado)

Tipo de intervenção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Infra-estruturas	Municípios	205	12.532	14.882	11.386
	Outros	98	20.543	24.363	20.534
	Proprietários privados	33	809	1.332	978
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	2	0	271	163
	Outros	1	0	43	39
	Proprietários privados	1	0	100	90
TOTAL		340	33.885	40.993	33.190
Meta		800	75.000	50.000	36.471
% da meta		43%	45%	82%	91%

Quadro 312: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (pago)

Tipo de intervenção	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Infra-estruturas	Municípios	153	8.807	9.274	4.144
	Outros	54	12.152	10.925	3.007
	Proprietários privados	21	168	703	437
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	2	0	271	87
	Outros	1	0	43	31
	Proprietários privados	1	0	100	29
TOTAL		232	21.127	21.316	7.735
Meta		800	75.000	50.000	36.471
% da meta		29%	28%	43%	21%

Quadro 313: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de ação (contratado)

Tipo de ação	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	205	12.532	14.882	11.386
	Outros	98	20.543	24.363	20.534
	Proprietários privados	33	809	1.332	978
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	2	0	271	163
	Outros	1	0	43	39
	Proprietários privados	1	0	100	90
TOTAL		340	33.885	40.993	33.190

Quadro 314: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de Ação (pago)

Tipo de ação	Tipo de Proprietário	Nº PA	Área Floresta Danificada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	153	8.807	9.274	4.144
	Outros	54	12.152	10.925	3.007
	Proprietários privados	21	168	703	437
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	2	0	271	87
	Outros	1	0	43	31
	Proprietários privados	1	0	100	29
TOTAL		232	21.127	21.316	7.735

Quanto à área apoiada, que contribui para a qualidade da água, para o combate às alterações climáticas e para a qualidade dos solos, verifica-se que apenas se atingiu 45% da meta para o programa com 91% da despesa pública prevista.

Quadro 315: Ação 2.3.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado*	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	33.885	21.127	+	(cumprido)	(cumprido)
Qualidade da água	33.885	21.127	75.000	45%	28%
Combate às alterações climáticas	33.885	21.127	75.000	45%	28%
Qualidade dos solos	33.885	21.127	75.000	45%	28%
Combate à marginalização das terras	33.885	21.127	+	(cumprido)	(cumprido)

2.2.3.4 Ação 2.3.2 – Ordenamento e recuperação de povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) i), ii), iii), vi); Artigo 43º; Artigo 44º; Artigo 45º e Artigo 48º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 30º; Artigo 31º; Artigo 32º e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.1, 5.3.2.2.2, 5.3.2.2.3 e 5.3.2.2.6;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 221, 222, 223 e 226;
- Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

- Restabelecer o potencial de produção silvícola, das áreas afetadas pela ocorrência de incêndios e de agentes bióticos nocivos, incluindo a recuperação e reabilitação dos povoamentos, dos ecossistemas e das comunidades/habitats, e ainda a conservação do solo e da água (reabilitação imediata pós-incêndio);
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- Aumentar e diversificar a oferta de produtos florestais de qualidade: madeiras nobres, cortiça e outros produtos não lenhosos;
- Reordenar, reconverter e realocar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade;
- Introduzir adequadas medidas de prevenção associadas aos povoamentos, ao nível da rede de infraestruturas a recuperar ou a instalar.

3. Implementação da Ação

A ação 2.3.2 compreende duas subações: a subação 2.3.2.1 – “Recuperação do potencial produtivo” e a subação 2.3.2.2 – “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 estas subações passaram ao sistema de candidaturas em contínuo e foram introduzidas alterações relevantes. No ano de 2012, para além de permanecerem abertos estes períodos em contínuo foi, ainda, aberto um concurso, específico para a subação 2.3.2.1, para apoio a operações na zona de Tavira e São Brás de Alportel decorrentes da época de incêndios de 2012. Este concurso decorreu entre 10 de setembro e 31 de outubro de 2012 e teve um plafond de 4.000 mil euros de despesa pública.

Em 2012 foram rececionadas, para as duas subações, um total de 315 candidaturas válidas, como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 316: Ação 2.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso (por Subação)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.2.1	69.228	10.000	0	0	25	3.150
Segundo			7.000	0	0	24	3.139
Terceiro			600	0	0	10	154
Quarto			6.000	0	0	39	5.079
Quinto				0	0	10	1.501
Sétimo - em contínuo				39	3.713	39	3.713
Nono - Tavira e São Brás de Alportel				4.000	22	6.317	22
Primeiro	2.3.2.2		9.000	0	0	120	8.498
Segundo			6.000	0	0	115	7.093
Sexto				2	128	70	30.559
Oitavo - em contínuo				252	10.630	252	10.630
TOTAL			42.600	315	20.787	726	79.835

Nota: Quer no 1º quer no 2º concurso existem 4 PA com investimentos nas duas subações

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao verificado em 2011, ou seja, na subação 2.3.2.1 passou a ser a região do Algarve a predominante, em termos de investimento, seguida da região Centro. Na subação 2.3.2.2 a região do Alentejo continua a ocupar o primeiro lugar com mais de metade do investimento total.

Apresenta-se de seguida o quadro com a distribuição regional dos PA.

Quadro 317: Ação 2.3.2 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	PA		Investimento proposto		PA		Investimento proposto	
	Número	%	(mil euros)	%	Número	%	(mil euros)	%
Norte	63	37%	5.878	25%	114	20%	10.569	19%
Centro	44	26%	5.960	26%	157	28%	10.755	19%
LVT	24	14%	2.446	11%	74	13%	1.694	3%
Alentejo	15	9%	2.401	10%	191	34%	32.918	58%
Algarve	23	14%	6.370	28%	21	4%	845	1%
TOTAL	169	100%	23.054	100%	557	100%	56.781	100%

Quanto à tipologia de promotor os "organismos da administração local" diminuíram o seu peso face a 2011 (24% vs 26% em 2011) passando agora a aparecer como a terceira tipologia mais representativa no universo dos pedidos de apoio para a subação 2.3.2.1. Nesta subação, a tipologia de "produtores florestais" reforçou muito o seu peso, face ao relatado em 2011, passando a ser a tipologia mais representativa, com 33% dos PA e 28% do total de investimento. As "entidades gestoras de baldio" aparecem este ano como a segunda tipologia mais representativa.

Quadro 318: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA da subação 2.3.2.1 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	PA		Investimento	
	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	15	9%	3.199	14%
Entidades gestoras de baldio	50	30%	5.881	26%
Organismos da administração central	6	4%	1.868	8%
Organismos da administração local	41	24%	5.709	25%
Cooperativa Produtores florestais	1	1%	12	0%
Associação Produtores florestais	1	1%	18	0%
Produtor Florestal	55	33%	6.366	28%
TOTAL	169	100%	23.054	100%

Na subacção 2.3.2.2 a tipologia de “*produtores florestais*” continua a ser a mais representativa, com 80% e 83% (em 2011 representava 70% e 83%), respetivamente de número de PA e de investimento apresentado.

Quadro 319: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA subação 2.3.2.2 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	PA		Investimento	
	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	74	13%	6.197	11%
Entidades gestoras de baldio	29	5%	2.687	5%
Associação Produtores florestais	1	0%	4	0%
Organismos da administração local	8	1%	715	1%
Cooperativa Produtores florestais	2	0%	74	0%
Produtor Florestal	443	80%	47.103	83%
TOTAL	557	100%	56.781	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 foram analisadas 237 candidaturas, das quais 93% foram aprovadas. Mais de 50% do total de candidaturas contratadas foram objeto de contratação no ano de 2012, representando 19.637 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 15.660 mil euros.

Quadro 320: Ação 2.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un: mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas no ano				Candidaturas analisadas				Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas		Não Aprovadas		Aprovadas		Total de candidaturas contratadas							
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER				
Primeiro	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
	2.3.2.2	0	0	0	0	0	0	0	0	6	266	633	507				
Segundo	2.3.2.1	0	0	1	6	0	0	1	6	3	264	132	106				
	2.3.2.2	0	0	1	39	0	0	1	39	14	642	1.083	867				
Terceiro	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Quarto	2.3.2.1	39	3.713	0	0	0	0	0	0	1	87	68	55				
Quinto	2.3.2.1	22	6.317	9	1.486	1	198	8	1.288	9	1.303	1.073	858				
Sexto	2.3.2.2	0	0	53	26.094	7	10.757	46	2.132	60	2.731	6.305	5.044				
Sétimo - em contínuo	2.3.2.1	0	0	17	2.039	0	0	17	2.039	12	1.574	1.114	891				
Oitavo - em contínuo	2.3.2.2	252	10.630	136	6.172	4	284	132	5.554	105	4.152	9.229	7.334				
Nono - Tavira e São Brás de Alportel	2.3.2.1	22	6.317	20	6.247	4	24	16	6.235	0	0	0	0				
TOTAL		335	26.977	237	42.083	16	11.263	221	17.292	209	11.019	19.637	15.660				

Nota: Quer no 1º quer no 2º concurso existem PA com investimentos nas duas Subações.

Em termos acumulados encontram-se contratadas 400 candidaturas, i.e., 68% das candidaturas aprovadas, conforme se vê no quadro seguinte.

Quadro 321: Ação 2.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Subação	Total de candidaturas entradas				Total de candidaturas analisadas				Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Não Aprovadas		Aprovadas		Total de candidaturas contratadas							
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER				
Primeiro	2.3.2.1	25	3.150	25	3.150	2	577	23	2.539	23	2.539	1.461	1.155				
	2.3.2.2	120	8.498	120	8.498	73	5.909	47	2.592	47	2.592	3.901	3.121				
Segundo	2.3.2.1	24	3.139	24	3.139	9	820	15	2.290	15	2.290	1.285	1.028				
	2.3.2.2	115	7.093	115	7.093	35	2.303	80	4.758	80	4.758	6.307	4.993				
Terceiro	2.3.2.1	10	154	10	154	0	0	10	154	10	154	59	47				
Quarto	2.3.2.1	39	5.079	39	5.079	3	17	36	5.063	36	5.063	2.822	2.257				
Quinto	2.3.2.1	10	1.501	10	1.501	1	198	9	1.303	9	1.303	1.073	858				
Sexto	2.3.2.2	70	30.559	70	30.559	8	10.763	62	2.772	62	2.772	6.390	5.112				
Sétimo - em contínuo	2.3.2.1	39	3.713	17	2.039	0	0	17	2.039	12	1.574	1.114	891				
Oitavo - em contínuo	2.3.2.2	252	10.630	136	6.172	4	284	132	5.554	106	4.180	9.249	7.350				
Nono - Tavira e São Brás de Alportel	2.3.2.1	22	6.317	20	6.247	4	24	16	6.235	0	0	0	0				
TOTAL		726	79.835	586	73.633	139	20.894	447	35.298	400	27.224	33.658	26.812				

Nota: Quer no 1º quer no 2º concurso existem PA com investimentos nas duas Subações.

Em termos acumulados, foram contratados 400 PA, num total de 33.658 mil euros de despesa pública, com 26.812 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 28.516 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre

o fundo contratado e o programado) de 49%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados por subação, verifica-se:

- Relativamente à subação 2.3.2.1 "Recuperação do potencial produtivo" - os PA contratados concentram-se na região do Norte e do Centro, representando ambas cerca de 68% do total de PA. Em termos de investimento, o Centro continua a destacar-se, representando 39% do investimento.
- Relativamente à subação 2.3.2.2 "Instalação de sistemas florestais e agroflorestais" - o Alentejo, embora tendo diminuído o seu peso, mantém-se como região predominante, com 40% dos PA e 54% do investimento.

Quadro 322: Ação 2.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	36	3.514	2.446	1.957	61	2.768	3.584	2.867
Centro	35	4.989	2.667	2.134	48	2.345	4.372	3.498
LVT	24	2.417	1.452	1.149	55	1.099	2.558	1.946
Alentejo	9	1.950	1.215	972	119	7.707	15.001	12.001
Algarve	1	53	33	26	12	382	330	264
TOTAL	105	12.922	7.812	6.237	295	14.302	25.846	20.576

Nota: Existem 7 PA com investimentos nas duas componentes

Analisando, em termos de acumulados, na tipologia de promotores verifica-se alterações face a 2011. A tipologia mais representativa em 2012, em termos de número de PA, para a subação 2.3.2.1 "Recuperação do potencial produtivo", continua a ser a de "Organismos da administração local", com 32% dos PA, mas em termos de investimento surge agora a tipologia "entidades gestoras de baldios" em primeiro lugar com 27% do investimento. Os "produtores florestais" aparecem, em 2012, como a terceira tipologia mais importante, nesta subação. Na subação 2.3.2.2

“Instalação de sistemas florestais e agroflorestais” os “produtores florestais” continua a ser a tipologia mais representativa em termos de PA e de investimento, representando 88% dos PA e 82% do investimento.

Quadro 323: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Subacção 2.3.2.1				Subacção 2.3.2.2			
	PA		Investimento (mil euros)		PA		Investimento (mil euros)	
	Número	% do total	Valor	% do total	Número	% do total	Valor	% do total
Entidades gestoras de ZIF	10	10%	1.292	10%	7	2%	402	3%
Entidades gestoras de baldio	29	28%	3.448	27%	23	8%	1.958	14%
Associação Produtores florestais	1	1%	18	0%	0	0%	-	0%
Organismos da administração central	6	6%	1.868	14%	0	0%	-	0%
Organismos da administração local	34	32%	3.257	25%	4	1%	203	1%
Cooperativa Produtores florestais	1	1%	12	0%	1	0%	40	0%
Produtor Florestal	24	23%	3.027	23%	260	88%	11.699	82%
TOTAL	105	100%	12.922	100%	295	100%	14.302	100%

Se analisarmos os PA contratados, por tipologia de investimentos, verifica-se, na subacção 2.3.2.1 a tipologia predominante continua a ser a “estabilização de emergência após incêndio” com 42% e 43% do número de PA e do investimento, respetivamente, enquanto, na subacção 2.3.2.2, mantém-se a tipologia “florestação de terras agrícolas” a mais representativa.

Quadro 324: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por Subacção e tipologia de investimento)

Tipologia de Investimento	Subacção 2.3.2.1			Subacção 2.3.2.2		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Estabilização de emergência após Incêndio	46	5.216	2.880	0	0	0
Reflorestação	31	2.755	1.777	0	0	0
Reabilitação Habitats Florestais	8	1.451	1.289	0	0	0
Reabilitação de povoamentos	25	3.500	1.866	0	0	0
Instalação Sistemas Agro-florestais	0	0	0	5	235	118
Florestação Terras Agrícolas Abandonadas	0	0	0	24	386	402
Florestação Terras Agrícolas	0	0	0	210	8.853	22.012
Florestação Espaços Florestais	0	0	0	61	4.828	3.313
TOTAL	110	12.922	7.812	300	14.302	25.846

Nota: Existem 10 PA com investimentos nas duas componentes

Un.:mil euros

Em termos de espécies previstas nos PA contratados na subação 2.3.2.1, verifica-se que o “*Pinheiro bravo*” passou a ser a espécie mais representativa com 36% da área total contratada. O “*sobreiro*” (*quercus suber*) aparece, agora, com 35% da área total contratada.

Em termos regionais, LVT e o Alentejo são as regiões dominantes, com cerca de 60% da área total.

Quadro 325: Ação 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à subação 2.3.2.1 (por espécie e DRAP)

Espécie	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
Azinhreira	0	79	0	7	0	86
Carvalho-Negral	30	342	0	0	0	371
Castanha	3	11	8	0	0	23
Cupressus	0	86	117	0	0	203
Medronheiro	2	0	0	28	12	41
Outras Folhosas	17	46	0	7	0	70
Outras Quercíneas	24	11	19	0	0	54
Outras resinosas	19	86	0	0	0	104
Pinheiro Bravo	1.355	45	298	326	0	2.023
Pinheiro Manso	0	31	344	328	0	703
Sobreiro	25	48	1.060	822	13	1.968
Outras espécies	11	3	7	7	0	27
TOTAL	1.484	787	1.852	1.525	25	5.674

Efetuada a mesma análise para os PA contratados na subação 2.3.2.2, verifica-se que o “*sobreiro*” continua a ser a espécie mais representativa (42%) e a região do Alentejo a que tem mais área apoiada (55%).

Quadro 326: Ação 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à subação 2.3.2.2 (por espécie e DRAP)

Espécie	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
Alfarrobeira	0	0	0	25	0	25
Azinhreira	0	0	0	574	0	574
Bétula	31	8	0	0	0	39
Carvalho-Negral	41	18	0	0	0	59
Castanha	125	56	0	0	0	180
Freixo	23	6	5	60	0	95
Nogueira	26	0	8	0	0	34
Outras folhosas	50	10	2	0	0	63
Outras Quercíneas	334	64	19	0	0	417
Outras resinosas	14	4	10	0	0	28
Pinheiro Bravo	753	68	53	182	0	1.056
Pinheiro Manso	9	15	664	1.675	103	2.466
Pseudotsuga	114	18	0	0	0	132
Sobreiro	143	892	326	2.429	55	3.845
Outras espécies	2	5	27	8	2	44
TOTAL	1.665	1.163	1.115	4.954	160	9.056

No que se refere ao tipo de apoio contratado, mantém-se o predomínio da “prevenção de catástrofes naturais/restabelecimento”, em termos de investimento, com 47% do investimento total e 43% da despesa pública com exclusão de prémios. Face ao registado no ano de 2011 verifica-se um aumento substancial do investimento na “primeira florestação de terras agrícolas” de cerca de 9 p.p.

Apresenta-se, em seguida, a distribuição dos PA contratados pelas medidas COM a que dizem respeito.

Quadro 327: Ação 2.3.2 – PA contratados por tipo de apoio (acumulado)

Tipo de Apoio	PA		Investimento		Despesa pública (excluindo prémios)		Despesa pública (prémios)		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Med. COM 221 Primeira florestação terra agrícola	209	52%	8.853	33%	6.700	37%	15.313	99%	17.515	65%
Med. COM 222 Sistemas agro-florestais em terra agrícola	3	1%	235	1%	118	1%	0	0%	94	0%
Med. COM 223 Primeira florestação em terra não agrícola	83	21%	5.213	19%	3.551	20%	165	1%	2.966	11%
Med. COM 226 Prevenção catástrofes naturais/restabelecimento	105	26%	12.922	47%	7.812	43%	0	0%	6.237	23%
TOTAL	400	100%	27.224	100%	18.180	100%	15.478	100%	26.812	100%

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados era de 6.636 mil euros de despesa pública e 5.547 mil euros de participação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 328: Ação 2.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	97	6.282	6.030	4.824	52	1.339	1.128
Centro	83	7.334	7.039	5.631	53	2.031	1.698
LVT	72	3.516	4.011	3.094	61	827	689
Alentejo	127	9.657	16.216	12.973	85	2.257	1.882
Algarve	13	434	363	290	10	182	151
Total	392	27.224	33.658	26.812	261	6.636	5.547

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 9% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 21% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores financeiros e de realização desta ação verifica-se que para a componente da primeira florestação de terras agrícolas (Med.221 da COM) e da primeira florestação de terras não agrícolas (Med.223 da COM) o apoio por ha de terra florestada e por beneficiário continua a ser superior ao previsto.

Quadro 329: Ação 2.3.2 – Indicadores Financeiros

med COM	Despesa Pública		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratada	Paga		Contratado	Pago
221	22.012	2.438	23.628	93%	10%
222	118	93	6.645	2%	1%
223	3.716	1.002	13.309	28%	8%
226	7.812	3.104	25.647	30%	12%

Quadro 330: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (n.º beneficiários)

med COM	Nº beneficiários apoiados		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
221	191	122	750	25%	16%
222	4	3	565	1%	1%
223	70	44	600	12%	7%
226	81	67	-	-	-

Quadro 331: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (n.º ha)

med COM	ha apoiados		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
221	6.162	3.838	25.000	25%	15%
222	192	183	15.000	1%	1%
223	2.706	1.879	20.000	14%	9%
226	5.674	4.464	-	-	-

Quadro 332: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (investimento)

med COM	Investimento Contratado	Investimento Pago	Meta	% de cumprimento da meta	
				Contratado	Pago
226	12.922	10.493	45.000	29%	23%

Em termos de indicadores de resultado, verifica-se que o valor máximo da taxa de cumprimento, para o “combate às alterações climáticas” e à “qualidade dos solos”, no que diz respeito à área contratada, é de 25%, na medida 221 da Comissão.

Quadro 333: Ação 2.3.2 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado*	med COM	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
		Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural	221	6.162	3.838	+	Cumprido	Cumprido
	222	192	183	+	Cumprido	Cumprido
	223	2.706	1.879	+	Cumprido	Cumprido
	226	5.674	4.464	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade da água	221	6.162	3.838	25.000	25%	15%
	222	192	183	15.000	1%	1%
	223	2.706	1.879	20.000	14%	9%
	226	5.674	4.464	+	Cumprido	Cumprido
Combate às alterações climáticas	221	6.162	3.838	25.000	25%	15%
	222	192	183	15.000	1%	1%
	223	2.706	1.879	20.000	14%	9%
	226	5.674	4.464	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade dos solos	221	6.162	3.838	25.000	25%	15%
	222	192	183	15.000	1%	1%
	223	2.706	1.879	20.000	14%	9%
	226	5.674	4.464	+	Cumprido	Cumprido
Combate à marginalização das terras	222	192	183	+	Cumprido	Cumprido
	223	2.706	1.879	+	Cumprido	Cumprido
	226	5.674	4.464	+	Cumprido	Cumprido

2.2.3.5 Ação 2.3.3 – Valorização ambiental dos espaços florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) vii) e Artigo 49º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.7;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 227;
- Portaria n.º 1137-D/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Aumentar o caráter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços, sem retorno económico, proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando quer as suas funções ambientais, protetoras do solo e da água e contributivas para a biodiversidade, quer as suas funções sociais, de lazer e de fruição pelas populações;
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- Reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade.

3. Implementação da Ação

À semelhança dos relatórios anteriores, no âmbito desta ação será apresentada a análise das subações 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”; 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” e 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2011, as 3 subações, a partir de 6 de junho, entraram num período de candidaturas em contínuo que se manteve ao longo de 2012. No ano de 2012 foram rececionadas 800 candidaturas válidas, representando um aumento de 169% face ao ano de 2011.

No final deste ano tinham sido rececionadas um total de 1.378 candidaturas válidas. Nos primeiros concursos verificou-se uma diminuição do número de candidaturas válidas devido a desistências e validações de candidaturas.

Quadro 334: Ação 2.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por subação

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas		
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	
Primeiro	2.3.3.1	59.186	6.000	0	0	60	3.762	
	2.3.3.2		6.000	0	0	8	876	
	2.3.3.3		7.000	0	0	34	5.941	
Segundo	2.3.3.1		4.000	0	0	127	6.884	
	2.3.3.2		2.000	0	0	14	1.391	
	2.3.3.3		10.000	0	0	93	14.474	
Terceiro	2.3.3.1		Em contínuo 2011	0	0	0	127	6.080
	2.3.3.2			0	0	4	1.149	
	2.3.3.3			1	81	112	24.410	
Quarto	2.3.3.1			Em contínuo 2012	301	15.853	301	15.853
	2.3.3.2				9	1.192	9	1.192
	2.3.3.3				489	99.033	489	99.033
TOTAL			35.000	800	116.159	1.378	181.043	

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição geográfica de cada uma das subações. A distribuição regional dos PA da ação 2.3.3 – “Valorização ambiental dos espaços florestais” é muito distinta de subação para subação.

Na subação 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”, os PA e o investimento continuam a concentrar-se nas regiões Centro e Norte, com particular incidência na primeira.

Quadro 335: Ação 2.3.3 - Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.1

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	128	21%	6.792	21%	53
Centro	363	59%	20.272	62%	56
LVT	63	10%	2.945	9%	47
Alentejo	51	8%	1.963	6%	38
Algarve	10	2%	607	2%	61
TOTAL	615	100%	32.578	100%	53

Na subação 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais”, a situação não sofreu alterações significativas, face a relatórios de anos anteriores, continuando o Norte a ter o maior investimento médio (240 mil euros), o Centro o maior nº de PA (31%) e o Alentejo maior percentagem de investimento (43%).

Quadro 336: Ação 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.2

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	2	6%	273	6%	240
Centro	11	31%	742	16%	78
LVT	9	26%	1.391	30%	58
Alentejo	10	29%	2.003	43%	171
Algarve	3	9%	198	4%	120
TOTAL	35	100%	4.607	100%	132

Quanto à subação 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”, a região do Alentejo reforçou a sua posição de liderança apresentando agora 73% dos PA entrados e 65% do investimento. Em termos de investimento médio, a região Centro destacou-se das restantes com 432 mil euros.

Quadro 337: Ação 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.3

Região	PA		Investimento		Inv.Médio
	Número	%	(mil euros)	%	(mil euros)
Norte	23	3%	4.000	3%	174
Centro	54	7%	23.351	16%	432
LVT	116	16%	22.208	15%	191
Alentejo	529	73%	92.917	65%	176
Algarve	6	1%	1.381	1%	230
TOTAL	728	100%	143.857	100%	198

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição por tipologia de beneficiário e por subação.

Quadro 338: Ação 2.3.3 – Distribuição dos PA entrados por tipologia de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	Subacção 2.3.3.1		Subacção 2.3.3.2		Subacção 2.3.3.3	
	Número de PA	%do total	Número de PA	%do total	Número de PA	%do total
Associação Produtores florestais	5	1%	0	0%	17	2%
Entidade gestoras de baldio	28	5%	0	0%	9	1%
Entidades gestoras de ZIF	18	3%	6	17%	51	7%
Entidades participadas pelo Estado	0	0%	1	3%	3	0%
Organismo da administração central	18	3%	1	3%	9	1%
Organismos da administração local	329	53%	4	11%	12	2%
Produtor florestal	215	35%	23	66%	625	86%
Cooperativa Produtores florestais	2	0%	0	0%	2	0%
TOTAL	615	100%	35	100%	728	100%

Na subacção 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”, a tipologia, de beneficiários, mais representativa continua a ser a de “*organismos da administração local*” com 53% dos PA apresentados e 54% do investimento apresentado, seguindo-se “*produtores florestais*” com 35% e 27% respetivamente, do número de PA e do investimento apresentado. Estas duas tipologias representam, no seu conjunto, a quase totalidade dos PA e do investimento entrado, cerca 88% do total de PA e 81% do total de investimento. Em termos do investimento médio, o valor mais elevado corresponde agora à tipologia “*entidades gestoras de ZIF*”, com 146 mil euros, que em 2011 aparecia em segundo lugar.

Na subacção 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” mantém-se uma adesão muito baixa à reconversão de povoamentos florestais com fins ambientais, sendo a tipologia dominante a do “*produtor florestal*”, com 66% do total de PA, 62% do investimento total. Em 2012, o maior valor médio de investimento, 650 mil euros aparece na tipologia de “*entidades participadas pelo Estado*”.

Na subacção 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”, os “*produtores florestais*” também correspondem à tipologia, de beneficiários, mais representativa, com 86% dos PA apresentados, seguindo-se as

“entidades gestoras de ZIF” e as “associações de produtores florestais” com 7% e 2%, respetivamente.

Quadro 339: Ação 2.3.3 – Distribuição do investimento por tipologia de beneficiário (acumulado)

Un.: mil euros

Beneficiários	Subacção 2.3.3.1			Subacção 2.3.3.2			Subacção 2.3.3.3		
	Investi-mento	% do total	Invest. Médio	Investi-mento	% do total	Invest. Médio	Investi-mento	% do total	Invest. Médio
Associação Produtores florestais	442	1%	88	-	-	-	3.762	3%	221
Entidade gestoras de baldio	2.087	6%	75	-	-	-	2.058	1%	229
Entidades gestoras de ZIF	2.624	8%	146	324	7%	54	27.639	19%	542
Entidades participadas pelo Estado	-	-	-	650	14%	650	1.571	1%	524
Organismo da administração central	840	3%	47	287	6%	-	1.519	1%	169
Organismos da administração local	17.680	54%	54	469	10%	117	1.331	1%	111
Produtor florestal	8.811	27%	41	2.877	62%	125	105.830	74%	169
Cooperativa Produtores florestais	93	0%	47	-	-	-	146	0%	73
TOTAL	32.578	100%	53	4.607	100%	132	143.857	100%	198

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 foram analisadas 622 candidaturas, das quais 521 (84%) foram aprovadas. Do universo das aprovadas, 508 foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 340: Ação 2.3.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	2.3.3.1	0	0	1	58	0	0	1	49	2	97	78	63
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	169	89	71
	2.3.3.3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	45	36	29
Terceiro	2.3.3.1	0	0	99	4.915	68	3.406	31	1.508	48	2.146	1.900	1.516
	2.3.3.2	0	0	3	499	0	0	3	499	3	499	326	261
	2.3.3.3	1	81	85	20.711	2	2.902	83	17.683	95	18.720	12.908	10.295
Quarto	2.3.3.1	301	15.853	205	10.902	22	893	184	10.033	165	9.011	7.767	6.192
	2.3.3.2	9	1.192	3	179	0	0	3	179	3	179	73	59
	2.3.3.3	489	99.033	226	44.619	10	3.723	216	40.896	190	28.297	20.906	16.285
TOTAL	800	116.159	622	81.883	102	10.924	521	70.847	508	59.163	44.084	34.770	

Quadro 341: Ação 2.3.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subacção	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	60	3.762	60	3.762	29	2.020	31	1.670	31	1.670	1.368	1.073
	2.3.3.2	8	876	8	876	5	624	3	251	3	251	96	73
	2.3.3.3	34	5.941	34	5.941	12	2.072	22	3.786	21	3.651	2.574	1.967
Segundo	2.3.3.1	127	6.884	127	6.884	36	1.909	91	4.783	91	4.783	4.228	3.382
	2.3.3.2	14	1.391	14	1.391	7	329	7	1.057	7	1.057	555	444
	2.3.3.3	93	14.474	93	14.474	13	2.417	80	11.985	80	11.985	8.980	7.177
Terceiro	2.3.3.1	127	6.080	127	6.080	70	3.468	57	2.612	57	2.612	2.365	1.888
	2.3.3.2	4	1.149	4	1.149	0	0	4	1.149	4	1.149	779	510
	2.3.3.3	112	24.410	112	24.410	2	2.902	110	21.382	110	21.382	14.623	11.529
Quarto	2.3.3.1	301	15.853	205	10.902	22	893	183	10.008	165	9.011	7.767	6.192
	2.3.3.2	9	1.192	3	179	0	0	3	179	3	179	73	59
	2.3.3.3	489	99.033	226	44.619	10	3.723	216	40.896	190	28.297	20.906	16.285
TOTAL		1.378	181.043	1.013	120.665	206	20.357	807	99.757	762	86.027	64.315	50.578

A distribuição regional dos PA contratados por subacção mantém-se idêntica à relatada no Relatório de 2011, tendo-se registado um reforço da predominância da região Centro na subacção 2.3.3.1 e da região Alentejo na subacção 2.3.3.3. Na subacção 2.3.3.2 a região LVT passou a dominar em termos de investimento contratado, conforme se pode verificar no quadro que se segue.

Quadro 342: Ação 2.3.3 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Subacção 2.3.3.1				Subacção 2.3.3.2				Subacção 2.3.3.3			
	Total contratado				Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	13	1.037	783	627	0	0	0	0	8	512	399	319
Centro	259	13.613	11.885	9.508	3	150	73	58	28	6.544	4.952	3.961
LVT	48	2.369	2.252	1.754	6	1.223	746	479	87	17.843	14.389	10.802
Alentejo	18	713	480	384	6	1.129	623	498	275	39.693	26.905	21.523
Algarve	6	344	327	262	2	134	62	50	3	724	439	351
TOTAL	344	18.076	15.728	12.536	17	2.636	1.503	1.085	401	65.315	47.083	36.958

Na distribuição por tipologia de investimento contratado da subacção 2.3.3.1 mantém-se o domínio das "galerias ripícolas", com 85% do total do investimento.

Quadro 343: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na Subação 2.3.3.1 (por tipologia de investimento)

Tipologia de investimento	Subacção 2.3.3.1		
	Número de PA	Investimento proposto	
		(mil euros)	% do total
Processos de erosão	3	336	2%
Corredores ecológicos	30	959	5%
Galerias ripícolas	301	15.442	85%
Mont. azinho notáveis em RN	1	21	0%
Paisagens notáveis	9	1.318	7%
TOTAL	344	18.076	100%

Na subacção 2.3.3.3 "Proteção contra agentes bióticos nocivos", a tipologia de investimento "*recuperação de montados em declínio*" aumentou a sua representatividade, com 90% (vs 64% em 2011) do investimento total contratado, continuando a ser os "*montados de sobreiro*" os mais representativos com 57% do investimento total contratado. A tipologia "*controlo do nemátodo da madeira do pinheiro*" representa, em 2012, apenas 7% (vs 25% em 2011) do investimento contratado.

Quadro 344: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na subacção 2.3.3.3 (por tipologia de investimento)

Tipologia de investimento	Subacção 2.3.3.3			
	Número de PA	Investimento proposto		
		(mil euros)	% do total	
Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro	35	4.465	7%	
Recuperação de montados em declínio	Sobreiro	208	37.457	57%
	Azinhreira	63	8.843	14%
	Mistos	76	12.134	19%
Cont. Esp. Inv./Problemas Estabilidade Ecológica	10	2.015	3%	
Cont. Esp. Inv./Outras áreas	5	254	0%	
Recuperação de Povoamentos de Castanheiro	4	147	0%	
TOTAL	401	65.315	100%	

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos PA contratados por tipologia de beneficiário.

Quadro 345: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados (por subação e por tipologia de promotor)

Beneficiários	Subacção 2.3.3.1		Subacção 2.3.3.2		Subacção 2.3.3.3	
	Número de PA	Investimento	Número de PA	Investimento	Número de PA	Investimento
Associação Produtores florestais	5	442	0	0	13	2.266
Entidade gestoras de baldio	11	960	0	0	0	0
Entidades gestoras de ZIF	10	1.218	1	23	28	6.105
Organismo da administração central	10	449	1	287,003	8	1.485
Organismos da administração local	231	12.042	2	117	9	1.106
Produtor florestal	77	2.965	12	1.558	341	53.115
Entidades participadas pelo Estado	0	0	1	650	1	1.163
Cooperativa Produtores florestais	0	0	0	0	1	75
TOTAL	344	18.076	17	2.636	401	65.315

Relativamente à tipologia de promotores não se verificaram alterações face ao já verificado em anos anteriores.

Em termos acumulados, foram contratados 762 PA, num total de 64.315 mil euros de despesa pública, representando 50.578 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 54.360 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 109%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

Tendo iniciado a sua execução financeira no ano de 2011, esta ação atingiu, no final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados de 19.061 mil euros de despesa pública e 15.894 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 346: Ação 2.3.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	21	1.548	1.182	946	13	454	377
Centro	290	20.307	16.910	13.528	185	7.023	5.841
LVT	141	21.436	17.386	13.036	89	4.744	3.968
Alentejo	299	41.535	28.008	22.406	152	6.662	5.561
Algarve	11	1.201	829	663	7	179	147
Total	762	86.027	64.315	50.578	446	19.061	15.894

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 32% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 31% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Verifica-se uma alteração face a 2011, em termos de áreas contratadas e pagas, uma vez que a região LVT passou claramente a ser a predominante, representando agora 51% da área total contratada, sendo a região do Alentejo a segunda região mais importante, ao nível desta ação.

Quadro 347: Ação 2.3.3 – Distribuição regional das áreas contratadas e pagas (acumulado)

Un: ha

Região	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
(contratadas)						
2331	560	5.093	1.430	325	15.174	22.582
2332	0	58	372	482	69	981
2333	1.055	9.283	88.486	53.331	408	152.564
Total	1.615	14.434	90.289	54.138	15.651	176.127
(pagas)						
2331	87	3.316	1.184	135	113	4.834
2332	0	8	288	147	0	442
2333	516	5.750	66.588	23.884	408	97.147
Total	604	9.073	68.059	24.166	522	102.424

Analisando os indicadores de realização continua a verificar-se que o apoio médio por proprietário florestal é superior ao previsto inicialmente, uma vez que 112% do investimento contratado se refere apenas a 25% dos proprietários florestais previstos.

Quadro 348: Ação 2.3.3 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Contratado	Pago	Meta	% de cumprimento da meta	
				Contratado	Pago
Volume total de investimento	86.027	43.121	76.687	112%	56%
Nº Proprietários florestais apoiados	629	315	2.500	25%	13%

Quadro 349: Ação 2.3.3 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado	med COM	Área apoiada (ha)		Meta	Cumprimento da meta	
		Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	227	176.127	102.424	+	Cumprido	Cumprido
Combate às alterações climáticas	227	176.127	102.424	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade dos solos	227	176.127	102.424	+	Cumprido	Cumprido
Combate à marginalização das terras	227	176.127	102.424	+	Cumprido	Cumprido

2.2.3.6 Ação 2.4.1 – Apoio à gestão das ITI

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria nº 596-B/2008, de 8 de julho com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 1229-B/2008, de 27 de outubro, pela Portaria n.º 1327/2010, de 10 de dezembro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Elaboração e implementação dos regulamentos de proteção e gestão dos sistemas agrícolas e florestais relacionados com os sítios “Natura 2000” e outros locais de elevado valor natural no quadro de ITI;
- Sensibilização da população alvo para as ITI e acompanhamento técnico aos seus beneficiários no âmbito dos compromissos agros e silvo-ambientais contratados.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos/períodos de candidaturas para esta ação pelo que se mantêm as candidaturas válidas já referidas no relatório de 2011, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 350: Ação 2.4.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	3.609	362	0	0	9	362
Segundo		487	0	0	9	487
Terceiro		434	0	0	8	554
Quarto		150	0	0	3	150
TOTAL	3.609	1.433	0	0	29	1.553

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2011 encontravam-se já analisadas, decididas e contratadas todas as candidaturas entradas, tendo apenas sido registado, em 2012, pedidos de alteração aos PA iniciais, conforme o quadro seguinte.

Quadro 351: Ação 2.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	9	362	9	362	0	0	9	341	9	341	341	256
Segundo	9	487	9	487	0	0	9	423	9	423	423	317
Terceiro	8	554	8	554	0	0	8	526	8	526	406	305
Quarto	3	150	3	150	0	0	3	241	3	241	241	181
TOTAL	29	1.553	29	1.553	0	0	29	1.532	29	1.532	1.412	1.059

Em termos acumulados, encontram-se contratados 29 PA num total de 1.412 mil euros de despesa pública, representando 1.059 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 1.156 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 38%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação é de 705 mil euros de despesa pública e 555 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 35% foram pagos no ano de 2012.

Quadro 352: Ação 2.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	12	669	549	411	12	411	328
Centro	7	350	350	263	7	90	69
LVT	2	90	90	67	2	20	15
Alentejo	4	263	263	198	4	94	73
Algarve	4	160	160	120	4	89	71
TOTAL	29	1.532	1.412	1.059	29	705	555

A distribuição regional dos PA contratados, e conforme já referido nos relatórios de execução dos anos anteriores, mantém-se o predomínio, em termos de acumulado, da região Norte, fruto do fato de assumir a presidência de 4 ELA.

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 18% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 52% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (3.987 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 38%.

Quadro 353: Ação 2.4.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas Pagas	
Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
29	1.532	1.412	1.059	705	555
Meta	3.987	3.609	3.022	3.609	3.022
% da meta	38%	39%	35%	20%	18%

2.2.3.7 Ação 2.4.2 – Instrumentos de programação e gestão para ITI

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º a) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria nº 1245/2010, de 14 de Dezembro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Conservação do património natural relativo à biodiversidade visada nos objetivos da Rede Natura 2000, através da criação de condições para uma adequada gestão de sistemas agrícolas e florestais relevantes;
- Aumento da atratividade das zonas rurais através da conservação do seu património natural.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos para esta ação. O número de candidaturas ao concurso que decorreu em 2011 diminuiu dado que se registaram, em 2012, 3 desistências.

Quadro 354: Ação 2.4.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.406	2	282
TOTAL	2.406	2	282

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 não se registaram análises, decisões ou contratações nesta ação.

Quadro 355: Ação 2.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2	282	2	282	0	0	2	282	2	282	282	212
TOTAL	2	282	2	282	0	0	2	282	2	282	282	212

Em termos acumulados, encontram-se contratados 2 PA num total de 282 mil euros de despesa pública, representando 212 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 10%.

c. Execução financeira

Esta ação iniciou a execução financeira em 2012.

Quadro 356: Ação 2.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	1	132	132	99	1	66	56
LVT	0	0	0	0	3	300	255
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	1	150	150	113	1	75	64
TOTAL	2	282	282	212	5	441	375

Há 3 PA que tiveram pagamentos em 2012 (300 mil euros de DP e 255 mil euros de FEADER) mas que no fim do ano apresentaram um pedido de desistência

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 18% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 48% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Comparando com a meta estabelecida para a ação (2.700 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 10%.

Quadro 357: Ação 2.4.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Nº PA	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas Pagas	
	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
2	282	282	212	441	375
Meta	2.700	2.406	2.045	2.406	2.045
% da meta	10%	12%	10%	18%	18%

2.2.3.8 Ações 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Pagamentos agro e silvo ambientais

Cada uma destas ações compreende, além dos pagamentos às componentes agro e silvo-ambientais, também as candidaturas correspondentes à componente dos investimentos não produtivos que pela sua especificidade será analisada no seu conjunto noutro ponto deste Relatório.

1. *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- Artigos: 36º alínea a), iv), alínea b), v); Artigo 39º; Artigo 47º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.4; 5.3.2.2.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214, 225;
- Portaria nº 232-A/2008 de 11 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1234/2010 de 10 de dezembro e pela Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. *Objetivos das Ações*

Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agroflorestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respetiva paisagem.

3. *Implementação das Ações*

Os apoios agroambientais e silvo-ambientais atribuídos no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas (ITI), ou seja, na medida 2.4 (exceto a componente dos Investimentos não produtivos) estão incorporados no SIGC - Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do PRODER e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP.

Os pedidos de apoio (PA) e os pedidos de pagamento (PP) das ações em apreço passaram a ser apresentados, a partir de 2011, em simultâneo no Pedido Único (PU).

Tal como acontece nas medidas 2.1, 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, a gestão da medida 2.4 “ITI – Pagamentos agro e silvo ambientais” é também da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

Tal como já referido para as ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, a decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho diretivo do IFAP, I. P., com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2012 decorreu entre 27 de Fevereiro e 15 de Maio.

A distribuição geográfica dos PA destas ações está, naturalmente, condicionada pela localização das ITI atualmente existentes e pela sua respetiva dimensão física.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos agro e silvo-ambientais determinados para apoio. Tal como nos anos anteriores mantém-se o predomínio da região Norte, onde se localizam quatro ITI, em número de candidaturas, área para apoio e apoio determinado.

Quadro 358: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Distribuição regional dos PP agro e silvo-ambientais determinados para apoio

Regiões	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Norte	5.855	86%	55.215	60%	7.360	71%
Centro	682	10%	7.282	8%	893	9%
LVT	9	0%	169	0%	17	0%
Alentejo	232	3%	29.053	32%	2.032	20%
Algarve	43	1%	489	1%	58	1%
TOTAL	6.821	100%	92.208	100%	10.359	100%

A ITI Douro Vinhateiro (a única que não se enquadra em rede natura e cujo objetivo é a preservação da paisagem) mantém a sua predominância quer no valor do apoio determinado, quer em número de candidaturas embora, neste caso, tenha diminuído o seu peso face a 2011, em 4 p.p. A ITI Peneda-Gerês é a mais representativa no que se refere às áreas determinadas para apoio, com 39% da área total, sendo esta situação resultado das candidaturas em áreas de baldios.

Destacamos ainda a ITI de Castro verde que apesar de possuir apenas 2% das candidaturas determinadas para apoio, detém o segundo lugar em termos de área e montante alvo de apoio, com o valor de 27% e 17%, respetivamente.

Quadro 359: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento (por ITI)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados		
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%	
Douro Vinhateiro	3.601	53%	9.318	10%	4.617	45%	
Rede Natura	Douro Internacional	1.579	23%	8.686	9%	1.071	10%
	Peneda Gerês	605	9%	36.043	39%	1.547	15%
	Montesinho-Nogueira	354	5%	2.851	3%	377	4%
	Serra Estrela	243	4%	1.756	2%	303	3%
	Castro Verde	151	2%	24.936	27%	1.733	17%
	Tejo Internacional	147	2%	3.765	4%	326	3%
	Costa Sudoeste	51	1%	1.932	2%	180	2%
	RN Alentejo	41	1%	2.510	3%	147	1%
	Monchique e Caldeirão	32	0%	164	0%	29	0%
	Serra de Aires e Candeeiros	17	0%	247	0%	28	0%
TOTAL	6.821	100%	92.208	100%	10.359	100%	

O balanço entre as componentes, agro e silvoambiental, feito no quadro seguinte, permite confirmar a reduzida expressão que a componente silvo-ambiental continua a assumir.

Quadro 360: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento (por tipologia de natureza de apoio)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Agro-ambientais	6.654	98%	86.738	94%	9.991	96%
Silvo-ambientais	167	2%	5.469	6%	368	4%
TOTAL	6.821	100%	92.208	100%	10.359	100%

Os quadros que se seguem, apresentam a informação dos PP, área e montantes determinados para apoio, do PU 2012, distribuídos segundo o ano de apresentação dos PA.

Quadro 361: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento por ITI

Número de candidaturas determinadas para apoio em 2012 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (N.º)											TOTAL	Total de despesas
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo		
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	1.142	235	14	511	22	2	2	60	1	0	0	1.989	1.983
	Relativas a candidaturas PAS 2009	651	53	87	214	17	2	1	17	1	0	0	1.043	1.042
	Relativas a candidaturas PAS 2010	289	56	32	128	46	6	1	25	3	0	0	586	586
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	879	70	113	229	45	44	9	21	9	2	11	1.432	1.432
	Relativas a candidaturas PU 2012	644	173	96	499	82	36	4	27	19	18	13	1.611	1.608
	Total de apoios em 2012	3.605	587	342	1.581	212	90	17	150	33	20	24	6.661	6.651
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008		12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	12
	Relativas a candidaturas PAS 2009		1	2	0	0	2	0	1	3	0	0	9	9
	Relativas a candidaturas PAS 2010		1	0	0	9	9	0	0	5	0	0	24	24
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011		4	7	0	10	23	0	0	8	4	0	56	56
	Relativas a candidaturas PU 2012		0	3	0	12	24	0	0	2	8	17	66	66
	Total de apoios em 2012		18	12	0	31	58	0	1	18	12	17	167	167
TOTAL		3.605	605	354	1.581	243	148	17	151	51	32	41	6.828	6.818

Quadro 362: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Área apoiada por ITI

Áreas determinadas para apoio em 2012 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (ha)											TOTAL
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo	
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	2.753	22.803	127	3.132	291	15	6	8.889	5	0	0	38.020
	Relativas a candidaturas PAS 2009	1.587	839	836	2.105	189	3	2	2.796	5	0	0	8.363
	Relativas a candidaturas PAS 2010	696	2.199	318	860	273	28	7	3.943	93	0	0	8.416
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	2.511	6.791	1.121	1.552	310	345	238	4.774	392	4	953	
	Relativas a candidaturas PU 2012	1.822	3.414	803	2.946	688	542	15	4.520	1.335	26	1.151	17.263
	Total de apoios em 2012	9.369	36.047	3.204	10.596	1.750	934	268	24.922	1.830	30	2.104	91.055
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008		735	0	0	0	0	0	0	0	0	0	735
	Relativas a candidaturas PAS 2009		54	21	0	0	32	0	14	45	0	0	166
	Relativas a candidaturas PAS 2010		15	0	0	144	315	0	0	93	0	0	568
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011		306	250	0	122	2.057	0	0	169	44	0	2.948
	Relativas a candidaturas PU 2012		0	396	0	350	1.085	0	0	75	94	438	2.439
	Total de apoios em 2012		1.110	668	0	616	3.490	0	14	383	137	438	6.856
TOTAL		9.369	37.156	3.872	10.596	2.366	4.423	268	24.936	2.213	167	2.542	97.910

Quadro 363: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Despesa pública por ITI

Apoio determinado em 2012 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (mil euros)											TOTAL
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Têjo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo	
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	1.583	974	21	375	44	4	1	649	1	0	0	3.652
	Relativas a candidaturas PAS 2009	908	60	145	257	31	1	1	213	1	0	0	1.616
	Relativas a candidaturas PAS 2010	357	111	54	110	57	8	1	293	10	0	0	1.000
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	1.060	264	183	187	63	75	25	259	35	2	57	2.209
	Relativas a candidaturas PU 2012	732	197	127	364	130	95	3	317	114	13	69	2.162
	Total de apoios em 2012	4.639	1.606	530	1.294	324	184	31	1.731	160	15	126	10.640
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008		68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	68
	Relativas a candidaturas PAS 2009		5	3	0	0	4	0	2	6	0	0	21
	Relativas a candidaturas PAS 2010		2	0	0	17	31	0	10	0	0	0	59
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011		27	27	0	17	101	0	0	18	5	0	194
	Relativas a candidaturas PU 2012		0	16	0	36	71	0	0	7	11	23	164
	Total de apoios em 2012		103	46	0	70	207	0	2	41	16	23	507
TOTAL		4.639	1.709	575	1.294	394	391	31	1.733	202	30	149	11.147

Os resultados dos quadros anteriores permitem concluir que a execução física e financeira se mantém concentrada em quatro ITI:

- ITI Douro Vinhateiro, que continua a destacar-se no número de PP (53% do total) e apoio determinado (42%);
- ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa, que reforçou a sua posição, apresentando 23% dos PP, 11% da área e 12% dos apoios determinados;
- ITI Peneda-Gerês, com uma ligeira diminuição face a 2011, apresenta 9% dos PP, 38% da área e 15% dos apoios determinados;
- ITI Castro Verde, que reforçou a sua posição em termos de área, com 25%, e de apoios determinados com 16% (mantendo 2% dos PP).

Estas quatro ITI no seu conjunto reúnem 87% dos PP, 84% da área e dos apoios determinados.

As restantes apresentam níveis de execução bastante baixos, sendo esta situação particularmente evidente nos apoios silvo-ambientais.

Relativamente a 2011, o número de candidaturas determinados sofreu uma redução em cerca de 9%, situação esta, justificada pela não apresentação de pedido de pagamento pelos próprios beneficiários ou devido a uma situação de quebra de compromisso na campanha de 2011.

No entanto, esta situação foi contrabalançada com o aumento de área e apoio determinado decorrente da apresentação de 1.674 novos pedidos de apoio apresentados no PU 2012.

A distribuição dos diferentes tipos de apoio agroambiental e silvoambiental constam dos quadros seguintes.

Quadro 364: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento (por tipo de apoio agro ambiental)

Tipo de apoio agro-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio AgroAmbientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Gestão do pastoreio em áreas de baldio	28	33.927	1.236
Ajuda à conservação da estrutura ecológica de base	2.704	12.722	1.865
Manutenção de socalcos	3.749	9.498	4.657
Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio	394	29.528	2.160
Sementeira directa	0	0	0
Manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural	787	3.432	462
Manutenção de pastagens permanentes de sequeiro naturais ou melhoradas	28	996	75
Gestão do pastoreio em formações arbustivas mediterrânicas	6	172	14
Conservação dos souts notáveis da Terra Fria	174	237	133
Gestão de pastagem permanente extensiva	3	348	7
Extensificação do pastoreio	1	106	4
TOTAL	7.874	90.966	10.612
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	6.654	86.738	

Nota: a mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Da análise do quadro anterior, constata-se que o apoio "Manutenção de socalcos" é o apoio com maior número de candidaturas (48%) e apoio determinado (44%) para apenas 11% da área alvo de apoio. Embora este apoio se encontre previsto na ITI da Serra da Estrela e na ITI Peneda Gerês, é a ITI do Douro Vinhateiro que assume a maior expressão com cerca de 96% das candidaturas a este apoio nesta ITI.

Verifica-se ainda que em termos de área o apoio "Gestão do pastoreio em área de baldios", lidera com 37% da área alvo de apoio apesar de representar apenas 0,4% das candidaturas (27 candidaturas na ITI Peneda Gerês e apenas 1 na ITI da Serra da Estrela) e 12% do apoio determinado.

O segundo lugar em termos de apresentação de candidaturas é detido pelo apoio à "Ajuda à conservação da estrutura ecológica de base", com 34,3%

das candidaturas determinadas, encontrando-se a maior parte localizadas na ITI do Douro Internacional Sabor, Maças e Vale do Côa (58%).

Relativamente à área candidata, o segundo lugar (33%) é ocupado pelo Apoio à “Manutenção da rotação de Sequeiro cereal-pousio”, cuja ITI de Castro verde detém 84% da área apoiada (24.922 ha), seguida pelas ITI da Rede Natura Alentejo Douro Internacional Sabor, Maças e Vale do Côa com 2% (1.650 ha) e 1% (1.285 ha), respetivamente, sendo que nas restantes ITI, as áreas candidatas são área residuais entre 834 e 211 ha. Este apoio ocupa igualmente o segundo lugar com 20% dos apoios determinados, detendo a ITI de Castro Verde 80% dos apoios.

Relativamente aos apoios silvo ambientais destacam-se os apoios à “Manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis” e “Conservação da rede de corredores ecológicos”, que no seu conjunto representam 62% das candidaturas determinadas, 84% da área e 66% do apoio determinados. Destaca-se de entre estes dois apoios a “Conservação da rede de corredores ecológicos” pelo seu contributo na área determinada para apoio que é de 57% face ao total de 5.469 ha de área líquida apoiada. A ITI com maior expressão nesta componente, é a ITI do Tejo Internacional, detendo nestes dois apoios 30% do número total de candidaturas, 48% da área (3.322 ha) e 39% (196 mil euros) do montante total determinados para apoio.

Quadro 365: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento (por tipo de apoio silvo-ambiental)

Tipo de apoio Silvo-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio SilvoAmbientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Renaturalização de manchas florestais	8	329	11
Renaturalização de montados de azinho	1	14	2
Conservação e recuperação da diversidade inter-específica nos povoamentos florestais	26	808	75
Requalificação de matagais estremes de baixo valor de conservação	12	355	31
Manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis	75	1.499	157
Manutenção de galerias ripícolas	13	164	14
Conservação da rede de corredores ecológicos	72	3.111	180
Manutenção dos habitats/Renovação de povoamentos de Quercus spp. E Catanea Sativa	17	326	23
Manutenção de matagais	10	188	10
Fomento das populações de água de Bonelli/grandes águas	3	20	2
Biodiversidade florestal - S. Mamede	1	21	2
Manutenção e beneficiação da floresta autóctone	1	21	2
TOTAL	239	6.856	507
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	167	5.469	

Nota: a mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Seguidamente apresenta-se alguma informação adicional relativa a cada uma das ITI.

Ação 2.4.3 - ITI Douro Vinhateiro

A ITI Douro Vinhateiro, que prevê apenas o apoio agroambiental à manutenção de socalcos, é a principal região, em termos do número de explorações apoiadas, com 3.605 explorações, as quais representam 54% dos apoios agroambientais e 53% do total das ITI.

Em termos da superfície total apoiada, os 9.369 ha correspondem a 10% da superfície agroambiental apoiada e a despesa pública de 4.639 mil euros a 44% do montante de apoio às agro-ambientais nas ITI e 42 % do montante total pago às ITI.

Ação 2.4.4 - ITI Peneda-Gerês

A ITI Peneda-Gerês é a principal região, em termos de área apoiada, com 36 mil ha, correspondente a 40% da superfície determinada para apoio agroambiental. Nesta ITI foram apoiados 587 beneficiários, 9% do total de candidaturas agroambientais. O montante de apoio determinado corresponde a 15% do montante de apoio determinado para as agroambientais nas ITI.

Relativamente aos apoios silvo-ambientais, a Peneda-Gerês continua a ser, juntamente com o Tejo Internacional, uma das ITI mais importantes embora tenha visto diminuir o seu peso, com 16% da área (1.110 ha) e 20% do apoio total (103 mil euros). Foram apoiados 18 beneficiários (vs 31 em 2011), o que corresponde a 11% de todas as candidaturas em silvoambientais.

Ação 2.4.5 - ITI Montesinho-Nogueira

A ITI Montesinho-Nogueira representa, em termos agroambientais, 5% do nº de beneficiários (342), 4% da área (3.204 ha) e 5% do apoio determinado (530 mil euros).

Quanto aos apoios silvoambientais, também viu diminuir o seu peso face a 2011, com 7% dos beneficiários (12), 10% da área (668 ha) e 5% do apoio (46 mil euros).

Em termos totais esta ITI representa 5% das candidaturas e apoio determinado e 4% da área determinada.

Ação 2.4.6 - ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Coa

Na área de intervenção da ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Coa, houve 1.581 (vs 1.372 em 2011) candidaturas determinadas para apoio na componente agroambiental equivalendo a 23% do total das ITI e 24% dos apoios agroambientais, continuando a ser, assim, a segunda ITI com mais beneficiários após a ITI Douro Vinhateiro.

Em termos de área determinada 10.596 ha de superfície total a apoiar, correspondendo a 11% do total das ITI e a 12% dos apoios agroambientais, continuando a ser a terceira ITI, com mais área determinada para apoio após a ITI Peneda-Gerês e a ITI Castro Verde.

Em termos de montantes de despesa pública determinados em 2012, esta foi de 1.294 mil euros, o que corresponde a 12% quer do total de apoios agroambientais quer do total pago a todas as ITI.

No que se refere aos apoios silvo ambientais não foi apresentado, em 2012, qualquer pedido de pagamento a esta ITI.

Ação 2.4.7 - ITI Serra da Estrela

No ano de 2012 esta ITI apresentou 212 beneficiários determinados nas agroambientais. A estes beneficiários foram determinados pagamentos no valor de 324 mil euros, referentes a 1.750 ha de superfície apoiada, representando assim esta ITI entre 2 e 3% do valor total de beneficiários, área e apoio determinado.

Quanto aos apoios silvo-ambientais, esta ITI continua a ser a segunda ITI mais importante em termos de número de beneficiários (19% do total das ITI) e representando entre 9 e 14% da área (616 ha) e do apoio (70 mil euros) total a esta componente.

Em termos globais esta ITI, assume 4% das candidaturas e apoio determinado e 2% da área determinada.

Ação 2.4.8 - ITI Tejo Internacional

Nesta ITI existe um predomínio da componente silvoambiental, mantendo-se como a mais importante, seguida pela ITI da Penêda-Geres, com mais

de 1/3 dos beneficiários (58), mais de metade da área (3.490 ha) e cerca de 41% do apoio (207 mil euros) determinado.

Quanto às agroambientais, esta ITI representa entre 1 e 2% dos beneficiários (90), área (934 ha) e apoio (184 mil euros).

Em termos globais esta ITI, assume 2% das candidaturas, 5% do apoio determinado e 4% da área determinada.

Ação 2.4.9 – ITI Serras de Aire e Candeeiros

Esta ITI tem pequena expressão, cerca de 0,03% do total de apoios de todas as ITI, a nível dos beneficiários, área e apoio total, e, tal como aconteceu na ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa, qualquer expressão na componente silvoambiental.

Esta ITI é a que tem menor adesão, juntamente com a ITI Monchique e Caldeirão, na componente agroambiental.

Ação 2.4.10 – ITI Castro Verde

Esta ITI é, sobretudo, representativa ao nível da área na componente agroambiental, 2ª ITI mais importante, com 27% da área total (24.922 ha) e 16% nível do apoio total (1.731 mil euros). Foram determinados para apoio 150 beneficiários na componente agroambiental desta ITI, representando 2% do total de beneficiários.

Quanto aos apoios silvoambientais esta ITI tem pequena expressão, tendo mantido apenas 1 beneficiário determinado com 14 ha e 2 mil euros de apoio total.

Ação 2.4.11 - ITI Costa Sudoeste

Na ITI Costa do Sudoeste existe um certo equilíbrio entre agro e silvoambientais, ao contrário das restantes ITI onde, por norma, existe um completo domínio da componente agroambiental.

Esta ITI apresenta uma adesão reduzida, ao nível das agroambientais, tendo somente 33 beneficiários determinados para apoio com uma área determinada para apoio de 1.830 ha e um apoio previsto de 160 mil euros, ou seja entre 1% e 2% dos valores totais.

Quanto aos apoios silvoambientais é uma ITI mais significativa representando entre 6% (383 ha) e 11% (18 explorações) dos valores

totais. Foram determinados para esta ITI 41 mil euros de apoio, ou seja cerca de 8% do apoio total da componente silvo ambiental.

Globalmente esta ITI apresenta apenas 0,7 % dos beneficiários e 0,2 % de área e apoio determinados.

Ação 2.4.12 - ITI Monchique e Caldeirão

Tal como na ITI Costa do Sudoeste também aqui existe um certo equilíbrio entre agro e silvoambientais, mas com menor expressão percentual.

Na componente agroambiental foram determinados para apoio 20 beneficiários, com uma área determinada de 30 ha e um apoio previsto de 15 mil euros. Na componente silvoambiental foram determinados 12 beneficiários, com uma área determinada de 137 ha e um apoio previsto de 16 mil euros.

Em termos globais, esta ITI representa apenas 0,5 % dos beneficiários, 0,2 % de área e 0,3% de apoio determinados.

2.4.13 – ITI das Zonas de Rede Natura do Alentejo

Quer para esta ITi quer para a ITI Monchique e Caldeirão, na campanha de 2011 do PU decorreu o primeiro período de apresentação de pedidos de apoio, tendo o Organismo Pagador efetuado o apuramento das ajudas pela primeira vez, em 2012.

Na componente agroambiental, no PU 2012, foram determinados para apoio 24 beneficiários, com uma área determinada de 2.104 ha e um apoio previsto de 126 mil euros. Na componente silvoambiental foram determinados 17 beneficiários, com uma área determinada de 438 ha e um apoio previsto de 23 mil euros.

No total das ITI, esta nova ITI assume 0,6% dos beneficiários, 3% da área e 1% do apoio determinados para pagamento.

No que se refere aos pedidos de apoio apresentados no PU 2012, pode observar-se nos quadros seguintes a distribuição por ITI das candidaturas e áreas aprovadas e a estimativa do apoio anual sob compromisso.

Quadro 366: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de apoio agroambientais – PU 2012 (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Candidaturas, áreas e apoios do PU 2012 nas Agro-Ambientais		
	N.º candidaturas aprovadas	Área candidatada (ha)	Valor estimado de apoio (mil euros)
ITI Douro Vinhateiro	645	1.822	732
ITI Peneda-Gerês	346	3.414	197
ITI Montesinho-Nogueira	179	803	127
ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	561	2.947	364
ITI Serra da Estrela	102	688	130
ITI Tejo Internacional	40	542	95
ITI Serras de Aires e Candeeiros	4	15	3
ITI Castro Verde	27	4.520	317
ITI Costa Sudoeste	23	1.335	114
ITI Monchique e Caldeirão	19	26	13
ITI Natura Alentejo	13	1.151	69
Total	1.959	17.263	2.162
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	1.609		

Quadro 367: Ações 2.4.4 a 2.4.13 – Pedidos de apoio silvo-ambientais – PU 2012 (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Candidaturas, áreas e apoios do PU 2012 nas Silvo-Ambientais		
	N.º candidaturas aprovadas	Área candidatada (ha)	Valor estimado de apoio (mil euros)
ITI Peneda-Gerês	0	0	0
ITI Montesinho-Nogueira	6	396	15.783
ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	0	0	0
ITI Serra da Estrela	28	350	36.073
ITI Tejo Internacional	36	1.167	80.355
ITI Serras de Aires e Candeeiros	0	0	0
ITI Castro Verde	0	0	0
ITI Costa Sudoeste	3	75	7.332
ITI Monchique e Caldeirão	8	94	10.735
ITI Natura Alentejo	20	438	22.964
Total	101	2.520	173.241
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	66		

b. Execução financeira

Componente agroambiental

Em termos acumulados o valor da despesa pública (38.290 mil euros) corresponde a 25% da meta prevista de 153.120 mil euros para o período de programação. Esta componente continua, assim, bastante longe das

metas previstas, embora se tenha verificado um aumento de 8 p.p. relativamente a 2011, apesar do aumento da meta estabelecida.

Quadro 368: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Execução da componente agroambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	No ano	Acumulado
ITI Douro Vinhateiro	5.011	17.876
ITI Peneda-Gerês	1.759	7.189
ITI Montesinho-Nogueira	689	1.369
ITI Douro Internacional	1.454	4.070
ITI Serra da Estrela	388	899
ITI Tejo Internacional	219	444
ITI Serras de Aires e Candeeiros	36	88
ITI Castro Verde	1.968	5.979
ITI Costa Sudoeste	130	179
ITI Monchique e Caldeirão	14	14
ITI Natura Alentejo	184	184
Total	11.851	38.290
	Meta	153.120
	% da meta	25%

Componente silvo-ambiental

A execução financeira em 2012 foi de apenas 100 mil euros de despesa pública com um valor de comparticipação FEADER de 85 mil euros, tendo decrescido face a 2011, devido à devolução de montantes pagos.

Em termos acumulados apenas se executou 1.410 mil euros de despesa pública, atingindo-se 8% da meta 2007-2013, mantendo-se esta percentagem relativamente a 2011.

Quadro 369: Ações 2.4.4 a 2.4.13 – Execução da componente silvo-ambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	No ano	Acumulado
ITI Douro Vinhateiro	0	0
ITI Peneda-Gerês	-300	460
ITI Montesinho-Nogueira	50	137
ITI Douro Internacional	3	19
ITI Serra da Estrela	72	152
ITI Tejo Internacional	202	494
ITI Serras de Aires e Candeeiros	0	0
ITI Castro Verde	2	10
ITI Costa Sudoeste	39	105
ITI Monchique e Caldeirão	17	17
ITI Natura Alentejo	16	16
Total	100	1.410
	Meta	18.285
	% da meta	8%

A execução ao nível da região convergência corresponde exatamente à execução total do PRODER pois todas as ITI estão inseridas em região convergência.

Sendo ações plurianuais com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos pode estimar-se o valor desses compromissos o que é realizado no Anexo I para o conjunto dos pagamentos agro e silvo-ambientais.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

No total contabilizaram-se 9.785 beneficiários com apoios agroambientais no âmbito das ITI, o que corresponde a uma execução, em 2012, de 54% da meta prevista no PRODER (18.240 beneficiários).

Relativamente às metas de realização, destacam-se as ações agroambientais com uma taxa de cumprimento de 64%, em termos de áreas e de 54% em termos de número de explorações apoiadas.

As ações silvoambientais apresentam taxas de cumprimento de metas inferiores, com 22% de produtores florestais apoiados e de 80% de área florestal beneficiada face às metas estabelecidas.

Quadro 370: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agro-ambientais	9.785	18.240	54%
Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental		104.037	163.000	64%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental		104.477	173.000	60%
Número total de contratos		9.808	21.890	45%
Número de explorações florestais apoiadas	Silvo-ambientais	167	750	22%
Área florestal beneficiária do apoio silvo-ambiental (ha)		11.265	14.000	80%
Número de contratos		239	1.375	17%
Número produtores florestais apoiados		167	750	22%

Em termos gerais, estes valores indicam por um lado que a área média foi superior ao esperado mas o apoio por hectare, pelo contrário, foi muito inferior ao previsto.

Quanto aos indicadores de resultado, mais uma vez se destacam as ações agroambientais com um cumprimento das metas a rondar os 60% nos setores para os quais contribui em termos de gestão do espaço rural sendo de destacar a qualidade dos solos onde se atingiu 182% da meta.

Excetua-se o setor do “combate às alterações climáticas” que teve uma taxa de cumprimento de 22%, em 2012.

Para as ações silvo ambientais e em todos os indicadores alcançou-se um valor na ordem dos 80% o que representa um franco progresso relativamente ao ano de 2011 onde os valores eram mais baixos (cerca de 52%).

Quadro 371: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agro-ambientais	91.671	160.000	57%
	Silvo-ambientais	11.265	14.000	80%
Qualidade da água	Agro-ambientais	104.477	160.000	65%
	Silvo-ambientais	11.265	14.000	80%
Combate às alterações climáticas	Agro-ambientais	1.556	7.000	22%
	Silvo-ambientais	11.265	14.000	80%
Qualidade dos solos	Agro-ambientais	91.079	50.000	182%
	Silvo-ambientais	11.265	14.000	80%
Combate à marginalização e abandono das terras	Agro-ambientais	91.671	160.000	57%
	Silvo-ambientais	11.265	14.000	80%

Notas: A acção 2.4.3. - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agro-ambiental de "Qualidade do Solo" .

2.2.3.9 Ações 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Investimentos não produtivos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) vi), alínea b), vii); Artigo 41º e Artigo 49º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.6; 5.3.2.2.7;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 216, 227;
- Portaria nº 596-C/2008 de 8 de julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1048/2010, de 11 de outubro, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 236/2012 de 8 de agosto.

2. Objetivos das Ações

- Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agroflorestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respetiva paisagem;
- Complementarmente às componentes, agro e silvoambiental, importa assegurar o apoio a investimentos não produtivos que contribuem para os objetivos da intervenção e, no essencial, associados aos compromissos estabelecidos.

3. Implementação das Ações

À semelhança dos relatórios anteriores, no âmbito da medida 2.4 será apresentada em conjunto a análise dos apoios aos investimentos não produtivos (INP) em cada ITI correspondentes às seguintes ações:

- 2.4.3 "ITI Douro Vinhateiro"
- 2.4.4 "ITI Peneda-Gerês"
- 2.4.5 "ITI Montesinho-Nogueira"
- 2.4.6 "ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa"
- 2.4.7 "ITI Serra da Estrela"

- 2.4.8 "ITI Tejo Internacional"
- 2.4.9 "ITI Serras de Aires e Candeeiros"
- 2.4.10 "ITI Castro Verde"
- 2.4.11 "ITI Costa Sudoeste"
- 2.4.12 "ITI Monchique e Caldeirão"
- 2.4.13 "ITI Zonas de Rede Natura do Alentejo"

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No ano de 2012 foi aberto um período de candidaturas em contínuo, que se iniciou a 25 de setembro. Neste período de candidaturas apresentaram-se 1.288 candidaturas válidas com um investimento total de 41.246 mil euros. Para os beneficiários das duas novas ITI: ITI Monchique e Caldeirão e ITI Zonas de Rede Natura do Alentejo, este período de candidaturas, constituiu o primeiro em que lhes foi permitido candidatarem-se aos investimentos não produtivos.

Tal como noutras ações verificou-se uma diminuição no número de candidaturas dos primeiros concursos devido a desistências.

Quadro 372: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	25.465	4.489	0	0	308	6.177
Segundo		12.422	0	0	676	23.961
Terceiro - em contínuo				1.288	41.246	1.288
Total	25.465	16.911	1.288	41.246	2.272	71.383

O domínio das ITI Douro Vinhateiro leva a que continue a ser na DRAP Norte a concentração dos INP (95% de PA e 97% do investimento) como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 373: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	2165	95%	69.156	97%
Centro	56	2%	1.191	2%
LVT	5	0%	120	0%
Alentejo	28	1%	534	1%
Algarve	18	1%	382	1%
TOTAL	2.272	100%	71.383	100%

Esta análise tem em atenção o seguinte: a ITI Douro Vinhateiro e a ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa, da DRAP Norte, têm parte do território na DRAP Centro, a ITI Serras de Aire e Candeeiros distribui-se territorialmente pela região de LVT e pelo Centro, a ITI Monchique e Caldeirão distribui-se pela região territorial da DRAP Alentejo e da DRAP Algarve.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 foram analisadas e decididas 67 candidaturas das quais 93% (62 candidaturas) aprovadas. Das candidaturas aprovadas no segundo concurso, 269 foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 374: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	6	187	0	0	6	187	269	12.033	7.574	6.059
Terceiro - em contínuo	1.288	41.246	61	2.073	5	210	56	1.862	0	0	0	0
TOTAL	1.288	41.246	67	2.259	5	210	62	2.049	269	12.033	7.574	6.059

Quadro 375: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	308	6.177	308	6.177	53	1.246	255	4.924	255	4.924	4.211	3.369
Segundo	676	23.961	676	23.961	201	6.354	475	17.607	474	17.594	13.045	10.436
Terceiro - em contínuo	1.288	41.246	61	2.073	5	210	56	1.862	0	0	0	0
TOTAL	2.272	71.383	1.045	32.211	259	7.810	786	24.393	729	22.517	17.257	13.805

Analisando a distribuição regional dos PA contratados para estas ações constata-se que 96% se situam no Norte, com grande relevância na ITI Douro Vinhateiro, seguida da ITI Peneda-Gerês, conforme quadros que se apresentam em seguida.

Quadro 376: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

DRAP	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	698	21.926	16.740	13.392
Centro	21	394	358	287
LVT	1	29	29	23
Alentejo	7	127	99	79
Algarve	2	41	30	24
Total	729	22.517	17.257	13.805

A distribuição regional dos PA por ITI manteve-se face ao já verificado no Relatório de 2011, verificando-se um total domínio da região Norte.

Quadro 377: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados, por ITI (acumulado)

Un: mil euros

Nome da ITI	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Douro Vinhateiro	644	18.334	15.637	12.509
Peneda-Gerês	37	3.076	916	733
Montesinho-Nogueira	5	178	62	50
Douro Int., Sabor, Maçãs e Vale do Côa	26	549	326	261
Serra da Estrela	5	102	97	78
Tejo Internacional	2	81	60	48
Serras de Aires e Candeeiros	1	29	29	23
Castro Verde	6	116	90	72
Costa Sudoeste	3	52	39	32
Total	729	22.517	17.257	13.805

A percentagem dos investimentos não produtivos silvo-ambientais, embora tenha registado um ligeiro aumento face aos anos anteriores, mantém-se baixa, com 2% do número de PA e 3% do investimento total.

Quadro 378: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por tipo de INP (acumulado)

	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Silvo-ambientais	11	2%	700	3%
Agro-ambientais	719	98%	21.817	97%
TOTAL	730	100%	22.517	100%

Nota: Existe 1PA com as componentes agro e silvo ambientais em simultâneo.

Analisando os PA contratados por ITI, verifica-se algumas alterações face a 2011.

Na componente Agro-ambiental, a ITI Douro Vinhateiro é a principal ITI, no que se refere ao número de PA e investimento proposto, com 90% e 83% respetivamente. O elevado valor de área contratada na componente agroambiental da ITI Peneda-Gerês, em 2012, deve-se, sobretudo, a 9 PA contratados que representam, no seu conjunto, mais de 20.000 ha. Sendo 8 PA respeitantes a baldios e um respeitante a uma associação de proprietários.

Também na componente silvoambiental surge a ITI Peneda – Gerês como a mais representativa quanto ao investimento contratado (57%), o que se deve igualmente às candidaturas dos baldios. A ITI Montesinho-Nogueira ocupa a segunda posição no que se refere ao investimento contratado nesta componente, com 23% do total do investimento e a ITI Tejo internacional o primeiro lugar no que se refere à área contratada (34% do total da área contratada).

Quadro 379: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por ITI (acumulado)

ITI	componente	PA		Invest. Contratado		Área	
		Nº	%	Mil euros	%	ha	%
Douro Vinhateiro	Agro-ambiental	644	88%	18.334	81%	2.867	10%
Peneda-Gerês	Agro-ambiental	34	5%	2.676	12%	23.294	81%
	Silvo-ambiental	3	0%	400	2%	190	1%
Montesinho-Nogueira	Agro-ambiental	3	0%	17	0%	25	0%
	Silvo-ambiental	2	0%	161	1%	63	0%
Douro Internacional	Agro-ambiental	26	4%	545	2%	279	1%
	Silvo-ambiental	1	0%	5	0%	2	0%
Serra da Estrela	Agro-ambiental	5	1%	102	0%	126	0%
	Silvo-ambiental	0	0%	-	0%	-	0%
Tejo Internacional	Agro-ambiental	0	0%	-	0%	-	0%
	Silvo-ambiental	2	0%	81	0%	210	1%
Serras de Aires e Candeeiros	Agro-ambiental	1	0%	29	0%	1	0%
	Silvo-ambiental	0	0%	-	0%	-	0%
Castro Verde	Agro-ambiental	6	1%	116	1%	1.645	6%
	Silvo-ambiental	0	0%	-	0%	-	0%
Costa Sudoeste	Agro-ambiental	0	0%	-	0%	-	0%
	Silvo-ambiental	3	0%	52	0%	151	1%
TOTAL		730	100%	22.517	100%	28.854	100%

Nota: Existe 1PA com as componentes agro e silvo ambientais em simultâneo.

Os 729 PA contratados situam-se em 9 ITI, com especial preponderância na ITI Douro Vinhateiro que, na sua maioria, prevêem investimentos de “recuperação de muros de suporte de pedra posta nos socalcos”.

Em termos acumulados, foram contratados 729 PA, dos quais 269 no ano de 2012, num total de 17.257 mil euros de despesa pública, representando 13.805 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 14.523 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado)

de 68%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação foi de 9.762 mil euros de despesa pública e 8.152 mil euros de participação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 380: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

DRAP	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	698	21.926	16.740	13.392	574	9.380	7.838
Centro	21	394	358	287	20	276	226
LVT	1	29	29	23	1	29	25
Alentejo	7	127	99	79	6	52	43
Algarve	2	41	30	24	1	24	20
Total	729	22.517	17.257	13.805	602	9.762	8.152

Quadro 381: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA pagos, por ITI (acumulado)

Un: mil euros

Nome da ITI	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Douro Vinhateiro	644	18.334	15.637	12.509	545	9.193	7.679
Peneda-Gerês	37	3.076	916	733	14	64	55
Montesinho-Nogueira	5	178	62	50	3	23	20
Douro Int., Sabor, Maçãs e Vale do Côa	26	549	326	261	26	282	232
Serra da Estrela	5	102	97	78	5	64	55
Tejo Internacional	2	81	60	48	1	30	25
Serras de Aires e Candeeiros	1	29	29	23	1	29	25
Castro Verde	6	116	90	72	5	47	39
Costa Sudoeste	3	52	39	32	2	29	24
Total	729	22.517	17.257	13.805	602	9.762	8.152

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 38% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 58% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores verifica-se que o apoio médio, na componente agro-ambiental, foi superior ao previsto inicialmente uma vez que com 106% da despesa pública contratada e 132% do investimento apenas se apoiou 39% do número de explorações previstas. Esta situação encontra-se relacionada com o facto de se ter aumentado o valor do apoio na ITI Douro Vinhateiro de 30.000 para 70.000 euros e de 100.000 euros para 200.000 euros nos baldios.

Quadro 382: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores financeiros

Indicador financeiros	Modos	Valor Contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta (contratado)	% de cumprimento da meta (pago)
Despesa Pública	Agro-ambientais	16.936	9.690	15.994	106%	61%
FEADER		13.548	8.093	13.450	101%	60%
Despesa Pública	Silvo-ambientais	321	71	9.472	3%	1%
FEADER		257	60	8.050	3%	1%

Quadro 383: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores de realização

Indicador de realização	Modos	Valor Contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta (contratado)	% de cumprimento da meta (pago)
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agro-ambientais	719	598	1.824	39%	33%
Volume total Investimento (mil euros)		21.817	15.703	16.503	132%	95%
Número produtores florestais apoiados	Silvo-ambientais	11	5	750	1%	1%
Volume total Investimento (mil euros)		700	95	9.877	7%	1%

Quadro 384: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Valor Contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta (contratado)	% de cumprimento da meta (pago)
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agro-ambientais	25.987	2.010	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	616	207	+	Cumprido	Não cumprido
Qualidade da água	Agro-ambientais	25.987	2.010	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	616	207	+	Cumprido	Não cumprido
Combate às alterações climáticas	Agro-ambientais	25.987	2.010	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	616	207	+	Cumprido	Não cumprido
Qualidade dos solos	Agro-ambientais	28.854	4.268	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	616	207	+	Cumprido	Não cumprido
Combate à marginalização e abandono das terras	Agro-ambientais	25.987	2.010	NR	NR	NR
	Silvo-ambientais	616	207	+	Cumprido	Não cumprido

Notas: A acção 2.4.3. - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agro-ambiental de "Qualidade do Solo"

2.2.4 Subprograma 3 – Abordagem LEADER

A abordagem LEADER insere-se nos Eixos 3 e 4 e abrange medidas/ações do subprograma 3:

Medida 3.1 – Diversificação da economia e criação de emprego

Ação 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola

Ação 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

Ação 3.1.3 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer

Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida

Ação 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

Ação 3.4.1 – Cooperação interterritorial

Ação 3.4.2 – Cooperação transnacional

Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de competências e animação

2.2.4.1 Ação 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 53º; Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.1;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 311;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril.

2 Objetivos da Ação

Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo diretamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2012, foi aberto o terceiro concurso no âmbito desta ação, abrangendo 21 GAL. A este concurso candidataram-se 109 PA representando um investimento total de 17.537 mil euros, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Relativamente aos dois primeiros concursos o número de candidaturas diminuiu fruto de desistências entretanto ocorridas.

Quadro 385: Ação 3.1.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	38	33.389	14.475	119	21.128
Segundo	36		21.640	188	37.525
Terceiro	21		12.685	109	17.537
TOTAL		33.389	48.800	416	76.190

Na distribuição regional, a região Norte mantém-se como a mais representativa, com 39% (vs 44% em 2011) dos PA apresentados a concurso e 43% (vs 46% em 2011) do investimento total, conforme se pode verificar no quadro apresentado em seguida.

Quadro 386: Ação 3.1.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	162	32.603
Centro	72	8.416
LVT	71	13.697
Alentejo	90	17.550
Algarve	21	3.925
TOTAL	416	76.190

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2012 encontravam-se analisadas e decididas 351 candidaturas (85% do total das candidaturas entradas). Em termos globais foram aprovados 75% dos PA analisados.

Quadro 387: Ação 3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
					Não Aprovadas		Aprovadas					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Primeiro	119	21.128	119	21.128	39	7.101	80	14.028	80	14.028	7.234	5.742
Segundo	188	37.525	169	32.767	35	6.680	134	26.087	130	25.563	12.885	10.233
Terceiro	109	17.537	63	8.628	15	2.918	48	5.710	45	5.171	2.555	2.044
TOTAL	416	76.190	351	62.523	89	16.698	262	45.825	255	44.762	22.674	18.018

A distribuição regional dos PA contratados para esta ação segue a tendência já registada nas candidaturas entradas, com o maior nº de PA e do investimento a situar-se na região Norte (39% e 43%, respetivamente), conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 388: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	100	19.273	9.394	7.515
Centro	49	4.787	2.381	1.904
LVT	45	8.742	4.528	3.502
Alentejo	49	10.079	5.395	4.316
Algarve	12	1.881	977	782
TOTAL	255	44.762	22.674	18.018

Na tipologia de promotor dos PA contratados, mantém-se o predomínio da tipologia "outras entidades empresariais privadas - agrícola" (mais de metade do nº de PA e do investimento) representando um acréscimo desta tipologia, face aos anos anteriores.

Quadro 389: Ação 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.:mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	142	28.026	14.406	11.492
Empresários em nome individual - Agricultor	97	13.075	6.447	5.105
Membro do agregado familiar do agricultor	7	1.895	960	768
Cooperativas	2	340	168	99
Outras	7	1.425	692	554
TOTAL	255	44.762	22.674	18.018

Quanto aos domínios de intervenção, a larga maioria (75% do investimento e 58% dos PA) foram investimentos nas explorações agrícolas em empreendimentos de agro-turismo. É de assinalar o crescimento dos PA contratados no domínio "Investimentos nas explorações agrícolas -

Energias renováveis”, que representa agora 13% no número de PA contratados e 5% do investimento, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 390: Ação 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo	147	33.514	17.035	13.536
Investimentos nas explorações agrícolas - Transformação de produtos do Anexo I do Tratado	18	424	193	155
Investimentos nas explorações agrícolas - Serviços de recreação e lazer	12	1.885	970	768
Investimentos nas explorações agrícolas - Produção de bens resultantes de actividades de transformação	7	419	196	157
Investimentos nas explorações agrícolas - Actividades pedagógicas	5	716	389	311
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	4	705	398	298
Alojamento turístico - Casas de campo	11	2.324	1.266	1.012
Investimentos nas explorações agrícolas - Comercialização de produtos do Anexo I do Tratado	2	50	24	20
Investimentos nas explorações agrícolas - Energias renováveis	33	2.060	869	695
Outros	16	2.666	1.333	1.066
TOTAL	255	44.762	22.674	18.018

Em termos acumulados, foram contratados 255 PA, num total de 22.674 mil euros de despesa pública, representando 18.018 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 19.120 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 68%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

No final de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 9.284 mil euros de despesa pública e 7.738 mil euros de participação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 391: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	70	13.505	4.291	3.579
Centro	28	3.404	851	717
LVT	34	5.932	1.758	1.457
Alentejo	33	7.136	2.052	1.711
Algarve	8	1.122	331	275
TOTAL	173	31.098	9.284	7.738

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 27% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 44% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). A taxa de execução apresenta um crescimento de 23 p.p. face a 2011, fruto também dos ajustamentos efetuados na dotação da ação, no início de 2012.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação, verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a 74%, enquanto o número de beneficiários atingiu os 69% da meta programada, resultado de uma dimensão média, relativamente maior do que a programada.

Quadro 392: Ação 3.1.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	255	44.762	22.674	18.018	173	31.098	9.284	7.738
Meta	370	60.459	33.389	28.217	370	60.459	33.389	28.217
% da meta	69%	74%	68%	64%	47%	51%	28%	27%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que a criação de postos de trabalho corresponde a 60% da meta, considerando o universo dos PA contratados.

Quadro 393: Ação 3.1.1 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	333	45	130	235	31	90	n.d.
Meta	550	110	330	550	110	330	0
% da meta	60%	41%	39%	43%	28%	27%	n.d.

2.2.4.2 Ação 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.2;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 312;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril.

2 Objetivos da Ação

Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 decorreu o terceiro concurso, em 41 GAL, com 320 candidaturas que representam 41.271 mil euros de investimento. A diminuição de candidaturas dos primeiros concursos, face ao apresentado no relatório de 2011 deve-se a situações de desistência.

Quadro 394: Ação 3.1.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	103.508	37.843	570	82.187
Segundo	41		36.138	710	99.934
Terceiro	41		29.428	320	41.271
TOTAL	88	103.508	103.409	1.600	223.392

Mantém-se uma forte adesão na região Norte e Centro que, representam 68% dos PA e do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 395: Ação 3.1.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	559	80.851
Centro	535	69.849
LVT	219	35.094
Alentejo	221	30.590
Algarve	66	7.009
TOTAL	1600	223.392

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2012 encontravam-se analisadas e decididas 83% (1.332 PA) das candidaturas em todos os GAL. Destas foram aprovadas 886 candidaturas, conforme quadro que se apresenta.

Quadro 396: Ação 3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	570	82.187	569	82.141	158	22.030	411	60.111	411	60.111	30.768	24.481
Segundo	710	99.934	616	84.241	248	33.763	368	50.478	361	49.845	26.485	21.133
Terceiro	320	41.271	147	20.343	40	4.770	107	15.573	82	12.105	6.558	5.215
TOTAL	1.600	223.392	1.332	186.724	446	60.563	886	126.161	854	122.061	63.811	50.829

No final de 2012, encontravam-se contratados 854 PA com um investimento total de 122.061 mil euros. Em termos regionais verifica-se um maior peso da região Centro, com 35% dos PA contratados e 33% do investimento.

Quadro 397: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	255	36.327	18.839	15.071
Centro	298	40.516	20.618	16.495
LVT	117	20.019	10.684	8.328
Alentejo	147	21.521	11.764	9.411
Algarve	37	3.677	1.905	1.524
TOTAL	854	122.061	63.811	50.829

As “empresas” continuam a ser a tipologia de promotor mais contratada com 78% dos PA e 81% do investimento contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 398: Ação 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	662	99.207	52.261	41.641
Empresários em nome individual	162	19.176	9.607	7.673
Cooperativas	12	1.114	590	472
Associações e fundações privadas	4	544	266	186
Sector Público (não administração local)	2	578	337	270
Outras	12	1.441	750	588
TOTAL	854	122.061	63.811	50.829

Quanto ao domínio de intervenção os serviços de apoio às empresas e a restauração mantêm-se como os domínios mais importantes representando, em conjunto, 47% dos PA e 48% do investimento contratado.

Quadro 399: Ação 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.:mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Serviços de apoio às empresas	211	27.569	14.489	11.576
Restauração e Similares	187	31.428	16.497	13.179
Indústrias transformadoras	124	19.375	10.631	8.436
Comércio a retalho	85	8.961	4.234	3.384
Comércio por grosso	26	4.847	2.349	1.879
Agro-industria	38	2.661	1.359	1.084
Serviços de apoio à população	60	9.049	4.712	3.728
Construção e atividades imobiliárias	19	2.880	1.540	1.232
Energias renováveis	12	2.312	1.345	1.076
Actividades de diversão e recreativas	21	3.880	2.101	1.636
Tecnologias de informação e comunicação	19	1.947	954	763
Actividades de informação e comunicação	9	1.671	908	726
Artesanato	10	987	506	405
Investimentos nas explorações agrícolas - Criação ou desenvolvimento de Microempresas	7	535	281	222
Outros	26	3.959	1.905	1.503
TOTAL	854	122.061	63.811	50.829

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação é de 35.616 mil euros de despesa pública e 29.235 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 400: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	194	28.738	11.500	9.477
Centro	239	31.746	11.206	9.253
LVT	96	15.113	5.421	4.317
Alentejo	116	16.982	6.408	5.285
Algarve	35	3.227	1.081	902
TOTAL	680	95.807	35.616	29.235

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 34% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 57% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (4.000 microempresas criadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2012, corresponde a 21%, (mais 7 p.p. do que em 2011) da meta do programa.

Quadro 401: Ação 3.1.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	854	122.061	63.811	50.829	680	95.807	35.616	29.235
Meta	4.000	-	103.508	86.932	4.000	-	103.508	86.932
% da meta	21%	-	62%	58%	17%	-	34%	34%

Com os PA contratados prevêem-se criar 1.665 postos de trabalho o que representa 55% da meta prevista para este indicador.

Quadro 402: Ação 3.1.2 – Indicadores de resultado (contratado)

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	1.665	298	516	1.306	238	379	n.d.
Meta	3.000	600	1800	3.000	600	1800	16%
% da meta	55%	50%	29%	44%	40%	21%	n.d.

2.2.4.3 Ação 3.1.3 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); artigo 55º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.3;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 313;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril.

2 Objetivos da Ação

Desenvolvimento do turismo e de outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012, foram abertos 2 períodos em contínuo para esta ação, onde foram apresentadas 214 candidaturas que representam 38.724 mil euros de investimento. A diminuição de candidaturas dos primeiros concursos, face ao apresentado no relatório de 2011 deve-se a situações de desistência.

Quadro 403: Ação 3.1.3 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	46	70.119	30.723	350	71.880
Segundo	45		32.714	474	100.285
Terceiro	23		19.616	213	38.429
Quarto	1		2.929	1	295
TOTAL		70.119	85.981	1.038	210.889

Analisando a distribuição regional das candidaturas entradas, verifica-se, à semelhança dos outros anos, uma predominância das regiões Norte e Centro, que no seu conjunto, representam cerca de 69% e 67%, respetivamente dos PA e do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 404: Ação 3.1.3 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	441	90.947
Centro	271	50.435
LVT	120	29.865
Alentejo	135	26.033
Algarve	71	13.609
TOTAL	1.038	210.889

b. Análise e decisão das candidaturas

Até ao momento foram analisadas e decididas 76% das candidaturas entradas, das quais 63% foram aprovadas.

Das 493 candidaturas aprovadas, foram contratadas, até ao momento, 462 PA (94% das decididas).

Quadro 405: Ação 3.1.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	350	71.880	348	71.352	120	25.030	228	46.322	227	46.038	22.949	18.355
Segundo	474	100.285	376	79.271	151	31.009	225	48.262	208	44.814	22.452	17.681
Terceiro	213	38.429	61	13.453	25	5.059	36	8.394	27	6.592	3.422	2.737
Quarto	1	295	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.038	210.889	785	164.075	296	61.098	489	102.977	462	97.444	48.823	38.773

A distribuição regional dos PA contratados, que se apresenta no quadro seguinte, segue a mesma tendência já referida para as candidaturas entradas.

Quadro 406: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	181	37.762	18.422	14.738
Centro	114	22.206	11.070	8.856
LVT	61	15.604	7.819	5.971
Alentejo	76	15.801	8.512	6.810
Algarve	30	6.071	2.999	2.399
TOTAL	462	97.444	48.823	38.773

Em 2012 a tipologia de promotor “*outras entidades empresariais privadas*” aparece em primeiro lugar, com 34% dos PA contratados e 33% do investimento, logo seguida das “*empresas*” e dos “*empresários em nome individual*”.

Quadro 407: Ação 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.:mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	133	32.401	16.392	12.939
Empresários em nome individual	122	23.578	11.268	9.015
Outras entidades empresariais privadas	158	32.449	16.775	13.310
Associações e fundações privadas	9	1.035	485	388
Privados	11	2.022	950	760
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	5	1.229	642	514
Cooperativas	3	521	229	183
Outras	21	4.209	2.081	1.664
TOTAL	462	97.444	48.823	38.773

Quanto ao domínio de intervenção, os PA associados a esta ação, mantêm-se maioritariamente associados ao "turismo", nas suas diferentes componentes, com predomínio das "casas de campo", com cerca de 62% dos PA e 64% do investimento contratado.

Quadro 408: Ação 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Alojamento turístico - Casas de campo	286	62.765	30.973	24.666
Alojamento turístico - Turismo de habitação	67	15.371	7.976	6.380
Animação Turística	46	7.252	3.508	2.759
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	26	5.626	3.066	2.328
Alojamento turístico - Parques de campismo e caravanismo	13	2.401	1.186	949
Rotas/precursos	7	734	393	314
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo	5	613	350	280
Produtos turísticos-Actividades de diversão e recreativas	3	942	462	369
Outros	9	1.740	909	727
TOTAL	462	97.444	48.823	38.773

c. Execução financeira

Esta ação apresentava no final de 2012 um montante total de pagamentos acumulados de 24.157 mil euros de despesa pública e 19.937 mil euros de comparticipação FEADER.

Analisando a distribuição regional dos pagamentos verifica-se que a região Norte se destaca com mais de 40% do número de PA e do investimento.

Quadro 409: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	154	31.685	10.575	8.751
Centro	82	15.989	4.893	4.040
LVT	43	10.025	2.988	2.430
Alentejo	56	11.233	4.192	3.464
Algarve	25	4.409	1.509	1.251
TOTAL	360	73.341	24.157	19.937

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 34% (mais 15 p.p. do que 2011) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 50% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (900 ações turísticas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2012, corresponde a 51% da meta do Programa. Quanto ao investimento e apoio contratado mantém-se superior ao esperado uma vez que representou 77% e 70%, respectivamente, o que denota uma dimensão média de investimento superior ao programado.

Quadro 410: Ação 3.1.3 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	462	97.444	48.823	38.773	360	73.341	24.157	19.937
Meta	900	127.347	70.119	58.999	900	127.347	70.119	58.999
% da meta	51%	77%	70%	66%	40%	58%	34%	34%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que, relativamente à criação de postos de trabalho contratados, já se atingiu 56% da meta.

Quadro 411: Ação 3.1.3 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	704	107	271	535	76	192	n.d.
Meta	1.250	500	750	1.250	500	750	20%
% da meta	56%	21%	36%	43%	15%	26%	n.d.

2.2.4.4 Ação 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea b) i) e iii); artigo 57º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.3.2.3 Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria n.º 521/2009 de 14 de maio – medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril.

2 Objetivos da Ação

Valorizar o património rural na ótica do interesse coletivo, enquanto fator de identidade e de atratividade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012, tal como noutras ações, foi aberto um período de candidaturas em contínuo, onde foram rececionadas 194 candidaturas válidas que representam 19.611 mil euros de investimento. Nos primeiros concursos registaram-se desistências razão pela qual o número de candidaturas diminuiu.

Quadro 412: Ação 3.2.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	44	60.101	23.644	359	35.960
Segundo	45		33.858	560	55.992
Terceiro	22		18.384	194	19.611
TOTAL		60.101	75.886	1.113	111.562

Na distribuição regional, verifica-se o predomínio da região Norte, com 40% dos PA e do investimento total proposto.

Quadro 413: Ação 3.2.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	446	45.635
Centro	317	30.693
LVT	152	14.097
Alentejo	145	15.208
Algarve	53	5.928
TOTAL	1113	111.562

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2012 encontravam-se analisadas 939 candidaturas (84% do total das entradas) das quais 77% foram aprovadas.

Quadro 414: Ação 3.2.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	359	35.960	359	35.960	118	12.089	241	23.871	240	23.842	12.627	10.038
Segundo	560	55.992	496	49.913	78	9.659	418	40.254	413	39.707	21.084	16.772
Terceiro	194	19.611	84	9.476	24	2.307	60	7.169	44	4.600	2.402	1.921
TOTAL	1.113	111.562	939	95.349	220	24.056	719	71.294	697	68.148	36.113	28.731

Das 726 candidaturas aprovadas, 697 foram contratadas.

A distribuição regional dos PA contratados apresenta uma representação forte das regiões Norte e Centro, que no seu conjunto representam mais de 65% das candidaturas e do investimento contratado.

Quadro 415: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	266	26.033	13.713	10.970
Centro	193	19.407	10.235	8.188
LVT	112	10.252	5.549	4.279
Alentejo	99	9.553	5.106	4.084
Algarve	27	2.904	1.511	1.209
TOTAL	697	68.148	36.113	28.731

Nesta ação, a tipologia de promotores mais significativa continua a ser a “*administração local*” com 286 candidaturas no valor de cerca de cerca de 31 milhões de euros. Esta tipologia, juntamente com as “*associações e fundações privadas*” e o “*setor público (não administração local)*” representam 78% das candidaturas e 82% do investimento total.

Quadro 416: Ação 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Administração Local	286	30.778	16.200	12.912
Associações e fundações privadas	155	14.138	7.576	6.061
Sector Público (não administração local)	100	11.154	5.869	4.695
Privados	38	2.241	1.175	940
IPSS	15	1.493	825	634
Empresas	8	838	414	301
Empresários em nome individual	6	405	191	145
Agricultor	3	82	42	34
Cooperativas	8	752	381	305
Outros	78	6.267	3.440	2.704
TOTAL	697	68.148	36.113	28.731

Os PA contratados, na ação 3.2.1, à semelhança do ano anterior, centraram-se sobretudo na “*património rural construído*” na “*preservação e recuperação de práticas e tradições culturais*” e na “*refuncionalização de edifícios de traça tradicional*”, continuando a representar, mais de 85% das candidaturas e do investimento contratado.

Quadro 417: Ação 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Património Rural construído	261	24.714	13.210	10.507
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	171	13.281	6.955	5.523
Refuncionalização de edifícios de traça tradicional	167	20.274	10.772	8.560
Rotas/precursos	36	2.638	1.388	1.111
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	21	2.078	1.063	850
Centros de observação da paisagem/natureza	11	1.556	789	631
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	11	1.533	881	705
Animação Turística	7	848	407	325
Outros	12	1.227	648	519
TOTAL	697	68.148	36.113	28.731

c. Execução financeira

À semelhança das outras ações deste subprograma, a execução desta ação iniciou-se em 2010, com um montante de pagamentos acumulados, até ao momento, de 16.183 mil euros de despesa pública e 13.444 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 418: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	193	18.867	6.496	5.417
Centro	147	14.756	4.670	3.908
LVT	70	6.418	2.179	1.769
Alentejo	60	5.583	1.947	1.619
Algarve	23	2.570	892	731
TOTAL	493	48.194	16.183	13.444

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 26% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 46% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (1.000 acções relativas ao património rural), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2012, corresponde a 70% da meta do programa.

Quadro 419: Ação 3.2.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	697	68.148	36.113	28.731	493	48.194	16.183	13.444
Meta	1.000	103.434	60.101	50.773	1.000	103.434	60.101	50.773
% da meta	70%	66%	60%	57%	49%	47%	27%	26%

Quadro 420: Ação 3.2.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Contratado)	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Pago)
	1.124.686	896.191
Meta	112.037	112037
% da meta	1004%	800%

2.2.4.5 Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea b) i) e IMI); Artigo 56º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.3.2.1 Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006:321;
- Portaria n.º 521/2009 de 14 de maio – medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril.

2 Objetivos da Ação

Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012, à semelhança de outras ações, foi aberto um período contínuo de candidaturas que teve a adesão de 233 PA num total de 34.955 mil euros de investimento.

Quadro 421: Ação 3.2.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	44	66.779	29.879	410	59.241
Segundo	43		36.039	570	83.770
Terceiro	20		19.036	233	34.955
TOTAL		66.779	84.953	1.213	177.967

As candidaturas a esta ação mantêm uma forte representatividade, quer no Norte quer no Centro, com perto de 70% do total de candidaturas no conjunto das duas regiões, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 422: Ação 3.2.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	373	65.092
Centro	443	64.536
LVT	147	19.467
Alentejo	202	23.806
Algarve	48	5.066
TOTAL	1213	177.967

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2012, encontravam-se analisadas 83% do total das candidaturas entradas em todos os GAL e destas foram aprovadas 743 (74%).

Quadro 423: Ação 3.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Total de candidaturas contratadas			
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Primeiro	410	59.241	410	59.241	104	17.503	306	41.738	306	41.738	24.838	19.766
Segundo	570	83.770	487	73.226	126	20.347	361	52.879	358	52.466	28.279	22.578
Terceiro	233	34.955	108	15.458	32	4.168	76	11.290	53	7.581	4.171	3.337
TOTAL	1.213	177.967	1.005	147.925	262	42.017	743	105.907	717	101.786	57.287	45.680

Das 743 candidaturas aprovadas foram contratadas 717 com uma distribuição regional semelhante à das candidaturas entradas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 424: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	216	38.134	19.892	15.914
Centro	258	36.754	20.677	16.541
LVT	86	9.857	6.391	4.963
Alentejo	136	14.745	9.112	7.290
Algarve	21	2.295	1.215	972
TOTAL	717	101.786	57.287	45.680

Esta ação tem um forte cariz social, continuando como tipologia de promotor dominante as “*Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)*”, com mais de 75% das candidaturas e do investimento contratado, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 425: Ação 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
IPSS	541	77.545	43.069	34.405
Associações e fundações privadas	90	11.047	6.637	5.273
Administração Local	23	4.021	2.030	1.575
Sector Público (não administração local)	17	1.674	1.035	828
Cooperativas	8	742	460	354
Outros	38	6.758	4.056	3.245
TOTAL	717	101.786	57.287	45.680

Continua a haver um peso muito significativo do "acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência", com cerca de 25% dos PA e 19% do investimento contratado. Outros serviços de cariz social, como o apoio à infância e os serviços itinerantes de apoio social tiveram, também, um peso significativo.

Quadro 426: Ação 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência	177	19.656	11.562	9.250
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	84	11.368	6.893	5.451
Serviços de apoio à infância	64	9.425	5.265	4.212
Serviços itinerantes de apoio social	64	9.216	4.714	3.740
Serviços de apoio à população	4	376	220	176
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	4	197	148	118
Refuncionalização de edifícios de traça tradicional	2	229	136	109
Serviços de apoio a novos residentes	10	3.376	1.497	1.198
Outros serviços básicos	308	47.942	26.853	21.427
TOTAL	717	101.786	57.287	45.680

c. Execução financeira

O montante de pagamentos acumulados nesta ação, em 2012, é de 27.606 mil euros de despesa pública e 22.793 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte, sendo o Norte e Centro as regiões mais importantes, representando ambas, no seu conjunto, 67% dos PA e 73% do investimento apoiado.

Quadro 427: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	145	25.567	9.965	8.236
Centro	194	26.608	9.789	8.132
LVT	57	6.685	3.072	2.455
Alentejo	95	10.474	4.021	3.345
Algarve	17	1.915	760	625
TOTAL	508	71.248	27.606	22.793

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 41% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 49% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (1.500 ações apoiadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2012, corresponde a 48% da meta do programa. Quanto ao investimento e apoio contratado continua a ser superior ao esperado uma vez que representou uma percentagem da meta superior (101% e 86% respectivamente) face à percentagem de PA contratados.

Quadro 428: Ação 3.2.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	717	101.786	57.287	45.680	508	71.248	27.606	22.793
Meta	1.500	100.736	66.779	56.086	1.500	100.736	66.779	56.086
% da meta	48%	101%	86%	81%	34%	71%	41%	41%

Quadro 429: Ação 3.2.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Contratado)	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Pago)
	122.048	69.747
Meta	186.728	186.728
% da meta	65%	37%

2.2.4.6 Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 61º alínea f); Artigo 63º alínea b) e Artigo 65º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- Artigo 39º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.4.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 421;
- Portaria n.º 786/2009 de 27 de julho, medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de Junho e pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril.

2 Objetivos da Medida

Valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador das complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos territórios em cooperação.

Conjugar, através da cooperação, o saber-fazer e os recursos humanos e financeiros oriundos de diferentes territórios rurais, permitindo atingir massa crítica necessária à viabilização dos projetos de cooperação, otimizar e racionalizar os recursos e identificar complementaridades que permitem abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais.

3 Implementação da Medida

A implementação desta medida começa pela apresentação por parte dos GAL, em conjunto com a ELD, das áreas temáticas em que pretendem desenvolver projetos de cooperação, os objetivos a alcançar e a mais-valia para o território resultante da concretização da cooperação, através de um Plano de Cooperação. Este integra um diagnóstico das necessidades de cooperação do território e a formulação da estratégia de cooperação,

baseada num conjunto de ideias de cooperação, com um orçamento e calendário previsional, referente à assistência técnica preparatória dos projetos de cooperação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta medida, tal como já referido, iniciou a sua operacionalização com a apresentação dos Planos de Cooperação por parte dos GAL, ainda em 2009. No ano de 2012 não entraram novos planos de cooperação.

Quadro 430: Medida 3.4 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Planos de cooperação	Candidaturas entradas em 2012		Total de candidaturas entradas	
	Nº Intenções	Investimento total	Nº Intenções	Investimento total
3.4.1	0	0	23	321
3.4.2	0	0	31	696
TOTAL	0	0	54	1.017

A distribuição regional dos planos de cooperação é a mesma que se apresentou em 2011.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012 como não se registaram entradas de novos PA não se registaram análises e/ou decisões, tendo-se registado desistências.

Quadro 431: Medida 3.4 – Planos de Cooperação entrados, analisados, decididos e contratados por Ação (acumulado)

Un.: mil euros

Planos de cooperação	Total de intenções entradas		Intenções analisadas		Total de intenções Decididas				Total de intenções contratadas			
	Nº Intenções	Invest. total	Nº Intenções	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº Intenções	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº Intenções	Invest. total	Nº Intenções	Invest. total				
3.4.1	23	321	23	321	3	43	20	252	20	252	222	177
3.4.2	31	696	31	696	1	8	30	605	30	605	535	424
TOTAL	54	1.017	54	1.017	4	50	50	857	50	857	757	601

Existem, assim, 50 planos de cooperação contratados no final de 2012.

Apresenta-se em seguida, a distribuição regional dos planos de cooperação contratados.

Quadro 432: Medida 3.4 – Distribuição regional dos Planos de Cooperação contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados							
	Coop. interterritorial				Coop. Transnacional			
	Nº Intenções	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº Intenções	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	5	37	32	26	9	199	178	142
Centro	6	84	74	59	6	138	122	97
LVT	4	35	30	24	8	122	106	80
Alentejo	2	41	36	28	5	85	76	60
Algarve	3	56	50	40	2	61	54	43
TOTAL	20	252	222	177	30	605	535	424

(a) - Dos 34 PA contratados, 11 englobam intenções às acções 3.4.1 e 3.4.2, 5 apenas à Acção 3.4.1 e 18 apenas à Acção 3.4.2.

Os 50 planos de cooperação contratados, correspondem a 34 PA contratados, 11 referem-se a intenções de cooperação relativas às ações 3.4.1 e 3.4.2, 5 apenas à ação 3.4.1 e 18 à ação 3.4.2.

c. Execução financeira

O total dos pagamentos efetuados foi de 416 mil euros de despesa pública com 337 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional e por tipo de plano de cooperação é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 433: Medida 3.4 – Distribuição regional dos Planos de Cooperação pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos					
	Coop. Interterritorial			Coop. Transnacional		
	Nº Intenções	Despesa Pública	FEADER	Nº Intenções	Despesa Pública	FEADER
Norte	5	11	10	9	103	85
Centro	5	41	34	6	79	65
LVT	4	21	17	7	64	49
Alentejo	2	8	7	5	35	29
Algarve	3	21	17	2	31	25
TOTAL	19	104	85	29	312	252

2.2.4.7 Ação 3.4.1 – Cooperação interterritorial

1 Objetivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais, situados no espaço nacional com criação de mais valia para os territórios cooperantes.

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta ação foi operacionalizada através de períodos de candidatura. Em 2012 não se abriram períodos de candidaturas para esta ação. No final deste ano, existiam 142 candidaturas entradas válidas com um investimento total proposto de 9.544 mil euros. Face a 2011 registaram-se 2 desistências.

Quadro 434: Ação 3.4.1 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concurso	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total
Primeiro	10.479	63	5.410
Segundo		15	1.447
Terceiro		64	2.688
TOTAL	10.479	142	9.544

A distribuição regional das candidaturas, em termos acumulados e comparativamente com o ano 2011, manteve-se, tal como se verifica no quadro seguinte.

Quadro 435: Ação 3.4.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulada)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	51	3.051
Centro	33	2.279
LVT	31	2.691
Alentejo	20	1.062
Algarve	7	462
TOTAL	142	9.544

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2011 as candidaturas encontravam-se todas analisadas e decididas. Em 2012 apenas se registou a contratação de 2 PA.

Quadro 436: Ação 3.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concurso	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	63	5.410	63	5.410	0	0	63	4.971	63	4.971	4.225	3.328
Segundo	15	1.447	15	1.447	0	0	15	1.384	15	1.384	1.145	916
Terceiro	64	2.688	64	2.688	4	379	60	2.032	60	2.032	1.727	1.375
TOTAL	142	9.544	142	9.544	4	379	138	8.386	138	8.386	7.097	5.620

A análise da distribuição regional dos PA contratados mantém-se face a 2011, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 437: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	49	2.704	2.298	1.839
Centro	32	2.138	1.786	1.429
LVT	30	2.075	1.764	1.353
Alentejo	20	1.009	858	686
Algarve	7	460	391	313
TOTAL	138	8.386	7.097	5.620

Quanto à temática de cooperação continua a verificar-se um grande peso das tipologias “*turismo e promoção dos territórios*” e “*produtos locais*” que representam, quer em número de PA contratados, quer em investimento, mais de 80% do total contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 438: Ação 3.4.1 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação ¹	Total contratados			
	Nº PA	Investi-mento	Despesa Pública	FEADER
Turismo e promoção dos territórios	85	3.939	3.317	2.626
Produtos locais	84	3.018	2.565	2.031
Meio ambiente e recursos naturais	9	835	710	568
Património histórico-cultural	6	295	250	192
Qualificação, participação e cidadania	5	245	208	166
Novas tecnologias	2	55	47	37
TOTAL	191	8.386	7.097	5.620

¹ Um PA pode ter mais de uma temática de cooperação

Em termos acumulados, foram contratados 138 PA, num total de 7.097 mil euros de despesa pública, representando 5.620 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 97% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 5.940 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 68%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

A execução desta ação apresenta um montante de pagamentos acumulados de 3.491 mil euros de despesa pública e 2.875 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 439: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	46	908	754
Centro	30	1.013	835
LVT	30	1.006	823
Alentejo	17	374	306
Algarve	7	190	157
TOTAL	130	3.491	2.875

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 33% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 51% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os projectos de cooperação apoiados apresentaram um apoio médio superior ao esperado, uma vez que o número de projectos de cooperação atingiu apenas 13% da meta do Programa enquanto a despesa pública, a eles associada, representou 68% da meta. Verifica-se, ainda, que 72% de GAL estiveram envolvidos em ações de cooperação.

Quadro 440: Ação 3.4.1 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	19	45	7.097	5.620	19	42	3.491	2.875
Meta	150	<46	10.479	8.800	150	<46	10.479	8.800
% da Meta	13%	72%	68%	64%	13%	72%	33%	33%

2.2.4.8 Ação 3.4.2 – Cooperação transnacional

1 Objetivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais nacionais e de países terceiros, podendo estes não estar situados no espaço da UE

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como na ação 3.4.1, a operacionalização desta ação foi efetuada por períodos de candidaturas, não tendo existido nenhum período em 2012. O número de candidaturas válidas diminuiu, face a 2011, por força de desistências ocorridas no ano de 2012.

Quadro 441: Ação 3.4.2 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concurso	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total
Primeiro	1.423	11	875
Segundo		42	3.164
Terceiro		11	846
TOTAL	1.423	64	4.885

Em termos acumulados entraram 64 candidaturas válidas, com um total de 4.885 mil euros de investimento proposto.

A distribuição regional das candidaturas entradas mantém-se conforme se apresenta em seguida.

Quadro 442: Ação 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	14	975
Centro	16	995
LVT	9	699
Alentejo	17	1.365
Algarve	8	852
TOTAL	64	4.885

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2012, foram contratados 17 PA que representam 1.256 mil euros de investimento.

Quadro 443: Ação 3.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concurso	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	11	875	11	875	0	0	11	875	11	875	787	630
Segundo	42	3.164	42	3.164	3	261	39	2.792	37	2.611	2.350	1.842
Terceiro	11	846	11	846	1	110	10	723	8	608	547	423
TOTAL	64	4.885	64	4.885	4	371	60	4.390	56	4.094	3.684	2.895

Analisando a distribuição regional dos PA contratados mantém-se a mesma tendência já registada em 2011: em termos de número de PA contratados, as regiões predominantes são a região Centro e a do Alentejo, sendo esta última a que apresenta um investimento mais significativo com 25% do total do investimento contratado.

Quadro 444: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	12	819	737	590
Centro	16	995	895	716
LVT	9	648	583	414
Alentejo	13	1.014	913	730
Algarve	6	618	556	445
TOTAL	56	4.094	3.684	2.895

Analisando os PA contratados, segundo a temática de cooperação que apresentam, mantém-se o predomínio da temática “qualificação, participação e cidadania” e verifica-se um reforço na temática de cooperação “turismo e promoção dos territórios”, que apresenta agora um peso igual aos “produtos locais”, 23% e 24%, respetivamente, dos PA e do investimento total.

Quadro 445: Ação 3.4.2 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação ¹	Total contratados			
	Nº PA	Investi-mento	Despesa Pública	FEADER
Qualificação, participação e cidadania	23	1.486	1.337	1.070
Produtos locais	13	1.006	906	694
Turismo e promoção dos territórios	13	975	877	679
Meio ambiente e recursos naturais	7	585	527	421
Património histórico-cultural	1	42	38	30
TOTAL	57	4.094	3.684	2.895

¹ Um PA pode ter mais de uma temática de cooperação

Em termos acumulados, foram contratados 56 PA, num total de 3.684 mil euros de despesa pública, com 2.895 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 97% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 3.123 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 260%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

A execução desta ação apresenta um montante de pagamentos acumulados de 1.267 mil euros de despesa pública e 1.069 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 446: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	12	301	254
Centro	11	304	256
LVT	6	185	157
Alentejo	12	339	285
Algarve	3	138	117
TOTAL	44	1.267	1.069

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 89% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 37% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de projetos de cooperação contratados ultrapassou a meta em 20%, tendo também superado largamente, o valor da meta em termos de apoio (259%). Este diferencial é compensado na ação 3.4.1.

Quadro 447: Ação 3.4.2 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	24	36	3.684	2.895	22	30	1.267	1.069
Meta	20	<46	1.423	1.200	20	<46	1.423	1.200
% da Meta	120%	72%	259%	241%	110%	72%	89%	89%

2.2.4.9 Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 59º e Artigo 63º alínea a) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 37º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 413;
- Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de junho, medida 3.3 - Implementação de estratégias locais de desenvolvimento, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Dinamização Económica dos Territórios Rurais, nomeadamente através da Diversificação da Economia e Criação de Emprego e da Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais;
- Reforçar a Governança Local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Como já foi referido em relatórios anteriores, o reconhecimento dos GAL e aprovação das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), iniciou-se no ano de 2008 com o reconhecimento de 44 GAL.

O processo de reconhecimento dos GAL, feito mediante um concurso público, permitiu que cada concorrente apresentasse uma ELD, que se adequasse às necessidades do território de intervenção definido, em particular uma estratégia que possibilitasse a concretização de objectivos, definidos pelo conjunto dos actores socioeconómicos desse mesmo território, essenciais para a revitalização das zonas rurais. Este processo ficou concluído apenas em janeiro de 2010 com o reconhecimento dos últimos 3 GAL e aprovação das respectivas estratégias.

As ELD incorporam as medidas 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” e 3.2 “Melhoria da qualidade de vida”, cuja execução já foi apresentada anteriormente.

Neste ponto apresenta-se uma síntese da execução das ELD/medidas 3.1 e 3.2, em cada um dos GAL.

Quadro 448: Medida 3.3 – Execução das ELD (por GAL)

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest total	N.º PA	Invest total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	9.566	7.653	15	10.665	168	19.922	124	13.259	6.634	5.307	93	3.835	3.132
ADAE	6.125	4.900	15	9.399	119	19.626	56	10.019	4.864	3.891	40	1.912	1.592
ADER-AL	8.814	7.051	15	11.334	181	24.095	64	8.354	4.757	3.805	61	2.797	2.343
ADERE	5.015	4.012	15	6.310	72	12.546	30	6.228	2.971	2.377	20	1.178	980
ADERES	4.120	3.296	10	3.984	79	10.537	45	6.309	3.113	2.490	21	1.085	921
ADER-SOUSA	8.850	7.080	10	9.506	150	28.716	74	14.948	8.001	6.401	46	3.164	2.634
ADIBER	6.289	5.031	10	5.019	111	12.508	66	6.844	3.965	3.172	54	2.463	2.019
ADICES	7.590	6.072	10	6.185	103	15.462	57	9.151	4.703	3.762	53	2.775	2.302
ADIRN	9.823	7.858	10	6.304	163	27.207	96	15.924	8.798	7.038	54	2.718	2.245
ADL	8.641	6.913	10	9.759	100	15.760	94	14.951	8.075	6.460	60	3.320	2.734
ADRAT	7.319	5.856	10	7.986	115	17.627	77	11.753	6.197	4.958	52	3.380	2.805
ADREPEs	7.437	4.090	15	7.648	67	9.928	46	6.366	3.736	2.055	43	1.978	1.359
ADRIL	9.872	7.898	15	8.649	205	29.480	85	11.533	6.144	4.915	57	2.890	2.398
ADRIMAG	9.369	7.496	15	11.522	198	30.699	92	15.295	6.974	5.579	67	3.982	3.269
ADRIMINHO	7.514	6.011	10	6.057	118	19.533	71	10.744	5.613	4.490	54	2.583	2.146
ADRITEM	9.107	7.285	15	9.420	86	16.529	40	7.593	4.690	3.752	38	3.481	2.868
ADRUSE	5.592	4.474	10	6.505	92	12.561	60	9.476	4.815	3.852	45	1.872	1.557
APRODER	6.610	5.288	15	7.747	132	17.127	55	6.896	4.122	3.298	34	1.873	1.526
ATAHCA	6.633	5.306	10	7.197	215	25.108	62	7.647	4.001	3.201	63	3.797	3.111
BEIRA DOURO	6.427	5.142	15	8.142	120	21.425	68	10.046	5.550	4.440	43	2.475	2.065
BEIRA INTERIOR SUL	8.912	7.129	15	8.486	96	15.025	57	8.242	5.062	4.049	48	2.750	2.269
CASTELOS DO CÔA	5.763	4.611	10	5.646	116	18.678	42	8.016	4.201	3.360	42	1.786	1.510
CHARNECA	8.414	6.731	15	10.260	101	15.065	81	11.638	6.881	5.505	64	3.946	3.263
CORANE	8.699	6.959	10	6.914	146	24.130	88	13.656	5.982	4.786	72	3.108	2.583
DESTIQUE	7.927	6.341	10	7.502	118	15.301	80	9.857	4.811	3.848	67	2.519	2.088
DOLMEN	8.105	6.484	10	8.671	138	25.724	88	15.733	7.070	5.656	67	3.725	3.096
DOURO HISTÓRICO	6.619	5.295	10	8.045	94	16.180	51	8.579	4.376	3.501	47	2.360	1.960
DOURO SUPERIOR	5.303	4.242	5	3.577	65	9.840	56	8.539	4.375	3.500	36	2.568	2.111
ELOZ	5.315	4.252	5	2.796	103	11.472	51	5.899	3.335	2.668	48	1.945	1.615
GAL ADD	7.320	5.856	10	6.136	162	20.961	74	9.611	4.919	3.935	69	3.050	2.534
GAL ADDLAP	6.546	5.237	10	6.546	83	10.489	54	6.901	3.928	3.143	32	980	833
GAL AL SUD - ESDIME	8.593	6.875	11	6.537	94	13.377	79	10.693	6.378	5.103	61	3.115	2.575
GAL COVA DA BEIRA	5.802	4.642	11	7.282	110	15.564	58	7.429	3.734	2.987	21	659	554
GAL T B GUADIANA	6.386	5.109	15	7.194	132	16.571	61	6.403	3.311	2.649	58	2.251	1.851
INT ALGARVE CENTRAL	6.055	4.844	15	9.473	55	6.419	36	4.197	2.326	1.861	30	1.144	954
LEADER OESTE	9.597	7.677	10	6.583	136	28.513	96	18.256	8.717	6.974	61	3.590	2.934
LEADERSÓR	6.205	4.964	15	9.822	92	14.130	41	5.274	2.933	2.346	24	1.172	970
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	7.938	6.350	10	5.567	57	8.940	47	7.592	4.147	3.318	45	2.090	1.728
MONTE	12.484	9.988	15	9.663	141	18.610	104	14.173	7.480	5.984	68	4.266	3.521
PINHAL MAIOR	5.595	4.476	15	6.655	125	15.638	57	7.785	3.328	2.663	50	2.221	1.832
PROBASTO	5.011	4.009	5	1.638	94	10.062	47	4.830	2.722	2.178	21	997	819
PRÓ-RAIA	5.601	4.481	10	5.562	74	11.079	38	5.329	2.815	2.252	25	1.407	1.179
PRÓ-RURAL	5.635	4.508	10	6.380	81	10.677	44	5.389	3.036	2.428	15	454	385
SOL DO AVE	5.328	4.262	15	7.313	119	24.774	39	6.778	3.755	3.004	26	1.798	1.508
TAGUS	6.123	4.898	15	8.392	110	14.380	47	5.393	2.717	2.173	44	1.313	1.101
TERRAS DE SICÓ	7.938	6.351	15	8.780	97	14.407	73	9.400	5.566	4.453	49	2.670	2.201
TERRAS DENTRO	5.470	4.376	15	7.449	47	7.597	34	5.273	3.083	2.467	26	1.406	1.167
TOTAL	339.399	269.660	562	348.207	5.380	800.000	2.985	434.201	228.708	182.032	2.214	112.847	93.147

Quadro 449: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.1 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.1.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	470	376	3	781	27	1.133	22	546	212	170	7	48	40
ADAE	230	184	3	766	3	134	0	0	0	0	0	0	0
ADER-AL	1.234	987	3	1.417	25	4.157	5	1.200	680	544	5	302	255
ADERE	750	600	3	1.006	8	1.951	4	1.042	529	424	2	116	95
ADERES	463	371	2	328	4	635	4	635	315	252	3	130	110
ADER-SOUSA	329	263	2	603	7	1.526	2	319	181	145	1	16	14
ADIBER	338	270	2	244	3	428	2	410	240	192	2	52	43
ADICES	152	121	2	171	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIRN	612	490	2	887	8	2.025	5	1.252	612	490	4	103	87
ADL	707	566	2	1.389	8	1.500	7	1.453	688	550	5	301	243
ADRAT	602	481	2	887	8	1.200	8	1.200	599	479	7	378	318
ADREPES	1.041	573	3	825	6	1.158	5	859	483	265	5	196	143
ADRIL	2.530	2.024	3	1.904	33	5.819	19	3.385	1.730	1.384	10	854	712
ADRIMAG	761	609	3	1.220	6	1.193	3	687	261	209	1	50	42
ADRIMINHO	1.236	989	2	941	13	2.811	9	1.731	900	720	4	168	141
ADRITEM	837	670	3	1.106	6	1.615	2	499	280	224	2	279	230
ADRUSE	563	450	2	723	4	766	4	766	396	317	4	130	110
APRODER	1.080	864	3	1.700	13	1.776	4	556	275	220	2	92	76
ATAHCA	664	531	2	844	13	2.332	5	983	540	432	5	540	447
BEIRA DOURO	821	657	3	962	13	3.290	5	1.287	617	494	4	334	281
BEIRA INTERIOR SUL	1.255	1.004	3	1.447	13	2.918	6	1.159	695	556	4	233	194
CASTELOS DO CÔA	251	201	2	683	6	1.082	2	446	151	121	2	109	92
CHARNECA	1.911	1.529	3	2.429	26	4.484	17	2.659	1.446	1.156	13	696	586
CORAME	1.562	1.250	2	1.243	11	2.478	10	2.256	1.062	850	7	271	227
DESTEQUE	1.776	1.421	2	1.350	18	2.074	18	2.074	1.035	828	14	333	277
DOLMEN	817	653	2	1.095	12	3.233	8	2.116	817	653	6	372	316
DOURO HISTÓRICO	993	794	2	1.018	10	2.718	6	1.694	811	649	5	355	294
DOURO SUPERIOR	530	424	1	392	4	897	2	386	220	176	2	184	147
ELOZ	266	213	1	120	1	136	1	136	54	43	1	54	44
GAL ADD	41	33	2	477	1	103	1	103	41	33	1	11	10
GAL ADDLAP	327	262	2	327	4	803	2	457	225	180	1	57	48
GAL AL SUD - ESDIME	1.627	1.302	3	1.740	9	2.530	8	2.230	1.279	1.023	7	695	574
GAL COVA DA BEIRA	1.088	870	3	706	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GAL T B GUADIANA	589	471	3	1.395	10	1.351	7	814	436	348	5	203	170
INT ALGARVE CENTRAL	908	727	3	1.650	3	622	1	25	12	10	1	12	10
LEADER OESTE	1.528	1.222	2	662	10	3.155	9	2.791	1.377	1.101	5	427	357
LEADERSÖR	1.861	1.489	3	1.942	10	2.010	4	906	485	388	1	29	25
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	798	638	2	644	4	1.133	3	874	446	356	3	268	228
MONTE	1.367	1.093	3	1.018	17	2.222	12	1.450	721	577	7	226	190
PINHAL MAIOR	424	339	3	535	4	222	3	75	34	28	2	19	16
PROBASTO	251	200	1	150	4	355	1	100	60	48	1	60	51
PRÓ-RAIA	700	560	2	625	2	56	2	56	17	14	1	9	7
PRÓ-RURAL	733	586	2	1.084	9	2.214	4	781	449	359	2	56	47
SOL DO AVE	333	266	3	537	3	857	2	558	282	225	1	99	83
TAGUS	630	504	3	795	8	1.099	5	624	336	269	5	244	208
TERRAS DE SICÓ	238	191	3	286	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TERRAS DENTRO	735	588	3	1.185	8	1.784	6	1.184	647	517	3	175	149
TOTAL	38.960	30.907	114	44.240	415	75.985	255	44.762	22.674	18.018	173	9.284	7.738

Quadro 450: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.2 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.1.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas			Candidaturas Contratadas			Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	3.035	2.428	3	2.934	53	7.714	38	5.287	2.686	2.149	24	1.395	1.130
ADAE	2.494	1.995	3	2.965	55	8.808	31	4.880	2.423	1.938	22	1.087	904
ADER-AL	1.851	1.481	3	2.655	40	4.766	12	1.501	827	661	12	522	437
ADERE	500	400	3	1.104	17	1.206	4	281	123	99	4	72	59
ADERES	695	556	2	564	12	1.342	8	1.045	521	417	4	73	62
ADER-SOUSA	2.808	2.247	2	2.617	50	9.197	22	4.428	2.547	2.038	15	1.343	1.121
ADIBER	1.028	822	2	979	20	1.569	17	1.351	630	504	17	514	417
ADICES	2.808	2.247	2	2.207	56	7.360	28	3.870	2.011	1.608	27	1.266	1.038
ADIRN	3.078	2.462	2	1.747	43	7.714	24	4.692	2.495	1.996	14	1.027	841
ADL	1.460	1.168	2	1.699	20	2.614	19	2.414	1.311	1.049	14	654	540
ADRAT	2.912	2.330	2	2.858	57	9.872	24	5.161	2.808	2.247	20	1.849	1.520
ADREPES	1.562	859	3	1.799	20	2.637	13	1.581	876	482	12	548	330
ADRIL	1.948	1.558	3	2.519	52	5.618	28	2.884	1.638	1.310	16	726	592
ADRIMAG	2.015	1.612	3	3.090	44	6.468	14	2.261	1.160	928	7	418	348
ADRIMINHO	1.652	1.321	2	1.197	21	3.047	12	1.829	1.007	806	10	672	552
ADRITEM	2.441	1.953	3	2.754	25	5.039	5	1.222	718	574	4	537	440
ADRUSE	752	602	2	979	21	2.352	10	1.093	564	451	10	439	366
APRODER	2.204	1.764	3	2.453	34	4.733	13	2.332	1.300	1.040	9	540	433
ATAHCA	995	796	2	1.323	45	5.734	11	1.435	802	642	11	710	581
BEIRA DOURO	1.159	927	3	1.223	24	3.632	14	1.922	945	756	11	600	497
BEIRA INTERIOR SUL	2.542	2.034	3	2.424	26	4.111	21	3.393	2.002	1.602	15	913	761
CASTELOS DO CÔA	1.818	1.455	2	1.297	29	3.906	11	2.024	1.166	933	11	612	517
CHARNECA	3.398	2.718	3	3.496	37	5.355	28	4.174	2.467	1.974	25	1.644	1.352
CORANE	2.113	1.691	2	1.504	57	7.623	27	2.797	1.396	1.117	24	1.043	859
DESTEQUE	1.313	1.051	2	1.345	37	4.436	18	1.982	867	694	14	502	413
DOLMEN	2.095	1.676	2	2.194	44	7.475	29	4.384	2.004	1.603	25	1.161	960
DOURO HISTÓRICO	1.324	1.059	2	1.295	29	4.372	20	2.703	1.239	991	19	871	717
DOURO SUPERIOR	1.061	848	1	648	14	1.689	9	1.172	635	508	9	582	472
ELOZ	1.329	1.063	1	808	29	2.784	14	1.785	988	790	11	628	519
GAL ADD	3.021	2.417	2	2.294	74	9.880	31	4.443	2.201	1.761	30	1.582	1.302
GAL ADDLAP	1.637	1.309	2	1.461	20	2.133	12	1.230	687	550	8	228	194
GAL AL SUD - ESDIME	3.084	2.467	2	2.150	30	5.528	22	4.001	2.303	1.842	19	1.142	940
GAL COVA DA BEIRA	1.088	870	2	1.922	38	5.364	12	1.390	756	605	3	48	40
GAL T B GUADIANA	1.444	1.155	3	1.471	31	3.535	21	1.929	926	741	20	592	489
INT ALGARVE CENTRAL	1.211	969	3	1.988	18	2.267	12	1.468	855	684	11	418	354
LEADER OESTE	3.048	2.439	2	2.427	43	9.715	25	5.624	2.738	2.191	21	1.386	1.132
LEADERSÔR	1.396	1.117	3	1.920	26	2.811	13	1.100	582	466	10	440	363
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	2.583	2.067	2	1.901	24	3.851	19	3.402	1.889	1.511	19	1.031	845
MONTE	4.496	3.597	3	3.661	48	6.482	35	5.419	2.785	2.228	28	1.982	1.632
PINHAL MAIOR	1.600	1.280	3	2.230	53	6.452	32	3.992	1.378	1.103	30	982	811
PROBASTO	1.253	1.002	1	288	38	2.638	18	1.335	639	511	6	226	184
PRÓ-RAIA	1.575	1.260	2	1.239	26	2.565	14	1.816	997	797	11	600	500
PRÓ-RURAL	1.648	1.319	2	1.635	13	1.477	10	1.178	648	519	2	46	39
SOL DO AVE	704	563	3	1.403	22	3.994	4	813	434	347	3	260	221
TAGUS	1.600	1.280	3	2.044	42	4.940	14	1.617	807	646	15	275	230
TERRAS DE SICÓ	2.540	2.032	3	3.131	23	3.509	19	2.917	1.609	1.287	16	839	693
TERRAS DENTRO	1.470	1.176	3	1.941	20	3.061	17	2.507	1.419	1.136	12	591	489
TOTAL	89.790	71.441	112	89.782	1.600	223.377	854	122.061	63.811	50.829	680	35.616	29.235

Quadro 451: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.3 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.2.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	2.691	2.153	3	2.690	53	5.504	38	3.731	1.940	1.552	37	1.399	1.156
ADAE	1.935	1.548	3	2.362	34	6.317	16	3.518	1.682	1.346	11	477	395
ADER-AL	2.380	1.904	3	2.203	50	6.068	25	2.435	1.480	1.184	23	903	748
ADERE	964	771	3	1.364	11	2.068	6	1.528	657	525	3	358	296
ADERES	1.029	823	2	1.395	20	3.601	8	1.781	1.006	805	5	487	413
ADER-SOUSA	2.486	1.989	2	2.550	38	7.280	22	4.815	2.471	1.977	10	762	630
ADIBER	1.706	1.365	2	1.237	37	3.459	24	1.753	1.237	990	18	822	671
ADICES	2.657	2.125	2	2.071	21	3.846	15	3.025	1.512	1.209	14	949	791
ADIRN	2.104	1.683	2	960	48	6.870	28	3.097	2.041	1.633	17	799	656
ADL	2.209	1.767	2	2.079	27	3.580	26	3.537	2.111	1.689	15	569	472
ADRAT	99	79	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADREPES	1.116	614	3	957	12	1.361	7	811	598	329	7	422	275
ADRIL	1.454	1.164	3	1.646	37	5.379	18	2.610	1.454	1.163	12	463	393
ADRIMAG	2.520	2.016	3	2.566	43	7.784	27	5.825	2.268	1.815	20	1.375	1.119
ADRIMINHO	2.468	1.975	2	2.108	34	7.047	20	3.669	2.075	1.660	15	928	771
ADRITEM	2.279	1.824	3	2.228	24	4.370	16	2.997	2.028	1.623	16	1.572	1.298
ADRUSE	1.077	862	2	1.077	16	2.321	13	2.132	1.077	862	7	270	222
APRODER	1.222	978	3	1.203	31	3.501	13	1.240	927	742	7	558	459
ATAHCA	1.990	1.592	2	1.983	22	2.970	8	1.077	760	608	8	734	599
BEIRA DOURO	1.299	1.039	3	1.299	30	3.714	21	1.966	1.271	1.017	8	437	356
BEIRA INTERIOR SUL	2.105	1.684	3	1.571	17	3.175	9	1.449	1.062	850	9	912	743
CASTELOS DO CÔA	1.876	1.501	2	2.130	36	6.901	14	3.126	1.676	1.341	14	466	396
CHARNECA	1.516	1.213	3	1.468	18	2.152	18	2.152	1.446	1.157	11	627	521
CORANE	1.874	1.499	2	1.378	21	5.033	17	4.046	1.374	1.099	14	793	660
DESTEQUE	1.117	893	2	779	17	1.659	10	1.013	589	471	10	521	426
DOLMEN	1.975	1.580	2	1.975	28	5.357	18	3.577	1.838	1.470	9	870	726
DOURO HISTÓRICO	1.655	1.324	2	2.176	33	4.991	10	1.242	797	638	10	366	308
DOURO SUPERIOR	1.856	1.485	1	772	16	3.713	16	3.713	1.855	1.484	7	674	558
ELOZ	1.329	1.063	1	705	17	1.346	17	1.346	908	727	18	547	456
GAL ADD	2.407	1.926	2	1.793	56	7.335	24	2.839	1.544	1.236	21	1.016	856
GAL ADDLAP	1.309	1.047	2	1.915	23	2.818	15	1.937	1.161	929	6	264	224
GAL AL SUD - ESDIME	1.660	1.328	2	1.047	28	2.168	27	1.985	1.405	1.124	20	723	604
GAL COVA DA BEIRA	1.450	1.160	2	1.850	32	4.627	17	2.951	1.529	1.223	5	125	107
GAL T B GUADIANA	1.218	975	3	1.219	29	2.388	11	541	393	315	11	342	278
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	3	2.434	8	609	4	227	165	132	3	60	51
LEADER OESTE	984	787	2	614	11	1.747	11	1.747	982	785	7	479	384
LEADERSÓR	853	682	3	2.141	20	3.567	7	1.055	619	495	5	228	187
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.435	1.148	2	957	15	1.525	14	1.517	806	645	12	300	255
MONTE	2.573	2.058	3	2.369	30	3.399	27	2.856	1.738	1.390	11	747	623
PINHAL MAIOR	1.463	1.171	3	1.768	27	4.901	10	2.276	1.253	1.002	9	837	690
PROBASTO	1.002	802	1	393	13	1.459	10	956	640	512	4	222	179
PRÓ-RAIA	1.260	1.008	2	1.550	26	5.094	13	2.172	1.211	969	6	362	306
PRÓ-RURAL	986	789	2	1.212	24	2.236	4	396	297	238	3	56	48
SOL DO AVE	999	799	3	1.392	17	4.336	3	629	472	377	2	248	211
TAGUS	1.223	978	3	1.627	27	3.836	9	810	397	318	8	187	159
TERRAS DE SICÓ	1.985	1.588	3	1.640	28	3.291	25	2.719	1.877	1.502	14	856	706
TERRAS DENTRO	1.012	810	3	1.769	8	1.262	6	963	656	525	6	494	408
TOTAL	76.320	60.777	112	74.623	1.213	177.967	717	101.786	57.287	45.680	508	27.606	22.793

Quadro 452: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.2.1 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.2.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest total	N.º PA	Invest total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.675	1.340	3	2.360	17	1.776	15	1.248	629	503	16	416	338
ADAE	960	768	3	1.887	17	2.689	7	1.122	536	429	6	301	253
ADER-AL	1.498	1.199	3	2.603	38	4.103	14	1.370	748	598	13	566	475
ADERE	1.291	1.033	3	1.291	10	1.867	5	832	421	337	3	187	157
ADERES	901	721	2	934	32	2.682	18	1.521	623	499	7	170	145
ADER-SOUSA	1.396	1.117	2	1.463	34	4.819	16	2.019	995	796	12	540	450
ADIBER	1.317	1.053	2	1.110	23	2.879	12	1.431	801	641	7	407	336
ADICES	987	789	2	1.025	11	1.107	10	1.075	580	464	9	341	290
ADIRN	1.646	1.317	2	1.198	36	4.039	24	2.909	1.615	1.292	12	373	315
ADL	1.031	825	2	1.358	16	1.919	15	1.797	960	768	8	259	213
ADRAT	2.752	2.202	2	3.003	40	4.277	37	3.714	1.850	1.480	17	482	410
ADREPES	1.116	614	3	1.392	14	1.290	12	1.120	639	352	11	381	274
ADRIL	1.053	842	3	304	15	1.615	5	339	184	147	4	25	21
ADRMAG	2.087	1.670	3	2.401	64	6.757	34	3.352	1.754	1.403	27	1.022	846
ADRMINHO	836	668	2	677	18	1.670	13	982	508	406	12	278	236
ADRITEM	1.975	1.580	3	1.540	22	3.163	13	1.717	974	779	13	708	582
ADRUSE	1.233	986	2	1.878	29	2.957	14	1.773	997	798	12	338	287
APRODER	976	781	3	975	33	2.581	17	1.276	750	600	10	264	217
ATAHCA	1.326	1.061	2	1.087	87	6.299	20	1.220	601	481	20	601	490
BEIRA DOURO	1.451	1.161	3	2.099	21	2.686	15	1.744	1.019	815	8	315	262
BEIRA INTERIOR SUL	1.616	1.293	3	1.223	19	1.474	12	956	574	459	13	385	325
CASTELOS DO CÔA	845	676	2	768	16	1.669	7	891	465	372	7	151	128
CHARNECA	584	467	3	1.179	11	902	11	902	517	414	9	357	297
CORANE	1.308	1.046	2	1.297	19	1.685	17	1.541	808	646	12	251	211
DESTIQUE	1.527	1.221	2	2.260	24	2.107	22	1.993	1.009	807	21	590	499
DOLMEN	1.672	1.337	2	1.761	27	2.937	17	1.873	945	756	15	522	432
DOURO HISTÓRICO	1.655	1.324	2	2.332	9	1.490	9	1.490	821	657	8	378	321
DOURO SUPERIOR	785	628	1	772	20	1.418	19	1.391	726	581	8	274	230
ELOZ	1.329	1.063	1	532	32	2.757	13	1.108	622	497	11	348	288
GAL ADD	956	765	2	678	23	2.078	13	1.151	602	481	14	417	346
GAL ADDLAP	1.964	1.571	2	1.358	23	1.935	18	1.798	1.035	828	14	366	311
GAL AL SUD - ESDIME	1.026	821	2	584	19	1.031	16	870	484	387	12	298	246
GAL COVA DA BEIRA	1.450	1.160	2	1.618	23	2.456	22	2.450	1.194	955	9	385	323
GAL T B GUADIANA	1.056	844	3	1.100	28	2.850	10	1.010	522	418	10	425	342
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	3	1.508	15	1.212	12	1.061	569	455	10	280	233
LEADER OESTE	1.636	1.309	2	927	39	3.089	34	2.640	1.407	1.126	17	536	439
LEADERSÖR	698	559	3	1.748	25	3.479	14	1.587	887	709	5	153	126
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.542	1.233	2	977	7	844	6	795	418	334	6	124	105
MONTE	1.845	1.476	3	931	18	1.941	14	1.466	724	579	11	410	340
PINHAL MAIOR	1.025	820	3	974	23	1.576	8	674	320	256	6	127	106
PROBASTO	1.503	1.203	1	346	19	2.171	14	1.582	922	738	6	220	185
PRÓ-RAIA	840	672	2	989	5	343	2	170	89	71	2	45	38
PRÓ-RURAL	986	789	2	971	19	1.610	19	1.610	850	680	4	102	86
SOL DO AVE	999	799	3	1.410	27	2.542	15	1.076	597	478	10	289	243
TAGUS	1.440	1.152	3	2.296	19	2.195	14	1.404	620	496	11	268	227
TERRAS DE SICÓ	1.826	1.461	3	2.170	24	2.316	22	2.039	1.168	934	14	475	393
TERRAS DENTRO	1.518	1.214	3	1.204	3	282	1	59	35	28	1	35	28
TOTAL	62.653	49.843	112	64.495	1.113	111.562	697	68.148	36.113	28.731	493	16.183	13.444

Quadro 453: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.2.2 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.2.2													
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos				
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER	
AD ELO	2.691	2.153	3	2.690	53	5.504	38	3.731	1.940	1.552	37	1.399	1.156	
ADAE	1.935	1.548	3	2.362	34	6.317	16	3.518	1.682	1.346	11	477	395	
ADER-AL	2.380	1.904	3	2.203	50	6.068	25	2.435	1.480	1.184	23	903	748	
ADERE	964	771	3	1.364	11	2.068	6	1.528	657	525	3	358	296	
ADERES	1.029	823	2	1.395	20	3.601	8	1.781	1.006	805	5	487	413	
ADER-SOUSA	2.486	1.989	2	2.550	38	7.280	22	4.815	2.471	1.977	10	762	630	
ADIBER	1.706	1.365	2	1.237	37	3.459	24	1.753	1.237	990	18	822	671	
ADICES	2.657	2.125	2	2.071	21	3.846	15	3.025	1.512	1.209	14	949	791	
ADIRN	2.104	1.683	2	960	48	6.870	28	3.097	2.041	1.633	17	799	656	
ADL	2.209	1.767	2	2.079	27	3.580	26	3.537	2.111	1.689	15	569	472	
ADRAT	99	79	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ADREPES	1.116	614	3	957	12	1.361	7	811	598	329	7	422	275	
ADRIL	1.454	1.164	3	1.646	37	5.379	18	2.610	1.454	1.163	12	463	393	
ADRMAG	2.520	2.016	3	2.566	43	7.784	27	5.825	2.268	1.815	20	1.375	1.119	
ADRMINHO	2.468	1.975	2	2.108	34	7.047	20	3.669	2.075	1.660	15	928	771	
ADRITEM	2.279	1.824	3	2.228	24	4.370	16	2.997	2.028	1.623	16	1.572	1.298	
ADRUSE	1.077	862	2	1.077	16	2.321	13	2.132	1.077	862	7	270	222	
APRODER	1.222	978	3	1.203	31	3.501	13	1.240	927	742	7	558	459	
ATAHCA	1.990	1.592	2	1.983	22	2.970	8	1.077	760	608	8	734	599	
BEIRA DOURO	1.299	1.039	3	1.299	30	3.714	21	1.966	1.271	1.017	8	437	356	
BEIRA INTERIOR SUL	2.105	1.684	3	1.571	17	3.175	9	1.449	1.062	850	9	912	743	
CASTELOS DO CÔA	1.876	1.501	2	2.130	36	6.901	14	3.126	1.676	1.341	14	466	396	
CHARNECA	1.516	1.213	3	1.468	18	2.152	18	2.152	1.446	1.157	11	627	521	
CORANE	1.874	1.499	2	1.378	21	5.033	17	4.046	1.374	1.099	14	793	660	
DESTEQUE	1.117	893	2	779	17	1.659	10	1.013	589	471	10	521	426	
DOLMEN	1.975	1.580	2	1.975	28	5.357	18	3.577	1.838	1.470	9	870	726	
DOURO HISTÓRICO	1.655	1.324	2	2.176	33	4.991	10	1.242	797	638	10	366	308	
DOURO SUPERIOR	1.856	1.485	1	772	16	3.713	16	3.713	1.855	1.484	7	674	558	
ELOZ	1.329	1.063	1	705	17	1.346	17	1.346	908	727	18	547	456	
GAL ADD	2.407	1.926	2	1.793	56	7.335	24	2.839	1.544	1.236	21	1.016	856	
GAL ADDLAP	1.309	1.047	2	1.915	23	2.818	15	1.937	1.161	929	6	264	224	
GAL AL SUD - ESDIME	1.660	1.328	2	1.047	28	2.168	27	1.985	1.405	1.124	20	723	604	
GAL COVA DA BEIRA	1.450	1.160	2	1.850	32	4.627	17	2.951	1.529	1.223	5	125	107	
GAL T B GUADIANA	1.218	975	3	1.219	29	2.388	11	541	393	315	11	342	278	
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	3	2.434	8	609	4	227	165	132	3	60	51	
LEADER OESTE	984	787	2	614	11	1.747	11	1.747	982	785	7	479	384	
LEADERSÔR	853	682	3	2.141	20	3.567	7	1.055	619	495	5	228	187	
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.435	1.148	2	957	15	1.525	14	1.517	806	645	12	300	255	
MONTE	2.573	2.058	3	2.369	30	3.399	27	2.856	1.738	1.390	11	747	623	
PINHAL MAIOR	1.463	1.171	3	1.768	27	4.901	10	2.276	1.253	1.002	9	837	690	
PROBASTO	1.002	802	1	393	13	1.459	10	956	640	512	4	222	179	
PRÓ-RAIA	1.260	1.008	2	1.550	26	5.094	13	2.172	1.211	969	6	362	306	
PRÓ-RURAL	986	789	2	1.212	24	2.236	4	396	297	238	3	56	48	
SOL DO AVE	999	799	3	1.392	17	4.336	3	629	472	377	2	248	211	
TAGUS	1.223	978	3	1.627	27	3.836	9	810	397	318	8	187	159	
TERRAS DE SICÓ	1.985	1.588	3	1.640	28	3.291	25	2.719	1.877	1.502	14	856	706	
TERRAS DENTRO	1.012	810	3	1.769	8	1.262	6	963	656	525	6	494	408	
TOTAL	76.320	60.777	112	74.623	1.213	177.967	717	101.786	57.287	45.680	508	27.606	22.793	

Em complemento dos indicadores apresentados em cada uma das ações, apresenta-se, ainda, os indicadores de realização e de resultado da medida 3.3.

Quadro 454: Medida 3.3 – Indicadores financeiros e de realização

	Total de candidaturas (contratado)					Total de candidaturas (pago)		
	N.º de GAL	Área Total das Zonas dos GAL (Km)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	47	80.473	2.985	228.708	182.032	2.214	112.847	93.147
Meta	46	76.828	9.900	333.898	281.007	9.900	333.898	281.007
% da meta	102%	105%	30%	68%	65%	22%	34%	33%

Quadro 455: Medida 3.3 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados	
	Contratado	Pago
	2.624	2.076
Meta	1.350	
% da meta	194%	154%

2.2.4.10 Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 59º e Artigo 63º alínea c) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 38º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 431;
- Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de junho, medida 3.3 - Implementação de estratégias locais de desenvolvimento e medida 3.5 - Funcionamento dos Grupos de Ação Local, aquisição de competências e animação com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Preparação e implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local;
- Dotar os parceiros do GAL dos instrumentos e competências necessárias à elaboração e dinamização de Estratégias de Desenvolvimento Local;
- Divulgar a Estratégia de Desenvolvimento Local junto do público-alvo através de ações de informação e animação local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta medida apresenta duas componentes: a componente 1 – “Funcionamento do GAL” e a componente 2 – “Aquisição de competências e animação”.

No caso da componente 2 - “Aquisição de competências e animação” e por força do Despacho da Gestora n.º 7/2011, de 30 de dezembro, foram rececionados Pedidos de Alteração (PALTs) ao longo de 2012. O valor do

investimento nesta componente passou, assim, a ser de 24.538 mil euros (vs 18.330 mil euros em 2011).

No quadro seguinte apresenta-se o total de candidaturas válidas no âmbito das duas componentes.

Quadro 456: Medida 3.5 – Candidaturas apresentadas

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas					
		Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	83.577	48	46.656	44	23.460	92	70.116
Segundo		4	3.067	3	1.078	7	4.145
TOTAL	83.577	52	49.724	47	24.538	99	74.262

A distribuição regional das candidaturas é a mesma que a apresentada em relatórios anteriores.

Quadro 457: Medida 3.5 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas					
	Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento
Norte	15	15.263	15	8.465	30	23.728
Centro	20	17.201	15	6.595	35	23.796
LVT	6	6.172	6	3.374	12	9.546
Alentejo	8	8.626	8	4.499	16	13.125
Algarve	3	2.462	3	1.605	6	4.067
TOTAL	52	49.724	47	24.538	99	74.262

b. Análise e decisão das candidaturas

Todos os PA válidos, quer da componente 1 quer da componente 2, já tinham sido analisados, decididos e contratados em 2011.

Quadro 458: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 1 (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	48	46.656	48	46.656	4	3.114	44	43.542	44	43.542	43.536	34.599
Segundo	4	3.067	4	3.067	1	513	3	2.555	3	2.555	2.555	2.044
TOTAL	52	49.724	52	49.724	5	3.627	47	46.097	47	46.097	46.091	36.643

Quadro 459: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 2 (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	44	23.460	44	23.460	0	0	44	23.460	44	23.460	23.460	18.616
Segundo	3	1.078	3	1.078	0	0	3	1.078	3	1.078	1.078	862
TOTAL	47	24.538	47	24.538	0	0	47	24.538	47	24.538	24.538	19.478

Quanto à distribuição regional das candidaturas contratadas, mantém-se a já apresentada no relatório anterior.

Quadro 460: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Região	PA Contratados											
	Componente 1				Componente 2				Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	15.263	15.257	12.206	15	8.465	8.465	6.772	30	23.728	23.722	18.978
Centro	15	13.574	13.574	10.859	15	6.595	6.595	5.276	30	20.169	20.169	16.135
LVT	6	6.172	6.172	4.708	6	3.374	3.374	2.547	12	9.546	9.546	7.255
Alentejo	8	8.626	8.626	6.901	8	4.499	4.499	3.599	16	13.125	13.125	10.500
Algarve	3	2.462	2.462	1.969	3	1.605	1.605	1.284	6	4.067	4.067	3.253
TOTAL	47	46.097	46.091	36.643	47	24.538	24.538	19.478	94	70.634	70.629	56.121

Em termos acumulados, encontram-se contratados 47 PA da componente 1 e 47 PA da componente 2, num total de 70.634 mil euros de despesa pública, com 56.121 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 98% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 58.609 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 84%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

A execução desta medida foi em 2012 de 10.873 mil euros de despesa pública e 9.257 mil euros de participação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos acumulados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 461: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de pagamentos								
	Componente 1			Componente 2			Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	7.614	6.187	15	4.683	3.828	15	12.297	10.013
Centro	15	7.143	5.814	15	3.861	3.166	15	11.004	8.980
LVT	6	3.167	2.498	6	2.044	1.600	6	5.211	4.098
Alentejo	8	4.096	3.335	8	1.949	1.600	8	6.044	4.935
Algarve	3	1.258	1.022	3	921	749	3	2.179	1.771
TOTAL	47	23.277	18.855	47	13.457	10.943	47	36.734	29.798

Em termos acumulados, a execução desta medida, foi de 36.734 mil euros de despesa pública, com 29.798 mil euros de participação FEADER.

A taxa de execução foi de 43% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 52% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira dos valores apoiados representam 85% e 81%, respetivamente, das metas do Programa para a Despesa Pública e Fundo. Quanto aos indicadores de realização verifica-se que o número de participantes nas ações de aquisição de competências continua a ser inferior ao esperado, com 68% da meta.

Quadro 462: Medida 3.5 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)	
	N.º de participantes nas acções de aquisição de competências	N.º de acções apoiadas	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
	1.038	2.378	70.629	56.121	36.734	29.798
Meta	1.500	3.500	83.577	69.600	83.577	69.600
% da meta	69%	68%	85%	81%	44%	43%

2.2.4.11 Medida 3.6 – Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006
- Anexo III do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 321
- Portaria n.º 829/2010 de 31 de Agosto com a alteração dada pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Disponibilizar as redes de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos das zonas rurais;
- Disponibilizar o acesso aos serviços de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos rurais;
- Aumentar a competitividade das empresas e a geração de emprego nas zonas rurais, através da disponibilização de serviços inovadores, assentes nas redes de Banda Larga de Nova Geração;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais;
- Combate à infoexclusão.

3 Implementação da Medida

A apresentação da implementação bem como os indicadores de acompanhamento encontram-se desenvolvidos no ponto 2.2.6.3 “Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais” do presente relatório.

2.2.4.12 Medida 3.7 – Centros educativos rurais do Algarve

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 321
- Portaria n.º 231/2011 de 14 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Promover o reordenamento da rede escolar, através da requalificação de equipamentos escolares já existentes ou da criação de Centros Educativos Comunitários;
- Promover a utilização multifuncional dos equipamentos educativos abertos à comunidade envolvente;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais através de equipamentos educativos que funcionem como pólos de fixação ou atração para as comunidades rurais ou para novos residentes;
- Contrariar os processos de desertificação do mundo rural e combater a situação de desfavorecimento das comunidades educativas inseridas nas zonas rurais;
- Desenvolver o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos para esta medida. O número de candidaturas válidas diminuiu, face a 2011, facto que se deve ao registo de desistências, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 463: Medida 3.7 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.235	7.000	7	5.475
TOTAL	8.235	7.000	7	5.475

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 não se registaram contratações nesta medida.

Quadro 464: Medida 3.7 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	7	5.475	7	5.475	0	0	7	5.475	7	5.475	4.708	3.531
TOTAL	7	5.475	7	5.475	0	0	7	5.475	7	5.475	4.708	3.531

Em termos acumulados, encontram-se contratados 7 PA que correspondem a um total de 4.708 mil euros de despesa pública, com 3.531 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento cuja vigência só está assegurada até ao final de 2013, o valor FEADER é ajustado para 4.002 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 57%. No caso de se confirmar a manutenção da taxa de cofinanciamento após 2013, os valores serão integralmente ajustados.

c. Execução financeira

A execução desta medida foi, em 2012, de 1.258 mil euros de despesa pública e 1.069 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 465: Medida 3.7 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	0	0	0	0	0	0	0
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	7	5.475	4.708	3.531	5	1.258	1.069
TOTAL	7	5.475	4.708	3.531	5	1.258	1.069

Em termos acumulados, a execução desta medida, foi de 1.258 mil euros de despesa pública e 1.069 mil euros de comparticipação FEADER.

A taxa de execução foi de 15% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 22% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

5 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira dos valores apoiados representam 57% e 50%, respetivamente, das metas do Programa para a despesa pública e fundo. Quanto aos indicadores de realização verifica-se que o número de ações é inferior ao esperado, com 41% da meta.

Quadro 466: Medida 3.7 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Numero de ações apoiadas		Despesa pública				Volume total de investimento	
	Contratado	Pago	FEADER		TOTAL		Contratado	Pago
			Contratado	Pago	Contratado	Pago		
	7	5	3.531	1.069	4.708	1.258	5.475	3.497
Meta	17		7.000		8.235		9.234	
% Meta	41%	29%	50%	15%	57%	15%	59%	38%

2.2.5 Medidas transitadas do quadro de programação anterior

Continuam a ter execução, um conjunto de medidas transitadas do Programa de Desenvolvimento Rural de 2000-2006, abreviadamente designado por RURIS e do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por PO AGRO.

As medidas transitadas IC e MAA estão inseridas no sistema integrado de gestão e de controlo (SIGC) sendo, a sua gestão e execução, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do PRODER e o IFAP, asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

REFORMA ANTECIPADA (RA)

A medida "Reforma antecipada" não foi implementada no PRODER pelo que não existem novos compromissos. A realização que se verifica resulta dos pedidos aprovados no quadro da programação anterior, no Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

Quadro 467: Medidas transitadas (RA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Beneficiários Apoiados	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
113	Reforma antecipada	638	2.759	2.064
TOTAL		638	2.759	2.064

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da realização entre 2007 e 2012. Estes compromissos são de longa duração o que implica a manutenção de um nível de pagamentos que se reduz de forma gradual com o termo do período de atribuição do apoio.

Quadro 468: Medidas transitadas (RA) - Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Período de candidatura	Cod. COM 113 Reforma antecipada	
	Apoio total	FEADER
2007	4.570	4.570
2008	4.201	3.914
2009	3.438	2.571
2010	3.216	2.407
2011	2.759	2.064
2012	2.284	1.942
TOTAL	20.468	17.468

Em termos acumulados, a execução desta medida, é de 20.468 mil euros de despesa pública e 17.468 mil euros de participação FEADER. Cerca de 99% do valor de apoio total foi dirigido à região de convergência.

A taxa de execução foi de 53% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado)

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (EA)

Em 2010, por força do encerramento do PO AGRO, passaram a ser financiados com dotações PRODER alguns compromissos plurianuais da medida 1 do AGRO "Modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas" enquadrados na medida COM 121.

Os valores pagos no ano e acumulados apresentam-se no quadro seguinte.

Quadro 469: Medidas transitadas (EA) – Execução (no ano e acumulado)

Cod. COM	Designação	Valores do ano			Valores acumulados		
		Nº Pedidos aprovados	Apoio total	FEADER	Nº Pedidos aprovados	Apoio total	FEADER
121	Modernização das explorações agrícolas	28	220	187	97	812	631
TOTAL		28	220	187	97	812	631

Em termos acumulados, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 812 mil euros de despesa pública e 631 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 71% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Todos os pagamentos efetuados ocorreram em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS (FTA)

O apoio à “Primeira florestação de terras agrícolas” está incluído na ação 2.3.2., continuando, no entanto, a ser apoiados os beneficiários aprovados na intervenção do Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

A medida transitada do RURIS (QCA III), com o código COM 221 “Primeira florestação de terras agrícolas”, teve a seguinte realização no ano de 2012:

Quadro 470: Medidas transitadas (FTA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
221	Primeira florestação de terras agrícolas	5.900	34.934	29.677
TOTAL		5.900	34.934	29.677

A área total apoiada nesta medida é de 188.485 ha, conforme quadro que se apresenta a seguir.

Quadro 471: Medidas transitadas (FTA) – Área Apoiada (acumulado)

Ano de Pagamento	Área Apoiada (ha)
2007	124.731
2008	117.664
2009	126.640
2010	128.858
2011	126.851
2012	128.549
TOTAL	188.485

Em termos acumulados a execução é de 227.118 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 195.234 mil euros.

Quadro 472: Medidas transitadas (FTA) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Ano de Pagamento	Cod. COM 121 Primeira florestação de terras agrícolas	
	Apoio total	FEADER
2007	34.079	34.079
2008	35.432	33.565
2009	43.770	34.962
2010	39.834	31.791
2011	39.069	31.160
2012	34.934	29.677
TOTAL	227.118	195.234

Em termos acumulados 99,6% do valor de apoio total foi pago em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO EM TERRAS NÃO AGRÍCOLAS (FTNA)

Também no caso desta medida transitada, medida 3 – “Desenvolvimento sustentável das florestas” do Programa AGRO e às ações análogas da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do PO Regional Centro (AIBT), estão em causa despesas de consolidação, nomeadamente operações associadas à instalação de povoamentos com espécies de rotações/revoluções superiores a 20 anos, concretizadas no período máximo de 5 anos a contar da instalação.

Durante o ano de 2012 foram efetuados pagamentos, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 473: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Hectares Apoiados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
223	Primeira florestação em terra não agrícola	166	9.863	2.650	2.253
TOTAL		166	9.863	2.650	2.253

Em termos acumulados, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 6.696 mil euros de despesa pública e 5.486 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 92% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Quadro 474: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (acumulado)

unid: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 223 Primeira florestação em terra não agrícola	
	Apoio total	FEADER
2.010	618	495
2.011	3.427	2.738
2.012	2.650	2.253
TOTAL	6.696	5.486

Os pagamentos efetuados em região de convergência representaram 99% do total.

INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (IC)

Com o início do PRODER em 2007 passou a existir a medida “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” (MZD) em substituição das “Indemnizações compensatórias” (IC). No entanto, foram ainda realizados pagamentos entre 2007 e 2012 resultantes de situações de controlos e outras que implicaram atrasos nos pagamentos dos apoios.

Quadro 475: Medidas transitadas (IC) – Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Área Apoiada (ha no ano)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
211	Pagamentos desvantagens naturais zonas de montanha	337	350	357	303
212	Pagamentos desvantagens naturais noutras zonas	95	80	102	87
TOTAL				459	390

Em termos acumulados, a realização destas medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte.

Quadro 476: Medidas transitadas (IC) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 211 Pag. desvantagens naturais zonas montanha		Cod. COM 212 Pag. desvantagens naturais noutras zonas	
	Apoio total	FEADER	Apoio total	FEADER
2007	4.097	4.097	1.723	1.723
2008	5	5	0	0
2009	1.403	1.122	532	425
2010	200	160	63	51
2011	405	322	107	85
2012	357	303	102	87
TOTAL	6.468	6.010	2.528	2.371

A totalidade destes beneficiários estão em região de convergência.

MEDIDAS AGROAMBIENTAIS (MAA)

Na sequência do período especial de candidaturas, em 2007, as medidas agroambientais do PRODER começaram a ser executadas em 2008. No entanto, continuaram a vigorar os compromissos das Medidas agroambientais do RURIS até ao termo do período de 5 anos.

Embora aquele período de 5 anos já tenha, entretanto, terminado, tem havido alguns pagamentos resultantes de situações de controlo e outras que implicaram atraso na liquidação dos mesmos.

Quadro 477: Medidas transitadas (MAA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Área Apoçada (ha no ano)	Animais Apoçados (CN no ano)	Valores pagos (mil euros)	
					Apoio total	FEADER
214	Pagamentos agro-ambientais	794	6.277	488	926	767
TOTAL		794	6.277	488	926	767

Em termos acumulados, a realização destas medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Os pagamentos que ainda se verificam são apenas acertos relativos aos compromissos cessados.

Quadro 478: Medidas transitadas (MAA) – Execução (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 214 Pagamentos	
	Apoio total	FEADER
2007	62.780	62.780
2008	40.502	40.502
2009	8.856	6.943
2010	6.529	5.149
2011	643	499
2012	926	767
TOTAL	120.237	116.640

A quase, totalidade destes beneficiários localiza-se em região de convergência.

2.2.6 Operações ligadas às prioridades “Health Check” e Pacote de Recuperação (nº1 do art. 16º-A)

No quadro do “Health Check” da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e na linha das orientações daí decorrentes, estabelecidas no PEN, a revisão do PRODER contemplou, as seguintes prioridades/tipos de operação:

- Medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e Melhorias na transformação e comercialização leiteiras com a adequação e reforço da Ação 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas” que corresponde às medidas da COM 121 “Modernização de explorações agrícolas” e 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”;
- Biodiversidade/ Produção integrada e biológica e Atenuação e adaptação às alterações climáticas com a adequação e reforço da Ação 2.2.1 “ Alteração de modos de produção” que corresponde à medida da COM 214 “Pagamentos Agroambientais”;
- Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais/ Criação de infraestruturas para a internet de banda larga e respetivo acesso, incluindo meios de transmissão (*backhaul*) e equipamento usado no solo (por exemplo, tecnologias de transmissão fixas, terrestres sem fios, por satélite ou uma combinação das mesmas), Melhoria da infraestrutura de banda larga existente e Instalação de infraestruturas de banda larga passivas como obras de engenharia civil, tais como condutas, e outros elementos da rede como fibra escura, em sinergia com outras infraestruturas (energia, transportes, água, redes de esgotos, etc.) com a criação da medida 3.6 “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração, em Zonas Rurais” que corresponde à medida da COM 321” Serviços básicos para a economia e população rural”.

2.2.6.1 Medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e Melhorias na transformação e comercialização leiteiras

1 Implementação das operações

No ano de 2012 continuaram a ser apoiados PA da prioridade/tipo de operação: medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e melhorias na transformação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2012 foi aberto um período contínuo para candidaturas específicas do setor leiteiro, a 19 de junho. Foram apresentadas, em termos acumulados, 279 candidaturas, das quais 78 no ano de 2012, no âmbito do sétimo e oitavo concurso da ação 1.1.1 e décimo primeiro da ação 1.1.3 que se enquadravam nesta prioridade/tipo de operação.

b. Análise e decisão das candidaturas

Dos PA analisados e decididos foram contratados 174, dos quais 96 em 2012, num total de 96.468 mil euros de investimento proposto, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 479: Health Check (ação 1.1.1 e 1.1.3) – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Esp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Terceiro	22	64.546	22	64.546	3	53.156	19	11.239	19	11.239	3.910	3.519
Quarto - Leite	44	22.764	44	22.764	13	3.603	31	19.004	31	19.004	6.376	5.738
Sexto	111	83.630	111	83.630	44	45.372	67	38.258	67	38.258	11.815	10.586
Sétimo	22	20.583	12	18.881	1	43	11	18.838	6	16.354	5.858	5.272
Oitavo - Leite	1	250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Décimo - Jovens	30	6.531	30	6.531	7	1.338	23	5.193	23	5.193	2.571	2.314
Décimo primeiro - Jovens	49	12.036	43	10.635	7	1.862	36	8.773	28	6.419	3.081	2.773
TOTAL	279	210.341	262	206.986	75	105.374	187	101.306	174	96.468	33.611	30.202

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte. Na componente 1 verifica-se que as principais regiões,

em termos de investimento proposto, são o Centro e Alentejo enquanto na componente 2, a região Centro continua a destacar-se, embora o seu peso no investimento total tenha diminuído, de 80% em 2011 para 46% em 2012.

Em termos acumulados, foram contratados 143 PA da componente 1 e 31 PA da componente 2, num total de 33.611 mil euros de despesa pública, com 30.202 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 87%.

Quadro 480: Health Check – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
Norte	56	14.528	5.877	5.290	4	19.918	6.939	6.245
Centro	47	17.956	5.878	5.242	20	21.541	6.954	6.259
LVT	9	2.416	908	817	1	1.654	563	507
Alentejo	31	15.158	5.488	4.939	6	3.297	1.003	903
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	143	50.059	18.151	16.289	31	46.409	15.460	13.914

Analisando os PA contratados por rubrica de investimento verifica-se que na medida COM 121, se registou uma alteração na tipologia dos investimentos com as "máquinas e equipamentos" a representarem 35% (vs 29% em 2011) e as "instalações animais" com 28% (vs 32% em 2011).

Quadro 481: Health Check (Explorações Agrícolas) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Un.: mil euros

Região	Investimento contratado	
	valor	%
Instalações animais	14.117	28%
Máquinas e equipamentos	17.609	35%
Edifícios e outras construções	2.999	6%
Cumprimento de normas	4.964	10%
Melhoramentos fundiários	2.039	4%
Investimentos ambientais	1.006	2%
Cumprimento de novas normas	1.361	3%
Energias renováveis	833	2%
Outros	5.130	10%
TOTAL	50.059	100%

No que se refere às rubricas de investimento dos PA contratados, na componente de "transformação e comercialização" que integram a medida COM 123, verifica-se, à semelhança do já verificado em anos anteriores, que as rubricas "máquinas e equipamentos" e "edifícios e outras construções" continuam a ter um peso muito significativo, representando, respectivamente, 64% e 19% do investimento total.

Quadro 482: Health Check (Transformação e comercialização) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Un.: mil euros

Região	Investimento contratado	
	valor	%
Máquinas e equipamentos	29.614	64%
Edifícios e outras construções	8.779	19%
Cumprimento de novas normas	1.065	2%
Melhoramentos fundiários	1.452	3%
Energias renováveis	1.624	3%
Outros investimentos imateriais	3.583	8%
Outros investimentos materiais	292	1%
TOTAL	46.409	100%

c. Execução financeira

A execução destes PA foi de 8.674 mil euros de despesa pública e 7.806 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos efetuados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 483: Health Check – Distribuição dos PA pagos face aos contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	60	12.816	11.534	43	2.049	1.844
Centro	67	12.832	11.502	48	2.820	2.538
LVT	10	1.471	1.324	7	428	385
Alentejo	37	6.491	5.842	28	3.377	3.039
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	174	33.611	30.202	126	8.674	7.806

A taxa de execução foi de 22% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 29% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira, associados ao Health Check, dos valores apoiados nas explorações agrícolas (Med.121 COM), em termos de PA contratados, representam 82% da meta relativa ao investimento e 90% da meta relativa ao apoio, com apenas 14% dos PA previstos.

Quadro 484: Health Check (Explorações Agrícolas) – Indicadores de execução financeira (medida COM 121)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas - contratado				Total de candidaturas - pago			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
	143	50.059	18.151	16.289	104	35.313	5.218	4.696
Metas	1.000	60.900	20.193	18.174	1.000	60.900	20.193	18.174
da meta	14%	82%	90%	90%	10%	58%	26%	26%

Quanto aos indicadores de realização verifica-se que apenas 1 dos PA apoiados se encontra em modo de produção biológico.

Quadro 485: Health Check (Explorações Agrícolas) – Indicadores de realização – Valores contratados (medida COM 121)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	1	142	143	143	16.289	18.151	50.059
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	142	143	143	16.289	18.151	50.059

Quadro 486: Health Check (Explorações Agrícolas) – Indicadores de realização – Valores pagos (medida COM 121)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas pagas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Paga		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	1	103	104	104	4.696	5.218	35.313
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	103	104	104	4.696	5.218	35.313

No âmbito da transformação e comercialização (Med.123 COM) os indicadores de realização financeira dos PA contratados, no ano de 2012, registam uma recuperação da taxa de cumprimento da meta dado que se atingiu 76% do investimento previsto para 2007-2013 e 84% do apoio.

Quadro 487: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de execução financeira (medida COM 123)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas - contratado				Total de candidaturas - pago			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
	31	46.409	15.460	13.914	22	19.812	3.456	3.110
Metas	40	60.900	18.508	16.657	40	60.900	18.508	16.657
% da meta	78%	76%	84%	84%	55%	33%	19%	19%

Quadro 488: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de realização – valores contratados (medida COM 123)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	31	31	31	13.914	15.460	46.409
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	31	31	31	13.914	15.460	46.409

Quadro 489: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de realização – valores pagos (Medida COM 123)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas pagas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública paga		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	22	22	22	3.110	3.456	19.812
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	22	22	22	3.110	3.456	19.812

2.2.6.2 Alteração dos modos de produção

1 Implementação das operações

A ação 2.2.1 é implementada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do PRODER e o IFAP, a gestão e execução assegurada com base no sistema de informação do IFAP, motivo pela qual este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento desta ação são apresentados no âmbito do Pedido de Apoio agro e silvo-ambiental (PAS) e do Pedido Único (PU), respetivamente.

No ano de 2012 foram apoiados PA da prioridade/tipo de operação: Biodiversidade/produção integrada biológica e Atenuação e adaptação às alterações climáticas/melhoramentoda eficiência da utilização de fertilizantes azotados.

a. Execução financeira

A execução destes PA foi de 20.831 mil euros de despesa pública e 18.748 mil euros de comparticipação FEADER.

A taxa de execução foi de 109% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira, associados ao Health Check, dos valores apoiados na alteração dos modos de produção (Med.214 COM), representam 89% da meta relativa ao número de explorações ou de unidades com outras formas de gestão apoiadas, 193% da meta da área objeto de apoio e 109% da meta da meta relativa ao apoio.

Quadro 490: Health Check (Alteração dos modos de produção) – Indicadores de execução financeira e de realização (medida COM 214)

Indicador de realização	Prioridades	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	6.215	7.000	89%
	Biodiversidade	6.215	7.000	89%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	227.157	118.000	193%
	Biodiversidade	227.157	118.000	193%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	230.095	118.000	195%
	Biodiversidade	230.095	118.000	195%
Número total de contratos	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	6.215	9.600	65%
	Biodiversidade	6.215	9.600	65%
Despesa Pública Paga	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	20.831	19.074	109%
	Biodiversidade			
FEADER Pago	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	18.748	17.167	109%
	Biodiversidade			

* Metas ajustadas às alterações efetuadas na dotação, no início de 2012

2.2.6.3 Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais

1 Implementação das operações

No ano de 2011 foram apoiados PA da prioridade/tipo de operação: Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais.

2. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2012 não foram abertos concursos para esta medida. Mantêm-se, assim, rececionadas 2 candidaturas válidas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 491: Medida 3.6 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	33.333	2	46.547
TOTAL	33.333	2	46.547

3. Análise e decisão das candidaturas

Em 2012 as candidaturas a esta medida já se encontravam analisadas, decididas e contratadas.

Quadro 492: Medida 3.6 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2	46.547	2	46.547	0	0	2	46.547	2	46.547	32.583	29.324
TOTAL	2	46.547	2	46.547	0	0	2	46.547	2	46.547	32.583	29.324

Em termos acumulados, encontram-se contratados 2 PA que correspondem a um total de 32.583 mil euros de despesa pública, com 29.324 mil euros

de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 98%.

A distribuição regional mantém-se face ao já reportado em 2011, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 493: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0
Centro	1	13.038	9.126	8.214
LVT	0	0	0	0
Alentejo	1	33.509	23.456	21.110
Algarve	0	0	0	0
Total	2	46.547	32.583	29.324

4. Execução financeira

No final do ano de 2012, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 21.439 mil euros de despesa pública e 19.295 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos globais, a medida alcançou uma taxa de execução de 64% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 66% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 494: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	1	13.038	9.126	8.214	1	5.194	4.675
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	1	33.509	23.456	21.110	1	16.245	14.620
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	46.547	32.583	29.324	2	21.439	19.295

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 100%.

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de execução financeira e de realização, mantém-se a situação já reportada em 2011 em que com 67% da meta para o número de PA contratados já se atingiu 98% da despesa pública programada e 66% do valor esperado de investimento.

Quadro 495: Medida 3.6 – Indicadores de Realização

	Numero de ações apoiadas		Despesa pública				Volume total de investimento	
	Contratado	Pago	FEADER		TOTAL		Contratado	Pago
			Contratado	Pago	Contratado	Pago		
	2	2	29.324	19.295	32.583	21.439	46.547	46.547
Meta	3	3	30.000	30.000	33.333	33.333	70.000	70.000
% Meta	67%	67%	98%	64%	98%	64%	66%	66%

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

3.1 Execução financeira por Medida e por região elegível ao abrigo do objetivo de convergência

Em 2012 o PRODER apresentou uma execução financeira de 686.704 mil euros de despesa pública total, com uma comparticipação FEADER de 586.691 mil euros. Em termos acumulados (2007-2012) o valor da execução (2.548.526 mil euros de despesa pública e 2.099.197 mil euros de FEADER) representa uma taxa de execução de cerca de 59% do fundo programado para todo o período, o que representa um aumento de 17 pontos percentuais face a 2011 e 31 pontos percentuais face a 2010.

O Eixo 1 "Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal", com um volume de pagamentos de 270.373 mil euros FEADER, em 2012, representou 46% do total de pagamentos do ano e alcançou uma taxa de execução acumulada de cerca de 51% em relação ao total do fundo programado para o período 2007-2013. A ação 1.1.1 "Modernização e capacitação das empresas", cuja execução representou 37% do total da execução do eixo em 2012, voltou a ser a ação que mais contribuiu para este valor. Ainda no Eixo 1 é de realçar a contribuição da ação 1.1.3 "instalação de jovens agricultores" que representou 22% (vs 16% em 2011) do total da execução deste eixo.

Com 25% do total da execução do Eixo encontra-se o conjunto de ações que contribuem para a medida COM 125 "Infraestruturas agrícolas e florestais".

O Eixo 2 "Melhoria do ambiente e da paisagem rural", apresentou um volume de pagamentos de 240.176 mil euros de FEADER que representou 41% do total de pagamentos em 2012 e uma taxa de execução acumulada de 73% em relação ao total do fundo programado para o período 2007-2013.

A execução do Eixo 4 representou, em 2012, 11% do total da execução no ano, ficando com uma taxa de execução acumulada de 35%.

As despesas correspondentes aos compromissos transitados, em particular do Programa RURIS, continuam a diminuir, representando neste ano apenas 6% do total de pagamentos.

A distribuição dos pagamentos por região de convergência e de não convergência segue a tendência dos anos anteriores, i.e., os pagamentos a projetos localizados em regiões de convergência representaram 98% do total dos pagamentos.

Seguidamente apresentam-se os quadros financeiros globais e repartidos por região de convergência, não convergência e fundos adicionais ao abrigo do nº 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 (health check), com a execução relativa ao ano 2012 e a acumulada 2007-2012.

Quadro 496: Execução financeira – Repartição do FEADER

Un.: euros

Regiões	2012		2007-2012	
	Programado	Executado	Programado	Executado
Regiões do objectivo não convergência	4.965.403	13.540.288	74.442.381	30.616.624
Regiões do objectivo convergência	498.581.363	544.828.684	3.097.336.997	1.706.567.980
Contribuição adicional para Portugal		-612.572	320.000.000	316.163.358
Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 - Regiões do objectivo convergência	10.800.000	28.934.917	81.998.000	45.849.408
Total FEADER Continente	514.346.766	586.691.317	3.573.777.378	2.099.197.370

Quadro 497: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de não convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2012	FEADER 2007-2012
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	51.520.603	9.963.410	19.090.024
(2) Eixo 2	19.092.180	2.477.462	9.451.832
(3) Eixo 3*		0	0
(4) Eixo 4*	3.829.598	1.099.416	2.074.769
(5) Assistência técnica		0	0
Total FEADER (1+2+3+5)	74.442.381	13.540.288	30.616.624

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 498: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de convergência

Un.:euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2012	FEADER 2007-2012
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.453.210.649	254.855.867	759.280.393
(2) Eixo 2	1.202.659.068	219.563.497	802.452.848
(3) Eixo 3*	12.067.150	1.654.537	1.998.982
(4) Eixo 4*	356.776.902	63.849.698	125.151.883
(5) Assistência técnica**	72.623.228	4.905.086	17.683.874
Total FEADER (1+2+3+5)	3.097.336.997	544.828.684	1.706.567.980

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

** Artigo 40º do Reg. (CE) n.º 1974/2006 que estabelece as regras de execução do Reg. (CE) n.º 1698/2005 (taxa de contribuição do FEADER é a correspondente à região objetivo dominante do Programa).

Quadro 499: Execução financeira – Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 - Regiões do objetivo convergência

Un.:euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2012	FEADER 2007-2012
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	34.831.400	5.554.044	7.806.380
(2) Eixo 2	17.166.600	18.747.911	18.747.911
(3) Eixo 3*	30.000.000	4.632.961	19.295.117
(4) Eixo 4*			
(5) Assistência técnica			
Total FEADER (1+2+3+5)	81.998.000	28.934.917	45.849.408

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 500: Execução financeira – Plano financeiro total

Un.:euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2012	FEADER 2007-2012
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.547.188.727	270.373.321	793.802.872
(2) Eixo 2	1.551.291.773	240.176.298	1.139.189.873
(3) Eixo 3*	42.067.150	6.287.498	21.294.099
(4) Eixo 4*	360.606.500	64.949.113	127.226.652
(5) Assistência técnica	72.623.228	4.905.086	17.683.874
Total FEADER (1+2+3+5)	3.573.777.378	586.691.317	2.099.197.370

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 501: Execução financeira – Despesas declaradas – Global

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2012		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2012	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	316.254.128	270.373.321	1.017.045.524	793.802.872
111	Formação Profissional e Ações de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.513.979	4.706.021	8.226.780	6.602.672
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	49.770.412	42.328.299	149.438.154	116.671.105
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.284.194	1.941.770	20.468.651	17.466.998
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	543.440	461.924	585.347	493.355
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.607.197	4.775.020	13.137.547	10.392.306
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	90.901.629	77.524.686	262.799.047	204.935.780
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	14.273.290	12.136.358	28.079.598	22.430.723
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	62.613.658	53.458.024	204.907.733	158.636.510
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.028.567	2.574.282	3.997.636	3.262.916
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	79.058.676	68.204.295	295.001.804	230.144.916
126	Prevenção de Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.941.934	1.650.644	15.099.503	11.376.843
131	Cumprimento de Normas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	172.769	146.860	412.567	325.960
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	51.620	44.190	13.763.339	10.204.867
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	492.763	420.949	1.127.818	857.923
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	281.270.348	240.176.298	1.330.111.115	1.139.189.873
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	120.720.794	102.691.799	563.275.880	475.592.194
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	19.629.387	16.700.830	92.612.915	78.256.288
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	73.300.986	63.323.492	395.804.253	347.424.109
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.799.368	5.779.729	9.690.454	8.092.598
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	36.690.679	31.169.855	229.555.625	197.271.785
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	93.033	79.078	93.033	79.078
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.318.428	2.820.673	7.698.147	6.320.829
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.650.124	2.252.606	6.695.906	5.485.611
226	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	100.004	85.285	1.409.947	1.156.515
227	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	7.460.548	6.342.004	10.838.335	9.042.378
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	13.157.121	11.183.553	19.132.525	15.954.099
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	7.092.470	6.287.498	23.843.014	21.294.099
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.405.485	5.702.049	22.696.769	20.364.204
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	686.986	585.449	1.146.246	929.895
4	LEADER	76.353.440	64.949.113	154.754.541	127.226.652
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	62.278.369	52.970.234	112.846.696	93.146.866
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.201.724	2.722.060	5.173.441	4.281.588
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	10.873.347	9.256.820	36.734.405	29.798.198
	Assistência Técnica	5.733.280	4.905.086	22.771.664	17.683.874
511	Assistência Técnica	5.733.280	4.905.086	22.771.664	17.683.874
	TOTAL	686.703.666	586.691.317	2.548.525.859	2.099.197.370

Quadro 502: Execução financeira – Despesas declaradas – Regiões de Convergência

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2012		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2012	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	304.546.246	260.409.911	987.323.168	774.712.848
111	Formação Profissional e Ações de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.675.989	3.988.057	6.836.988	5.608.807
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	48.471.709	41.224.401	146.507.451	114.751.207
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.269.566	1.929.337	20.144.584	17.180.470
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	543.440	461.924	585.347	493.355
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.234.017	4.457.816	12.642.457	10.014.148
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	87.303.298	74.460.969	252.125.691	198.334.550
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	219.676	186.724	811.842	630.849
123	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	13.355.691	11.356.399	26.920.521	21.530.025
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	58.974.542	50.364.776	194.625.858	152.221.882
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.567.433	2.182.318	3.383.829	2.794.615
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	78.703.069	67.901.359	294.579.293	229.808.528
126	Prevenção de Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.843.466	1.566.946	14.433.116	11.009.185
131	Cumprimento de Normas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	169.885	144.408	406.608	321.970
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	50.469	42.980	13.269.967	9.957.546
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	383.672	328.221	861.459	686.561
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	278.372.148	237.714.184	1.315.682.746	1.128.477.130
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	120.719.078	102.690.340	563.274.164	475.590.735
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	356.887	302.890	6.447.372	5.990.964
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	19.523.354	16.610.269	92.279.820	78.036.534
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	102.326	86.888	2.520.756	2.363.232
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	71.031.049	61.394.478	383.355.421	338.170.032
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	926.486	767.106	116.547.032	113.297.013
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.799.368	5.779.729	9.690.454	8.092.598
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	36.515.903	31.022.652	228.317.648	196.361.763
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	34.934.932	29.677.621	226.161.683	194.534.333
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	93.033	79.078	93.033	79.078
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.312.365	2.815.520	7.677.605	6.307.712
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.650.124	2.252.606	6.687.660	5.482.635
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	100.004	85.285	1.409.947	1.156.515
226	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	7.411.732	6.300.509	10.782.101	8.996.805
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	12.866.263	10.936.324	18.802.554	15.685.357
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	7.092.470	6.287.498	23.843.014	21.294.099
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.405.485	5.702.049	22.696.769	20.364.204
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	686.986	585.449	1.146.246	929.895
4	LEADER	75.074.424	63.849.698	151.702.156	125.151.883
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	61.412.369	52.223.231	110.868.582	91.788.201
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.013.697	2.562.237	4.914.031	4.082.504
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	10.648.358	9.064.230	35.919.543	29.281.178
	Assistência Técnica	5.733.280	4.905.086	22.771.664	17.683.874
511	Assistência Técnica	5.733.280	4.905.086	22.771.664	17.683.874
	TOTAL	670.818.569	573.166.377	2.501.322.749	2.067.319.834

Quadro 503: Execução financeira – Despesas declaradas – Health Check

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2012		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2012	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	6.171.160	5.554.044	8.673.756	7.806.380
111	Formação Profissional e Ações de Informação				
112	Instalação de Jovens Agricultores				
113	Reforma Antecipada				
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento				
121	Modernização de Explorações Agrícolas	3.505.927	3.155.335	5.217.765	4.695.988
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta				
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais	2.665.233	2.398.709	3.455.991	3.110.392
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias				
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais				
126	Prevenção de Catástrofes Naturais / Restabelecimento				
131	Cumprimento de Normas				
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar				
133	Informação e Promoção de Atividades				
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	20.831.009	18.747.911	20.831.009	18.747.911
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha				
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas				
214	Pagamentos Agroambientais	20.831.009	18.747.911	20.831.009	18.747.911
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura				
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola				
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola				
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola				
225	Pagamentos Ambientais Florestais				
226	Prevenção de Catástrofes Naturais / Restabelecimento				
227	Investimentos não Produtivos Florestais				
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	5.147.735	4.632.961	21.439.019	19.295.117
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural	5.147.735	4.632.961	21.439.019	19.295.117
323	Conservação e Património Rural				
4	LEADER				
413	Qualidade de Vida / Diversificação				
421	Cooperação				
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação				
	Assistência Técnica				
511	Assistência Técnica				
TOTAL		32.149.904	28.934.917	50.943.784	45.849.408

Quadro 504: Execução financeira do ProDeR

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2012			2007-2012			2012		2007-2012	
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	145.325	1.015.777	866.157	809.728	3.409.787	2.788.436	686.704	586.691	2.548.526	2.099.197
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE		1.790.733	1.452.982	4.374	649.857	553.915	30.529	1.801.382	1.461.763	299.182	255.841	970.184	755.245
1.1.1	Modernização e capacitação das empresas	1	744.422	602.583	872	132.440	113.051	4.509	759.039	613.678	117.187	100.087	408.631	315.831
1.1.2	Investimentos de pequena dimensão		48.252	40.275	1.036	10.483	8.911	2.766	26.602	21.873	7.100	6.036	14.340	11.450
1.1.3	Instalação de jovens agricultores		312.912	255.600	1.932	194.193	165.111	5.162	327.423	267.981	70.078	59.613	169.746	133.956
1.2	Redimensionamento e cooperação empresarial		6.887	5.617	0	0	0	2	4.365	3.474	1.010	859	3.374	2.632
1.3.1	Melhoria produtiva dos povoamentos		63.697	52.769	359	21.815	18.547	931	60.086	49.704	13.356	11.357	26.486	21.144
1.3.2	Gestão multifuncional		8.188	6.892	47	1.361	1.157	127	3.469	2.881	917	779	1.593	1.287
1.3.3	Modernização e capacitação das empresas florestais		41.484	33.778	62	9.767	8.303	249	39.092	31.746	7.815	6.644	20.608	16.035
1.4.1	Apoio aos regimes de qualidade		15.758	11.900	0	0	0	14.229	16.130	12.217	52	44	13.763	10.205
1.4.2	Informação e promoção de produtos de qualidade		3.436	2.818	0	0	2	13	3.168	2.592	493	421	1.128	858
1.5	Restabelecimento do potencial produtivo		31.158	25.027	22	957	813	519	17.354	13.293	1.942	1.651	15.100	11.377
1.6.1	Desenvolvimento do regadio		118.605	95.650	3	118.816	101.983	4	125.204	102.248	14.067	12.946	65.711	51.679
1.6.2	Regadio de Alqueva		297.350	237.150	2	120.290	102.247	12	321.597	257.760	48.765	41.450	204.742	158.433
1.6.3	Sustentabilidade dos regadios públicos		40.402	34.155	30	39.307	33.425	52	61.556	52.150	2.681	2.293	4.406	3.572
1.6.4	Modernização dos regadios coletivos tradicionais		8.227	6.930	0	0	0	64	8.090	6.814	4.352	3.699	4.983	4.172
1.6.5	Projetos estruturantes		46.574	38.988	9	429	366	111	27.794	23.027	9.194	7.817	15.160	12.288
1.7	Cumprimento de novas normas obrigatórias		3.382	2.850	0	0	0	1.779	413	326	173	147	413	326

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]					PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]				
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2012		2007-2012			2012		2007-2012		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	145.325	1.015.777	866.157	809.728	3.409.787	2.788.436	686.704	586.691	2.548.526	2.099.197
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL		1.421.288	1.199.803	139.031	263.324	224.961	772.759	1.147.534	941.131	242.988	207.676	968.211	814.380
2.1.1	Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura		646.783	546.406	98.760	95.448	81.206	596.392	582.716	470.876	120.260	102.297	549.095	462.959
2.1.2	Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura		117.599	99.321	14.763	15.865	13.505	92.249	106.747	86.187	19.631	16.706	97.798	82.509
2.2.1	Alteração de modos de produção agrícola		204.461	171.053	13.614	44.525	38.890	33.328	186.500	155.875	48.955	42.655	180.356	150.652
2.2.2	Proteção da biodiversidade doméstica		28.369	24.000	3.742	3.554	3.018	19.543	21.889	18.489	3.892	3.305	19.597	16.540
2.2.3	Conservação e melhoramento de recursos genéticos		50.114	42.400	0	0	0	125	49.504	41.882	6.815	5.794	35.344	29.846
2.2.4	Conservação do solo		6.191	5.200	190	681	579	277	1.882	1.537	863	734	1.981	1.622
2.3.1	Minimização dos riscos		36.471	30.873	141	20.766	17.652	340	33.190	28.084	5.179	4.403	7.735	6.447
2.3.2	Ordenamento e reconversão dos povoamentos		69.228	58.750	209	19.637	16.692	400	33.658	28.516	4.799	4.080	6.636	5.547
2.3.3	Valorização ambiental dos espaços florestais		59.186	50.000	508	44.084	37.471	762	64.315	54.360	13.103	11.138	19.061	15.894
2.4	Apoio a gestão das ITI (2.4.1)		6.015	5.067	14	831	708	31	1.694	1.395	687	585	1.146	930
	Instrumentos de programação e gestão para ITI (2.4.2)		25.465	21.500	269	7.574	6.438	729	17.257	14.523	6.853	5.825	9.762	8.152
	ITI - Investimentos não produtivos (2.4.3-2.4.13)		171.405	145.233	6.821	10.359	8.802	28.583	48.183	39.407	11.950	10.154	39.700	33.280
	ITI - Pagamentos agro e silvoambientais (2.4.3-2.4.13)													
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS		470.945	397.606	1.224	90.959	77.349	3.334	348.242	292.763	82.759	70.651	177.451	147.591
3.1.1	Diversificação de atividades na exploração agrícola		33.389	28.217	131	10.825	9.213	255	22.674	19.120	6.579	5.604	9.284	7.738
3.1.2	Criação e desenvolvimento de microempresas		103.508	86.932	280	21.177	18.012	854	63.887	53.265	16.887	14.365	35.616	29.235
3.1.3	Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer		70.119	58.999	137	15.141	12.875	462	48.823	40.903	12.592	10.709	24.157	19.937
3.2.1	Conservação e valorização do património rural		60.101	50.773	329	16.880	14.349	697	36.113	30.384	10.758	9.146	16.183	13.444
3.2.2	Serviços básicos para a população rural		66.779	56.086	310	25.816	21.947	717	57.287	48.021	15.462	13.146	27.606	22.793
3.4	Cooperação LEADER para o desenvolvimento (cooperação interterritorial e transnacional)		11.902	10.000	37	1.120	953	246	11.539	9.692	3.202	2.722	5.173	4.282
3.5	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação		83.577	69.600	0	0	0	94	70.629	58.609	10.873	9.257	36.734	29.798
3.6	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais		33.333	30.000	0	0	0	2	32.583	28.767	5.148	4.633	21.439	19.295
3.7	Centros educativos rurais do Algarve		8.235	7.000	0	0	0	7	4.708	4.002	1.258	1.069	1.258	1.069

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2012			2007-2012			2012		2007-2012	
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	145.325	1.015.777	866.157	809.728	3.409.787	2.788.436	686.704	586.691	2.548.526	2.099.197
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		72.877	60.642	690	3.461	2.951	3.066	55.901	46.233	14.568	12.404	25.581	20.460
4.1	Cooperação para a inovação	1	18.100	15.250	17	1.743	1.482	106	10.723	8.980	3.029	2.574	3.998	3.263
4.2.1	Formação especializada		11.783	10.000	0	0	0	79	12.552	10.656	3.218	2.738	3.377	2.857
4.2.2	Redes temáticas de informação e divulgação		9.339	7.573	0	0	0	119	9.365	7.605	2.171	1.855	4.483	3.455
4.3.1.1	Desenvolvimento de serviços de aconselhamento		15.768	12.947	8	773	666	96	8.336	6.639	1.600	1.369	6.018	4.668
4.3.1.2	Aquisição de serviços de aconselhamento		5.593	4.750	663	796	676	2.521	3.025	2.567	543	462	585	493
4.3.2	Serviços de apoio às empresas		12.293	10.122	2	150	128	145	11.900	9.788	4.007	3.406	7.119	5.724
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS		438.733	390.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	41.474	35.215	384.327	343.838
	Medidas agroambientais (RURIS)	2	118.940	115.558	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	926	767	120.237	116.640
	Florestação de terras agrícolas (RURIS)		264.530	227.052	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	34.934	29.677	227.118	195.234
	Indemnizações compensatórias (pagamentos em atraso RURIS)		8.543	7.996	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	459	390	8.996	8.380
	Reforma antecipada (RURIS)	1	38.356	32.671	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2.284	1.942	20.469	17.467
	Explorações agrícolas (Medida 1 AGRO)		1.122	894	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	220	187	812	631
	Florestas (prémios Medida 3 AGRO e AIBT)		7.242	5.950	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2.650	2.253	6.696	5.486
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		87.444	72.623	6	8.175	6.981	40	56.727	46.546	5.733	4.905	22.772	17.684

Notas:

n.a. - não aplicável

[a] - Nova programação - C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[c] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[d] - Valor ajustado à nova taxa de cofinanciamento (85%).

3.2 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Quadro 505: Fluxos financeiros com a COM (acumulado)

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013) *	PPI Solicitados	PPI Reembolsados	Pagamentos da COM realizados	Pagamentos da COM por satisfazer
(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (3)	(5) = (2) - (3)
242.765.556	2.099.197.370	1.938.912.404	2.181.677.960	160.284.966

* Pago em duas parcelas de 3,5%, i.e., 121382.778 euros cada uma.

Quadro 506: Cumprimento da "regra n+2"

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013)	Autorização Orçamental 2007-10	PPI Solicitados	Cumprimento da Regra N+2
(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (3) / (2)
242.765.556	2.031.469.256	2.099.197.370	115%

Quadro 507: Pedidos de pagamento intermédios (acumulado)

Un.: euros

Pedidos de Pagamento Intermédios (PPI)		Data	Montante	Reembolsos da COM	Data	Montante
1º/2007	3º trimestre	12-12-2007	83.256.792	1º/2007	19-12-2007	83.256.792
2º/2007	4º trimestre	30-01-2008	24.652.128	2º/2007	11-06-2008 16-06-2008	24.277.128 375.000
3º/2008	1º trimestre	28-04-2008	115.632.203	3º/2008	01-07-2008	115.632.203
4º/2008	2º trimestre	17-07-2008	26.865.080	4º/2008	18-08-2008	26.865.080
5º/2008	3º trimestre	05-11-2008	62.399.635	5º/2008	03-12-2008	62.399.635
6º/2008	4º trimestre	30-01-2009	93.256.000	6º/2008	11-03-2009	93.256.000
7º/2009	1º trimestre	27-04-2009	9.921.025	7º/2009	04-06-2009	9.921.025
8º/2009	2º trimestre	30-07-2009	-718.041	8º/2009	21-12-2009	-718.041
9º/2009	3º trimestre	10-11-2009	111.355.308	9º/2009	21-12-2009	111.355.308
10º/2009	4º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2008</i>	29-01-2010	37.652.534 -1.075.686	10º/2009	03-03-2010	36.576.848
11º/2010	1º trimestre	30-04-2010	30.643.680	11º/2010	25-05-2010	30.643.680
12º/2010	2º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2009</i>	30-07-2010	125.549.019 -562.612	12º/2010	16-09-2010	124.986.407
13º/2010	3º trimestre	10-11-2010	202.970.482	13º/2010	03-01-2011	202.970.482
14º/2010	4º trimestre	31-01-2011	81.751.099	14º/2010	21-02-2011	81.751.099
15º/2011	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2010</i>	15-04-2011	78.830.050 -361.602	15º/2011	24-05-2011	78.468.448
16º/2011	2º trimestre	25-07-2011	76.370.041	16º/2011	24-08-2011	76.370.041
17º/2011	3º trimestre	04-11-2011	178.519.424	17º/2011	13-12-2011	178.519.424
18º/2011	4º trimestre	30-01-2012	175.237.789	18º/2011	07-03-2012	175.237.789
19º/2012	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2011</i>	30-04-2012	74.659.758 361.651	19º/2012	30-05-2012	75.021.409
20º/2012	2º trimestre	31-07-2012	139.174.865	20º/2012	31-08-2012	139.174.865
21º/2012	3º trimestre	09-11-2012	212.571.781	21º/2012	12-12-2012	212.571.781
22º/2012	4º trimestre	31-01-2013	160.284.966	22º/2012		
TOTAL			2.099.197.370	TOTAL		1.938.912.404

1º trimestre: engloba despesas de 1 Jan. a 31 Mar.

2º trimestre: engloba despesas de 1 Abr. a 30 Jun.

3º trimestre: engloba despesas de 1 Jul. a 15 Out.

4º trimestre: engloba despesas de 16 Out. a 31 Dez.

4. RESUMO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

4.1 Introdução

A abordagem adotada para a Avaliação de 2012 teve por base os seguintes aspectos:

1. O relatório de execução (RE), cuja elaboração é da responsabilidade da Autoridade de Gestão (AG), tem-se revelado, de forma sistemática, um documento coeso e aprofundado na análise da dinâmica das medidas, com apresentação clara dos níveis de cumprimento dos vários indicadores do programa (realização, resultado, impacto e específicos do programa) e discussão objetiva das respectivas trajetórias;
2. O actual momento da execução do Programa confere uma margem de atuação reduzida para eventuais alterações programáticas, no âmbito do quadro em curso;
3. Necessidades específicas de avaliação solicitadas pela AG à Equipa de Avaliação;
4. Entendimento entre a AG e a Equipa de Avaliação quanto à relevância de começar a direccionar os trabalhos de avaliação para as exigências da Avaliação Ex-post.

Ainda que orientada pelos aspectos acima referidos a abordagem acomoda o previsto no nº2 do artigo 86º do Regulamento (CE) 1698/2005.

4.2 Atividades de avaliação realizadas

As atividades de avaliação realizadas contemplaram os seguintes pontos:

- Elaboração das respostas a um conjunto definido de Questões Específicas, tendo sido, em alguns casos, a resposta elaborada para o agregado de questões de cada código COM. A seleção das questões respondidas teve por base os seguintes critérios:
 - A questão seleccionada relaciona-se com um tópico indicado pela AG como relevante para esta avaliação;

- Houve, desde a Avaliação Intercalar, disponibilização de informação que justifique a atualização da resposta formulada para uma determinada questão em sede de avaliação intercalar.
- Estabilização de uma possível metodologia para a estimativa dos Indicadores de Impacto;
- Integração nas atividades de avaliação das solicitações específicas formuladas pela AG. Alguns dos domínios assinalados pela AG integram total ou parcialmente a resposta a questões específicas e, neste caso foram enquadrados neste *item* de avaliação. Sempre que os domínios de avaliação solicitados exigiram tratamento autónomo este foi produzido.

4.3 Abordagem Metodologica

No quadro metodológico, a natureza dos eixos sugere aproximações distintas nos seus métodos concretos. Embora a avaliação seja efectuada com base em procedimentos metodológicos comuns, a estrutura de conteúdos dos instrumentos de avaliação ou a orientação da pesquisa de informação foi ajustada face à especificidade: dos eixos, das medidas e dos tópicos de avaliação.

O quadro metodológico desenvolvido para responder aos objetivos da Avaliação Anual de 2012 do PRODER conjugou um conjunto de métodos de recolha e análise de informação complementares. Adotou-se, desta forma, uma abordagem multi-método (análise documental, análise estatística, entrevistas, inquéritos, casos de estudo). A arquitetura da avaliação conjugou elementos quantitativos e qualitativos, tendo sido a avaliação quantitativa complementada com métodos qualitativos sempre que:

- O resultado da análise quantitativa não der respostas suficientemente significativas;
- Não existir outra forma de obter resultados para as questões “porquê” e “como” o Programa produziu determinados efeitos.

Apresenta-se de seguida uma síntese metodológica e de conteúdo para os domínios visados na avaliação de 2012:

➤ *Atualização crítica da situação de referência*

Neste ponto foi avaliado de que modo o programa como um todo (arquitetura, envelope financeiro, repartição orçamental) contribuiu para atenuar os pontos fracos e fraquezas identificadas nas análises SWOT do PNDR e da Ex-ante. Os indicadores de contexto e as suas actualizações disponíveis, complementados com outras fontes de informação – literatura, entrevistas, análise estatística, opinião de especialistas – serviram de suporte à apreciação efetuada.

➤ *Avaliação do funcionamento do Programa*

A metodologia usada apresenta uma lógica de encadeamento de resultados das várias vertentes da avaliação, tal como sugerido nas fichas de avaliação apresentadas em sede de proposta. Pretendeu-se, portanto, manter, ao nível da medida, aspetos como: conceção e programação, gestão e acompanhamento, divulgação, identificação de pontos fortes e fracos da execução. Ainda que a medida/ação se tenha tomado como o elemento fundamental da análise, as considerações foram sempre agregadas e discutidas ao nível do subprograma e Programa, dando particular ênfase à identificação de estrangulamentos e boas práticas na prossecução da cadeia de objetivos (medida/ação, subprograma, programa). Este domínio da avaliação foi grandemente suportado por análise documental, entrevistas e casos de estudo. Na elaboração desta componente, por terem sido solicitações específicas da AG, destaca-se: (i) a análise e impactos das alterações que se fizeram nas medidas florestais, tanto no subprograma 1 como no Subprograma 2, sobre o setor florestal; (ii) análise da pertinência da ação 4.2.2 na transferência de conhecimento para os ativos do setor e melhorias a realizar.

➤ *Questões Específicas*

A elaboração das respostas assentou na análise da eficácia das medidas, em particular, e da arquitectura do Programa como um todo. Os resultados obtidos foram, igualmente, e sempre que aplicável, discutidos e utilizados como input na estimativa e discussão do impacto do programa. Em termos metodológicos, a elaboração das respostas às

Questões Específicas assentou grandemente na análise das realizações e resultados das medidas, recolha de opinião de especialistas e tratamento de informação obtida em entrevistas e casos de estudo.

➤ *Indicadores de Impacto*

Neste *ítem* da avaliação o enfoque foi colocado na estabilização dos desenvolvimentos metodológicos já produzidos em avaliações anteriores. Em termos quantitativos, foi efectuada uma aproximação à estimativa do indicador de impacto “criação de emprego”, mais uma vez, na perspectiva de acolher as solicitações da AG.

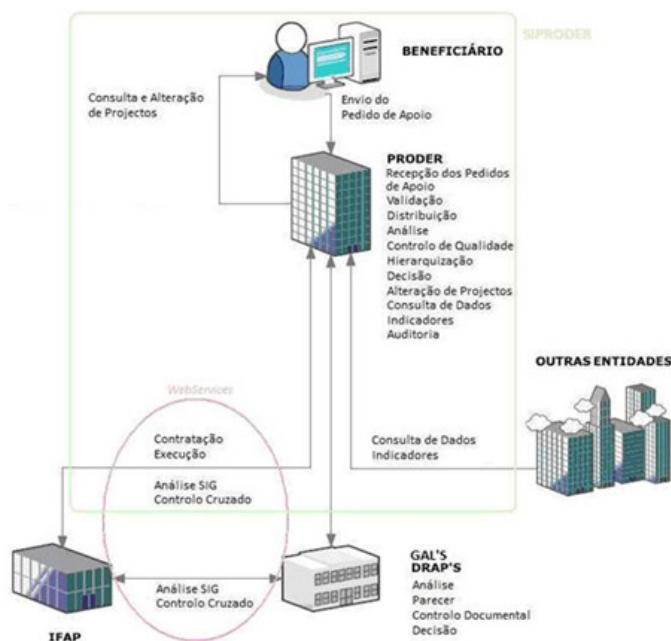
5. MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

5.1 Medidas de acompanhamento e avaliação

5.1.1 Sistemas de informação

O SI^{PRODER} assegura a articulação da Autoridade de Gestão do PRODER (AG) com os beneficiários, com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), com os Grupos de Ação Local (GAL) e com o Organismo Pagador (IFAP), disponibilizando as funcionalidades que se ilustram no esquema seguinte.

Figura 4: Sistemas de informação – arquitetura funcional



Durante o ano de 2012 o SI^{PRODER} continuou a assegurar a operacionalização do Programa em duas vertentes:

- Operacional, assegurando o ciclo de vida dos pedidos de apoio, desde a sua submissão *on-line*, através do desenvolvimento de formulários próprios de acordo com as especificidades de cada concurso e medida,

até ao seu envio para o Organismo Pagador para efeitos de registo do respetivo contrato, passando pelo *workflow* associado a cada pedido de apoio;

- Estratégica, assegurando a produção e disponibilização de informação de apoio à gestão quer ao nível dos processos de análise, de controlo de qualidade e decisórios, quer no que respeita à disponibilização de indicadores necessários ao acompanhamento e avaliação da execução do programa;
- No âmbito das atividades da operação limpeza o SiPRODER continuou a desenvolver os suportes necessários à sua operacionalização e acompanhamento.

Em 2012 foram efetuadas diversas melhorias no SiPRODER das quais se destacam as seguintes:

- Implementação de mecanismos de validação para melhorar a integridade da análise dos pedidos de apoio e dos dados associados às mesmas;
- Uniformização do processo de decisão e reengenharia dos procedimentos associados;

Foram também efetuados novos desenvolvimentos dos quais se destacam os seguintes:

- Desenvolvimento de interface, disponibilizado no balcão do beneficiário, para a recolha de indicadores de resultado dos projetos para efeitos estatísticos;
- Desenvolvimento de quadros de monitorização financeira para apoio à gestão do *overbooking* na perspetiva das medidas do PRODER e das medidas da comissão;
- Integração dos dados financeiros e de indicadores físicos dos projetos do SILEADER;
- Desenvolvimento de módulo de controlo de qualidade para utilização das DRAP;
- Desenvolvimento de mecanismo de suporte à análise dos projetos da medida 24;

No âmbito das tarefas do SiPRODER e para efeitos de contratação, pedidos de pagamento e acompanhamento da execução dos projetos, o SiPRODER articula-se através de mecanismos informáticos com o Organismo Pagador da seguinte forma:

- Web Service de Contratação - utilizado para envio de dados de contratação dos projetos aprovados pela Autoridade de Gestão;
- Web Service de Alterações - utilizado para o envio dos dados dos projetos resultantes das alterações solicitadas pelos beneficiários e decididas pela Autoridade de Gestão;
- Web Service de Retorno - mecanismo utilizado para recolha dos dados de execução financeira dos projetos por forma a permitir o acompanhamento dos mesmos pela Autoridade de Gestão;

De janeiro a dezembro de 2012 foram desenvolvidos todos os instrumentos de suporte aos concursos lançados durante esse período, tendo paralelamente sido otimizadas as ferramentas existentes de suporte às restantes medidas.

No quadro abaixo identificam-se todos os módulos do SiPRODER e respetivas funcionalidades disponíveis.

Quadro 508: Sistemas de informação – Módulos do SIProDeR

Módulos	
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Autenticação
Área do Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Área reservada de um Beneficiário • Consulta e Alteração dos dados Pessoais • Consulta e Alteração dos dados dos Pedidos de Apoio • Envio do Pedido de Apoio • Recepção do Código de Acesso • Notificações de Documentos ou de Outros Assuntos
Recepção de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção e tratamento dos Pedidos de Apoio • Validação Automática dos Pedidos de Apoio
Distribuição de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição Automática • Distribuição por Organismo • Distribuição por Técnico
Pedido de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Workflow • Informação Detalhada • Análise FACL • Validação • Agrupamentos • Controlo Documental • Controlo Cruzado • Controlo Qualidade • Audiência Prévia • Beneficiário
Controlo de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Lotes • Controlo de Qualidade por DRAP's
Decisão dos Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Hierarquização • Decisão
Parecer do Organismo	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer do Técnico • Despacho Final
Modulo Financeiro e Contratação	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação • Histórico • Notificação ao Beneficiário • Processo de Contratação com o IFAP
Quadros Estatísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores Físicos • Indicadores Financeiros • Quadros Pré-Definidos • Consulta Personalizada • Operacionalização
Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Auditoria de Consultas e Escritas fora do contexto aplicacional • Contratação • Evolução de um Pedido de Apoio no circuito operacional do Proder
Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxo Processual da Gestão Operacional • Gestão de Utilizadores • Gestão de Perfis e Acessos
Comunicação com Outras Entidades	<ul style="list-style-type: none"> • IFAP • SILEADER

O SIProDeR deu também em 2012 todo o suporte à atividade desenvolvida pela Autoridade de Gestão no âmbito de processos de auditoria e segurança, bem como no que respeita à articulação técnica com o Organismo Pagador.

O SIProDeR garante ainda o suporte à área operacional do Programa, sendo para o efeito respeitada a metodologia de trabalho definida, quer relativa ao registo e acompanhamento de ocorrências, através da plataforma de gestão utilizada para o efeito, quer à entrada em produção de novas funcionalidades ou ajustamentos decorrentes de alterações efetuadas, como sejam carregamentos de dados, indicadores, mapas de monitorização, circuitos decisórios, notificações eletrónicas, integração de *Web Services* e análise SIG.

Durante o ano de 2012 deu-se continuidade ao trabalho de adequação aos critérios estabelecidos na norma internacional ISO/IEC 27002, referente às práticas de gestão da segurança da informação do PRODER. Neste sentido foi atualizado o inventário de ativos e o relatório de avaliação de risco. Foi também realizado um teste do plano de continuidade criado em 2011.

De acordo com a informação transmitida pelo Organismo Pagador, em 2012 foram introduzidas melhorias no respetivo sistema de Informação, designadamente:

- Implementação dos procedimentos informáticos necessários à parametrização de novas taxas de cofinanciamento do PRODER, não alterando os dados base das operações, criando assim condições de base para se retomarem as taxas de cofinanciamento iniciais, se necessário;
- Implementação de novas regras de cálculo de ajuda a pagar em sede do modelo de análise de pedidos de pagamento;
- Implementação de procedimentos de análise de pedidos de pagamento, de forma automática para algumas medidas dos PDR (subação 4.3.1.2 – Aquisição de Serviços de Aconselhamento Agrícola do PRODER e Reforma Antecipada do PRORURAL);
- Desenvolvimento da “Declaração de Compromisso do Beneficiário Continuidor (por morte do Beneficiário primitivo)”, associado às operações remetidas pelas Autoridades de Gestão, quando de alterações no quadro de sucessões por morte;
- Implementação de novas regras de validação no Web-service de contratação, conferindo-lhe maior coerência quando da receção de dados de reanálise remetidos por parte das Autoridades de Gestão;
- Alteração à “Listagem de Pagamentos”, passando a mesma a evidenciar o número de resumo de apagamento, sempre que um pagamento tenha sido integrado em resumo, permitindo às entidades protocoladas acompanhar, por antecipação, os pagamentos que o IFAP irá efetuar;

- Desenvolvimento de Web-service para os investimentos não produtivos (INP) bem como de link a ser acedido diretamente na análise e reanálise dos pedidos de pagamento, permitindo aos técnicos analistas efetuar integralmente o controlo administrativo, tendo por base a informação residente em outras bases de dados do IFAP;
- Criações de novo certificado digital, permitindo às entidades não responsáveis pelas análises de pedidos de pagamento, acederem ao módulo de gestão documental do IFAP de uma dada operação;
- Implementação de novo módulo de encerramento de operações e de acompanhamento de outras obrigações contratuais, permitindo a criação automática de movimento de operação concluída, ou o seu registo manual, em caso de montantes divergentes do plano financeiro previsional, bem como movimentos adicionais intermédios de acompanhamento de outras obrigações contratuais até à inclusão de movimento de conclusão das obrigações contratuais;
- Criação em backoffice de nova funcionalidade para marcação das operações em ações de controlo diversas, como por exemplo auditorias de diverso âmbito, bem como nova listagem no módulo iDigital que permite o acompanhamento dessas auditorias;
- Criação no módulo iDigital da Ficha Individual da Operação (FIO), que permite de forma simples, obter toda a informação relevante associada a uma dada operação;
- Novas especificações técnicas para a análise funcional do Módulo de Controlo de Qualidade;
- Implementação de novas funcionalidades associadas à recolha dos pedidos de pagamento das ações com ajudas forfetárias do PRODER - Subação 2.3.2.2. - Instalação de Sistemas Florestais - permitindo a sua operacionalização e a obtenção de Relatório de Execução pré-preenchido no SIIFAP, através de link ao SiPRODER;
- Implementação de diversas alteração ao Web-service do Controlo Cruzado, melhorando a informação disponibilizada às autoridades de gestão (ex: alteração ao VALSIP Síncrono);

- Alterações significativas à forma de apresentação e alertas aos beneficiários e entidades gestoras das operações, sempre que os pedidos de pagamento de uma operação foram colocados em reanálise;
- Inclusão de novos detalhes de movimentos na Listagem "Consulta de Movimentos da Operação/Pedidos de Pagamento".

5.1.2 Relacionamento com os GAL

5.1.2.1 Protocolo e sistemas de informação

Em termos de relacionamento com os GAL, manteve-se o estreito contato entre a Autoridade de Gestão e a Federação Minha Terra enquanto interlocutor nacional dos GAL, com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas do subprograma 3, quer as de gestão delegada nos GAL, medidas 3.1 e 3.2, quer em relação às medidas nas quais os GAL são beneficiários, ou seja, a medida 3.4 – Cooperação LEADER para o Desenvolvimento e medida 3.5 “Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação”. Mantém-se ainda a preocupação de simplificação do subprograma 3, sempre que tal seja possível, tendo em vista uma mais eficiente e célere operacionalização das medidas nelas contidas.

O relacionamento com os GAL foi, ainda, reforçado através de ações de esclarecimento relativamente a questões práticas de operacionalização das medidas 3.1, 3.2 e 3.4, bem como ações de formação relacionadas com o sistema de informação.

Em relação aos PACA, importa referir que os mesmos estavam inicialmente previstos para durarem 3 anos, havendo dois períodos de candidatura, sendo que o segundo deveria ter decorrido no final de 2011.

Contudo, e uma vez que as verbas estavam previamente afetadas a cada GAL, por via das suas ELD, e no sentido da simplificação de procedimentos e de inculcitar celeridade ao processo, foi elaborado um Despacho de gestão, o

Despacho n.º 7/2011, que possibilita o reforço dos PACA em vigor, no montante disponível, prorrogando a sua execução até 31/12/2014.

Continuaram a decorrer as visitas de acompanhamento aos GAL, tendo como objetivos principais a verificação, *in loco*, do cumprimento das regras estabelecidas nos normativos, a validação dos procedimentos aprovados e em vigor nos GAL, a manutenção das condições que levaram ao seu reconhecimento, enquanto organismos intermédios de gestão e o esclarecimento das dúvidas que existam. Pretende-se que sejam, acima de tudo, ações com um forte caráter pedagógico.

Relativamente ao sistema de informação do subprograma 3, o SILEADER, têm sido feitas atualizações que permitem torná-lo uma ferramenta de gestão global das estratégias locais de desenvolvimento, nomeadamente com a disponibilização de *webservices* entre este sistema de informação e os sistemas de informação do IFAP e da AG, quer no sentido de fornecer dados, quer no sentido de rececionar informação, nomeadamente a informação relativa à execução dos PA. Em 2012 foi desenvolvido um mecanismo de importação de dados das candidaturas e de indicadores do SILEADER para o SIPRODER na sequência da consolidação do repositório principal de informação, o SIPRODER.

Existe uma preocupação permanente de ter o sistema atualizado de modo a dar resposta às necessidades dos utilizadores, tendo em vista um ganho de eficiência na sua utilização, e corrigindo pequenos defeitos existentes.

5.1.2.2 Sistema de supervisão LEADER

Nos termos do art.º 28-F do Regulamento (CE) n.º 65/2011, de 27 de Janeiro de 2011 (anterior art.º 33º do Regulamento (CE) n.º 1975/2006, de 7 de Dezembro de 2006), o Estado-membro é responsável por verificar se os GAL têm a capacidade necessária para a realização dos controlos administrativos inerentes às competências referidas nos parágrafos seguintes.

Nos termos da Portaria n.º 392-A/2008, de 4 de Junho, são os agentes locais, através dos GAL, que asseguram a gestão das medidas 3.1 “Diversificação da actividade económica e criação de emprego” e 3.2 “Promoção da qualidade de vida das populações nos seus territórios”. Consequentemente é competência dos GAL definir os critérios de selecção a aplicar, analisar e decidir sobre a admissibilidade e o mérito dos PA apresentados às medidas 3.1 e 3.2, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e com os critérios de selecção definidos para cada concurso, bem como de acordo com as orientações técnicas definidas pela AG do PRODER.

A AG do PRODER procede a controlos regulares dos procedimentos de análise e decisão dos PA, nomeadamente, controlos dos registos desses procedimentos e repetição dos respectivos controlos administrativos por amostragem.

É ainda competência dos GAL analisar os pedidos de pagamento (PP) apresentados pelos beneficiários dos PA aprovados nas duas referidas medidas, verificando a sua elegibilidade. No caso dos PP, cabe ao Organismo Pagador (IFAP) proceder à supervisão dessas funções delegadas.

Assim, no ano de 2012, o Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo (STA) desenvolveu os seus trabalhos de controlo de qualidade sobre os procedimentos de análise e decisão dos PA apresentados aos GAL, segundo a metodologia iniciada e definida para 2011 – controlos por amostragem de confirmação da verificação do cumprimento das condições de elegibilidade dos PA consideradas chave, nos termos definidos no “*documento de suporte à análise dos PA*”, bem como dos procedimentos, normativos e critérios de avaliação definidos. Relativamente aos PA apresentados na terceira fase de concursos aberta pelos GAL, o trabalho de controlo de qualidade incidu ainda sobre a verificação da correta evidência do ciclo administrativo dos procedimentos de análise e decisão.

Deste modo, conforme já se tinha procedido no ano anterior, no ano de 2012 as referidas ações de controlo dividiram-se entre ações de controlo em gabinete e visitas de acompanhamento realizadas junto da ETL dos GAL. No âmbito das duas ações, foram visitados 7 GAL, nos quais foram selecionados para controlo 40 PA, e 19 ações de controlo em gabinete onde foram

selecionados 51 PA para controlo de qualidade, resultando num total de 91 PA objeto de controlo de qualidade num universo de cerca de 958 PA enviados para contratação durante o ano de 2012, o que representou uma taxa de controlo de 9,5%.

Destas 91 ações de controlo de qualidade concluídas, foram considerados 70 PA (77%) com resultado "Conforme", 21 PA (23%) com resultado "Insuficiente", não tendo sido considerado neste período nenhum PA com resultado de controlo de "Não Conforme". Em termos da distribuição verifica-se um resultado muito equilibrado entre a medida 3.1 e 3.2, respetivamente 48% e 52% dos PA com resultado de controlo insuficiente. Quanto aos tipos de insuficiências registadas no período, as que mais ocorreram foram as relacionadas com o cumprimento de critérios de elegibilidade, nomeadamente fragilidades na avaliação da razoabilidade dos custos, no correto enquadramento do projeto face aos requisitos regulamentares da ação, e em termos de inelegibilidade das despesas propostas.

Dividindo os referidos resultados pelas duas fases de concursos abertos pelos GAL que decorreram durante o ano de 2012, relativamente à 2ª fase de concursos foram selecionados 53 PA de um universo de 470 PA enviados para contratação – o que representa uma taxa de controlo de 11% – em que foram considerados 37 PA (70%) com resultado "Conforme" e 16 PA (30%) com resultado "Insuficiente". Quanto à 3ª fase de concursos, foram selecionados 38 PA de um universo de 488 PA enviados para contratação – o que representa uma taxa de controlo de 8% – em que foram considerados 33 PA (87%) com resultado "Conforme" e 5 PA (13%) com resultado "Insuficiente". Com estes resultados podemos observar uma melhoria dos resultados do controlo por concurso.

Em sequência das visitas de acompanhamento e dos controlos em gabinete realizados, foram produzidos relatórios detalhados e enviados para cada um dos GAL. Desses relatórios constam, para além dos resultados do controlo, a emissão de recomendações, com vista a difundir as boas práticas e as metodologias mais adequadas de verificação das condições de elegibilidade dos PA, para que seja avaliada a sua implementação em sede de futuros concursos. No âmbito destes trabalhos foram ainda efetuados esclarecimentos pontuais e sessões de trabalho com as ETL.

5.1.3 Sistemas de controlo

5.1.3.1 Controlos efetuados pela Autoridade de Gestão

Em 2012, foi dada continuidade ao procedimento de controlo implementado em 2009, com o objectivo da Autoridade de Gestão assegurar a aplicação uniforme das normas de procedimentos e respectiva conformidade no processo de análise e controlo documental dos pedidos de apoio, analisados nas DRAP e no STPRODER.

O controlo de qualidade procedeu assim à análise semanal de, pelo menos, 5% do número total de PA com parecer favorável e desfavorável emitido pelas DRAP e pelo STPRODER.

Durante o ano de 2012, os resultados obtidos pelo controlo de qualidade realizado no STA, tendo em conta o parecer proposto pelas DRAP e pelo STPRODER, de favorável/desfavorável, foram os seguintes:

Quadro 509: Resultados do Controlo de Qualidade (ano)

Sentido do parecer emitido pelas DRAP	Nº PA	Amostra		Resultados do CQ					
		Nº PA	%	Conforme	%	Insuficiente	%	Não Conforme	%
PA favoráveis	5.637	303	5%	259	85%	43	14%	1	0%
PA desfavoráveis	680	61	9%	55	90%	5	8%	1	2%
Total	6.317	364	6%	314	86%	48	13%	2	1%

Dos 6317 projectos com parecer favorável e desfavorável submetidos à decisão da AG, em 2012, o STA controlou 364 PA, o que corresponde a uma percentagem de 6%. Destes PA seleccionados foram detetadas insuficiências e não conformidades em 50 PA (14%) que foram devolvidos à DRAP para correção. De salientar, que somente para 2 PA (considerados como não conformes) se registou uma reversão no parecer inicialmente emitido pelos

técnicos analistas. A taxa de devolução global de PA cifrou-se em 14%, ligeiramente inferior à obtida no ano anterior (15%).

As medidas, sobre as quais foram detetadas insuficiências em sede de controlo de qualidade, foram as seguintes: 1.1.1 "Modernização e Capacitação de Empresas" (24%), 1.1.2 "Investimentos de Pequena Dimensão" (12%) e 1.1.3 "Instalação de Jovens Agricultores" (64%).

Continua a verificar-se que o essencial das insuficiências detetadas é de cariz pontual, resultando da insuficiente aplicação das normas de procedimentos. Como erros mais assinalados, temos a "Classificação e elegibilidade dos investimentos" e "Outras Situações" (43%), relacionados com insuficiências na elegibilidade dos investimentos e na avaliação da razoabilidade dos custos. Outro erro com relevância foi o da "apresentação dos documentos pelo promotor" (11%), utilizado para classificar os pedidos de apoio que não apresentavam os orçamentos para todas as rubricas de investimento.

Quanto à distribuição por entidades responsáveis pela análise, DRAP e STPRODER, a devolução dos PA com parecer desfavorável em resultado do controlo, foi a seguinte:

Quadro 510: Controlo de Qualidade – Distribuição por DRAP dos PA devolvidos e peso na amostra (2010 a 2012)

PA devolvidos		DRAP					ST PRODER	Total
		Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve		
2010	Nº	38	18	20	10	8	0	94
	%	6%	3%	3%	2%	1%	0%	16%
2011	Nº	27	12	7	5	3	1	55
	%	7%	3%	2%	1%	1%	0%	15%
2012	Nº	16	6	8	7	13	0	50
	%	4%	2%	2%	2%	4%	0%	14%

Em termos gerais, a taxa de devolução face ao número total da amostra de PA selecionados para controlo, mantém a tendência descendente. Em 2012, e

tal como nos anos anteriores, a entidade com maior taxa de devolução é a DRAPN, embora tenha decrescido 3 p.p. (4% em 2012 face a 7% em 2011). Os restantes organismos de análise mantêm aproximadamente a mesma taxa de devolução com a exceção verificada na DRAPALG que regista o aumento mais significativo de 1% para 4% de PA com insuficiências.

Foi também dada continuidade ao controlo de qualidade exercido pelas 4 equipas regionais, criadas e formadas para o efeito, operando na DRAPN, DRAPC, DRAPLVT e DRAPALE, envolvendo 11 técnicos de controlo de qualidade. A DRAPALG, pelo reduzido número de PA apresentados semanalmente, continuou a não destacar recursos humanos a esta tarefa.

Em fevereiro de 2012, entrou em funcionamento o módulo de controlo regional integrado no sistema de informação do PRODER, o que permitiu uniformizar o processo regional de seleção de pedidos de apoio e de controlo, melhorando a eficiência do Sistema de Controlo Interno do PRODER.

Quanto aos resultados dessa atividade desenvolvida pelas equipas regionais, verifica-se que foram controlados 394 PA, sendo que em 82 PA foram detetadas não conformidades em sede de Controlo de Qualidade (21%), isto é, foram encontradas insuficiências em termos da análise e/ou no controlo documental efetuado. Os valores registados este ano, são mais aproximados aos valores registados pelo controlo realizado pelo STA, uma vez que estão a utilizar a mesma metodologia de seleção aleatória para controlo, e não como acontecia nos anos anteriores, a seleção das ações que à partida apresentam um maior nível insuficiências. Os 6 p.p. de diferença, prendem-se com a possibilidade que o STA tem de colocar algumas condicionantes pré-contratuais e ao pagamento, caso sejam detetadas em sede de controlo.

Como resultado das ações de controlo, em conjunto com as equipas de controlo das Direções Regionais, foi-nos possível controlar durante o período, 12% dos PA apresentados para Decisão da AG.

Os resultados do Controlo de Qualidade continuam a ser comunicados semanalmente às DRAP, incluídos no procedimento da Consulta Escrita das Decisões dos PA, assim como nas reuniões da Autoridade de Gestão.

5.1.3.2 Controlos efetuados pelo IFAP, pela IGAMAOT e pela IGF

Em termos da atividade de controlo regulamentar, foram realizados os trabalhos de Certificação de Contas do Organismo Pagador no âmbito do Regulamento da Comissão n.º 885/2006, de 21 de Junho, pela autoridade competente e de auditoria, a IGF (Inspeção-Geral de Finanças). Na sequência dos seus planos anuais de controlos, foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, previstos no Regulamento (CE) n.º 65/2011, nomeadamente, o controlo in loco (artigo 26º) e o controlo ex-post (artigo 29º) realizados pelo IFAP e IGAMAOT (Inspeção-Geral de Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), respetivamente.

5.1.3.3 Auditorias

Em 2012 foram realizadas 4 auditorias: 3 da DG-AGRI e uma do Tribunal de Contas Português.

✓ DG-AGRI

- Inq. RD1/2011/852/PT – Eixo 1, auditoria escrita realizada em janeiro de 2012, que incidiu sobre as questões identificadas pelo TCE durante a auditoria realizada em 2010.
- Inq. RD1/2012/803/PT – Eixo 1 – Med. (COM) 121, 123 e 125, realizada entre 5 e 9 de março, que incidiu sobre o sistema de gestão, controlo e sanções aplicado em Portugal em conexão com as medidas de desenvolvimento rural, assim como sobre a verificação da fundamentação dos erros considerados pelo TCE no âmbito da DAS 2010 e 2011, no âmbito do Eixo 1.
- Inq. RD2/2012/03/PT – Eixo 2 – Med. (COM) 211, 212 e 214, realizada entre 19 e 23 de março 2012, no seguimento das auditorias de 2008 e 2010, com o fim de verificar se o sistema de gestão, controlo e sanções aplicado em Portugal, em conexão com as medidas de desenvolvimento rural alvo da missão, respeita o disposto na

legislação comunitária e se neste âmbito existe compatibilidade com o Sistema de Gestão e Controlo (SIGC) previsto no Reg.(CE) 73/2009, alterado.

✓ Tribunal de Contas Português (TCP)

Auditoria relativa ao "Balanço das medidas adotadas no âmbito da Estratégia de Lisboa / Implementação da Europa 2020" - Processo n.º 24/2011 (Março de 2012).

5.1.4 Alterações a Portarias

Medidas 3.1 e 3.2 - "Diversificação da Economia e Criação de Emprego" e "Melhoria da Qualidade de Vida"

A Portaria n.º 108/2012, de 20 de Abril, alterou as Portarias n.º 520 e 521/2009, de 14 de maio, que aprovaram os Regulamentos de aplicação das ações 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.2.1 e 3.2.2, para permitir a flexibilização na escolha das modalidades de submissão dos pedidos de apoio nestas medidas, à imagem do que já fora feito nas demais ações do PRODER.

Medida 2.4 "Intervenções Territoriais Integradas" (ITI)

A Portaria n.º 236/2012, de 8 de agosto, alterou a Portaria n.º 596-C/2008, de 8 de julho, que aprovou o regulamento de aplicação dos "Investimentos não produtivos" da medida 2.4, e desta forma introduziu na regulamentação nacional as modificações ao Programa respeitantes à elegibilidade de novos investimentos não produtivos nos territórios alvo das ITI, procedendo também a alguns ajustes para maior simplificação dos procedimentos.

Medida 2.1 "Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas"

A Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril, publicada em virtude da situação de seca, suspendeu durante a campanha agrícola iniciada em 1 de outubro de 2011 e terminada em 30 de setembro de 2012, o limite que impedia sobre a elegibilidade das áreas de pousio, estabelecido pelo n.º 4 do artigo 10.º do regulamento de aplicação da medida 2.1 "Manutenção da Atividade Agrícola

em Zonas Desfavorecidas”, aprovado pela Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de março, e considerou aquelas áreas elegíveis ainda que ultrapassem o limite máximo de três vezes as áreas semeadas com culturas anuais.

Posteriormente, a Portaria n.º 320/2012, de 12 de outubro, alterou de novo a Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de março, adequando as regras definidas em matéria de reduções e exclusões, às modificações introduzidas pelo Regulamento (UE) n.º 65/2011 de 27 de Janeiro, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, relativas aos procedimentos de controlo e à condicionalidade no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento rural, e que revogou o Regulamento (CE) n.º 1975/2006, da Comissão, de 7 de Dezembro.

Ação 2.2.1 “Alteração dos modos de produção”

No âmbito das medidas implementadas em virtude da situação de seca generalizada no território do Continente, a Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril, suspendeu a obrigação de comercializar a produção obtida, que impende sobre os beneficiários de ajudas no âmbito da ação 2.2.1 “Alteração dos modos de produção”, cujo regulamento de aplicação foi aprovado pela Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março.

Ação 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”

A Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril, que implementou medidas excepcionais para mitigar os efeitos da seca, veio considerar caso de força maior, sem aplicação de quaisquer sanções, o incumprimento do dever de manter anualmente o número de cabeças normais (CN) inicialmente declaradas, estabelecido para a ação 2.2.2, na Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março, e desde que o mesmo decorra de redução parcial ou total do efetivo pecuário candidato, resultante de dificuldades provocadas pela situação de seca.

Por outro lado, a Portaria n.º 370/2012, de 9 de novembro, veio aditar um novo artigo à Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril, alterando, excepcionalmente, no ano de 2012, em virtude da situação de seca, os períodos dos compromissos previstos na ação 2.2.2, para os fazer coincidir, no ano de 2012, com os períodos de retenção referentes aos pagamentos diretos animais.

Medida 2.4 “Intervenções Territoriais Integradas» - Componentes Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais

A Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril, considerou também caso de força maior, sem aplicação de quaisquer sanções, o incumprimento dos encabeçamentos mínimos estabelecidos pelo regulamento de aplicação das componentes agroambientais e silvoambientais da medida 2.4 “Intervenções Territoriais Integradas”, aprovado pela Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de março.

No mesmo contexto, a Portaria fez acrescer às competências atribuídas às estruturas locais de apoio (ELA), pelo artigo 93.º da Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de março, a de definir orientações e autorizar ajustamentos de compromissos mediante a análise das situações concretas e a evolução da situação climática.

Ação 2.3.2 “Ordenamento e recuperação de povoamentos”

A Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril, considerou igualmente caso de força maior, sem aplicação de quaisquer sanções, o incumprimento das densidades previstas nos planos de gestão florestal (PGF), das operações de florestação ou de reflorestação, realizadas no âmbito da ação 2.3.2 “Ordenamento e recuperação de povoamentos”, cujo regulamento de aplicação foi aprovado pela Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de outubro.

Medida “Assistência Técnica do PRODER”

A revisão do PRODER, aprovada pela Decisão de Execução da Comissão, de 28 de março de 2012, acrescentou à lista de despesas elegíveis as despesas incorridas com a preparação das atividades do próximo Programa de Desenvolvimento Rural, incluindo a avaliação *ex-ante*.

Adaptando a regulamentação vigente àquela revisão, nomeadamente quanto aos seus beneficiários, operações e despesas elegíveis, foi publicada a Portaria n.º 326/2012, de 17 de outubro, que alterou a Portaria n.º 94/2010, de 12 de fevereiro, que estabelece as condições de acesso e as regras de financiamento das operações apresentadas no âmbito da medida “Assistência técnica” do PRODER.

5.2 Problemas mais importantes verificados na gestão do Programa

5.2.1 Monitorização dos projetos aprovados - “operação limpeza”

5.2.1.1 Projetos aprovados sem execução

O processo de monitorização dos projetos aprovados sem execução, que foi designado de “operação limpeza”, em curso desde o início de 2011, continuou em 2012 a relevar-se determinante no contexto da boa execução do Programa, que durante este ano viu a sua taxa de aprovações aumentar 28 pontos percentuais, o que resultou, no final de 2012, num nível de compromissos global muito próximo do esgotamento da sua dotação orçamental. Considerando as dotações necessárias para assegurar o pagamento dos compromissos agroambientais assumidos e das medidas de apoio às zonas desfavorecidas até 2013, bem como os compromissos regulamentares e assumidos com os GAL no âmbito da abordagem LEADER e os compromissos transitados, o Programa entra em 2013 com uma situação global, claramente, de *overbooking*.

O trabalho de avaliação permanente e rigorosa das situações em que se verifica que os beneficiários não têm condições para executar os investimentos aprovados é pois um mecanismo, absolutamente, indispensável à gestão de *overbooking*, permitindo a reafectação, em tempo útil, das verbas libertadas para viabilizar a aprovação de novos projetos, que continuaram a ser apresentados pelos promotores, durante o ano de 2012, em número muito significativo e a um ritmo crescente na fase final do ano.

No âmbito da “operação limpeza”, em 2012, foram identificados 1.607 beneficiários, 184 dos quais eram beneficiários das medidas LEADER, 3.1 e 3.2, cujos projetos se encontravam em situação de incumprimento do prazo regulamentar de início de execução, que nos termos da OTG nº7/2011 “*Prazos pré-contratuais e de execução de projetos*” deve ser evidenciado através de um pedido de pagamento ou adiantamento.

Seguindo a metodologia implementada em 2011, a Autoridade de Gestão (GAL, no caso dos beneficiários dos projetos das medidas 3.1 e 3.2) concedeu a todos os beneficiários identificados, a título excepcional, uma última oportunidade, de no prazo máximo de um mês, regularizarem a situação do

seu projeto ou, em casos particulares, devidamente justificados, solicitarem a prorrogação do prazo de início da execução do projeto.

Complementarmente e sempre que se revelou adequado foram ainda efetuados contactos telefónicos com os beneficiários no sentido de os incitar a resolverem a situação de incumprimento dos seus projetos.

Cerca de 76% das situações de incumprimento identificadas em 2012 foram resolvidas, tendo os beneficiários apresentado os respetivos pedidos de pagamento ou solicitado adiamento na submissão dos mesmos ou ainda prorrogação do início da execução do projeto, que foi aceite pela Autoridade de Gestão sempre que as razões apresentadas o justificaram.

De salientar que nestes últimos casos, a Autoridade de Gestão continua a monitorizar os projetos, com o mesmo propósito, uma vez que, caso se venha a verificar que o beneficiário não tem efetivamente condições para executar o projeto, o mesmo deve ser descomprometido, libertando a verba que lhe estava consignada.

Nos casos em que a situação dos projetos não foi alterada ao fim do prazo excecionalmente concedido, nem apresentada qualquer justificação para o efeito, cerca de 21% do número de projetos identificados, a Autoridade de Gestão/GAL considerou, nos termos da referida OTG nº 7, os projetos automaticamente desistidos e essas decisões foram comunicadas ao Organismo Pagador para efeitos da resolução unilateral dos contratos de financiamento.

Esse número de projetos (331) adicionado ao número de desistências efetuadas, em 2012, a pedido expresso dos beneficiários (382) perfaz um total de 713 projetos desistidos, ao qual estava associado um montante de despesa pública de cerca de 66 milhões de euros.

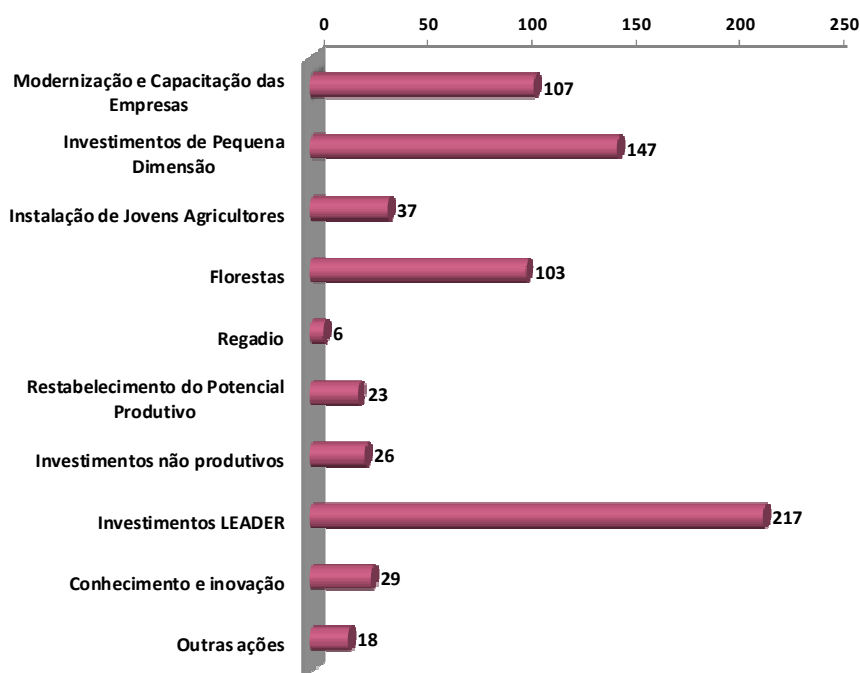
Desse montante, 16 milhões de euros correspondiam a projetos de investimento LEADER (217), pelo que os 50 milhões de euros remanescentes estavam consignados aos restantes projetos de investimento (496).

Essas verbas foram automaticamente libertadas nas medidas e ações em que tinham sido aprovados os projetos que foram objeto de desistência, passando a constituir dotação orçamental disponível para aprovação de novos projetos.

Mais de metade dos projetos desistidos encontrava-se aprovada nas medidas e ações do subprograma 1 e mais de 75% desses projetos estavam enquadrados no conjunto das três principais ações de apoio ao investimento agrícola e agroindustrial (ações 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3).

No subprograma 3 concentrou-se cerca de 30% do número de projetos desistidos, expressão que resulta sobretudo do número de desistências registadas nas medidas LEADER, geridas pelos GAL.

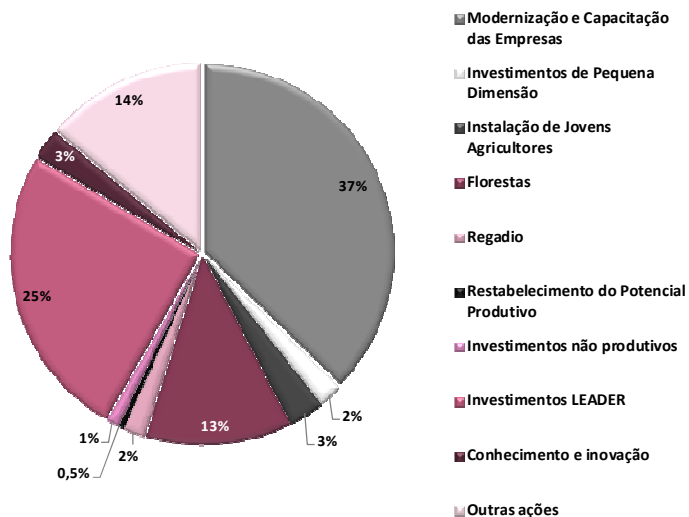
Figura 5: Número de projetos desistidos (no ano)



No que respeita à despesa pública associada aos projetos desistidos, verifica-se que em 2012 e, à semelhança do que aconteceu em 2011, foi na ação 1.1.1 que se registou o maior montante de libertação de verbas, cerca de 37% do montante total.

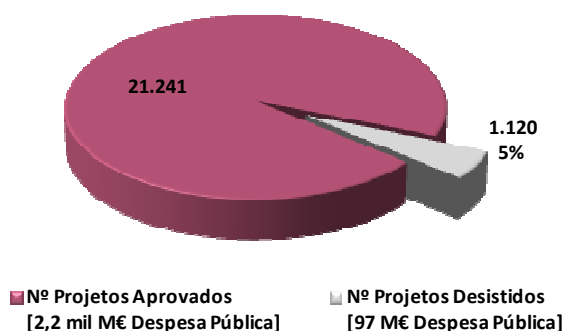
Também com comportamento idêntico ao registado em 2011, as medidas das florestas libertaram um montante de despesa pública de cerca de 8 milhões de euros nos 103 projetos desistidos, montante que corresponde a 13% da dotação total libertada em 2012.

Figura 6: Despesa Pública disponibilizada pelos projetos desistidos (no ano)
[66 Milhões de euros]



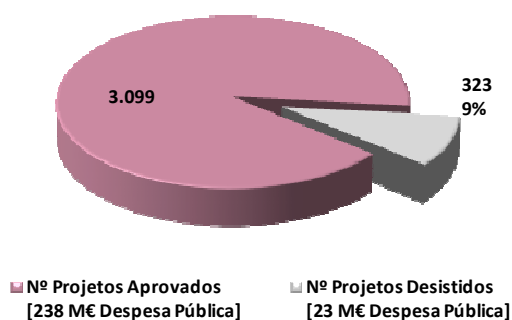
O cômputo resultante do trabalho de monitorização realizado pela Autoridade de Gestão em 2011 e 2012 traduziu-se na desistência de 1.120 projetos e na libertação de um montante total de despesa pública de 97 milhões de euros, o que corresponde, no final de 2012, a uma taxa de desistências em número de projetos de 5% e de 4% em termos de despesa pública, no conjunto das medidas de investimento não considerando as medidas LEADER, geridas pelos GAL.

Figura 7: Número de Projetos desistidos até final de 2012 sem projetos das Medidas geridas pelos GAL



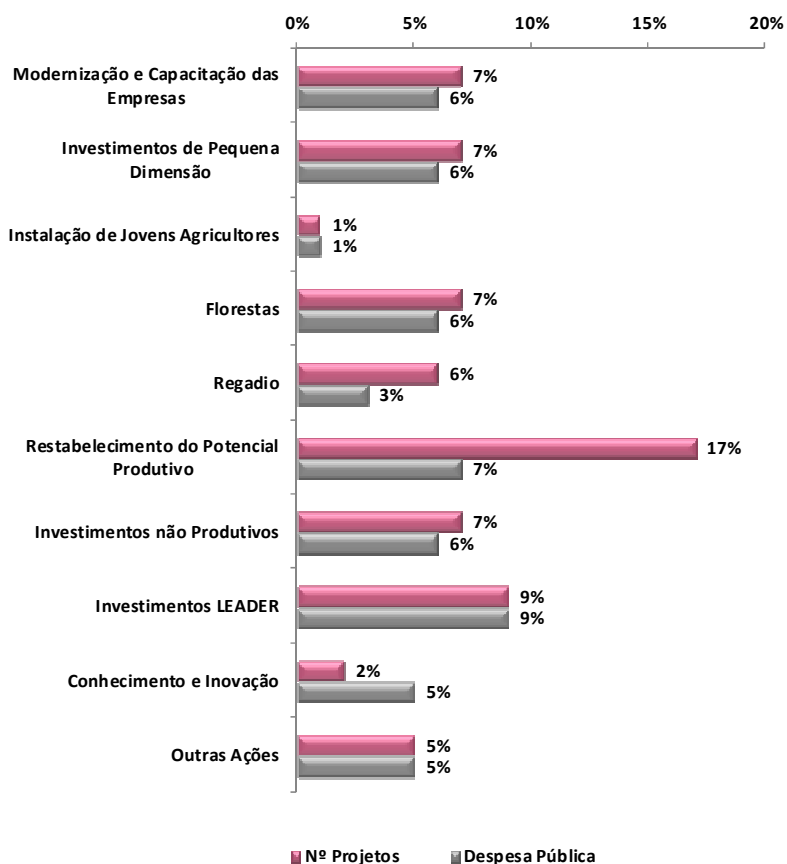
Nas medidas LEADER registou-se uma taxa de desistências superior, de 9%, traduzindo-se numa libertação de dotação financeira de 23 milhões de euros de despesa pública, à qual estavam associados 323 projetos, que representavam também 9% do número total de projetos aprovados nas medidas 3.1 e 3.2.

Figura 8: Número de Projetos desistidos até final de 2012
Medidas geridas pelos GAL



Apesar de ter sido na ação 1.1.1 que se verificou o maior número de desistências (326) e o maior volume de despesa pública libertada (45 milhões de euros), quase 38% do montante total disponibilizado no Programa até ao final de 2012, a taxa de desistências nesta ação foi apenas de 6% na ótica da despesa pública e de 7% em termos de número de projetos. O mesmo comportamento foi registado na ação 1.1.2 e nos “Investimentos não produtivos”.

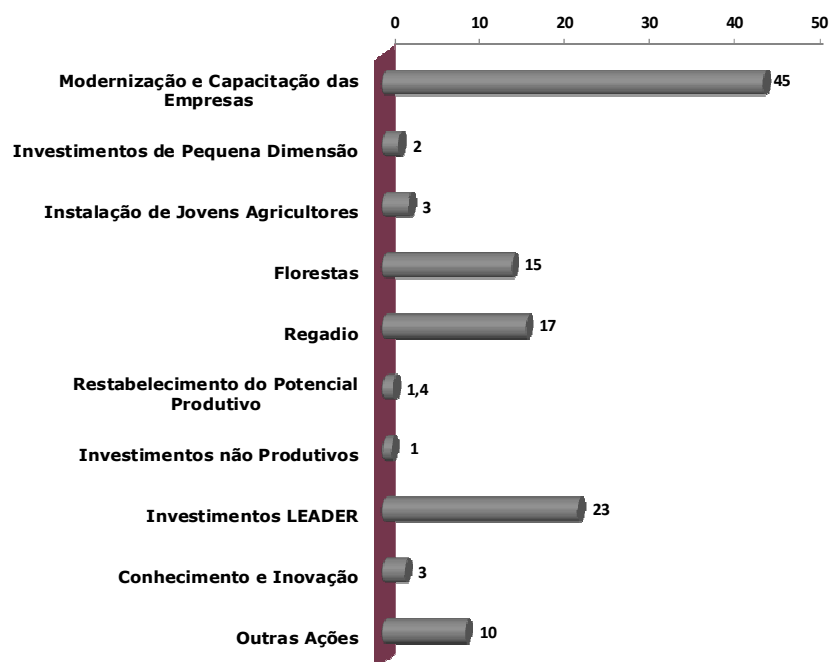
Figura 9: Taxas de Desistências face aos compromissos assumidos (acumulado)



Também no conjunto das medidas das florestas se registaram taxas idênticas às da ação 1.1.1 Já nas medidas do regadio e apesar do montante de despesa libertado (17 milhões de euros) estar próximo do montante disponibilizado nas medidas das florestas (15 milhões de euros), a taxa de desistências aferida pela despesa pública foi de apenas 3%, o que decorre do montante de despesa pública aprovada no conjunto destas medidas ser substancialmente superior. Em termos de número de projetos as taxas diferem apenas um ponto percentual.

De salientar a baixa taxa de desistências da ação “Instalação de jovens agricultores” (1%) e a elevada taxa de desistências, em número de projetos, da medida de “Restabelecimento do Potencial Produtivo” (17%).

Figura 10: Despesa Pública disponibilizada pelos projetos desistidos (acumulado)
[120 Milhões de euros]



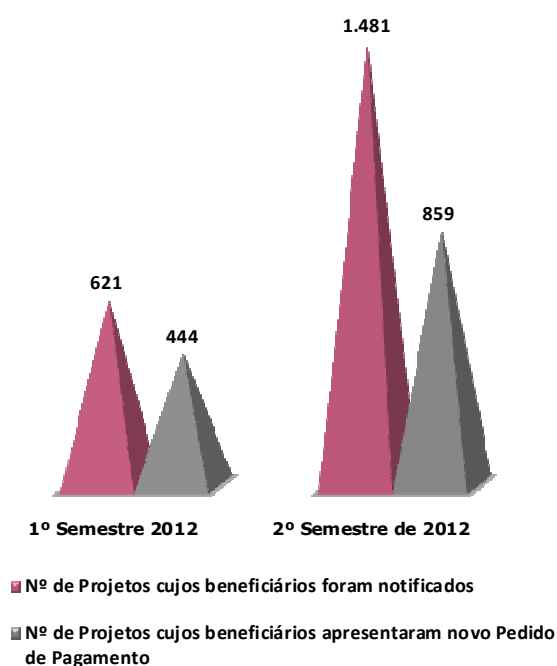
Conforme referido, desde o início de 2012 e depois do último exercício de reprogramação financeira do Programa, no âmbito do qual a dotação programática da ação 1.1.1 foi reforçada em 47 milhões de euros com verbas disponibilizadas pela desistência de projetos ocorrida em 2011, os montantes que têm vindo a ser libertados têm sido de imediato integrados na dotação das respetivas medidas e ações, ficando automaticamente disponíveis para viabilizar novos projetos.

5.2.1.2 Projetos aprovados sem apresentação de Pedidos de Pagamento há mais de 6 meses

Naturalmente que a “operação limpeza” não se poderia esgotar na monitorização dos casos em que, infelizmente, não existem condições para executar os investimentos aprovados. Para garantir a boa execução do Programa importava também monitorizar os projetos que se encontram em execução assegurando que são realizados e concluídos nos termos e prazos aprovados.

Ainda no final de 2011, a “operação limpeza” passou também a englobar a monitorização do conjunto de projetos que, já estando em execução e com pedidos de pagamento liquidados, não apresentavam novos pedidos de pagamento há mais de seis meses. Este trabalho foi continuado, com carácter permanente e numa base semestral, em 2012.

Figura 11: Projetos sem Pedidos de pagamento há mais de seis meses



Os beneficiários que se encontram nessa situação são notificados, através de *e-mail*, para apresentarem, no prazo de 3 meses, um novo pedido de pagamento, de forma a demonstrarem que o seu projeto se encontra a ser executado com regularidade no quadro físico e financeiro estabelecido nos termos da sua aprovação.

No ano de 2012 foram notificados 2.102 beneficiários, dos quais mais de dois terços no segundo semestre do ano. Mais de 60% desses beneficiários apresentaram novos pedidos de pagamento.

Verificaram-se também situações em que a avaliação do ciclo de realização física e financeira dos investimentos aprovados determinou a necessidade dos beneficiários apresentarem um pedido de alterações, para poderem dar continuidade e concluírem a execução dos seus projetos.

Constata-se que praticamente metade dos projetos cujos beneficiários solicitam um pedido de alterações aos investimentos aprovados, diretamente na plataforma criada pelo SIPRODER para este efeito, origina uma redução do apoio atribuído, sendo que no conjunto de todas as medidas e ações de investimento a taxa média de redução do apoio resultante desses pedidos situava-se, no final de 2012, na casa dos 5%, valor idêntico ao da taxa de desistências de projetos, à mesma data.

5.2.1.3 Conclusão de projetos de Instalação de Jovens Agricultores (antigo regime)

As características particulares inerentes ao formato de execução definido para os projetos de Jovens Agricultores (anterior regime) justificaram que fosse efetuado um processo de monitorização com uma configuração especialmente adequada à realização destes projetos.

Os primeiros projetos aprovados perfizeram 36 meses de contrato em 2012, o que, de acordo com o regulamento de aplicação da ação, determinava que os respetivos beneficiários estavam na altura de fazer prova do cumprimento dos seus planos de formação, quando aplicável, e dos seus planos empresariais e conseqüentemente, caso comprovassem esse cumprimento, poderem solicitar o saldo do prémio à primeira instalação.

Sendo de extrema importância para a gestão alertar, em tempo útil, os beneficiários destes projetos para a necessidade de cumprimento dos requisitos que lhes possibilitam receber a restante parte do prémio aprovado, a Autoridade de Gestão implementou um processo de acompanhamento, com periodicidade anual, em que são identificados e alertados todos os beneficiários que, nesse ano, perfazem os referidos 36 meses.

No *e-mail* enviado, os beneficiários são lembrados da data em que o seu projeto atinge os 36 meses, momento em que devem fazer prova do cumprimento dos mencionados planos e apresentarem o segundo e último pedido de pagamento. É-lhes também indicado o sítio do *site* do PRODER onde podem consultar as entidades formadoras, caso ainda não tenham efetuado formação e estejam obrigados a fazê-lo.

Nos casos em que se verifica que os beneficiários não apresentam o pedido de pagamento final do prémio, apesar de regulamentarmente o deverem ter feito, o beneficiário é contactado telefonicamente, sendo reforçado o alerta e apurada a real situação do projeto, de modo a avaliar se existem condições para o atraso ser rapidamente ultrapassado ou se, pelo contrário, a situação do projeto oferece dúvidas quanto à sua concretização plena, caso em que poderá justificar-se a realização de uma visita ao projeto para verificar o cumprimento do plano empresarial, podendo, no limite, decorrer da mesma o desencadeamento de um processo de resolução contratual com a sequente devolução, total ou parcial, das verbas já recebidas pelo beneficiário.

No ano de 2012 foram notificados 169 jovens agricultores, dos quais 113 submeteram o segundo pedido de pagamento. Os restantes 56 encontram-se em monitorização, depois de terem justificado as razões que levaram à não apresentação do pedido de saldo do prémio atribuído, sendo que na maioria dos casos são projetos que perfizeram os 36 meses no último trimestre do ano 2012, muitos dos quais os jovens beneficiários estão ainda a realizar a formação.

5.2.1.4 Cumprimento do prazo de conclusão dos projetos

No final do ano de 2012 deu-se início ao planeamento da fase da “operação limpeza” direcionada à monitorização do cumprimento dos prazos de conclusão dos projetos, que até essa data ainda não tinha sido despoletada, dado a grande maioria dos projetos aprovados ter ocorrido em 2010 (em média, no primeiro semestre de 2010, foram aprovados mais de 1.000 projetos por mês, os quais foram contratados nesse semestre e no seguinte) e por isso a meta final da sua realização seria concretizada, na maior parte dos casos, no final de 2012 e em 2013.

Por outro lado e atendendo a que o Programa se aproxima dos últimos anos de execução, com quase 24.500 projetos de investimento aprovados e uma carteira muito significativa de projetos em análise, fruto de um setor, que apesar dos constrangimentos económicos que o país atravessa, continuou durante todo o ano de 2012 a demonstrar um elevado dinamismo, esta extensão do trabalho da “operação limpeza” é também de extrema importância para garantir e maximizar a plena utilização das verbas que

venham a ser disponibilizadas em sede de encerramento dos projetos, as quais poderão ainda ser aplicadas na aprovação de novos projetos, concretizáveis ainda no restante período de vigência do Programa.

Os resultados deste trabalho, tal como os das restantes fases da chamada “operação limpeza”, só são possíveis de serem atingidos com eficácia, se existir transparência no processo e um envolvimento e uma participação responsável de todos os intervenientes, em especial dos beneficiários, que estão obrigados a executar os seus projetos nos termos e prazos em que foram aprovados. Podem sempre, contudo, solicitar à Autoridade de Gestão ajustamentos ou alterações aos seus projetos, se existirem fatores não previstos na fase de candidatura que inviabilizam a conclusão da concretização dos investimentos aprovados. Devem, nessas circunstâncias, apresentar sempre os seus pedidos de alteração com clareza e devidamente fundamentados.

Na fase final da execução do Programa é, também, determinante que os beneficiários que se vêm confrontados com essa necessidade, de alteração do seu projeto, habilitem a gestão com informação precisa sobre o respetivo calendário de execução, indicando as datas e os montantes dos pedidos de pagamento que vão ainda apresentar e responsabilizando-se pelo seu cumprimento, sob pena da gestão não poder garantir o financiamento do projeto.

Esse calendário constitui um elemento fundamental no trabalho de monitorização da execução, em particular numa situação de *overbooking* como aquela em que o Programa se encontra e em que a gestão tem necessariamente que dispor de dados sobre a execução futura dos projetos, com a maior aderência possível à real capacidade de execução dos mesmos, especialmente daqueles que apresentam atrasos significativos face aos prazos inicialmente aprovados.

Haverá certamente situações em que, infelizmente, os beneficiários não terão condições para executar integralmente os investimentos aprovados, designadamente no período de vigência do Programa. Essas situações devem ser comunicadas pelos beneficiários à gestão e avaliadas em tempo útil, uma vez que poderão daí decorrer encerramentos de projetos por montantes inferiores aos aprovados inicialmente, caso se constate que não ficam

prejudicados, de forma substantiva, os objetivos previstos no projeto aprovado.

Só numa base de acompanhamento permanente e atempado da execução dos projetos aprovados, a gestão pode continuar a assegurar, em tempo útil, a reafecção de verbas libertadas a novas aprovações, procedimento que só tem conseguido levar a cabo com resultados visíveis para a performance do Programa e consequentemente para os próprios beneficiários, porque a designada “operação limpeza” foi reconhecida, por todos os que nela estão envolvidos, como uma ferramenta adequada e indispensável à boa gestão do Programa.

5.2.2 Monitorização do *Overbooking*

Um dos principais objetivos de gestão dos programas comunitários é a utilização integral dos recursos financeiros comunitários que lhes estão atribuídos, contribuindo para reforçar a competitividade e o crescimento dos sectores que abrangem.

Encontra-se provado na história da execução dos anteriores quadros comunitários de apoio que os níveis de aprovação nem sempre resultam em iguais níveis de execução, pelo que a prática de utilização de *overbooking* foi sempre uma medida eficaz na maximização da utilização das verbas comunitárias, por consequência da minimização do risco de perda de montantes subutilizados de dotações de Fundos comunitários, particularmente na fase final da execução dos programas.

Esta medida, aplicada num Programa com a dimensão do PRODER, com a pluralidade das suas medidas e ações, com diferenciados ritmos de aprovação e execução e com a pouca flexibilidade de algumas, assume ainda uma maior relevância e essa é tão mais potenciada quanto mais difícil é a situação económica que o país atravessa no atual período de programação. São efeitos dessa situação a dificuldade no acesso ao crédito, conduzindo a um maior nível de desistências de projetos privados e à subexecução de outros, bem como, no

que respeita aos investimentos públicos, uma maior quebra de execução decorrente das restrições orçamentais e da aplicação da Lei dos compromissos.

Tão mais relevante é o facto do nível de disponibilidades do Orçamento de Estado limitar a possibilidade de aceleração do ritmo de execução do Programa, numa fase em que estariam criadas todas as condições para tal.

Neste quadro, o processo de monitorização do *overbooking* do Programa, constitui um trabalho fundamental de apoio à gestão, que tem que ser efetuado em permanência e com todo o rigor, recorrendo ao andamento e projeção, sempre que possível, de todas as variáveis que influenciam o seu nível, de modo a poderem ser efetuados ajustamentos, caso se verifique essa necessidade, em função da alteração dos pressupostos em que assenta.

Um dos fatores mais relevantes para a variação do *overbooking* é o resultado que advém da chamada "operação limpeza", que deverá ser, à medida que o programa se aproxima da sua reta final, cada vez mais exigente e criteriosa para que não fiquem verbas por utilizar, na aprovação de novos projetos com condições de serem ainda executados no período final de elegibilidade do programa, por não terem sido atempadamente identificadas e libertadas.

Para tal, não é apenas suficiente o trabalho de monitorização da gestão do Programa, é também indispensável que esse trabalho continue, como até à data, a ser bem entendido e seguido pelos beneficiários do Programa, que devem executar os seus projetos nos termos e nos prazos em que foram aprovados, mas que devem igualmente e com o maior sentido de responsabilidade assinalar à gestão eventuais quebras de execução dos seus projetos, de forma a que possam ser avaliadas e aproveitadas para viabilizar o financiamento de novos projetos, ainda em tempo útil.

A utilização desta política de *overbooking* permitiu que, durante o segundo semestre de 2012, se mantivessem abertas as candidaturas da medida de apoio à Instalação de Jovens Agricultores, de todas as medidas florestais e do sector do leite, bem como a reabertura em contínuo das candidaturas à ação 1.1.1.

Neste contexto e dado o ritmo de apresentação de candidaturas às referidas medidas, é indispensável conjugar todas as variáveis financeiras que influenciam o andamento do nível de *overbooking* do Programa e projetar a sua evolução.

Para o efeito, foi criada, pela equipa do Sistema de Informação PRODER, uma ferramenta de apoio à gestão que permite dispor de um quadro permanente da

situação da evolução do *overbooking* e perspetivá-lo tendo por base o comportamento das diversas variáveis financeiras que estão identificadas e as que podem ser projetadas e que, em conjunto, ajudarão a construir cenários de atuação, tendo em atenção desvios calculados que assim possam ser melhor ponderados.

Esta ferramenta é essencial para o trabalho de monitorização que o *overbooking* irá naturalmente exigir no percurso de execução dos últimos anos de vigência do Programa.

5.2.3 Resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão de cada Subprograma

Dificuldades operacionais e medidas tomadas

Subprograma 1

No ano de 2012 procedeu-se à reabertura de vários períodos de candidaturas em contínuo. Em todos eles, procedeu-se à adaptação do formulário, ajustando-o à alteração do regulamento de aplicação e efetuaram-se melhorias funcionais que se traduziram na implementação de novas validações e na simplificação de processos. Adaptou-se o guia de preenchimento dos formulários, a norma de análise e orientação técnica às alterações efetuadas, bem como o modelo de análise.

Foram também realizadas diversas ações de formação nas DRAP e sessões de divulgação para técnicos e promotores.

Ação 1.1.1 – “Modernização e capacitação das empresas”

Procedeu-se à majoração da ajuda para os promotores que pertençam a uma OP ou cooperativa em processo de reconhecimento de forma a ir de encontro à intenção de estimular a concentração da oferta.

Ação 1.4.1 – “Apoio aos regimes de qualidade”

Em 2012 permaneceram ainda situações por resolver, nomeadamente as que envolvem os produtores fornecedores de matérias-primas de produtos transformados. Nestes casos, a informação disponível é a produção obtida e não a área da correspondente produção, sendo necessário converter as quantidades de certos produtos transformados nos parâmetros de cálculo estabelecidos para o cálculo da ajuda (áreas ou animais), tarefa que está a ser desenvolvida pelo GPP.

Medida 1.7 – Cumprimento de novas normas obrigatórias (identificação eletrónica de pequenos ruminantes – ovinos e caprinos)

Apesar da obrigatoriedade da identificação eletrónica de ovinos e caprinos se verificar para os animais nascidos a partir de 1 de Janeiro de 2010, da respetiva medida de apoio ter sido operacionalizada no início de 2010 e da divulgação do apoio levada a cabo pela AG do PRODER, apenas em meados

de 2011 é que o processo arrancou, embora a um ritmo mais lento do que o esperado devido a uma tardia disponibilização dos meios eletrónicos para este efeito.

Subprograma 2

Medidas 2.1 Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (MZD), 2.2 Valorização de modos de produção (PRODI e MPB), 2.3.2 - Ordenamento e recuperação de povoados e 2.4 - Intervenções territoriais integradas - Ações 2.4.1 a 2.4.13 - componente agrosilvoambiental

No decorrer do ano de 2012 e face à situação de seca verificada logo no início do ano, foi criado em março um Grupo de Acompanhamento e Avaliação dos Impactos da Seca 2012, tendo sido implementadas medidas de mitigação dos efeitos da seca, que se traduziram na publicação de Portaria específica no sentido de operacionalizar a suspensão temporária de condições de acesso e compromissos.

2.2.2 Proteção da Biodiversidade doméstica

Verificaram-se problemas com a validação dos animais elegíveis entretanto ultrapassados em articulação com a DGAV.

2.2.3 Conservação e melhoramento de recursos genéticos -Subação 2.2.3.1

O maior problema de operacionalização desta ação centra-se essencialmente, nas parcerias estabelecidas entre entidades públicas e privadas e na relação financeira entre estas entidades, nomeadamente na definição dos fluxos financeiros a ter em conta e respetivo enquadramento legal e contabilístico, nomeadamente a aplicação dos procedimentos de contratação pública.

Para ultrapassar esta dificuldade foram prestados todos os esclarecimentos necessários para dissipar as dúvidas colocadas, procurando-se sempre encontrar soluções para a correta e efetiva operacionalização desta ação.

Medida 2.4 – Intervenções territoriais integradas - Ações 2.4.1 a 2.4.13 – componente dos investimentos não produtivos

As dificuldades maiores verificaram-se na DRAPN, onde o elevado volume de PA apresentados na área geográfica da ITI do Douro Vinhateiro nos 2 concursos realizados até à data, e no que está a decorrer, exigiu um grande esforço de análise quer de pedidos de apoio, quer de pedidos de pagamento. Acresce o facto de, dada a natureza dos apoios e promotores em causa, as análises destas operações serem de carácter distinto relativamente a outras medidas de apoio ao investimento.

Para simplificar o processo de análise foram criados através de cruzamento de informação entre o SIPRODER e SIIFAP.

Medida 2.4 – Intervenções territoriais integradas - Ação 2.4.2 – Instrumentos de programação e gestão para intervenções territoriais integradas

O maior problema de operacionalização desta ação centra-se essencialmente nas parcerias estabelecidas entre entidades públicas e privadas e na relação financeira entre estas entidades, nomeadamente na definição dos fluxos financeiros a ter em conta e respetivo enquadramento legal e contabilístico, nomeadamente a aplicação dos procedimentos de contratação pública.

Para ultrapassar esta dificuldade foram prestados todos os esclarecimentos necessários para dissipar as dúvidas colocadas, procurando-se sempre encontrar soluções para a correta e efetiva operacionalização desta ação.

Subprograma 3

O ano de 2012 caracteriza-se por ter sido um ano de forte aumento da execução real de projetos, que teve como consequência um aumento significativo da taxa de execução, embora aquém do expeável para esbater o atraso que se verificava, acompanhada pela abertura de novos períodos de candidaturas e respetivas análises e decisões.

Verifica-se uma consolidação, por parte dos GAL, das regras de gestão do atual período de programação.

- ⇒ A esse nível destaque para a melhoria dos resultados obtidos em sede de CQ, com uma maior fundamentação das análises efetuadas e uma melhor explicitação das fórmulas de cálculo da valia global das operações e sua aplicação prática, incidindo em variáveis mais facilmente mensuráveis, sem deixar de parte, no entanto, alguma da subjetividade inerente à adequação dessas operações a cada uma das Estratégias Locais de Desenvolvimento. Destaque, ainda, para a possibilidade de apresentação de candidaturas em períodos contínuos, que alguns GAL já utilizaram, e que está mais próxima da realidade da abordagem LEADER nos períodos de programação anteriores.
- ⇒ À semelhança do que aconteceu em todas as restantes medidas do PRODER, os GAL aplicaram o determinado na OTG n.º 7/2011, relativo aos prazos pré-contratuais e de execução de projetos, comumente designada “Operação Limpeza” e que tem permitido libertar verbas de projetos sem execução, ou que desistem, permitindo assim a aprovação de novos PA.
- ⇒ Os ajustamentos introduzidos pela AG e pelos GAL, conduziram a um aumento na taxa de execução, que no entanto não acompanha a recuperação do nível de execução registado noutros subprogramas e que ainda se mantém abaixo da média do Programa.

A recuperação dos níveis de execução constituiu uma das preocupações centrais da AG PRODER no quadro da coordenação e articulação com os GAL, ao longo de todo o ano.

Nesse sentido, a Gestora participou em 2 reuniões gerais com os GAL, cuja agenda se focou no incremento da execução e na monitorização pela AG desse indicador, que é decisivo para evidenciar a plena implementação do SP3 no atual cenário de execução de todo o PRODER;

- ⇒ Ainda em relação a esta matéria, a Gestora deu seguimento, entre Agosto e Setembro, ao compromisso assumido no início de 2012, de

realizar reuniões individuais com cada um dos GAL, que tinham uma taxa de execução em Junho 2012, inferior à taxa média das medidas 3.1 e 3.2.

Desse modo, foram realizadas 16 reuniões entre a Gestora e cada um dos Presidentes dos Órgãos de Gestão dos GAL, nas quais foram assumidos, por cada entidade, compromissos de aumento da taxa de execução, até 31/10/2012, que nem sempre foram alcançados.

Dessas reuniões, ressalta a informação de que a AG iria começar, em 2013, a aprovar projetos em *overbooking*, de GAL com boa taxa de execução, por conta de verbas a retirar aos GAL sem execução, conforme previsto nas Portarias e nos protocolos de articulação funcional, estabelecidos entre a AG do PRODER e cada um dos GAL.

- ⇒ Ao nível das medidas cuja gestão é feita no ST do PRODER, destaque para a Cooperação LEADER para o Desenvolvimento, que apresenta uma taxa de aprovação de sensivelmente 100%, mas que mantém um ritmo de execução real (excluindo adiantamentos) bastante baixo, devido à dificuldade de operacionalização da cooperação transnacional, uma vez que não existem regras ou prazos comuns nos diferentes estados membros, o que leva a que nem sempre se possa dar seguimento a projetos aprovados em Portugal, por ausência de aprovação nos outros estados membros.

Subprograma 4

De uma forma genérica e comum a todas as ações e medidas do referido subprograma, a análise dos pedidos de pagamento apresentados por entidades que os submeteram pela primeira vez, verificou-se complexa.

Atendendo a que se trata essencialmente de medidas de funcionamento e que parte delas estão sujeitas às regras da degressividade, nomeadamente o cumprimento da OTE N^o50/2010, ou no caso da medida 4.1, Cooperação para a Inovação, os investimentos são elegíveis na parte das amortizações,

verificaram-se dificuldades na correta instrução dos pedidos de pagamento. Para minimizar esta situação, optou-se por continuar o nível de esclarecimentos adicionais junto dos referidos promotores, as ações de formação direcionadas para cada medida, bem como aumentar o número de reuniões presenciais individualizadas por promotor, que se tinha iniciado em 2011.

Ação 41 – Cooperação para a Inovação

Tendo como base o conhecimento dos dois anteriores avisos de concurso da medida e atendendo a que a instrução dos pedidos de apoio se apresentou com um grau de qualidade mediano, o que dificulta de forma séria os trabalhos de análise e respetivo processo de decisão, tomou-se como medida preventiva a divulgação a nível nacional, efetuando sessões de esclarecimentos pelas regiões.

Assim, indo ao encontro dos potenciais beneficiários, a Autoridade de Gestão do PRODER promoveu durante o mês de novembro de 2012, sessões de divulgação dedicadas à reabertura desta medida e planeadas de acordo com o seguinte calendário:

⇒ 20 de novembro de 2012 - Vila Real

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (Auditório do Edifício de Geociências)

⇒ 28 de novembro de 2012 - Évora

Universidade de Évora (Sala 131 do Colégio do Espírito Santo)

⇒ 30 de novembro de 2012 - Grande Lisboa

Antiga Estação Agronómica Nacional - Quinta do Marquês, em Oeiras (Auditório da Direção Geral de Alimentação e Veterinária)

Ação 421 – Formação Especializada

O regulamento de aplicação prevê o apoio à formação de jovens agricultores e à formação especializada de ativos dos vários sectores. Esta ação teve o primeiro concurso aprovado em 2010, para a formação de jovens agricultores, o qual tem uma taxa de execução muito baixa, apesar da subida da execução física no ano de 2011 e conseqüentemente em 2012.

No sentido de aumentar os índices de execução física do 2º Aviso e respetivamente a execução financeira foram tomadas as seguintes medidas: divulgação exhaustiva, via eletrónica, junto de todos os jovens agricultores com planos de formação para cumprir, comunicando as datas previsionais de início dos cursos, bem como divulgação da formação de ativos no sítio da Internet do PRODER.

No sítio do PRODER manteve-se a funcionalidade informática evidenciando o destaque para a formação de jovens agricultores e para a formação de ativos com o objetivo de manter a informação permanentemente atualizada, quer em matéria de contactos das entidades formadores que estão a ministrar a formação, quer em matéria de datas e locais de realização dos respetivos cursos de formação.

5.3 Exame Anual do ProDeR

A reunião do exame anual do PRODER realizou-se em 17 de Dezembro de 2012, em Bruxelas, e à semelhança dos anteriores encontros contou com a participação não só da Autoridade de Gestão e do Organismo Pagador (IFAP), mas também do GPP e dirigida pelos representantes da Comissão Europeia - DG AGRI.

No âmbito deste exame anual a Autoridade de Gestão apresentou à Comissão um ponto de situação, reportado a Novembro de 2012, do estado de execução do Programa, tendo dado evidência da evolução dos seus principais indicadores de realização financeira, que em 2012 traduziam já um andamento manifestamente consentâneo com o período de execução em que o Programa se encontra.

Foi também apresentado, com detalhe, o nível de execução de cada um dos eixos e das medidas do Programa, em particular das que registavam taxas de execução mais baixas, tendo também sido abordados os problemas e os progressos efetuados durante o ano em curso.

Em 2012 o Programa deu, globalmente, provas de uma boa performance, que se encontra refletida numa taxa de 60% de execução acumulada no final do ano. Ano em que o Programa registou também o maior aumento deste indicador, 18 pontos percentuais, resultado proveniente de uma firme capacidade de execução manifestada pelos beneficiários do Programa, num contexto económico e financeiro cada vez mais desfavorável e em mais um ano em que o Estado Português continuou a estar subjugado a assinaláveis constrangimentos orçamentais.

A Autoridade de Gestão não podia pois deixar de relevar neste fórum, que o estágio de execução atingido pelo Programa o coloca finalmente, no ano em apreço, junto da média da União Europeia, estando totalmente recuperado, apesar de num contexto absolutamente adverso, o atraso vivido no primeiro triénio do período de programação do Programa.

Foram ainda apresentados os resultados do Programa em termos sectoriais, expressos através das variáveis investimento e despesa pública nacional e comunitária, tendo sido salientado o impacto dos mesmos no determinante contributo que o sector agro-florestal tem vindo a assumir nos últimos anos

na economia nacional, com tradução nos principais agregados económicos. Esse contributo evidenciou-se de forma mais resistente do que a dos outros sectores na evolução do PIB registada no ano de 2012 e tem sido decisivo para o crescimento das exportações e, conseqüentemente, da atividade económica. Ao nível do emprego é também significativo o contributo do sector agrícola, sendo que este agregado tem vindo a crescer desde o 4º trimestre de 2011, ao contrário do emprego total para o conjunto da economia.

A análise da situação do Programa incidiu também sobre o cumprimento da regra N+2 em 2012, garantido no mês de Julho, e sobre as perspetivas de execução futura, tendo sido abordada a possibilidade de, em 2013, serem efetuados ajustamentos financeiros e de reafecção de fundos entre medidas e/ou eixos em função da evolução do *overbooking* das principais medidas do Programa e dos níveis de execução do conjunto das medidas.

Foi ainda efetuado, como é habitual neste fórum, um ponto de situação relativo às atividades do âmbito das auditorias e respetivos follow-up.

A Comissão considerou que as autoridades nacionais responderam de forma esclarecedora às matérias abordadas no exame anual, pelo que na sequência deste encontro não identificou a necessidade de apresentar quaisquer observações nos termos do nº 2, do artigo 83º do Regulamento (CE) nº 1698/2005.

5.4 Reunião do Comité de Acompanhamento – Resultados

A reunião anual do Comité de Acompanhamento do Programa foi realizada em 27 de junho de 2012.

Os trabalhos deste fórum centraram-se quer na evolução operada no Programa durante o período que decorreu desde o último Comité anual, quer nas perspetivas de execução para o futuro próximo, bem como na análise detalhada das principais apostas de investimento aprovadas e em execução e da sua distribuição regional e sectorial.

A análise e reflexão sobre a evolução do Programa foram efetuadas sobre o novo quadro programático resultante da revisão do Programa operada no início de 2012 e aprovada pela Comissão Europeia em março de 2012. Tiveram por isso por base o envelope financeiro do Programa que resultou da alteração da taxa de cofinanciamento comunitário para 85%, determinada pelo governo português no quadro da Lei do Orçamento, na sequência da possibilidade que a Comissão Europeia conferiu aos Estados-membro, com programas de assistência financeira, de procederem aos pagamentos com um menor esforço orçamental nacional.

O reajustamento financeiro da orçamentação das medidas prioritárias que se encontravam em situação de *overbooking* foi também tido em consideração no quadro da análise da evolução da execução do Programa, dado que esse reajustamento foi efetuado também na referida revisão programática.

Num contexto de forte retração económica, os principais indicadores financeiros do Programa, objeto de análise neste fórum, demonstraram a enorme capacidade dos agentes do sector em continuarem a investir. O resultado da designada “operação limpeza”, que em junho de 2012 se traduzia numa taxa de desistências na ordem dos 4% quer na ótica do número de projetos, quer da despesa pública, também fez denotar uma forte resiliência por parte dos investidores, que persistentemente continuaram a executar os seus projetos, apesar de todas as adversidades que enfrentam.

A análise da repartição setorial e regional do investimento aprovado e em execução, superior a 5,2 mil milhões de euros à data do Comité (20.433 projetos aprovados), para o qual o Programa contribuía nessa data com mais de 2,9 mil milhões de euros de apoio público nacional e comunitário (77% da

dotação global do Programa, percentagem que se elevava a 92% considerando os compromissos incontornáveis), permitiu demonstrar a importante contribuição que o PRODER tem no crescimento, desenvolvimento e modernização do sector agro-florestal e no reforço da sua competitividade.

Foi pois também relevado o contributo fundamental que o sector tem dado para o crescimento das exportações e para a diminuição do défice alimentar, para a criação de emprego, para gerar receita fiscal e para o fortalecimento da coesão do território.

Tendo por base a evolução dos níveis de compromissos registados, designadamente ao longo do último ano, em que o volume de candidaturas e respetivas aprovações aumentaram em valor mais de 1,1 mil milhões de euros, tendo também presente as previsões para final de 2012, que apontavam para que nessa altura o Programa atingisse o teto das suas disponibilidades entrando em situação de *overbooking* global (o que se veio efetivamente a confirmar), o Comité refletiu e avaliou a importância da manutenção e gestão de um nível de *overbookig* global que permita garantir o aproveitamento integral do envelope financeiro atribuído ao Programa. Este fórum considerou que se trata de uma medida essencial para assegurar, sobretudo na fase final de execução do Programa, a aprovação de novos projetos no domínio do investimento privado, cuja dinâmica tem vindo a ser ilustrada em permanência pela elevada procura às principais medidas de investimento agrícola e agroindustrial do Programa.

Com o acolhimento dos membros do Comité, a Autoridade de Gestão do PRODER prosseguirá uma política de *overbooking* orientada, já no segundo semestre de 2012, para o apoio a novos projetos de investimento privado, mantendo os apoios disponíveis em contínuo - Florestas, apoio à instalação de jovens agricultores e pequenos investimentos - e reabrindo a medida de apoio ao investimento agrícola e agroindustrial.

Esta prática de *overbooking*, adotada nos quadros comunitários anteriores, obriga a uma avaliação permanente e criteriosa da evolução da execução do Programa e o seu limite está diretamente dependente das verbas que entretanto forem libertadas por projetos desistidos ou não executados integralmente. Esta libertação de verbas é ainda mais expectável que nos quadros comunitários anteriores devido às dificuldades de natureza financeira motivadas pelo atual contexto económico-financeiro que o país atravessa. A

monitorização deste processo e os resultados dele decorrente, que foram considerados determinantes pelos membros do Comité, serão obtidos no âmbito da chamada “operação limpeza”, que em 2013 passará também a abranger a monitorização do cumprimento do prazo de conclusão dos projetos, dado que em 2013 deverão estar concluídos a maioria dos projetos aprovados em 2010, ano em que o Programa aprovou no primeiro semestre mais de 1.000 projetos em média por mês.

As perspetivas de execução para dezembro de 2012, traduzidas numa taxa acumulada de 60%, foram também objeto de reflexão por parte dos membros do Comité.

O Programa encontrava-se, na data deste fórum, com uma taxa de execução de 49%, o que implicaria um aumento percentual de 11 pontos no segundo semestre do ano, andamento que se mostrava exequível quando analisado pela parte dos beneficiários dado que durante o primeiro semestre de 2012 continuaram a apresentar pedidos de pagamento com uma grande regularidade, montante que não desceu abaixo dos 60 e 70 milhões de euros, o que demonstrou, apesar da conjuntura adversa, não existir abrandamento na submissão de despesas.

Face a este quadro, a discussão centrou-se na exigência que seria necessário continuar a imprimir no ressarcimento dessas despesas, o que obrigaria a uma cadência regular e atempada dos pagamentos aos beneficiários e, para tal, a disponibilização do reforço da dotação orçamental base de 100 milhões de euros, previsto na Lei do Orçamento.

No contexto dos trabalhos do Comité foi ainda objeto de abordagem e de aprovação, o Relatório de Execução de 2011, na sua versão final, em que foram integrados os contributos dos membros do Comité, apresentados previamente à realização deste fórum, uma vez que o documento foi disponibilizado aos membros com uma antecedência maior do que a restante documentação, para que todos pudessem pronunciar-se e apresentar as suas reflexões atempadamente.

O relatório, na sequência da sua aprovação pelo Comité, foi remetido à Comissão Europeia em final de junho de 2012, cumprindo o prazo regulamentar estabelecido para o efeito.

Neste fórum, foi ainda prestada, sucintamente, informação sobre as matérias abordadas no Exame Anual realizado em outubro de 2011. Os serviços da Comissão consideraram que o Programa continua a avançar e a atingir os seus objetivos e não identificaram necessidade de solicitarem esclarecimentos adicionais às autoridades nacionais, razão pela qual, na sequência deste Exame, não foi apresentada pela Comissão Europeia carta de observações às autoridades nacionais, conforme previsto regulamentarmente.

Durante o ano de 2012, o Comité de Acompanhamento pronunciou-se também, através de procedimento de consulta escrita sobre diversas propostas conducentes a assegurar a eficácia e a qualidade da implementação e execução do Programa, designadamente sobre as alterações financeiras ao Programa propostas à Comissão Europeia em fevereiro de 2012, decorrentes da alteração da taxa de cofinanciamento para 85% e do reajustamento financeiro entre medidas.

Em junho de 2012 foi apresentada à Comissão Europeia mais uma revisão ao Programa que incidiu sobre a supressão do compromisso, na ação 2.2.1 "Alteração de modos de produção agrícola", de "produzir com destino direto e indireto ao consumo humano e vender a produção obtida sob controlo do OPC, relativa à superfície objeto da candidatura, diretamente ao consumidor final ou a um operador intermédio".

Em matéria de critérios de seleção, forma e nível dos apoios a aplicar, o Comité pronunciou-se por escrito relativamente a alterações introduzidas neste suporte qualitativo da aprovação dos projetos, nomeadamente das seguintes ações:

- Ação 1.1.1 "Modernização e Capacitação das Empresas";
- Ação 1.1.1 "Modernização e Capacitação das Empresas" no que respeita à dotação específica para reestruturação do sector leiteiro;
- Ação 1.1.2 "Investimentos de Pequena Dimensão".

O Comité pronunciou-se, ainda, por consulta escrita relativamente ao projeto de portaria que adotou medidas excecionais para mitigar os efeitos da seca, ocorrida no inverno de 2012.

5.5 Utilização da assistência técnica

1. Enquadramento Regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 5.º do Regulamento (CE) nº 1290/2005, de 5 de agosto;
- Artigo 66.º do Regulamento (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 40.º do Regulamento (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 511;
- Portaria nº 94/2010 de 12 de fevereiro com a nova redação dada pela Portaria n.º 326/2012 de 17 de outubro.

2. Objetivo da Medida

Financiar as atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e divulgação das medidas previstas no PRODER, bem como as atividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa e técnica para a sua execução, tendo em vista a gestão e a operacionalização, de forma eficaz e eficiente do Programa.

3. Implementação da Medida

a. Concursos/candidaturas apresentadas

Em setembro de 2012 foi aberto um período de candidaturas, de 3 a 14 de setembro, tendo sido rececionadas 7 candidaturas com um total de 18.435 mil euros de investimento total.

Em novembro de 2012 procedeu-se à abertura de um período especial de candidaturas para a entidade com responsabilidade de coordenação e formulação do próximo Programa de Desenvolvimento Rural, de 19 a 23 de novembro, tendo sido rececionada 1 candidatura com um total de 147 mil euros de investimento total, conforme quadro que se apresenta de seguida:

Quadro 511: AT - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas em 2012		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Custo total	Nº PA	Custo total
Primeiro	87.444			1	880
Segundo				1	5.038
Terceiro				7	7.330
Quarto				8	14.621
Quinto				9	14.602
Sexto				8	18.377
Sétimo		7	18.435	7	18.435
Oitavo		1	147	1	147
TOTAL	87.444	8	18.582	42	79.430

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano 2012, foram analisadas e aprovadas as 8 candidaturas, nos termos previstos da regulamentação em vigor e tendo em conta que a AG do PRODER é ela própria beneficiária, a aprovação ocorreu por despacho do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, sendo que 95% foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 512: AT - PA entrados, analisados, decididos e contratados (por concurso)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1	880	1	880			1	880	1	880	880
Segundo	1	5.038	1	5.038			1	5.038	1	5.038	5.038
Terceiro	7	7.330	7	7.330			7	7.330	7	7.330	7.330
Quarto	8	14.621	8	14.621			8	14.325	8	14.325	11.496
Quinto	9	14.602	9	14.602			9	14.383	9	14.383	12.184
Sexto	8	18.377	8	18.377			8	18.377	8	18.377	11.624
Sétimo	7	18.435	7	18.435			7	18.435	6	8.175	8.175
Oitavo	1	147	1	147			1	147			
TOTAL	42	79.430	42	79.430	0	0	42	78.915	40	68.508	56.727

Tendo em conta a particularidade desta ação, apresenta-se no quadro seguinte a distribuição dos PA contratados, por promotor.

Quadro 513: AT - Distribuição PA contratados no ano

Un.:mil euros

Entidade	Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
DRAPN	1	620	527
DRPAC	1	461	392
DRAPLVT	1	287	244
DRAPALE	1	1.033	878
DRAPALG	1	234	199
IFAP			
AG ProDeR	1	5.540	4.709
GPP			
Total	6	8.175	6.949

Em 2012 foram contratados 6 PA a que corresponde um montante de despesa pública de 8.175 mil euros, com uma comparticipação FEADER no valor de 6.949 mil euros.

c. Execução financeira

A despesa pública paga em 2012 foi de 5.733 mil euros com uma participação FEADER de 4.905 mil euros, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 514: AT - Distribuição PA pagos no ano

Un.:mil euros

Entidade	Valores Pagos em 2012	
	Despesa pública	FEADER
DRAPN		
DRPAC	87	74
DRAPLVT	123	104
DRAPALE	599	509
DRAPALG	82	69
IFAP	2.052	1.745
AG ProDeR	2.784	2.398
IGF	6	5
Total	5.733	4.905

Em termos acumulados, esta medida teve uma execução acumulada de 22.772 mil euros de despesa pública e uma comparticipação de 17.684 mil euros de FEADER. A taxa de execução foi de 26% face ao programado.

Quadro 515: AT - Indicadores de realização

Un.:mil euros

Ano		Acumulado	
Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
5.733	4.905	22.772	17.684
Meta		87.444	72.623
% da Meta		26%	24%

5.6 Medidas tomadas para garantir que o Programa é objeto de publicidade

5.6.1 Autoridade de Gestão

O ano de 2012 traduziu-se pela maturação da fase de consolidação da comunicação PRODER, centrada na realização e apresentação de resultados do Programa, estágio esse que terá o seu seguimento natural durante o ano de 2013, onde se privilegiará a apresentação de boas práticas na aplicação do FEADER.

Ancorada no Plano de Comunicação aprovado, a estratégia de comunicação implementada durante o ano de 2012, adaptou-se de uma forma muito positiva aos constrangimentos orçamentais transversais a toda a Administração Pública Portuguesa e estabeleceu a ambição de fazer mais com menos, atingindo todos os objetivos a que sempre se tem proposto:

- ⇒ Consolidou-se a imagem institucional do Programa e reforçou-se a sua associação aos valores-guia que se têm vindo a desenhar e implementar nos últimos 3 anos: confiança / credibilidade / rigor / clareza / transparência;
- ⇒ Incrementou-se a proximidade com os beneficiários e restantes públicos, assumindo um *site* renovado como meio privilegiado de disseminação de informação essencial e relevante, como é exemplo a publicação atualizada de resultados gerados pelos projetos PRODER aprovados;
- ⇒ Promoveu-se a difusão de conhecimentos sobre o papel fundamental da União Europeia e do FEADER na construção de um setor agrícola e florestal mais competitivo, dinâmico e inovador, bem como de um mundo rural fecundo de novos projetos, gerando dinâmicas de fixação de populações e gerador de empregos;
- ⇒ Acompanhou-se o trabalho de cada beneficiário em matéria de regras de publicitação, de modo a assegurar a adequada divulgação da aplicação do FEADER.

No ano de 2012, o PRODER consolidou uma imagem pública positiva do Programa e da aplicação do FEADER em Portugal, falando aos seus públicos e disponibilizando-se sempre para os esclarecimentos necessários.

Figura 12: Notícia publicada no semanário expresso



Figura 13: Alguns exemplos do ProDeR na imprensa



Site ProDeR

O *site* do PRODER impõe-se como o eixo mais relevante da comunicação deste Programa com os seus públicos-alvo, a sua principal porta de entrada. A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela *internet*, bem como a possibilidade de disponibilizar imediatamente consideráveis volumes de informação, fazem do *site* um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa, instrumento de comunicação que merece uma permanente e crítica atenção da AG.

Os objetivos que estiveram na base da renovação promovida em 2011, foram integralmente confirmados pela atual usabilidade deste portal, bem como pelo *feedback* positivo que se tem recebido por parte de quem dele usufrui numa base diária. O destaque que se conferiu à periódica apresentação de resultados – globais e setoriais, quer seja em formato notícia, quer seja através de quadros/mapas de execução de leitura simples – a aposta numa imagem gráfica mais atrativa e a possibilidade que se fornecer a cada subscritor o acesso a informação para um consumo mais rápido e imediato de uma forma regular, através do envio da *Newsletter* PRODER, constituem as principais linhas orientadoras do atual *site* PRODER.

Procurando ir ao encontro das necessidades dos seus utilizadores e, sobretudo, manter o seu público permanentemente atualizado sobre a gestão do Programa, incorporaram-se novas funcionalidades que sedimentaram os benefícios introduzidos em 2011.

Principais alterações introduzidas em 2012:

⇒ Novos formatos de apresentação de resultados;

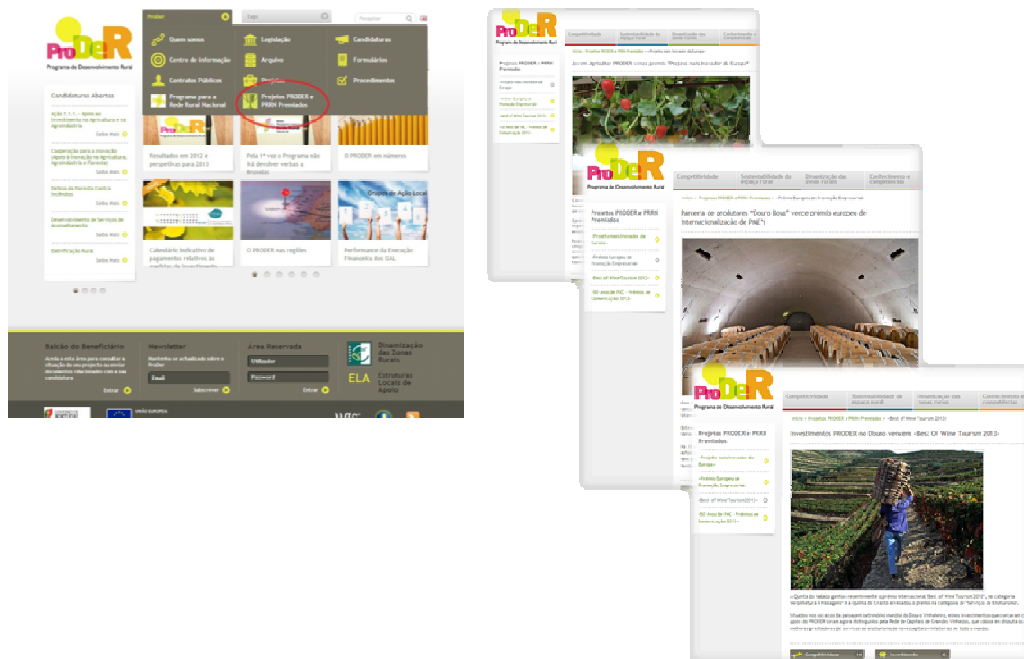
Embora não sendo uma exigência da CE, em 2012 foi decidido que, em linha com a excelente performance registada pelo Programa e aproveitando a recolha do conjunto de indicadores de resultados que descobrem um quadro aprofundado do impacto do Programa no sector agroflorestal, seria interessante divulgar essa informação no *site*. Foram, assim, criadas e publicadas no *site* novas abordagens de exposição de resultados. São exemplo o mapa que evidencia a performance de execução assinalada pelos GAL, no âmbito do SP3, e o gráfico de evolução da execução PRODER, com uma atualização trimestral.

⇒ Novo menu “Projetos PRODER e PRRN premiados”;

A criação deste novo espaço é fruto da capacidade de investimento dos beneficiários, enfrentando todas as adversidades da conjuntura atual, e da sua inesgotável aptidão para gerar excelentes projetos com uma aplicabilidade singular, geradores de riqueza, conhecimento, criadores de novos empregos e com uma visibilidade além-fronteiras que lhes

conferem o reconhecimento de relevantes organizações nacionais e internacionais.

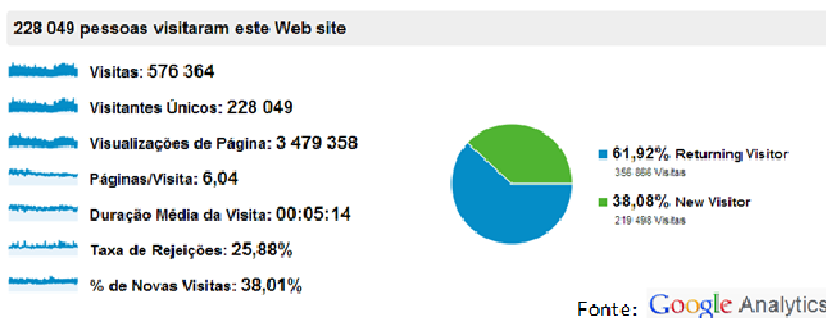
Figura 14: Site ProDeR – Exemplo da nova homepage e do novo menu



O sítio eletrónico oficial do PRODER é monitorizado com a ferramenta *Google Analytics*®, o que tem permitido uma análise fina, em tempo real e mais aprofundada da sua performance.

Assim, substancialmente mais relevante, em termos de navegabilidade e usabilidade dos portais, do que o número de visitas registadas são os resultados que o *site* obteve ao nível da permanência dessa estada (quantas páginas foram visitadas e qual a sua duração) e a figura infra demonstra que em média por cada visita são consultadas 6,04 páginas e que quem nos visita despende uma média de 5:14 min.

Figura 15: Site ProDeR – N° de visitas (no ano)



À semelhança da informação que reportámos referente ao ano de 2011, em 2012 cerca de 62% dos visitantes representavam utilizadores experientes no portal PRODER, sendo que os novos visitantes têm uma expressão superior a 38%.

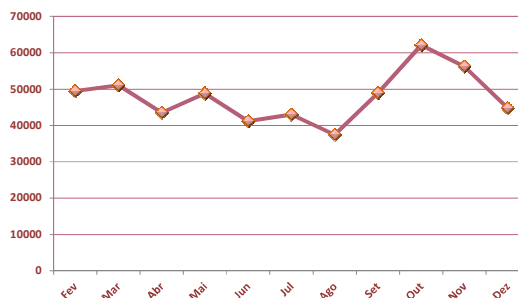
Nunca é demais ressaltar que a calibragem deste sistema, inaugurado em outubro de 2011, poderá influenciar os resultados finais acumulados que têm vindo a ser registados. Nos quadros seguintes apresentamos os indicadores mais relevantes para caracterizar o desempenho do *site* no ano de 2012.

Quadro 516: Site ProDeR – Dados quantitativos

Indicadores	2012	Acumulado
Visitantes	576.364	4.307.816
<i>Newsletter</i> (assinantes)	755	6.895
Total de visualizações de página (Indicador disponível a partir de setembro de 2011)	3.479.358	4.085.741

Em 2012 foram emitidas 34 *newsletter*, correspondendo a mais de 100 conteúdos noticiosos que chegaram por correio eletrónico a 7.650 subscritores. Só em 2012, 755 utilizadores manifestaram a sua vontade em receber pela primeira vez novidades sobre o PRODER.

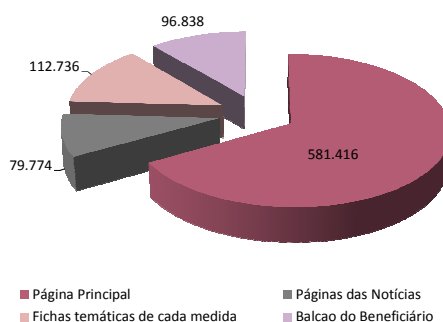
Figura 16: Site ProDeR – Distribuição Mensal do N° de visitas (no ano)



O gráfico acima apresenta uma distribuição mensal do número de visitas que, de uma forma geral, poderemos considerar uniforme com exceção de um pico de acesso no mês de outubro, que se começa a manifestar a partir do final de agosto, mês que sofreu uma ligeira quebra, diminuição que fica aquém do que é tradicionalmente registado em períodos homólogos nesta época do ano, consagrada às férias de verão.

No que toca ao maior tráfego registado encontramos uma plena justificação na reabertura, a 15 de outubro de 2012, dos apoios ao investimento na agricultura e agroindústria, a ação 1.1.1 “Modernização e Capacitação das Empresas”. A subida corresponde ao início da divulgação pública da sua reabertura, final de agosto, e da publicação no *site* da notícia dando conta da sessão de divulgação exclusivamente dedicada à reabertura destes apoios que a AG estava a preparar. A aceleração coincide com a data na qual essa ação se realizou, 20 de setembro, e atinge o seu clímax no início de outubro, instante a partir do qual todos os documentos de suporte às candidaturas foram disponibilizados no site para consulta.

Figura 17: Site ProDeR – Conteúdos mais visitados (no ano)



Contact Center

O sistema integrado de comunicação PRODER – *Contact Center* – constitui uma plataforma de comunicação por excelência com os nossos públicos. De uma forma direta, célere e eficaz, os beneficiários, efetivos ou potenciais, projetistas ou público em geral, expõem as suas dúvidas específicas, apresentam sugestões ou resolvem problemas de submissão de candidaturas.

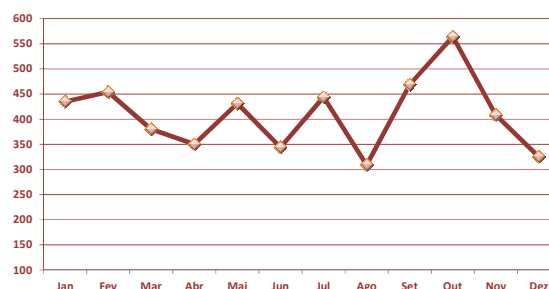
Endereço de correio eletrónico – proder@gpp.pt

Da análise efetuada ao quadro seguinte, constata-se um significativo incremento no número total de *e-mails* recebidos no endereço exclusivo para receção de pedidos de esclarecimento ou sugestões, face a período homólogo de 2011 (em 2012 recebeu-se mais 1.400 *e-mails*). É ainda de relevar que o tempo médio de resposta (4 dias) atingido no ano de 2012 é, à semelhança da média registada em 2011, inferior ao prazo limite de resposta estabelecido inicialmente por esta AG – 7 dias.

Quadro 517: Endereço electrónico – Dados quantitativos

	2012	Acumulado
Total de e-mails recebidos	4.913	24.839
Total de esclarecimentos prestados	9.826	51.501
Tempo médio de resposta:	4 dias	

Figura 18: Endereço electrónico – Distribuição mensal de e-mails rececionados



Mais uma vez se constata que a curva de receção de mensagens que chegam ao PRODER via correio eletrónico acompanha o histórico de cada período de abertura de candidaturas e/ou das principais decisões tomadas pela AG PRODER durante o ano em apreço.

Mesmo no período em que se assinalou uma menor afluência de pedidos de esclarecimento via *e-mail*, durante o mês consagrado às férias, agosto de 2012, o valor registado corresponde aos meses de 2011 onde se atingiu uma maior abundância de correspondência eletrónica.

Telefone – Linha Verde

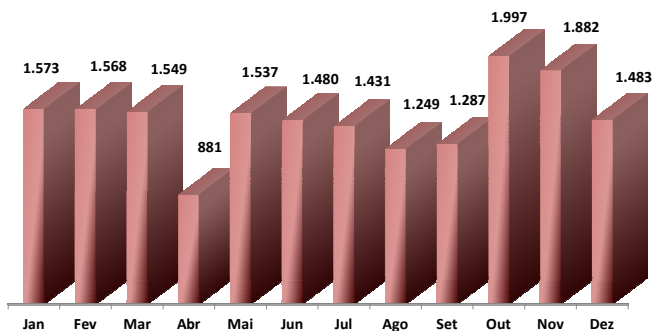
A linha telefónica de atendimento PRODER mantém o horário de funcionamento das 9h00 às 19h00, todos os dias úteis da semana.

Quadro 518: Linha verde – Dados quantitativos

Telefonemas recebidos (nº)		Questões respondidas (nº)	
2012	Acumulado	2012	Acumulado
17.917	52.850	34.159	92.543

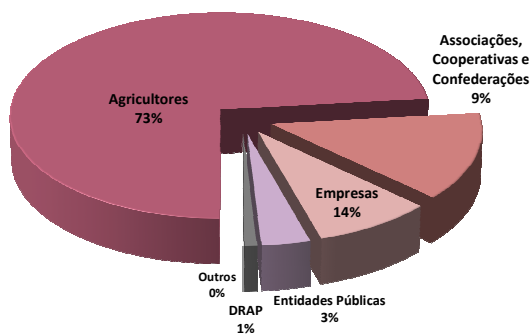
À semelhança do que já observámos no ponto anterior, também este indicador foi objeto de um acréscimo face aos valores globais registados em 2011. Durante o ano de 2012, foram assinaladas mais 3.680 chamadas telefónicas do que durante o período análogo de 2011, evidenciando a crescente procura desta Linha Verde PRODER.

Figura 19: Linha Verde – Nº de telefonemas recebidos (no ano)



À semelhança do comportamento registado com os *e-mails* recepcionados, também a Linha Verde assinala o seu maior pico de 2012 no mês de outubro, cuja interpretação está já devidamente fundamentada.

Figura 20: Linha Verde – Tipologia de utilizadores (no ano)



Quem procura a Linha Verde como meio privilegiado para obter esclarecimentos são os agricultores (representando 73%), seguidos de longe pelas empresas, onde se pode incluir a categoria dos projetistas (14%).

Eventos públicos de divulgação ProDeR

Durante o ano de 2012, realizaram-se 238 sessões de divulgação do Programa, representando uma interessante dinâmica na comunicação, transversal e alargada às diversas entidades que em muito contribuem para a organização e sucesso destas iniciativas, Direções Regionais, GAL e ELA.

Até 31 de dezembro de 2012, o PRODER contabilizou 1.116 eventos públicos de divulgação.

Figura 21: Eventos públicos – Ações de divulgação



Por entre estes eventos públicos de divulgação promovidos pela equipa do ST-PRODER, destacam-se pela sua relevância, bem como pela dimensão e sucesso alcançado, a sessão de divulgação exclusivamente dedicada à reabertura, pela primeira vez em contínuo, dos apoios ao investimento na agricultura e agroindústria, de crucial importância para o sector agrícola. Para que todos os esclarecimentos fossem prestados com clareza, transparência e em tempo, para que o período de receção de novas intenções de investimento reabrisse com toda a normalidade, a AG decidiu promover no Grande Auditório do CNEMA, em Santarém, uma sessão

aberta ao público que contou com a presença, entre outros membros desta AG, da Gestora do PRODER. Mais de 1.100 pessoas marcaram presença nesta acção, na qual se apresentaram as principais condições de elegibilidade destes apoios.

Participação em Feiras

Durante o ano de 2012, o PRODER participou nas duas principais feiras nacionais dedicadas à agricultura, desenvolvimento rural e floresta: a OVIBEJA, que decorreu em Beja, de 27 de abril a 1 de maio de 2012; e a Feira Nacional de Agricultura, que se realizou em Santarém, entre os dias 2 e 10 de junho de 2012.

A reabertura pela primeira vez em contínuo dos apoios aos pequenos investimentos (ação 1.1.2 “Investimentos de pequena dimensão”) e ao investimento na agricultura e agroindústria exclusivamente para o sector do leite (ação 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas”), a premente necessidade e importância de comunicar estas novas regras, e sabendo que os públicos destas feiras constituem simultaneamente os públicos PRODER, foram ingredientes mais do que suficientes para decidir que o PRODER nas edições 2012 destes certames teria que forçosamente ter uma presença marcante. Assim, foi adotado o formato bem-sucedido de contacto direto com o público através de uma sessão de divulgação/esclarecimento nos maiores auditórios do recinto de cada uma das feiras, aberto ao público em geral e com a presença da Gestora Adjunta e de técnicos do STPRODER que acompanham as referidas medidas PRODER. Na primeira parte foram apresentadas as linhas orientadoras das novas regras de submissão de candidaturas e em seguida foi dada resposta às questões do auditório.

A OVIBEJA também contou com a presença da Gestora do PRODER, no âmbito do colóquio dedicado à produção agrícola e agro-industrial nas áreas de maior influência do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva. O ex-Ministro da Agricultura, Eng. Armando Sevinate Pinto, e o actual Presidente da EDIA, Eng. João Basto, completaram o painel de oradores.

Figura 22: Participação em Feiras – Ovibeja



Intervenções e colunas de opinião

Para além das ações de comunicação PRODER promovidas diretamente pela Autoridade de Gestão ou pelos seus parceiros, as presenças da Gestora do Programa enquanto oradora, constituíram, mais uma vez, momentos de comunicação de excelência, fundamentais para a prossecução dos objetivos definidos no Plano de Comunicação e que em muito contribuíram para os bons níveis de notoriedade de que o Programa usufrui.

Em 2012, a Gestora do PRODER interveio em cerca de 30 sessões.

Figura 23: Intervenções da Gestora do ProDeR



Em 2012, foi inaugurado ainda um outro formato de comunicação com o público do Programa, as colunas de opinião assinadas pela Gestora do PRODER difundidas em importantes meios de circulação nacional ou do segmento. Foi o caso do artigo sobre o Alqueva (Suplemento Especial do semanário Expresso, de 9 de junho de 2012) e de uma peça de opinião divulgada na edição de novembro da revista AGROTEJO.



Campanhas publicitárias: imprensa nacional, regional e do segmento

A publicidade continua a ser obrigatória para a divulgação de abertura de candidaturas e um meio complementar a outras ferramentas de comunicação utilizadas, promovendo o acesso eficaz à informação sobre o Programa.

Foram publicadas durante o ano de 2012, 8 inserções publicitárias, distribuídas pelos seguintes meios:

- ⇒Jornal i
- ⇒Expresso
- ⇒Jornal do Algarve
- ⇒Barlavento
- ⇒Guia de Premiados dos Concursos Nacionais 2012 – Prazer de Provar
- ⇒As Beiras

Até final de 2012 foram efetuadas 106 inserções publicitárias e 2 spots de rádio.

Figura 24: Campanhas publicitárias – Exemplo de anúncio ProDeR



Material de comunicação

Até 31 de dezembro de 2012 foi distribuído um total de 37.365 exemplares de material informativo.

Com exceção da brochura “Dinamização das Zonas Rurais”, as restantes publicações esgotaram a sua edição em papel, mas estão disponíveis em suporte eletrónico a partir do sítio oficial do PRODER.

Quadro 519: Material de comunicação – Publicações/*merchandising* distribuídos (no ano)

Publicações distribuídas - 2012		
Folhetos	Jovens agricultores	2.000
	Investimentos de Pequena Dimensão	2.500
	Dinamização das zonas rurais	1.000
TOTAL		5.500

Boas práticas de publicitação ProDeR

Porque a comunicação no âmbito das políticas europeias é um desafio que envolve todos os intervenientes, apresentam-se alguns exemplos do

trabalho efetuado pelos beneficiários PRODER na sensibilização do público em geral para a adequada aplicação do FEADER:

Figura 25: Boas práticas – Exemplo de notícia em sítio oficial

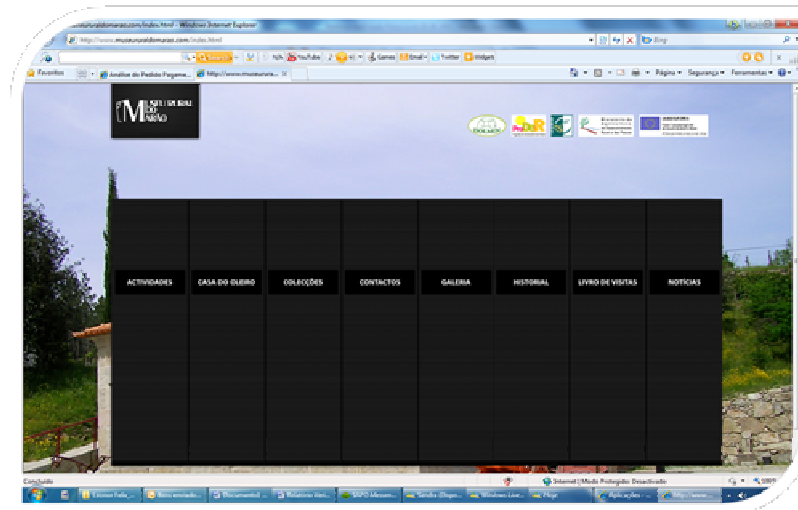


Figura 26: Boas práticas – Exemplo de notícia em meio regional produzida a a partir de informação oficial disponibilizada no site do ProDer

CISION⁺

ID: 41158497



05-04-2012

Tiragem: 2500
País: Portugal
Período: Semanal
Âmbito: Regional

Pág: 17
Cores: Cor
Área: 19,00 x 7,36 cm²
Corte: 1 de 1

ÁREA TOTAL DAS EXPLORAÇÕES BENEFICIADAS ASCENDE A MIL HECTARES

Fileira do quivi recebe apoio PRODER superior a 18 milhões de euros

O PRODER aprovou mais de 200 novos projetos de investimento na produção de quivis, que representam um apoio superior a 18 milhões de euros, refere o Programa de Desenvolvimento Rural no seu site.

“Estímulo importante ao crescimento deste setor”, o financiamento até agora aprovado inclui o apoio à primeira instalação de jovens agricultores, e irá permitir o aumento da capacidade de

armazenamento e processamento de quivis das explorações beneficiadas, correspondendo a uma área total superior a mil hectares plantados para a produção deste fruto.



Figura 27: Boas práticas – Exemplo de notícia em meio online

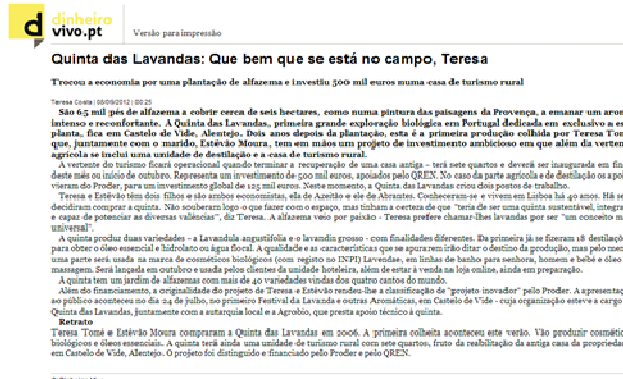


Figura 28: Boas práticas – SP3 Publicação "3 Projetos LEADER"



**Figura 29: Boas práticas – SP1 Medida Inovação e Desenvolvimento Empresarial
Modernização de Adega - Placa explicativa**



Figura 30: Boas práticas – SP3 Medida Conservação e Valorização do Património Rural - Painel Explicativo



Comunicação Interna

Refletindo na relevância que esta AG confere ao processo comunicacional interno na consolidação da identidade desta organização, justifica-se uma breve nota sobre o tema a encerrar este capítulo dedicado à comunicação PRODER. Assim, consolidaram-se canais e instrumentos, designadamente a disponibilização diária do *clipping* electrónico, a difusão também diária da legislação nacional e comunitária, bem como a divulgação das mais

relevantes tomadas de decisão/novos procedimentos da AG, em formato comunicado.

Nota Final

A implementação do Plano de Comunicação tem decorrido de forma muito satisfatória, apresentando indicadores de acompanhamento extremamente positivos em termos de execução, que permitem ilustrar o empenho da AG na difusão dos objetivos e resultados do PRODER e do FEADER.

5.6.2 Grupos de Ação Local

Os GAL têm nos seus planos de aquisição de competências e animação (PACA) a ferramenta privilegiada para garantir que o subprograma 3 é objeto de publicitação nos territórios rurais. Este Plano define os dispositivos de informação da população local e de abrangência territorial das ações, visando o conjunto da população, assim como os membros da parceria local, as instituições e os promotores de projeto potenciais, promovendo o apelo a projetos e disseminação de resultados enquanto matérias de uma ampla difusão pública.

As atividades propostas nos Planos prendem-se com publicitação das aberturas de períodos de apresentação de candidaturas, quer na imprensa escrita, quer em rádios locais, sessões de informação e divulgação a nível concelhio ou ao nível da freguesia promovendo a proximidade à população local e abrangência de todo o território de intervenção.

Acresce referir a este respeito que no âmbito da abertura dos concursos para apresentação de pedidos de apoio, os GAL efetuaram a respetiva publicitação em jornais regionais, com 10 dias de antecedência relativamente à data de abertura.

Para além deste veículo de divulgação, os GAL utilizaram ainda os próprios *sites* para disponibilizarem informação sobre a Estratégia Local de Desenvolvimento, calendário de abertura de concursos para apresentação de pedidos de apoio, formulários de pedidos de apoio e auxiliares de preenchimento.

Esta informação é potenciada pelo *site* do PRODER, onde os GAL e as medidas deste Programa geridas por estas entidades têm um espaço exclusivo – o *micro-site* Dinamização das Zonas Rurais.

Dedicado à comunicação dos resultados de execução alcançados por cada GAL, promoção de atividades em cada um dos seus territórios de intervenção, publicação de datas de abertura de candidaturas e respetivos avisos/anúncios, bem como com links de acesso aos *sites* de cada um dos GAL, este *micro-site* constitui uma plataforma de comunicação fundamental para a publicitação das medidas no âmbito da abordagem LEADER do PRODER e um complemento importante à divulgação desenvolvida por cada uma destas entidades gestoras.

Outro dos meios utilizados pelos GAL para publicitarem o seu trabalho e dinamizarem os territórios de intervenção tem sido a organização e/ou participação em eventos, na sua maioria feiras locais os quais se apresentam com *stands* próprios e onde contactam os potenciais investidores, organização e/ou participação em seminários e workshops temáticos, nos quais apresentam as suas Estratégias Locais de Desenvolvimento e as medidas mais importantes para a concretização dos objetivos definidos. A este nível tem sido concebida informação, na forma de brochuras, cartazes ou outras, que permita a divulgação dos apoios disponíveis, havendo ainda uma utilização das rádios locais, através de *spots*, como veículo promocional, quer da atividade dos GAL, quer dos eventos por eles organizados.

A publicitação dos apoios, é uma obrigatoriedade que se encontra bem enraizada nos gestores da abordagem LEADER e também nos promotores que, mesmo não sendo obrigatória, fazem muitas vezes questão de colocar a publicitação.

Em relação às medidas do subprograma 3 e face aos montantes envolvidos por PA, foi definido que todas as infraestruturas de valor superior a 150.000€ teriam de ter placas descritivas permanentes, sendo que nas instalações dos GAL terá de existir uma placa informativa de que se trata da sede de um organismo intermédio de gestão do PRODER.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2012, todas as regras relativas à concorrência, à contratação pública, à proteção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade entre os géneros e à não discriminação, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

6.1 Cumprimento das regras relativas à concorrência

As medidas previstas no âmbito do PRODER encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) n.º1698/2005, de 20 de setembro, e não se prevê financiamento nacional adicional.

A nível de auxílios de Estado, a AG do PRODER assegura que as operações cofinanciadas de iniciativa privada respeitam as normas e procedimentos comunitários aplicáveis. Estes normativos encontram-se previstos na regulamentação nacional. O IFDR, enquanto Autoridade de Certificação, assegura o cumprimento dos auxílios *de minimis*, em articulação com a AG.

O controlo administrativo a que são submetidas as candidaturas passa pela verificação do cumprimento das regras de concorrência, através da exibição da documentação necessária por parte dos promotores, documentação essa que fica anexa aos projetos.

6.2 Cumprimento das regras relativas à contratação pública

As regras relativas à contratação pública encontram-se acauteladas através do controlo administrativo efetuado a todas as operações cujos beneficiários sejam organismos do Estado, com o integral respeito pela legislação comunitária e nacional, nomeadamente o Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, que estabelece as regras da concorrência e dos contratos públicos, sucedido pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, cuja aplicabilidade se iniciou em julho de 2008.

6.3 Cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente

O PRODER tem assegurado através do controlo administrativo e do controlo *in loco* o cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente. Para além disso, a maioria das medidas do Eixo 2, servem para integrar esses objetivos e os beneficiários destas ações comprometem-se a respeitar para o conjunto da exploração as exigências da condicionalidade prevista no Regulamento (CE) nº 1782/2003, de 29 de setembro, expressos pelos requisitos legais de gestão, e pelas boas condições agrícolas e ambientais e requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos.

6.4 Cumprimento das regras relativas à igualdade entre os géneros e à não discriminação

O PRODER incorpora as disposições do Artigo 8º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro, relativas à igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, na medida em que os requisitos exigidos prendem-se com as condições relativas ao exercício da atividade e necessárias à implementação dos investimentos propostos.

Todas as pessoas, independentemente do sexo, raça, religião ou orientação política, que preencham aqueles requisitos, estão em condições de beneficiar dos apoios.

São preocupações transversais do PRODER a atenuação de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e entre grupos etários através nomeadamente dos seguintes aspetos:

- Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se condições para mobilizar a sua participação;
- No processo de consulta a agentes económicos e sociais, foram incluídas organizações representativas das mulheres em meio rural;

- Nas medidas disponibilizadas, são criadas condições mais propícias a uma cidadania ativa e participativa, independentemente do género;
- No processo de acompanhamento e avaliação, será possível integrar os resultados obtidos através dos indicadores específicos, permitindo a aferição dos objetivos transversais a atingir;
- Salvaguarda da participação equitativa no Comité de Acompanhamento do PRODER.

7. REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005

O Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de junho, relativo ao financiamento da PAC, prevê no seu artigo 33º (Disposições específicas para as irregularidades do FEADER) que os Estados-Membros devem efetuar correções financeiras em resultado do pagamento de algum montante indevido por fraude e negligência.

Estas correções são efetuadas através da anulação total ou parcial do financiamento comunitário em questão, de acordo com o sistema de recuperação de verbas da responsabilidade do OP.

Deste modo, os montantes excluídos do financiamento comunitário e os recuperados, bem como os respetivos juros, ocorridos no âmbito do PRODER, são reafectados para operações previstas no Programa de acordo com os seus procedimentos de recuperação.

Estes fundos só podem ser reutilizados ou recuperados para operações no âmbito do mesmo Programa, desde que não sejam reafectados a operações que tenham sido objeto de uma correção financeira.

Neste contexto, no decorrer do ano de 2011, o OP executou recuperações de montantes efetuadas através de um sistema de recuperação de verbas por compensação com outros pagamentos, i.e., os fundos comunitários a recuperar são anulados e essas verbas são reutilizadas através de novos pagamentos no âmbito da mesma ação.

Ficou desta forma garantida a afetação do financiamento comunitário recuperado às mesmas ações / operações do Programa.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Organismo Pagador (IFAP) os resultados são os que se apresentam em seguida.

Quadro 520: Recuperações – BD Devedores (Acumulado)

Unid: euros

Situação	Nº Processos	Valores a Recuperar	Valores Recuperados	Valores em Débito	
Abertos	Em Curso	43	2.433.636	11.580	2.422.055
	Suspensos	1	21.075	0	21.075
Encerrados	Saldados	65	19.392.089	19.392.089	0
	Arquivados	4	100.473	0	0
	Incobráveis	0	0	0	0
Total	113	21.947.272	19.403.669	2.443.130	

ANEXO I

MEDIDAS AGRO E SILVO-AMBIENTAIS - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Em Euros

Cod.COM	Cod.PDR	Medida	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013 C(2012)2071 de 28 Março		VALORES PA APROVADOS (estimativa até 2015)		DOTAÇÃO DISPONÍVEL	
			Contribuição FEADER (3)	Despesa Pública (4)	Contribuição FEADER (5)	Despesa Pública (6)	Contribuição FEADER (7)=(3)-(5)	Despesa Pública (8)=(4)-(6)
214		Pagamentos Agro-ambientais	445.543.660	511.081.217	420.708.605	481.804.510	24.835.055	29.276.707
	2.2.1	<i>Alteração de modos de produção</i>	171.052.750	204.460.928	223.914.166	266.556.942	-52.861.416	-62.096.014
	2.2.2	<i>Protecção da biodiversidade doméstica</i>	24.000.000	28.369.242	22.377.707	26.466.387	1.622.293	1.902.855
	2.2.4	<i>Conservação do Solo</i>	5.200.000	6.190.895	3.129.256	3.754.115	2.070.744	2.436.780
	2.4	<i>Intervenções Territoriais Integradas</i>	129.732.850	153.120.051	52.794.992	62.610.626	76.937.858	90.509.425
		<i>MEDIDAS AGRO AMBIENTAIS (RURIS)</i>	115.558.060	118.940.101	118.492.484	122.416.440	-2.934.424	-3.476.339
225		Pagamentos Silvo-Ambientais	15.500.000	18.284.966	2.865.607	3.420.397	12.634.393	14.864.569
	2.4	<i>Intervenções Territoriais Integradas</i>	15.500.000	18.284.966	2.865.607	3.420.397	12.634.393	14.864.569

Em Euros

ANO DO COMPROMISSO/ACÇÃO	ANO DO PEDIDO DE PAGAMENTO									TOTAL
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Candidaturas 2007 - PES		30.537.890	27.394.205	27.027.248	27.356.544	22.022.197	22.022.197		0	156.360.282
221 - <i>Alteração de modos de produção</i>		21.368.878	19.210.679	18.763.784	19.166.502	15.961.137	15.961.137			110.432.118
222 - <i>Protecção da biodiversidade doméstica</i>		3.360.891	3.331.125	3.506.657	3.139.502	2.348.487	2.348.487			18.035.150
224 - <i>Conservação do solo</i>										0
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>		5.550.056	4.720.618	4.551.017	4.841.176	3.644.097	3.644.097			26.951.061
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>		258.065	131.783	205.790	209.364	68.476	68.476			941.954
Candidaturas 2008 - PAS 2009			20.436.762	18.044.024	18.008.032	15.119.994	15.119.994		0	86.728.807
221 - <i>Alteração de modos de produção</i>			16.938.767	14.711.803	14.753.804	12.700.373	12.700.373			71.805.119
222 - <i>Protecção da biodiversidade doméstica</i>			1.196.098	1.210.033	1.147.191	779.549	779.549			5.112.419
224 - <i>Conservação do solo</i>										0
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>			2.253.156	2.083.424	2.075.266	1.619.234	1.619.234			9.650.314
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>			48.742	38.765	31.772	20.838	20.838			160.955
Candidaturas 2009 - PAS 2010				14.255.051	13.449.828	10.543.458	10.543.458	10.543.458	0	59.335.254
221 - <i>Alteração de modos de produção</i>				11.440.545	10.809.190	8.641.087	8.641.087	8.641.087		48.172.995
222 - <i>Protecção da biodiversidade doméstica</i>				559.947	503.687	324.902	324.902	324.902		2.038.339
224 - <i>Conservação do solo</i>				750.950	661.505	519.353	519.353	519.353		2.970.515
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>				1.328.849	1.353.462	998.765	998.765	998.765		5.678.605
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>				174.760	121.984	59.352	59.352	59.352		474.801
Candidaturas 2010 - PAS 2011					10.806.572	10.077.648	10.077.648	10.077.648	10.077.648	51.117.165
221 - <i>Alteração de modos de produção</i>					7.231.989	7.228.680	7.228.680	7.228.680	7.228.680	36.146.710
222 - <i>Protecção da biodiversidade doméstica</i>					300.738	244.936	244.936	244.936	244.936	1.280.480
224 - <i>Conservação do solo</i>					134.410	162.298	162.298	162.298	162.298	783.600
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>					2.780.384	2.226.681	2.226.681	2.226.681	2.226.681	11.687.108
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>					359.052	215.054	215.054	215.054	215.054	1.219.266
Candidaturas 2012 - PU 2012					0	2.316.740	2.316.740	2.316.740	2.316.740	9.266.959
221 - <i>Alteração de modos de produção</i>										0
222 - <i>Protecção da biodiversidade doméstica</i>										0
224 - <i>Conservação do solo</i>										0
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>						2.160.884	2.160.884	2.160.884	2.160.884	8.643.538
24 - <i>Intervenções Territoriais Integradas</i>						155.855	155.855	155.855	155.855	623.421
TRANSITADOS		83.520.948	38.895.492							122.416.440
TOTAL		83.520.948	69.433.383	47.830.967	59.326.323	69.620.975	60.080.038	60.080.038	22.937.846	12.394.388

Fonte: IFAP - dados reportados a 06.04.2013
- Para 2013-2015 consideraram-se os valores registados em 2012